



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



VANESSA PALOMA ALVES RODRIGUES

**O ESTADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA FUNCIONALIDADE NA
DISSEMINAÇÃO DA ORDEM REPRODUTIVA SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL
NO CAMPO.**

São Cristóvão
2019

VANESSA PALOMA ALVES RODRIGUES

**O ESTADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA FUNCIONALIDADE NA
DISSEMINAÇÃO DA ORDEM REPRODUTIVA SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL
NO CAMPO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Doutorado em Geografia - Área de Concentração: organização e dinâmica do espaço agrário e regional.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização do Espaço Agrário.

Orientadora: Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição.

São Cristóvão
2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R696e Rodrigues, Vanessa Paloma Alves
O Estado, as políticas públicas e sua funcionalidade na disseminação da ordem produtiva sociometabólica do capital no campo / Vanessa Paloma Alves Rodrigues ; orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, SE, 2019.
304 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Geografia agrícola. 2. Geografia econômica. 3. Agricultura e Estado. 4. Produtividade do capital. 5. Disparidades econômicas regionais. 6. Trabalho. 7. Camponeses. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:63:338.43.02



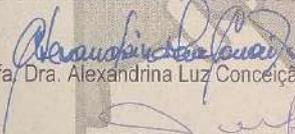
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

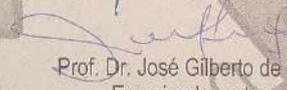


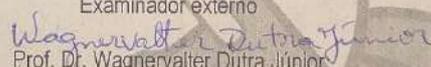
Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado
em Geografia de **Vanessa Paloma Alves Rodrigues**.

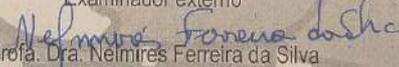
Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, com início às quatorze horas, realizou-se no auditório do Departamento de Geografia – DGE, localizado na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão/SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de **Vanessa Paloma Alves Rodrigues**, intitulada: "O Estado, as políticas públicas e sua funcionalidade na disseminação da ordem produtiva sociometabólica do capital no campo". A Banca Examinadora foi presidida pela Professora Doutora Alexandrina Luz Conceição, que abriu a sessão pública e passou a palavra para a doutoranda proceder à apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores José Gilberto de Souza, Wagnervalter Dutra Júnior, Nelmiros Ferreira da Silva e Ana Rocha dos Santos arguíram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Alexandrina Luz Conceição, na condição de orientadora, teceu comentários sobre a Tese apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.

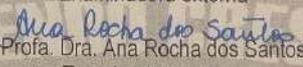
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 16 de Dezembro de 2019.

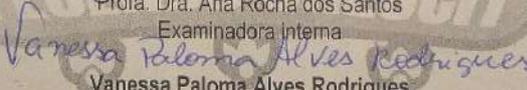

- Prof. Dra. Alexandrina Luz Conceição Orientador e presidente da banca


- Prof. Dr. José Gilberto de Souza
Examinador externo


- Prof. Dr. Wagnervalter Dutra Júnior
Examinador externo


- Prof. Dra. Nelmiros Ferreira da Silva
Examinadora externa


- Prof. Dra. Ana Rocha dos Santos
Examinadora interna


- Vanessa Paloma Alves Rodrigues
-Doutoranda-

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese aos camponeses, camponesas, trabalhadores e trabalhadoras que resistem, lutam e partilham a esperança de dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Conforme reflete a filósofa Marilena Chauí (2017), o pensamento é um trabalho. Ele exige paciência, dedicação, perseverança, suor e sangue. É um Jogo do desejo de saber e do risco do desapontamento e percepção da própria ignorância eminente. O trabalho do pensamento tem características importantes, é lento, é um trabalho de lentidão e de paciência. É um trabalho de desvendamento, de perceber o que não se sabia e de apreender e acrescentar ao que já se sabia. É um trabalho de desapontamento, e de decepção, que é suportar o instante da ignorância, o instante de não saber, de não descobrir uma resposta, uma solução. Tudo isso é um trabalho de um pensamento (CHAUÍ, 2017).

A concretização desta tese é conhecimento que não nasce do vazio e sim do trabalho, acima de tudo de um trabalho coletivo daqueles que diretamente ou indiretamente ajudaram a construir esta pesquisa. Compartilho os frutos deste trabalho com todos e todas que de algum modo contribuíram para a sua realização. Cada frase e pensamento edificado aqui reflete trocas de experiências e ideias: com a orientadora, com os sujeitos da pesquisa, com os professores e colegas na sala de aula, da reflexão coletiva do grupo de pesquisa, palestras, encontros e reuniões, das leituras de pensamentos, sejam os dos livros, filmes, documentários, jornais, artes e de diversas outras possibilidades de adquirir conhecimento.

Esta tese foi construída coletivamente, mas ninguém contribuiu mais para que esta pesquisa pudesse existir do que a **Prof.^a Dra. Alexandrina Luz Conceição**, mais que orientadora, é uma grande companheira de lutas e amiga. Teus ensinamentos me transformaram como ser humano desde que iniciei minha vida acadêmica na UFS e hoje, muito do que sou, busca espelhar-se em sua história de vida, sensibilidade humana, pensamento, teoria e práxis militante em luta incansável contra o Capital. Obrigada por todo carinho, pela sua incondicional dedicação em me ajudar a superar as dificuldades da pesquisa, por toda paciência e generosidade em me fazer pensar, por me tirar das trevas da ignorância e compartilhar a Luz do conhecimento.

Divido esta tese com **Wagner Vieira**, amor companheiro. Agradeço o apoio incondicional em todos os momentos, desde a construção do projeto a sua finalização, tem me dado força imprescindível, sem a qual não chegaria tão longe. Obrigada pela ajuda na leitura atenciosa de meus textos, no transporte, fotografia e aplicação de questionários e processamento de dados da pesquisa de campo, na formatação, produção de figuras e gráficos, mas acima de tudo, por estar sempre presente, principalmente nos momentos mais difíceis, por não me deixar desistir de lutar para esta tese existir.

Agradeço aos meus pais **Josefa Rodrigues e Antonio Rodrigues** e aos meus segundos pais que ganhei na vida, meus sogros **Fátima e Waldson**. Em especial a minha mãe guerreira que lutou todos os dias para que o meu futuro pudesse florescer, trabalhando muito, sacrificando sonhos em favor dos meus, sempre foi a minha maior incentivadora e possibilitadora de meus estudos. O meu mais profundo agradecimento por tudo.

Ofereço em especial esta conquista *in memória*: a minha tia **Gilza**, minha avó **Isabel** e aos meus avôs **Antônio Santos e Antonio Rodrigues**. Apesar da ausência física, estarão sempre presentes na memória e coração. Eles eram analfabetos, sem posses, mas sabiam o valor dos estudos e sempre me incentivaram a estudar. A história de vida desses sertanejos, o modo de vida simples no campo, as batalhas para sobreviver desde que precisaram sair da terra e migrar para a cidade, o assalariamento e as condições precárias da exploração implacável do capital que os levaram a trilhar uma história de lutas para viver e resistir na periferia em condições de pobreza, são as raízes que me levaram a buscar pesquisar e compreender mais sobre as contradições do capital e de suas mazelas na realidade brasileira.

Agradeço às minhas irmãs **Vivian, Priscila, Victória**, e o meu irmão **Laerte**, bem como, aos cunhados **Paulinho, Gui, Junior, Vanessa**, pela força, afeto, cuidado e torcida. Vocês sempre foram meu alento e porto seguro. Aos meus afilhados e sobrinhos: **Pedro Lucas, Leonardo, Safyra e Lis e Mateus**, que sempre me deram leveza e ternura quebrando a dureza dos momentos mais pesados desta Tese.

Aos meus Padrinhos **Aires e Juarez** por se dedicarem a me ajudar a estudar no ensino básico, essas foram as bases que me possibilitaram caminhar rumo ao mundo do conhecimento.

Compartilho a alegria desta conquista com todos os meus familiares, em especial a minha avó **Maria**, meus tios e tias, primos e primas, pelos quais tenho muito apreço.

Aos Professores do PPGEIO pelos ensinamentos, **Alexandrina Conceição, Eraldo Ramos, Gisélia Silva, Josefa Lisboa, Josefa Eliane Pinto, Maria Augusta Mundin, Marcos Mitidiero, Marleide Santos, Sônia Menezes**.

Aos amigos e colegas de turma que embarcaram na aventura do doutorado comigo. Em especial às amigas, **Eliany, Rita, Adelli, Ítala, Vanessa Costa, Marília**, partilhamos muitas angústias, dificuldades e superamos muitas lutas e batalhas para alcançar o conhecimento, que tenhamos sempre viva em nós essa força que nos trouxe até aqui.

Aos bons amigos companheiros que sempre me deram força nos momentos de dificuldades e transmitiram alegria nos momentos de desânimo desta tese, **Aline, Aline Rios, Bruno, Calado, Claudio, Chris, Clerton, Daniel, Denise, Diana, Eline, Éricka, Fabi, Fabiana, Isa, Jailde, Jamile, Jordana, Kauam, Manu, Marcos, Monique, Nathaly, Odin, Tiago, Pel, Priscila, Karina, Rafael, Rosa, Simone, Tati, Yure**.

A todos os camaradas do **GPECT, Ana Consuelo, Aurea, Danilo Santana, Danilo Cavalcanti, Duda, Daise, Fabrícia, Janio, Jordana, Junior, Lucas, Leandro, Maria, Márcio, Marcelo, Márcio, Michelle, Morgana, Ricardo, Shauane, Sócrates, Victor, Suzi, Tereza**, agradeço imensamente toda força, apoio emocional, acolhimento e companheirismo. Nesse grupo sinto o verdadeiro sentido da frase: "ninguém solta a mão de ninguém".

Aos companheiros do **Grupo de Estudos Marxista Spartakus**, em especial a **André**, por sempre me incentivar a fazer o doutorado. E *in memoriam* a **Israel Barnabé**, companheiro que contribuiu não só para engrandecer meu conhecimento, me possibilitou a oportunidade vivenciar ao seu lado me ensinando a ser melhor como humano.

Aos camaradas da **AGB** por me ensinarem a geografia crítica, transformadora e comprometida com o espaço – tempo do social.

Aos camaradas do **Daligeo** e **DCE** por me ensinarem, na práxis, que só a luta muda a vida.

A **Marcio**, por sempre me estender o ombro amigo, ouvir minhas angústias e tornar dias tristes mais leves, além de me dar uma imensa ajuda com a produção dos mapas e pesquisa de campo.

A **Fábio Farias, Taira, Juliana Simone**, pela torcida e ajuda na tradução e revisão do português.

À **Rita, Wagner, Fabiana, Daniel, Calado**, e aos orientandos do PIBICJr., **Andressa, Kauê, Luciano** por toda a ajuda na aplicação de questionários.

Aos Professores **Wagnervalter, Ana, José Gilberto e Nelmiros** pelas riquíssimas sugestões na avaliação dessa Tese.

A caminhada árdua para conciliar a docência e o Doutorado não seria superada sem o apoio dos diretores, coordenadores, professores e funcionários dos colégios Abelardo Barreto do Rosário e Olga Barreto. Agradeço também toda gentileza e prestatividade dos servidores e servidoras públicas da SEDUC, em especial à professora **Meirevan**, a qual sou muito grata pela sua sensibilidade em ajudar quando mais precisei.

À camponesa **Josefa** e a todos **camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras** por partilharem suas sabedorias, histórias de vida e me proporcionarem conhecer as realidades das localidades e povoados da pesquisa de campo.

Ao **PPGEO-UFS**, por toda a prestatividade de seus funcionários estagiários, técnicos e Coordenadores.

À **UFS** por me oportunizar toda minha formação política-acadêmica, garantindo uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A todos a minha gratidão!

RESUMO

A presente tese de doutorado busca desvelar a funcionalidade do Estado na expansão política da garantia da propriedade privada, enquanto mantenedor das relações de classes, em um intrincado sistema de regras e normatizações da exploração da terra e do trabalho, que viabiliza a (re)produção sociometabólica do capital. Alicerçamos nossas análises no método do materialismo histórico dialético, na busca da leitura processual da realidade, a partir das contradições, no movimento do ir e vir, para entender a totalidade das múltiplas determinações e relações que a compõe. Nossa reflexão se prende ao estudo do Estado de Direito e os (re)ajustes do Estado neoliberal para atender o modelo de desenvolvimento e expansão do sistema do capital financeirizado. Parte-se do princípio de que as Políticas Públicas se afirmam enquanto “públicas” ao definirem e interferirem nas possibilidades e limites de utilização dos espaços e dos serviços públicos, para a garantia dos interesses privados, na medida em que se estabelece na esfera pública; na esfera da mediação da sociedade burguesa, falseada enquanto lócus da democracia, em que o Estado perde a aparência de sua feição classista e converte-se, deste modo, enquanto Estado democrático, como garantidor de direitos de todos, atenuando as tensões e contradições do capitalismo, ao tempo em que viabiliza a reprodução do capital. O Estado, por meio da concessão de alguns direitos e de Políticas Públicas, escamoteia a sua funcionalidade como parte da reprodução da sociedade capitalista pela via da ideologia da neutralidade e organiza sua estratégia política centrada em criar uma falsa aparência da realidade no discurso de cidadania e democracia. Concluimos que as Políticas Públicas e direitos sociais no movimento da complexa e enredada contradição, ao tempo que apaziguam precariamente algumas mazelas do capital, aprofundam e perpetuam um perverso conjunto de relações de exploração que permanecem arcaicas em sua essência, e se apresentam enquanto novas, com aparência do moderno, enquanto escondem velhas formas de exploração do trabalho, da pobreza e da miséria afiançadas pelo capital. Na atualidade, em tempos de crises cada vez mais próximas, o capital impele ao Estado uma nova/velha conformação política para continuar a garantir a existência do mundo da mercadoria enquanto sistema dominante, que rapina as riquezas da natureza, das terras e do trabalho.

Palavras-chave: Estado. Capital. Trabalho. Políticas Públicas. Esfera Pública. Espaço Agrário. (Re)produção camponesa.

RESUMEN

Esta tesis doctoral busca desvelar la funcionalidad del Estado en la expansión política para garantizar la propiedad privada, mientras mantenedor de las relaciones de clases en un enredado sistema de reglas y normalización de la explotación de la tierra y del trabajo, donde se habilita la (re)producción sociometabólica del capital. Construimos nuestras reflexiones por el método del materialismo histórico dialéctico, el cual nos permite la lectura de la realidad a partir de las contradicciones, en el movimiento ir y venir, para entender la totalidad de las determinaciones múltiples y los enlaces que los componen. Nuestra reflexión se basa en el estudio del estado de derecho y los (re)ajustes del estado neoliberal para cumplir con el modelo de desarrollo y expansión del sistema de capital financiero. Se parte del principio de que las Políticas Públicas se afirman como "públicas" cuando definen e interfieren en las posibilidades y límites de utilización de los espacios y de los servicios públicos para garantizar a los intereses privados en la medida en que estos se establecen en la esfera pública; en el ámbito de la mediación de la sociedad burguesa, falseada mientras locus de la democracia, en que el Estado pierde la apariencia de su característica clasista y se convierte, de este modo, en cuanto Estado democrático, como garantizador del derecho de todos, mitigando las tensiones y contradicciones del capitalismo, mientras lo hace posible la reproducción del capital. El Estado, a propósito de la concesión de algunos derechos y de Políticas Públicas, oculta su funcionalidad como parte de la reproducción de la sociedad capitalista por la ideología de la neutralidad, además de organizar su estrategia política centrada para crear una falsa apariencia en el discurso de ciudadanía y democracia. Nuestra conclusión es que las Políticas Públicas y los derechos sociales en el movimiento de la contradicción compleja y enredada, mientras aplacan precariamente algunos males del capital, profundizan y perpetúan un conjunto perverso de relaciones de explotación que se quedan arcaicas en su esencia al tiempo en que se presentan como nuevas, con el aspecto de lo moderno, mientras tanto ocultan las formas antiguas de explotación de trabajo, de la pobreza y miseria garantizadas por el capital. Actualmente, en una época de crisis cada vez más cercas, el capital propulsió al Estado una nueva/vieja configuración política para continuar a garantizar la existencia del mundo de la mercancía mientras sistema dominante, que despoja las riquezas de la naturaleza y del trabajo.

Palabras clave: Estado. Capital. Trabajo. Políticas públicas. Esfera pública. Espacio agrario. (Re)producción campesina.

ABSTRACT

This doctoral thesis seeks to address the political state's functionality in political expansion of private property guarantee, while maintaining class relations in an intricate system of rules and norms for land and labor exploitation, which enables sociometabolic (re)production of the capital. This reflection reflects on the method of dialectical historical materialism, which allows us the procedural reading of reality, using the contradictions, the movement of coming and going, to understand the totality of the multiple determinations and relationships that compose it. Our reflection is on the study of the rule of law and the (re) adjustments of the neoliberal state to meet the model of development and expansion of the financialized capital system. It is assumed that Public Policies assert themselves as "public" by defining and interfering with the possibilities and limits of use of public spaces and services, to guarantee the private interests, as it is established in the public sphere; in the bourgeois society thought, falsified as the locus of democracy, in which the state loses the appearance of its class character and thus becomes a democratic state, as a guarantor of the rights of all, attenuating the tensions and contradictions of capitalism, while enabling the reproduction of capital. The State, by granting some rights and Public Policies, masks its functionality as part of the reproduction of capitalist society through the ideology of neutrality and organizes its political strategy centered on creating a false appearance of reality in the discourse of citizenship and democracy. We conclude that Public Policies and social rights in the movement of complex and entangled contradiction, while precariously appeasing some ills of capital, deepen and perpetuate a perverse set of exploitation relations that remain essentially archaic, and present themselves as new, with appearance of the modern while hiding old forms of exploitation of labor, poverty and misery secured by capital. Nowadays, in times of ever-nearer crises, capital impels a new / old political conformation to the state to continue to guarantee the existence of the commodity world as the dominant system, which prey on the riches of nature, land and labor.

Keywords: State. Capital. Job. Public policy. Public sphere. Agrarian Space. Peasant (re) production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Relação sujeito – objeto.....	25
Figura 2:	A intervenção da máquina no campo: avião pulverizando uma lavoura.....	62
Figura 3:	O discurso do agrotóxico enquanto solução para a fome.....	62
Figura 4:	O Espetáculo do agronegócio.....	63
Figura 5:	Campanha publicitária da empresa Bayer.....	64
Figura 6:	Um Engenho de Açúcar.....	66
Figura 7:	Engenho de Cana - São Carlos.....	66
Figura 8:	Notificações de trabalho escravo por setor econômico.....	67
Figura 9:	O agronegócio no Brasil em números.....	71
Figura 10:	Um País Desigual.....	72
Figura 11:	Camponesa e sua produção de banco de sementes de cultivos de policulturas.....	74
Figura 12:	Camponês produtor de policultura.....	75
Figura 13:	Produção camponesa X agronegócio.....	76
Figura 14:	Retirantes fugindo da seca no sertão ocupam a estação de Iguatu/CE à espera de trem para Fortaleza – 1877.....	112
Figura 15:	Retirantes da seca de 1877.....	112
Figura 16:	Retrato da diáspora da seca no Nordeste -1915.....	114
Figura 17:	Campos de concentração do Pirambu - 1932.....	115
Figura 18:	Crianças e adultos jazem em linha férrea de campo de concentração.....	116
Figura 19:	Trilhos campo de concentração em Auschwitz.....	116
Figura 20:	Obras contra a Seca no Nordeste.....	117
Figura 21:	Obras do I.F.O.C.S. na cidade de Baturité – CE - 1922.....	118
Figura 22:	Obras do I.F.O.C.S - Estrada de ferro Ceará-Paraíba -: 1922....	118
Figura 23:	Manchete de 1925: denúncia sobre os roubos em obras públicas no Nordeste.....	119
Figura 24:	O desvio de verbas públicas: 39 anos de obras na Barragem de Gargaleiras – Acari – RN.....	120
Figura 25:	Comissão de Piscicultura no Nordeste.....	120
Figura 26:	Veículo utilizado pela comissão Piscicultura no Nordeste.....	121
Figura 27:	Interior do carro da Comissão de Piscicultura do Nordeste.....	121

Figura 28:	Marcha da Primeira Greve Geral de Trabalhadores no Brasil São Paulo - 1917	126
Figura 29:	Movimento de paralisação dos trabalhadores se espalha de SP ao RJ e RS.....	126
Figura 30:	Os camponeses e a luta pela Reforma Agrária.....	129
Figura 31:	Hiroshima devastada por Bomba Atômica dos EUA na 2ª Guerra Mundial.....	159
Figura 32:	Reunião dos países em Breton Woods consagra a nova ordem mundial.....	160
Figura 33:	Propaganda em cartaz do Plano Mashall.....	161
Figura 34:	Operações de empréstimos do Banco Mundial 1956-2006.....	180
Figura 35:	Monocultura de milho em grande propriedade em Simão Dias-Se.....	195
Figura 36:	Colheita com máquina em grande propriedade. Simão Dias.....	195
Figura 37:	As engrenagens do capital financeiro.....	197
Figura 38:	Camponeses com acesso ao PRONAF	200
Figura 39:	Entrevistados com acesso ao PRONAF no município de Tobias Barreto	201
Figura 40:	Entrevistados com acesso ao PRONAF no município de Simão Dias.....	202
Figura 41:	Dia de Campo reúne camponeses, empresários, bancos e instituições estatais em Carira - Se.....	204
Figura 42:	Cultivo de Milho em unidade de Produção Camponesa.....	205
Figura 43:	Monopolização do cultivo de milho em assentamento	206
Figura 44:	Mar de milho: vista panorâmica do assentamento 08 de Outubro	207
Figura 45:	A seca e os problemas na produção de milho.....	208
Figura 46:	Número de estabelecimentos agropecuários que fazem uso de adubação e agrotóxicos em Sergipe.....	209
Figura 47:	Principais países consumidores de agrotóxicos.....	211
Figura 48:	Mercado Nacional de agrotóxicos de 2010 a 2017.....	211
Figura 49:	Nº de estabelecimentos com uso de máquinas agrícolas e agrotóxicos no Brasil 1975-2017.....	212
Figura 50:	Uso de agrotóxicos em Tobias Barreto e Simão Dias.....	212
Figura 51:	Camponeses que fazem uso de Agrotóxicos na pesquisa de campo Tobias Barreto - Se.....	213
Figura 52:	Camponeses que fazem uso de agrotóxicos na pesquisa Simão Dias – Se.....	213

Figura 53:	Notícias sobre fraudes envolvendo o PRONAF.....	218
Figura 54:	A tragédia do endividamento.....	219
Figura 55:	Endividamento do PRONAF em 2014.....	221
Figura 56:	Casa de Taipa: símbolo da pobreza no campo.....	224
Figura 57:	Pecuária em unidade de produção camponesa.....	225
Figura 58:	A agricultura e a pecuária em área de produção camponesa.....	225
Figura 59:	Lavoura de Milho em propriedade camponesa.....	225
Figura 60:	Camponeses que realizam atividades não – agrícolas Tobias Barreto – Se.....	228
Figura 61:	Camponeses que realizam atividades não – agrícolas Simão Dias – Se.....	228
Figura 62:	Brasil - Nº de estabelecimentos e pessoal ocupado em atividades Agropecuárias - 1975 -2017.....	231
Figura 63:	Agricultura familiar e não familiar 2006 a 2017.....	231
Figura 64:	O fim do Ministério do Trabalho.....	250
Figura 65:	A destruição de direitos.....	252
Figura 66:	O bloqueio no Orçamento da União por área.....	253

LISTA DE MAPAS

MAPA 1:	Localização dos municípios pesquisados	34
MAPA 2:	Trabalho escravo no Brasil 1995 -2019.....	68
MAPA 3	Registros de trabalho escravo por estado 2019.....	69
MAPA 4	População em Situação de pobreza -2016.....	77
MAPA 5	População em situação de pobreza extrema – 2016.....	78
MAPA 6	Devastação da Caatinga no semiárido sergipano.....	194
MAPA 7	Localização dos povoados pesquisados em Simão Dias -SE.....	198
MAPA 8:	Localização dos povoados pesquisados em Tobias Barreto - SE....	199

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Esquema conceitual de bloco histórico em Gramsci	143
--	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Estrutura Fundiária, por porcentagem dos estabelecimentos, no Brasil, Região Nordeste e Sergipe 1920 -2017.(%).....	72
TABELA 2	Estrutura Fundiária, por porcentagem de área de terra, no Brasil, Nordeste e Sergipe 1920 -2017.....	73
TABELA 3	Dívida total e carteira em 2017.....	221

LISTA DE SIGLAS

AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro

AID - Associação Internacional de Desenvolvimento

APL – Arranjos Produtivos Locais

BB - Banco do Brasil S/A

BM- Banco Mundial

BNB - Banco do Nordeste do Brasil S/A

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

BIRD- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

CGIAR – Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CODISE - Cia. de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe

COHIDRO –Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão

DRS - Desenvolvimento Rural Sustentável

EMATER-SE, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FAPITEC - Fundação de Apoio a Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe

FETASE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

FMI - Fundo Monetário Internacional

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste

IFOCS – Inspetaria Federal de Obras Contra as Secas

JBS - José Batista Sobrinho

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG –Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIN - Programa de Integração Nacional

PND – Programa Nacional de Desestatização

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agraria

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste

PROVÁRZEAS – Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI - Serviço Nacional da Indústria

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE –Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFS - Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	22
2. DESVELANDO O CAPITAL, O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	39
2.1. A DISSIMULAÇÃO DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO.....	39
2.2. MISTIFICAÇÕES E REIFICAÇÕES DO CAPITAL: OS MISTÉRIOS DA SOCIABILIDADE DA MERCADORIA.....	49
2.3. O ESTADO, AS RESSIGNIFICAÇÕES DE MITO E ILUSÕES DO DESENVOLVIMENTO.....	54
3. O ESTADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ORDEM SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL.....	81
3.1. O ESTADO ENQUANTO BASE MATERIAL DO CAPITAL.....	81
3.2. O ESTADO MODERNO PARA A CONFIGURAÇÃO DO CAPITAL.....	85
3.3. O ESTADO DE DIREITO.....	94
3.4. A LUTA DE CLASSES E A QUESTÃO SOCIAL: AS RAÍZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	100
3.5. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: A EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E A ESPACIALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES.....	107
4. O PÚBLICO E O PRIVADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS MEDIAÇÕES DO ESTADO – CAPITAL.....	131
4.1. SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.....	131
4.2. O PÚBLICO E O PRIVADO E AS MEDIAÇÕES DA ESFERA BURGUESA.....	147
4.2.1. O público e o privado e as políticas públicas.....	155
4.3. AS DISSIMULAÇÕES DO ESTADO NA NOVA ORDEM IMPERIALISTA DO CAPITAL.....	159

5. CRISE DO CAPITAL: O ESTADO E AS NOVAS RACIONALIDADES DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA.....	172
5.1. O ESTADO NEOLIBERAL: A FORMA POLÍTICA DO CAPITAL FINANCEIRO.....	172
5.2. O BANCO MUNDIAL: INSTITUIÇÃO MULTIFACETADA PARA A REPRODUÇÃO SÓCIOMETABÓLICA DO CAPITAL NO CAMPO.....	178
5.3. OS REAJUSTES DAS VELHAS/NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DO CAMPO.....	185
6. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A (RE)CONFIGURAÇÃO DE TERRAS E TERRITÓRIOS.....	191
6.1. AS ENGRENAGENS DO CAPITAL FINANCEIRO NO CAMPO.....	191
6.2. O CRÉDITO E A DÍVIDA: AS FORMAS POLÍTICAS DE SUBSUNÇÃO DO CAMPONÊS AO CAPITAL FINANCEIRO.....	216
6.3. A VAMPIRIZAÇÃO DO TRABALHO E DA TERRA NO CAMPO	223
6.4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A UNIVERSALIZAÇÃO DA FORMA MERCADORIA: A NEGAÇÃO DA SOCIABILIDADE CAMPONESA.....	233
7. A DEMOLIÇÃO DE DIREITOS EM TEMPOS DE ESTADO DE EXCEÇÃO....	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	266
REFERÊNCIAS.....	279

1. INTRODUÇÃO:

Em uma trajetória histórica de plena corroboração e manipulação do aparelho do Estado, em benefício dos setores dominantes do capital agrário, industrial e financeiro, o Estado tem assumido a implementação de Políticas Públicas inscritas em novas formas de expansão capitalista de financeirização da economia. Para atender os interesses privados, alterações espaciais se intensificam no campo brasileiro numa engrenagem de relações que sustentam pela via institucional do Estado respaldadas sob o discurso de atendimento de demandas da sociedade civil, Políticas Públicas vem sendo induzidas no Brasil gestadas pelo Banco Mundial, grupos multilaterais hegemônicos, lobbies dos grandes empreendimentos e dos agentes financeiros disseminando as bases de um novo padrão de desenvolvimento capitalista.

Nesse movimento, as Políticas Públicas ao se afirmarem, enquanto “públicas” definindo e interferindo nas possibilidades e limites de utilização dos espaços e dos serviços públicos, para a garantia dos interesses do privado, na medida em que se estabelece na Esfera Pública, esfera da mediação da sociedade burguesa, falseada enquanto lócus da democracia, em que o Estado perde a aparência de sua feição classista e converte-se, deste modo, enquanto Estado democrático, garantidor de direitos de todos, atenuando as tensões e contradições do capital, ao tempo em que atende a sua reprodução.

Os discursos carregados de ideologia do Estado têm consubstanciando o corpo teórico das Políticas de Públicas, disseminando a homília do Desenvolvimento, do Planejamento, do Progresso, da Modernidade, do Agronegócio, da Pluriatividade e da Agricultura Familiar. A defesa do latifúndio e do rentismo se realiza enquanto imperativo da estratégia política e ofensiva teórico-metodológica material do capital. O capital sob a personificação da ação do Estado via políticas de desenvolvimento, tem se apropriado dos espaços de miséria, por meio de concessão de privilégios e não de direitos, utilizando-se do discurso ideológico que promete combater a pobreza pela inserção aos ditames da mesma economia que é a causadora da miséria.

Funcional aos interesses do capital, o Estado tem viabilizado a ordem reprodutiva sociometabólica do capital, regulando os conflitos e possibilitando a exploração do trabalho, de terras e territórios. No Brasil, o espaço agrário brasileiro vem sendo (re)ordenado via adoção de um modelo agrícola que privilegia as esferas produtivas mais capitalizadas, favorecendo as condições necessárias para a

expansão da acumulação do capital. As reformas estruturais concebidas com o intuito de disseminar a forma capitalista de produzir o campo, agem para favorecer as empresas e o agronegócio em detrimento dos que cultivam a terra para o autoconsumo, considerados “marginalmente produtivos” e “incapazes”, de se adequarem à nova “ordem mundial”.

No campo, quando a política pública se diz voltada aos sujeitos mais pobres, a estratégia do capital neoliberal via Estado passa a estabelecer uma nova política social focada no “desenvolvimento sustentável humano”. Visando assegurar a ordem política e sócio metabólica do capital, Políticas Públicas cumpriram o papel de “amenizar” os efeitos da pobreza, por meio de ajustes da nova ordem; bem como, pelo acesso à terra assistida pelo mercado, por meio da propagação de créditos, via implementação de territórios da cidadania, de desenvolvimento local, com enfoque no local e nas comunidades por meio de microprojetos com a participação da sociedade civil via ONG’s.

Nas últimas décadas do séc. XX e primeiras décadas do séc. XXI, a crise do capital e a expansão da financeirização da economia mundial condenou os países periféricos à avassaladora e pernicioso (des)regulamentação das fronteiras nacionais, reformas estruturais são introduzidas a partir da emergência do neoliberalismo, garantindo a flexibilização das fronteiras para a mobilidade de capitais em direção ao espaço agrário. Tem se ampliado alterações no processo de intervenção das Políticas do Estado no campo brasileiro, no qual a produção camponesa, que sempre foi colocada à margem das políticas do Estado, passa a ocupar um lugar estratégico nas novas/velhas táticas do capital via política de desenvolvimento rural brasileiro. No entanto, o processo que engendra tais alterações, seu conteúdo e objetivos situam-se muito longe da transformação social que possibilite eliminar a pobreza e a desigualdade no campo. Ao contrário, do que afirmam, as políticas de crédito e de desenvolvimento constituem-se em um pernicioso arquétipo a reforçar esse quadro.

Essas novas/velhas Políticas Públicas continuam a reforçar a lógica de produção que vem sendo imposta para o campo brasileiro, desde a década de 1970, no qual o espaço agrário vem passando por um avassalador processo de (re)ordenamento territorial do capital, caminho amplamente disseminado pelo Estado propalador da ideologia da produtividade capitalista, via políticas de crédito; de modernização e desenvolvimento; de estímulo ao modelo do agronegócio; reforçando a estrutura fundiária concentrada; no incentivo a substituição da produção de cultivos

para o auto consumo da unidade de produção familiar por cultivos voltados a abastecer a produção agroindustrial e de *commodities*.

Os efeitos do reajuste do capital financeirizado via políticas de Estado sob o discurso hegemônico comandado pelo Banco Mundial tem impulsionado a penetração da forma capitalista de produzir no espaço agrário, afiançando a concentração/centralização de capitais, através do apoio irrestrito ao capital industrial e financeiro na agricultura, no qual propala-se o agronegócio e o empreendedorismo como a únicas alternativas para a permanência das unidades de produção no campo direcionando-as a produzir cultivos específicos, inseridos na lógica do agronegócio, em detrimento, por exemplo, de um processo de diversificação da produção assentada na produção de policulturas. Nesse sentido, as políticas de Estado negam o campo enquanto condição de vida, esquivando-se de soluções que combatam os processos históricos que levaram a concentração de terras e a desigualdade social, intensificando a expropriação e a miséria via renda capitalizada da terra.

Nos propomos com a tese sinalizar o conteúdo e sentido das transformações que perpassam no campo brasileiro, e as consequências que estas impõem no espaço agrário, expondo as conexões do capital na disseminação do mundo da mercadoria, na generalização do valor de troca, na redefinição das relações entre os lugares, e na sua relação com o Estado - que assegura e preserva as relações capitalistas, organizando o tecido social por meio de normalizações e de políticas estatais, que as relações capitalistas se reproduzam, produzindo, (re) definindo a estrutura espaço-territorial necessária para a expansão do capital no campo.

Nesse contexto, nossa HIPÓTESE, partiu do princípio de que:

O Estado a partir das Políticas Públicas, no campo, redefine a produção familiar camponesa, conforme os estratégias do capital, maximizando a renda fundiária, a especulação do mercado de terra e a generalização do valor de troca, ao tempo em que reconfigura terras e territórios.

A partir dos seguintes pressupostos:

1. De que forma a universalização do valor de troca tem (re)definido as relações sociais no campo?

2. Quais as lógicas estabelecidas pela reestruturação produtiva que alteram as relações de trabalho e de produção para a expansão e acumulação do capital no campo?

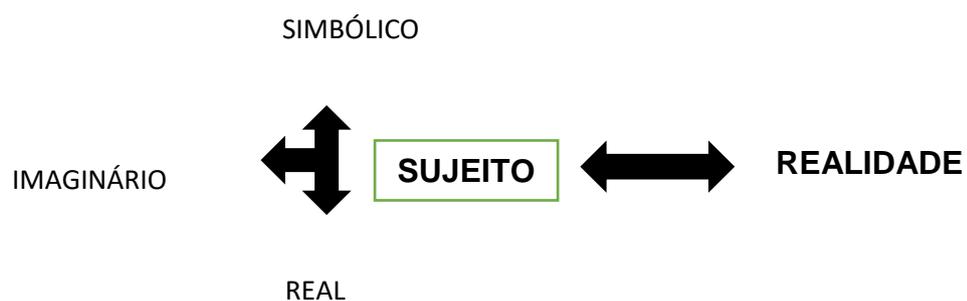
3. Em que medida os efeitos do reajuste do capital financeirizado via políticas de Estado tem intensificado a penetração da forma capitalista de produzir, afiançando a concentração/centralização do capital?

4. Como tem se revestido a manipulação e a criação de uma falsa aparência da realidade no campo através do discurso ideológico de cidadania, da inclusão social via Políticas Públicas, da eliminação da miséria e do atendimento parcial e precarizado das reivindicações sociais que compõem as inúmeras realidades no país?

5. Em que medida vem sendo sorrateiramente velado o processo histórico da apropriação e expropriação do trabalho e da terra, do estabelecimento da engessada estrutura fundiária, contendo as manifestações de resistência e de luta dos movimentos sociais no campo pela terra de trabalho?

Ao refletir sobre o conhecimento¹, sua veracidade e universalidade, Conceição (2019), explicita que, [...] o conhecimento se dá a partir de um sujeito [...], portanto, não há neutralidade no conhecimento [...] conhecer está inscrito o que você experiência, está posto a relação entre o sujeito e o objeto.

Figura 1 - Relação sujeito - objeto



Fonte: CONCEIÇÃO, 2019.

Elaboração: RODRIGUES, V, P, A., 2019.

¹ - Notas da aula Epistemologia da Geografia, 2016, 2019. Disciplina oferecida pelo programa como base formadora para diversos pesquisadores da pós-graduação em geografia. Lecionada pela Prof.^a Dra. Alexandrina Luz Conceição, possibilita uma enorme contribuição ao entendimento e a compreensão da ontologia da ciência e da geografia, a partir de leituras reflexivas, debates e diálogos de autores e métodos e ciências que permeiam o pensamento geográfico como a história, filosofia, literatura, arte e sua história, filosofia, literatura, arte.

O conhecimento geográfico é fundado, produz e é produzido na dialética das lutas de classes, e está inscrito no movimento do embate entre visões de sociedade, perpassadas por concepções de mundo e de método de análise. O autor Humberto Eco, (2008), discorre sobre o caráter atribuído a uma tese ao determinar que todo o trabalho é científico e político quando contribui para o desenvolvimento do conhecimento geral, não existindo, portanto, oposição entre tese política e tese científica.

Temos, portanto, o entendimento e compreensão de que toda pesquisa tem caráter político e que exprime a concepção de vida de quem a produziu. Este debate é marcado essencialmente por diferentes concepções transcorridas no movimento do embate entre visões de sociedade e de método de análise. Deste modo, a depender da opção de classe e do método, o geógrafo analisa de forma diferenciada as contradições na sociedade capitalista, a luta existente entre as classes sociais, o seu movimento e rebatimentos espaciais. Autores como Conceição (2012), lançam luzes sob os discursos e nos ajudam a refletir ideias, pensamentos e projetos societários em confronto na leitura crítica geográfica do capital, Estado e Políticas Públicas. Para Conceição (2012), é preciso pensar o pensamento geográfico a partir de estruturas construídas no contexto histórico em que prescrevem as ideologias, na configuração das concepções teóricas dos sujeitos que discursam.

Pensar o pensamento geográfico a partir de estruturas construídas no contexto das determinações históricas e na configuração de suas concepções teóricas, que se definem a partir das categorias fundantes, dos sujeitos que discursam, e no campo das ideias, no contexto histórico em que prescrevem as ideologias, ou seja: o que e o porquê, na dimensão da contextualização dos seus pensadores. (CONCEIÇÃO, 2014, p. 107).

A depender do interesse de classe e do método, o geógrafo analisa de forma diferenciada a luta existente entre as classes sociais, o seu movimento, dinâmica e rebatimentos espaciais, as contradições que balizam o passado, presente e futuro na sociedade capitalista. Para Conceição (2005), um geógrafo comprometido em produzir conhecimento em benefício da sociedade, deve ir além das aparências, buscar analisar a espacialização da miséria não como simples registro de paisagem, mas como sujeito responsável por sua alteração na luta pelo fim do lucro, do capital; logo, revolucionário de um tempo presente, de um tempo histórico.

O sociólogo, Florestan Fernandes (1986), já advertia: “não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados (FERNANDES, 1986, p.25). Tomando o partido da classe social trabalhadora, o lado dos explorados, deixamos claro que a geografia que propomos e que queremos construir é a que busque constituir-se como um instrumento para a reflexão crítica, comprometida com o social, a serviço da humanidade. Conceição (2019), enfatiza que o objeto da geografia é a própria realidade. É preciso dar conta das mediações das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais da realidade. É preciso fazer uma geografia comprometida com o espaço e o tempo social, comprometida com a realidade social.

Há na academia uma extensa profusão de concepções e métodos de análise que expressam diversos entendimentos sobre Políticas Públicas. Compreender a origem e a ontologia desse tema como os autores que se inscrevem e analisam o Estado Capitalista e como estes pensam e concebem as Políticas Públicas nos possibilitará o melhor entendimento de seu movimento e rebatimentos na sociedade. Para Höfling (2001), não é uma simples questão de abordagem: o método de análise implica em diferenciação de pressupostos, conceitos, posturas teóricas, sistematizações intelectuais, proposições políticas, enfim, concepções de mundo e sociedade diferentes.

Nossos fundamentos basilares serão as teorias e pesquisas que buscam, consubstanciadas pela análise da totalidade descortinar a realidade que está posta para o espaço agrário, sinalizando a leitura das contradições, descortinando o discurso tanto das políticas de desenvolvimento, compensação da pobreza e fortalecimento da produção familiar, que para nosso entendimento são políticas estratégicas, produzidas pela lógica do capital para a reproduzir seu sociometabolismo.

A compreensão e explicitação das contradições geradas no mundo capitalista contemporâneo demandam enorme esforço de pesquisa e clareza teórica (FONTES, 2010), [...] toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente (MARX, 1985, p. 271). Como então saber o que de fato existe como totalidade real? Tal propositura exige um exame mais atento e mais profundo do real. Para Marx (2008) tudo emerge do real, do empírico, desse modo, para o autor, parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo. No método teórico é necessário que o sujeito esteja constantemente presente

na representação como ponto de partida, só então o percurso do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real.

Nos explica Tonet no livro *Método Científico: uma abordagem ontológica* (2013), que apesar de Marx não escrever um obra específica sobre o Método Científico, é possível encontrar em vários de seus escritos², passagens fundamentais em que tece lineamentos de um caminho científico, contudo, o autor destaca que, ao contrário dos pensadores modernos, no pensamento de Marx não há um método que possa ser apreendido previamente ao ato do conhecimento, enquanto um conjunto de normas, e procedimentos operativos previamente estabelecidos aplicados a um processo de conhecimento. “Seu pensamento não se instaura como uma gnosiologia, mas como uma ontologia³, ou seja, uma teoria do ser social” (TONET, 2013, p. 70). Há, portanto, ciência nos escritos de Marx, sem, contudo, deixar de lado o pensamento filosófico para a explicativa da realidade. [...] Marx parte da gênese do ser social, do ato que funde a sociabilidade. É na análise desse ato que ele descobrirá a natureza e a função social, essenciais do conhecimento científico (TONET, 2013, p. 70).

Para Engels (2015), o materialismo histórico dialético é apresentado como alternativa para a análise social. A natureza, assim como a sociedade, tem uma história que precisa ser compreendida na sua concretude. Explicando a lei da negação da negação ou a lei da contradição, alicerce fundamental para a compreensão da dialética materialista.

Neste sentido, alicerçaremos nossa pesquisa a partir do método do materialismo histórico dialético, que permite compreender como as contradições no modo de produção capitalista se materializam na atualidade do campo brasileiro. A análise teórica da vasta obra de Karl Marx será o alicerce de nossa pesquisa. As orientações do método e de teoria construídas por Marx, aliado ao suporte teórico de marxistas clássicos e contemporâneos, além de outros estudiosos e pensadores, nos permitirá centrar na estrutura teórica que nos levará a compreensão dos desdobramentos da relação Capital-Trabalho-Estado, no qual faremos correlações

² O autor cita obras como Manuscritos Filosóficos, A sagrada Família, Ideologia Alemã, Grundrisse, e O capital.

³ Por ontologia se compreende ciência metafísica que estuda a natureza, a existência, a realidade do ser. Na etimologia da palavra Ontologia – Ontos “ente” e logos “ciência do ser.

analíticas para a compreensão dos rebatimentos deste tripé na sociedade capitalista do século XXI.

Nos ensina Marx no livro ***Contribuição a crítica da Economia Política*** (2008), que ao estudarmos um determinado objeto do ponto de vista da sua economia política, que geralmente começamos por analisar a sua população, a divisão desta em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Nesse sentido, para o autor, parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, a população, constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, adverte Marx, em um exame mais atento, tal situação revela-se falsa. Se começarmos simplesmente pela população, teremos uma visão caótica do conjunto. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão o do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc. Aqui chegados, teríamos que empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população, numa análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações - desta vez não teríamos uma ideia caótica de todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações.

A compreensão e explicativa da realidade torna-se um caminho a ser trilhado, pois para não a engessar em recorte temporal e espacial de fragmentos de fenômenos desarticulados requer a análise acurada da realidade no movimento do ir e vir, do digressivo e regressivo, para entender a totalidade das múltiplas determinações e relações que a compõe. O método materialista histórico dialético de Marx permite investigar e esclarecer em pormenores e inquirir as contradições, mas esse caminho não é nada fácil de ser realizado, requer uma profundidade teórica e de práxis empírica, tarefa árdua e de difícil alcance para o tempo de uma Tese, principalmente para quem nesta pesquisa ainda está num longo caminho de aprendizado a ser trilhado. Quando se trata de analisar a funcionalidade do Estado e das políticas públicas para o sociometabolismo do capital no campo; por ser uma análise que abre possibilidades de múltiplas relações e complexidades de entendimento; em face às

inúmeras mediações e relações derivadas da unidade complexa do tripé Estado-capital-trabalho em que permeiam os interstícios da sociedade, em quase todos os aspectos da vida social e privada, transformando as relações sociais e a (re)produção espacial dessa totalidade, a pesquisa tornar-se-ia um gigante inalcançável. Ainda mais quando não se pode compreender essa complexidade de relações por si só, nem pela leitura da evolução geral em fases históricas, econômicas ou de desenvolvimento. Conforme salienta Kosik (2002), a dialética significa colocar em movimento. É considerar que nada é eterno, salvo a mudança dialética, tudo é mutável. Tudo que existe é resultado de um encadeamento de processos – o desenvolvimento dos processos se dá em espiral em uma unidade de contrários que se inter-relacionam. A totalidade é o *movimento* do próprio real.

A unidade Estado-capital-trabalho e sua materialidade precisam ser compreendidas, no movimento dialético, pois, assim como as relações sociais, as relações dessa unidade “não são uniformes e nem sempre tem as mesmas idades e tempos históricos, coexistem, entre o descompasso e o desencontro” (MARTINS, 2008^a), entre o atrasado e o moderno, e não são objetos fixos, imutáveis, estão em constante construção e desconstrução, em transformação, em complexo movimento e desenvolvimento. Precisaremos, nesse sentido, entender as mediações, as relações sociais, conflitos e contradições do tripé capital-trabalho-Estado para assim compreender as políticas públicas, seus desdobramentos sociais e rebatimentos espaciais.

De certo, o que temos é que não será possível dar conta de todas as mediações e determinações da totalidade da realidade que pretendemos compreender, mas, nosso esforço será máximo para alcançá-los, mesmo que apenas explorando algumas mediações, funcionalidades e contradições. Neste sentido, os estudos aqui apresentados não se darão por encerrados nesta Tese, ao contrário, nossa contribuição, apenas abre possibilidades de ampliação das reflexões e análises sobre as questões aqui apresentadas.

De acordo com Marx (2011^a), o concreto é concreto, porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011^a, p. 77-78). Nesse sentido, também no método de análise, os sujeitos, a sociedade, precisam estar

continuamente presentes como pressupostos da representação (Idem, p. 79). Segundo Gomes (2014), Marx e Engels aprofundaram a reflexão dialética a partir do materialismo histórico, entendendo a história em seu movimento concreto e contraditório. Esse método torna-se “profundamente histórico e toda abstração deve partir de homens de carne e osso, da prática social, através de pressupostos reais e não daquilo que se pode imaginar ser o homem, representado e pensado fora da história” (GOMES, 2014, p. 24).

Para Tonet (2013), Marx (1985) parte da gênese social, do ato que funda a sociabilidade para compreender a realidade. O ser social, sua origem, sua natureza e sua função social só podem ser apreendidas na medida em que se conhecem as determinações mais gerais e essenciais desse ser na produção do ser como totalidade, na práxis social. Conforme ressalta o autor: Marx (1985) explica que é na práxis que o homem demonstra a verdade, a realidade. Fiel em ater-se à realidade, para elaborar a teoria da realidade seria o que mais de imediato aparece: os indivíduos reais ativos, que se encontram em determinadas condições materiais de vidas, os resultados das atividades passadas (história) e que continuam a ser modificadas pelo presente, impostas pelas necessidades de sobrevivência e transformação da natureza, ou seja, o trabalho, o ato humano de intercâmbio com a natureza, que é inseparável da autoconstrução humana, é portanto o primeiro que deve ser examinado. Neste ínterim, nosso fio condutor será a análise do Estado e das políticas públicas suas mediações e funcionalidades na universalização do valor de troca, na correção dos conflitos e manutenção da mazelas geradas pelo capital-trabalho produzidos no processo de expropriação e exclusão da riqueza do trabalho das formas de (re)produção camponesa.

Consustanciados neste caminho teórico e de método encontramos respostas, reveladas na totalidade, escamoteadas no bojo da contradição: inclusão – exclusão, uma vez que na leitura das contradições, o discurso tanto das políticas de compensação da pobreza, bem como do fortalecimento da produção familiar, são conteúdos das políticas estratégicas, produzidas pela lógica do capital e de seus aliados. Para tal, foi necessário ultrapassar o nível das aparências e caminhar em direção à essência, para capturar aquilo que de fato existe como totalidade real.

Nesta tese, utilizamos os conceitos geográficos: ESPAÇO e TERRITÓRIO. A análise a partir das contradições na sociedade capitalista se constitui como eixo central na compreensão do território, cujos processos dessas contradições se

materializam ao longo de diferentes tempos no espaço. Centraremos na reflexão das consequências do processo de expansão da financeirização capitalista no espaço agrário, e de que forma estas afetam a unidade de produção camponesa e aprofundam a exploração do trabalho, procurando elucidar os mecanismos do Capital e do Estado, que colocam a terra como mercadoria e promovem o processo de subsunção do camponês e do trabalhador.

A partir do entendimento dialético da categoria totalidade, estes conceitos geográficos possibilitaram analisar as modificações e os rebatimentos promovidos pela expansão do capital no campo e as novas formas de exploração e subsunção dos camponeses e trabalhadores; ao mesmo tempo, permitiu vislumbrar as estratégias de resistência por parte dos camponeses e proletários no processo produtivo do campo.

A compreensão teórica substancial desses conceitos está alicerçada na leitura da lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital, na compreensão de como a produção capitalista constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam dinâmicas desiguais de valorização, bem como o entendimento da funcionalidade do Estado na institucionalização dessa desigualdade, produzindo uma geografia de espaços de concentração de riqueza, em contraste com os de expropriação, pobreza e miséria.

Para além da crítica cristalizada apenas no aparente, a crítica radical do capital e do Estado é necessária para desconstruir os mitos e dissecar a realidade até chegar a essência de suas contradições, para tanto, desvelaremos a funcionalidade do Estado e das Políticas Públicas, para alcançar tal propositura, nosso caminho de análise sempre busca perpassar o tecido do tripé Estado-capital-trabalho e suas mediações para a garantia da propriedade e expropriação da terra e do trabalho pelo capital, perpetuadores da pobreza no campo. A partir da análise qualitativa e quantitativa da realidade, na leitura das contradições, denudaremos o discurso e aparência das políticas de desenvolvimento, de compensação da pobreza, bem como, do fortalecimento da produção familiar, buscando evidenciar a essência das políticas que versam para serem formas de superação da desigualdade, mas, no entanto, agem enquanto propósito das estratégias produzidas pela lógica do capital e de seus aliados.

Na pesquisa quantitativa trabalhamos os dados que se apresentam de forma mais direta aos sentidos, porém passíveis de inferências e generalizações sociais e econômicas; enquanto pesquisa qualitativa trabalhamos com a análise da história, ideologia, valores sociais, motivos e porquês, atitudes e opiniões dos sujeitos sociais, elementos que não se prestam ao tratamento estatístico generalizante, mas a análise compreensiva/interpretativa e dialética.

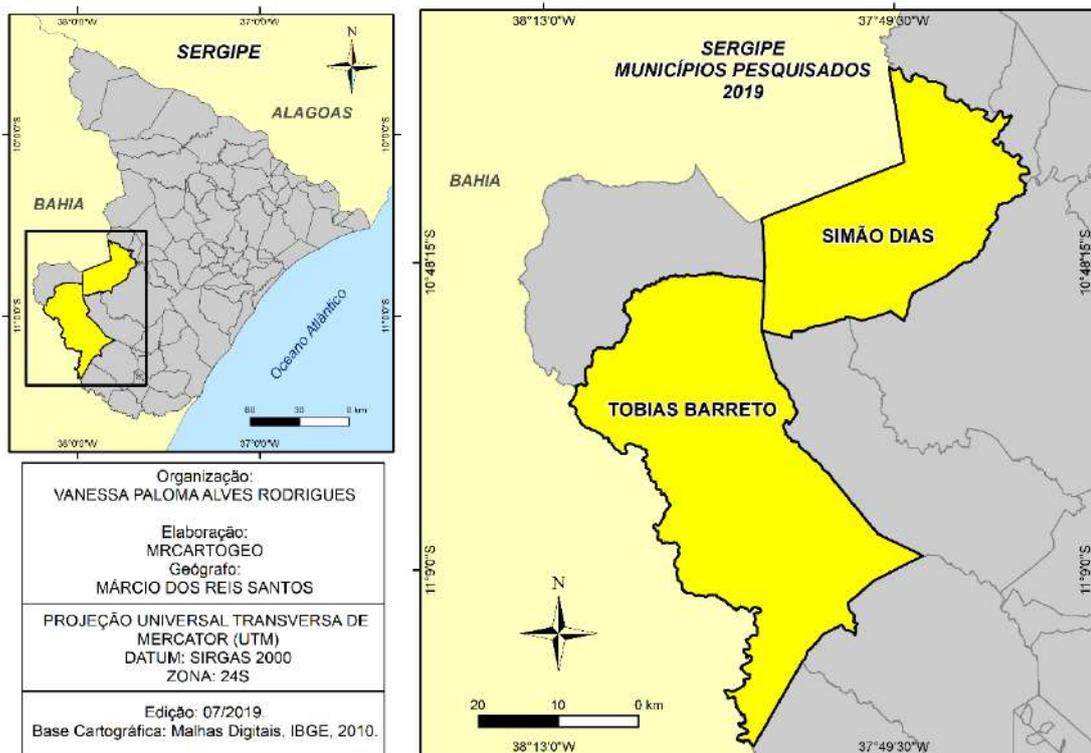
A pesquisa empírica desenvolveu-se a partir da observação sistemática da realidade do espaço agrário sergipano, via recortes espaciais que se entrecruzam no contexto local, regional, nacional e mundial, possibilitando a observação e análise das engrenagens e ações do Capital e Estado e seus rebatimentos na intenção de compreender e refletir, no movimento da totalidade, do ir e vir das/nas múltiplas escalas de análise, as ações do Estado e das Políticas Públicas na especificidade dos municípios do centro-sul sergipano⁴, Simão Dias e Tobias Barreto (mapa 1), uma vez que, desde tempos remotos, são referências de espaços de (re)produção camponesa, por meio de um modo de vida e forma de (re)produção que protegem os cultivos voltados a produção familiar. Esse sujeitos do campo e sua produção familiar estão inseridos de algum modo nas Políticas Públicas desde o início das ações do Estado no espaço agrário, no entanto, o nó górdio⁵ é: até que ponto estas políticas

⁴ Centro Sul sergipano, formado por cinco municípios (Simão Dias, Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas e Tobias Barreto) classificação estabelecida em 2007, Decreto Estadual nº. 24.338, de acordo com Plano de Desenvolvimento do Território, do Gov. De Sergipe, 2008. O plano estratégico “Sergipe Governo de Todos: desenvolver para incluir” apresentava o discurso da inclusão pelo direito, por meio da universalização do acesso aos serviços públicos e a inclusão pela renda, de modo a reduzir as desigualdades Territoriais. Dentre os seus objetivos de seu plano estratégico visava “fortalecer as atividades econômicas e sociais do Centro-Sul, a partir da implementação de políticas públicas adequadas à realidade do território, preservando a sua identidade e contribuindo para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural de Sergipe”. Assim combater a concentração de terras e de poder e ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda são as bases da formulação dos cenários. (Plano de Desenvolvimento Territorial, 2008)

⁵ Conforme elucidada Boff (2017), o **nó górdio** é uma lenda que envolve o rei da Frígia (Província romana na Ásia Menor) e Alexandre, o Grande. A Frígia era para onde eram enviados condenados políticos sediciosos e na era cristã, os hereges. Era uma espécie de Sibéria, lugar de punição a opositores ou defensores de doutrinas heterodoxas. É comumente usada como metáfora de um problema insolúvel (desatando um nó impossível) resolvido facilmente. A lenda do **nó górdio** diz que tendo ficado vacante o trono, foi escolhido como rei um camponês de nome Górdio. Veio com seu carro de bois. E para honrar Zeus e mostrar a humildade de sua origem, colocou a carroça dentro do templo. Amarrou-a com grossa corda com infundáveis nós de sorte que ninguém conseguia desatá-la. E assim ficou por muito tempo. Até que no ano 334 a.C. passou por lá Alexandre, o Grande. Curioso, foi ver os nós. Circulou ao redor. Não ficou refém dos nós da corda. Teve uma iluminação. Desembainhou a espada. Num golpe cortou a corda. Daí se derivou a conclusão de que uma ideia fora dos quadros convencionais – os nós – pode facilmente desatar os nós e resolver o problema. Conforme o autor, o Brasil está amarrado a quatro nós

possibilitam a permanência na terra e trazem melhorias reais para o fortalecimento do modo de vida e de (re)produção camponesa?. Essas localidades possuem uma realidade fortemente vinculada ao processo de expansão capitalista no campo sergipano, e nas últimas décadas vem passando por (re)arranjos territoriais do capital.

Mapa 1 – Localização dos municípios pesquisados



A pesquisa qualitativa por meio de pesquisa campo, utilizamos instrumentais metodológicos essenciais, a exemplo de caderno de campo, fotografias, entrevistas por pauta na busca do aprofundamento das reflexões, também entrevistamos por meio de conversas formais e informais, semiestruturadas, no qual registramos os relatos por meio de gravador de voz.

górdios, sem que até hoje chegasse alguém que num corte libertasse o Brasil deles. Mas um dia ele irromperá.

A população de amostra da pesquisa foi direcionada aos camponeses, assentados, cooperativistas, trabalhadores rurais e lideranças de movimentos sociais. A delimitação quantitativa dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa foi realizada via amostragem por saturação, ou seja, quando o pesquisador fecha o grupo, após informações coletadas com um certo número de sujeitos, novas entrevistas passam a apresentar uma quantidade de repetições em seu conteúdo” (TURATO, 2003, p. 363). Nesse sentido, a medida em que as informações coletadas atingiram um ponto de saturação as entrevistas foram finalizadas. A aplicação de questionário fechado⁶, junto aos camponeses foi desenvolvida através do seguinte roteiro: levantamento de dados pessoais; condições sociais; uso e ocupação da terra; acesso à tecnologia, assistência técnica, formas e condições de produção, circulação dos cultivos; relações e inserções com o agronegócio e mercado; organização em comunidade, associações e movimentos. Observamos também, as relações e vínculos com Estado, acesso as políticas públicas de renda, de terras, de permanência, capacitação e infraestrutura. Se já obtiveram algum tipo de financiamento, para qual finalidade utilizaram o crédito, dificuldades para acessar a política de crédito, relações com o banco e mercado, e o mais importante, se de fato estas políticas estão possibilitando a permanência e a reprodução das famílias camponesas no campo por meio da terra. Enquanto que as entrevistas abertas buscaram captar a história, as mediações com a natureza, as relações sociais, o vivido e o concebido pelo entrevistado, visando compreender a realidade no qual os sujeitos entrevistados estão imersos.

O levantamento quantitativo foi realizado por meio de levantamento estatístico em banco de dados em fontes como o IBGE, Sensos Agropecuários, e o SADE e SEAGRI (sistemas de dados do MDA) que possibilitaram a construção de gráficos e tabelas estabelecendo comparações a nível nacional, regional, estadual e municipal. Além disso, analisamos outras fontes de dados que são revelados por diversos movimentos que tem relação com a terra que revelam informações essenciais dos conflitos da questão agrária brasileira.

A coleta de dados das entrevistas semiestruturadas e estruturadas, a análise de discursos, imagens, trechos de entrevistas, registros de indicadores estatísticos, elementos em torno dos quais subsidiaram a construção de nossas análises, reflexões e conclusões que apresentaremos nesta tese. Nesse sentido, observamos que as

⁶ Questionário disponível no apêndice 1.

condições sociais de pobreza e a lógica de exploração que gera os padrões extremamente concentrados de riqueza e renda no país pouco tem se alterado com as políticas públicas. O que se verifica é que quando há sinalização de alguma pequena melhora nas condições de vida desses sujeitos, por vezes ela é passageira ou incerta, evidenciando que há apenas a manutenção da pobreza sem alterar as condições estamentais que geram a desigualdade. Ou seja, camponeses e trabalhadores continuam a sofrer com a espoliação e exploração de terra e riquezas do trabalho que tem pauperizado suas condições de vida. O que se evidencia na pesquisa é que há uma escalada crescente de aumento da concentração da riqueza, e conseqüentemente do avanço da pobreza, das condições de exploração do trabalho, da terra e da natureza, a se agravar ainda mais na atualidade principalmente com o avanço de políticas públicas do Estado ultra neoliberal totalmente em sintonia no atendimento dos interesses do capital.

Os resultados desta Tese estão apresentados, em seis capítulos, além desta introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado: **DESVELANDO O CAPITAL, O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**, refletimos sobre a propagação e incorporação de um discurso mitificado e mistificado do capital, do Estado e das Políticas Públicas na dissimulação das políticas de desenvolvimento, que representam formas de intensificação e expansão do capital, bem como, a subordinação do camponês ao mercado, ocultando os nexos essenciais da lógica sociometabólica do capital.

No segundo capítulo intitulado: **O ESTADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ORDEM SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL**, nossas análises buscam o entendimento da condição histórica do caráter de classe do Estado e da sua funcionalidade na relação capital-trabalho ao assumir formas políticas e funções de acordo com as necessidades expansivas no movimento da (re)produção sociometabólica do capital. Analisamos os fundamentos políticos, econômicos, sociais e a normatização jurídica da propriedade e do contrato da exploração humana, enquanto fontes da acumulação de capital. Na crítica das Políticas Públicas, refletimos que estas estariam a serviço do capital e do Estado enquanto mecanismos funcionais de mediação que visa à promoção do apaziguamento dos conflitos sociais.

No terceiro capítulo: **O PÚBLICO E O PRIVADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS MEDIAÇÕES DO ESTADO – CAPITAL**, buscamos o entendimento dos mecanismos e mediações da falsa separação entre a economia e a política, análises

que realizamos desconstruindo a premissa de que o Estado e o mercado se constituem enquanto polos antagônicos, bem como, refletimos o processo dissimulatório de (re)significação da sociedade civil que tenta mascarar a sua forma política da sociedade burguesa, eclipsada enquanto representação da sociedade sem classes, ao reunir várias organizações e movimentos com interesses antagônicos em articulação e diálogo numa ilusória conciliação e paz social, em que todos se reconhecem numa mesma esfera social, mascarando a sociedade amalgamada em uma realidade de desigualdades e de apartação de classes e em conflito de interesses. Nesse sentido, desvelaremos que o Estado e a Sociedade Civil são mediações do capital e que agem para a privatização do público, permeada por relações que falseiam uma aparência de que não há uma sociedade de classes demandando e construindo Políticas Públicas que se afirmam enquanto “públicas” para a garantia dos interesses do privado.

O quarto capítulo: **CRISE DO CAPITAL: O ESTADO E AS NOVAS RACIONALIDADES DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA**, reflete sobre a crise do capital e as novas racionalidades da mundialização e financeirização da economia marcado por mudanças estruturais na política de Estado e da vida social, permeados por novas determinações na geopolítica global, remodelando relações entre Estados-Nações e frações do capital produtivo e financeiro, nos domínios da organização industrial e relações de produção, intensificando a exploração do trabalho. Para manter o regime de acumulação do capital intacto, o mundo passa, portanto, por uma radical (des)regulamentação e (re)estruturação, impelindo ao Estado uma forma política neoliberal em que esvazia seus pilares sociais e passa a se assentar em uma razão e lógica privatizadora. É nesse contexto que surgem velhas/novas políticas públicas instrumentalizadas pelo Banco Mundial com discurso de atender as demandas sociais, mas que age para o atendimento das necessidades do modelo de desenvolvimento capitalista financeirizado do campo e salvaguardar o capital da crise e quedas nas taxas de lucros.

O quinto capítulo, **AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A (RE)CONFIGURAÇÃO DE TERRAS E TERRITÓRIOS**. Buscamos a compreensão do modelo de desenvolvimento permeado pelo discurso de combate à pobreza por meio de relações com o mercado, do acesso ao crédito e a políticas empreendedoras. Apoiada na intervenção do Estado via políticas de financiamento do Banco Mundial, privilegiadoras do capital financeiro e das grandes cadeias agroindustriais, tem-se

estabelecido no estado de Sergipe a implantação de infraestrutura e Políticas Públicas que passam a subsidiar o estabelecimento de monopólios da produção de cultivos atrelados a *commodities* e as cadeias agroindustriais, gerando a subsunção do trabalho e da terra camponesa ao capital. As políticas de crédito, os pacotes tecnológicos modernizadores, assistência técnica, pesquisa agropecuária e extensão rural, que propiciaram significativos ganhos de produtividade, sobremodo, a partir da década de 1980, tem ocasionando profundas mudanças no processo produtivo apresentado até então, avançando de forma contundente nas pequenas e médias propriedades, conduzindo a transformação da produção camponesa em monopólio e território do capital.

O sexto capítulo: **A DEMOLIÇÃO DE DIREITOS EM TEMPOS DE ESTADO DE EXCEÇÃO**, situamos o contexto político e social atual de graves e destrutivos retrocessos para a classe trabalhadora. Apresentamos a leitura das novas formas camufladas de privatização do Estado, em total simetria com os ditames neoliberais, na imposição do Estado de Exceção sem máscaras, que antes se estabelecia de forma velada, passa a assumir medidas que flertam com fascismo, pela via da força bruta da lei ou da sua negação, impondo um projeto violento, devastador e desmedido de total ajustes para o aprofundamento das formas mais desumanas de exploração do capital, saqueando as riquezas do país, privatizam tudo que pode ser mercadorizado e aniquilando os direitos conquistados e esmaecendo ainda mais a frágil democracia capitalista.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, concluímos com a tese de que sob o imperativo do capital financeiro, da expansão da forma mercadoria e do agronegócio, na intermediação da sociabilidade do capital – estrutural e ideológica, dissemina-se uma série de transformações no espaço agrário com o propósito da conversão das formas não capitalistas de produção, em território do capital, intensificando desigualdades, fome e degradação humana, de terras e territórios. Mascarando as classes em conflito e as perversas relações de exploração Políticas Públicas e direitos sociais no movimento da complexa e enredada contradição, ao tempo que apaziguam precariamente algumas mazelas do capital, aprofundam e perpetuam um perverso conjunto de relações de exploração que permanecem arcaicas em sua essência, e se apresentam enquanto novas, com a aparência do moderno, mas escondem as velhas formas de exploração do trabalho, da pobreza e da miséria afiançadas pelo capital.

2. DESVELANDO O CAPITAL, O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo desvela e desmistifica os discursos e falseamentos do capital e o Estado, expondo o que se esconde por trás da aparência dos mitos da Modernidade, do Desenvolvimento da superação da pobreza e desigualdade. Afirma-se a ideologia de um Estado mediador, imparcial, conciliador, equalizador e garantidor de igualdades de direitos e bem-estar. Entretanto, na ideia difundida de que “o Estado somos nós”, há a dissimulação das políticas públicas, enquanto Estado garantidor dos direitos de todos.

2.1. A DISSIMULAÇÃO DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO

Para Neil Smith (1988), é muito difícil conseguir compreender o sentido do mundo sem as imbricações das perspectivas políticas e geográficas. Neil Smith busca construir e apontar as conexões teóricas entre as duas tradições intelectuais: A Geografia e a Política, versando sobre a Geografia da Política e sobre a Política da Geografia. Conforme o autor, à geografia política, como um dos campos de análise da geografia, cabe refletir sobre as dimensões das questões inerentes “às relações entre a política – controle dos conflitos dos interesses, decisões e ações – e o território – base material e simbólica do cotidiano social (SMITH, 1988, p. 37). Para Carlos (2017) a leitura da espacialidade possibilita um momento de elucidação da realidade social. Nesse sentido, é através desta perspectiva que a geografia incorpora o conjunto das ebulições e conflitos que apontam as transformações no/do espaço em diferentes escalas.

No entanto, a utilização da geografia política enquanto ferramenta para a leitura e compreensão do mundo tem sido contraditória, conforme aponta Neil Smith (1988), uma vez que, verifica-se na verdade, o pouco prestígio dado a geografia política, enquanto recurso que permite a compreensão e análise política da sociedade capitalista e de suas dimensões, que deveriam ser investigadas com profundidade.

[...] mesmo na atualidade, a evidência da importância da política – institucionalizada ou não – nos processos de organização tem sido contraditória com o pouco prestígio da geografia política, especialmente se é feito um paralelo com outras subdisciplinas voltadas para os temas urbanos, regionais, econômicos, e, mais recentemente, aos problemas que envolvem o meio ambiente, todos

compondo uma agenda muito valorizada como geografia por excelência. Paralelamente, a relação entre a política, compreendida como modo de organização dos conflitos de interesses, e o território, a arena privilegiada da ação, define as muitas dimensões das relações espaço – sociedade que envolvem temas específicos e requerem um aparato conceitual metodológico adequado. Em outras palavras é com o recurso ao aparato da geografia política que essas dimensões poderão ser investigadas com profundidade (SMITH, 1988, p.34).

O poder da política influencia diretamente na relação espaço – sociedade, compreendidos nos processos de (re)produção e (re)organização do espaço geográfico, e revelam traços importantes da natureza da política, enquanto arena das ações do Estado, das relações estabelecidas por suas instituições e das normas que estruturam a organização das sociedades no espaço, apresentando enquanto estratégia deliberada, diferentes elementos cientificamente coordenados e planejados no tempo e no espaço, (LACOSTE, 1988), enquanto produto e reflexo da manutenção de conflitos para a perpetuação da classe burguesa no poder.

Lacoste (1988) ressalta, que, se no passado a geografia dos oficiais, dos dirigentes do aparelho de Estado, com o auxílio das cartas e de diferentes análises geográficas, estreitamente ligadas a práticas militares, políticas, financeiras, estimulou táticas e estratégias das forças armadas e dos grandes aparelhos capitalistas, estruturando o espaço em províncias, departamentos, distritos, preparando a conquista colonial a serviço dos estados-maiores e das grandes firmas e grandes bancos no plano regional, nacional e internacional. Para Lacoste (1988) não se trata somente de destruir a natureza para obter resultados políticos e militares, trata-se de modificar radicalmente a repartição espacial do povoamento praticando, por meios vários, uma política de reagrupamento nas aldeias estratégicas e a urbanização forçada. Essas ações destrutivas não representam somente a consequência involuntária da enormidade dos meios de destruição executados hoje, sobre um determinado número de objetivos, pela guerra tecnológica e industrial. São o resultado de uma estratégia deliberada e minuciosa, na qual os diferentes elementos são cientificamente coordenados, no tempo e no espaço. “São métodos de destruição e de modificação do meio geográfico conjuntamente nos seus aspectos "físicos" e "humanos" executados para suprimir as condições geográficas indispensáveis à vida de várias dezenas de milhões de homens” (LACOSTE, 1988, p.13).

“A expressão política pública, a despeito de ter um significado facilmente inteligível no senso comum, quando exige certa precisão conceitual, apresenta complexidades e abordagens diferenciadas” (COCCARO, 2014, p.1). De forma mais geral, a maioria dos estudos conduzem para o entendimento liberal de que as políticas públicas seriam o resultado do elo entre o Estado e as demandas da sociedade, elaborada para enfrentar um problema público, enquanto ferramenta passível de dar respostas a demandas sociais e enquanto resolução de conflitos, e possibilidade de desenvolvimento econômico e inclusão social, vinculadas ao alcance de uma extensão do público e em determinados locais aos quais se direciona.

Conforme reflete Nunes Rodrigues (2014), as teorias liberais, pontuam que as políticas públicas devem consistir em ações voltadas para a prestação de bens e serviços cujo custo ultrapassaria a capacidade do mercado para desempenhá-las. Por outro lado, para os teóricos da chamada escola utilitarista, as políticas públicas estariam vinculadas ao atendimento de demandas específicas, tendo como meta a maximização do Bem-Estar coletivo e a busca de patamares de equalização e justiça social.

Souza (2006), considera que o desenvolvimento de políticas públicas enquanto ciência nasce nos EUA, rompendo as etapas seguidas pela tradição europeia que se concentravam, mais na análise sobre o Estado e suas instituições, em que o estudo e pesquisas de política pública se baseavam em teorias sobre o papel do Estado e governo, produtor por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, esta ciência surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Para a autora, a base das análises nos EUA é a de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser a) formulado cientificamente e b) analisado por pesquisadores independentes. Assim, a trajetória desta ciência, que nasce no interior da ciência política, abre caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público.

Conforme os estudos de Souza (2006), demarcam-se quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Para a autora, Laswell (1936) tem sua importância, ainda nos anos de 1930, ao introduzir a expressão *policy analysis* (análise de política pública), como forma de conciliar conhecimento e produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Em Simon (1957), Souza destaca,

que o autor introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (policy makers), por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto interesse dos decisores, criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios. Enquanto Lindblom (1959; 1979), Souza (2006) destaca que propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. Já Easton (1965) apresenta um contributo para a área ao definir a política pública como um sistema, uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Nesse sentido, as políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. Já os autores mais contemporâneos Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986), Dye (1984), como aponta Souza (2006), seguem uma mesma leitura no qual considera o governo como promotor de ações que influenciam a vida dos cidadãos.

Nossas análises distanciam-se das leituras liberais, avançando para a crítica do Estado e das políticas públicas. Buscamos situá-las na totalidade, compreendemos que estas estariam a serviço do capital e do Estado enquanto mecanismo funcional de mediação que visa à promoção do apaziguamento social em benefício dos grupos dominantes. Em nosso entendimento, a questão fundamental para a análise do Estado e das políticas públicas está na condição histórica da luta de classe e do caráter de classe do Estado.

Para a expansão integral do capitalismo, e a classe dominante pudesse garantir a propriedade privada dos meios de produção, e a expropriação da classe trabalhadora, e com isso a reprodução de todos os seus privilégios, foi fundamental um instrumento de mediação social capaz de amenizar os conflitos de classe. Deste pressuposto, o Estado capitalista desenvolve-se. Sua função é a de estar no controle e domínio social em favor da classe dominante, o mediador do capital privado. Nesse sentido, é preciso compreender o Estado e a funcionalidade das políticas públicas dentro da análise no movimento da história e da contradição.

Leituras funcionalistas, estruturalistas e da pós - modernidade negam a essência e a aparência do Estado, ganham força e permeiam a inscrição de políticas públicas de desenvolvimento no Brasil. De certo, há uma grande influência estruturalista e pós-moderna refletida na quantidade de pesquisas sendo produzidas na geografia. Historicamente, geógrafos se atrelaram ao Estado, enquanto produtores de uma geografia ciência guia de políticas públicas. As teorias que as referendam e propagam ser possível a saída da pobreza, da miséria, das desigualdades na permanência e aprofundamento das relações capitalistas no campo. Afirmam a ideologia do Estado como possibilitador, deslocado da relação capital / trabalho, disseminam a miragem do desenvolvimento como forma de superação dos desajustes do subdesenvolvimento e garantidor de equilíbrio assentado na lógica economia capitalista. Apostam na conciliação da relação empresa – Estado – sociedade, em que seria possível transformação social por meio do espírito empreendedor assentado no mercado, via vocação local que uniriam interesses de classes antagônicas. Em busca da pacificação harmônica da sociedade via relações econômicas desiguais, empresários, indústria, agronegócio, comunidades tornariam essa pacificação possível através do inter-relacionamento de agentes produtivos. Na contramão dessas análises, contribuições teóricas e empíricas alicerçadas no real concreto, sob o esteio do método e da crítica marxista descortina-se a realidade aparente do tripé Estado-capital-trabalho no campo brasileiro e nos mostram a totalidade das relações que o compõe, dando subsídios teóricos para se construir uma leitura de seus rebatimentos e contradições que se expressam principalmente nos conflitos de classe.

“A função de intelectual orgânico enquadrava o geógrafo e demais profissionais das ciências sociais na posição acrítica ao Estado” (CONCEIÇÃO, 2014, p. 107). São estas reflexões que nos incidem a entender que a compreensão da leitura da produção do espaço agrário brasileiro pressupõe mergulhar nos discursos carregados de ideologia, e perpassa em refletir os projetos de sociedade, podendo constituir-se como uma ciência, um instrumento, cuja função é impedir uma reflexão política, mascarando as estratégias dos detentores do poder, consubstanciando o corpo teórico das Políticas de Estado, que se realizam enquanto imperativo da estratégia política e ofensiva teórico-metodológica material do capital.

“No mundo revirado, o verdadeiro é um momento do falso” (DEBORD, 2002), nesse sentido, identificar a realidade, portanto, é um exercício complexo, exige jamais aceitá-la como dada a priori, como simples resultado de determinações, sem antes tê-

la investigado, sem apreendê-las em suas camadas superficiais e mais profundas que as compõe, suas mediações e os nexos internos e externos que a compõe. É preciso, portanto, máximo cuidado para que uma análise não seja limitada e fragmentada de um todo de fenômenos desarticulados, compreendê-la em sua forma e conteúdo; apreender a concreticidade do concreto, pois o entendimento de uma realidade se manifesta a aparência e a essência como uma unidade inseparável.

O aparente nem sempre é tão visível, daí emerge nossa preocupação de que a realidade possa estar encoberta, mitificada e mistificada, manifestando-se inclusive de forma invertida pela representação simbólica, assumida e compreendida enquanto forma real de existência. Automatizando-a este aparente pode tornar-se o real, escondendo a sua essência, nos fazendo crer uma realidade enganosa da mera relação causa e efeito dos processos. O Estado, na superfície da aparência cotidiana ao instituir políticas públicas, cria uma falsa aparência da realidade de cidadania, esconde a sua verdadeira natureza, manifestando-se enquanto um ideário de organismo neutro, assegurando sua legitimidade e respaldo social enquanto instituição que atende a toda a sociedade, mas na sua essência é um forte pilar de sustentação do capitalismo, garantindo as condições de (re)produção e desenvolvimento do capital.

O discurso do desenvolvimento, longe de ser uma questão da promoção de bem-estar da sociedade, mostra o seu caráter ilusório a cumprir uma importante função ideológica: a legitimação das relações de produção capitalista que opera com diferenças, ou, em outras palavras, dirige a produção da pobreza (SANTOS, 2007, p. 11). Para a autora Josefa Santos (2007), a partir da inclusão da trajetória do discurso do desenvolvimento nas relações sociometabólicas do capital, a Geografia tem, por seu turno, o papel de desvelar o caráter desigual e combinado do desenvolvimento, corroborando para a elucidação e superação das contradições.

Não existe na geografia uma concordância teórica e analítica quando pensadores desta ciência se debruçam em estudar o Estado e as políticas públicas. Precisamos tomar cuidado para não cairmos nas armadilhas dos discursos acadêmicos, que por vezes disseminam argumentos e teorias que escamoteiam e confundem mais do que esclarecem as ações do capital e Estado na realidade brasileira.

Por muitos anos já há uma tradição da ciência indutora de políticas públicas, incorporada por muitos estudiosos, intelectuais e técnicos, presente em documentos

governamentais e não-governamentais. A ciência a serviço do Estado resvalou numa geografia construída sob paradigmas positivista e ou estruturalista produzindo estudos sob a tutela da relação causa-efeito buscando embasar e justificar a ação do Estatal, realizando e referendando pesquisas em torno do sentido do planejamento, na aplicabilidade da reordenação; fundamentando teorias para as políticas sob o discurso de amenizar as carências sociais e desequilíbrios regionais. Assim, há na história do pensamento desta ciência, uma vasta quantidade de relatórios e análises que referendam, avaliam ou propõem sobre a localização, distribuição e rearranjo espacial dos programas, planos e projetos de governos. Podemos citar desde a Teoria das localidades centrais, dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento, da relação centro-periferia, teorias clássicas, no sentido de compor o debate do desenvolvimento regional, às teorias mais recentes de desenvolvimento territorial que passam a incorporar outras categoriais como desenvolvimento local, a territorialidade, a identidade, o capital social, movendo a unidade escalar das políticas públicas de acordo com as premissas, necessidades e ajustes, do mundo do capital.

Ignorando o debate das contradições, e os conflitos necessários à produção de um espaço de dominação política, para esses pesquisadores, o Estado apresenta-se enquanto homogêneo, sem contradições/conflitos com o espaço dos interesses específicos da reprodução do capital, (CARLOS, 2007). Com a cooptação do geógrafo a estrutura estatal, ressalta essa autora, que a ciência geográfica é usada para alimentar e justificar a prática do Estado produzindo relatórios técnicos e pesquisas que servem como base para a realização do poder no espaço, nesta direção, reduzindo a noção de espaço ao de quadro físico, do cidadão usuário dos meios de consumo coletivo dispostos no espaço.

Hipnotizada por muito tempo pelo historicismo neo-Kantiano, a Geografia acadêmica abandonou sua roupagem do século dezoito na década de 1960 em favor de um positivismo completamente anti-histórico. Embora não seja, de forma alguma, contestada, uma concepção abstrata de espaço absoluto domina agora esta tradição; o espaço (juntamente com o tempo) são coordenadas básicas da realidade, um campo, uma caixa infinita, universal e imutável, dentro da qual ocorrem os eventos materiais. Assim, de acordo com essa tradição, a reestruturação do espaço não faz sentido senão como o produto das forças e leis físicas mais universais. A atividade humana não reestrutura o espaço; ela simplesmente reorganiza os objetos no espaço (SMITH, 1988). “Visto através deste conjunto de lentes filosóficas, os sintomas da

reestruturação espacial aparecem como muitos processos separados, em escalas separadas, com muitas causas e explicações separadas. Por serem as lentes muito grosseiras, o padrão real é refratado em fragmentos” (SMITH, 1988, p. 14 -15).

Harvey, em 1974, publicou o artigo intitulado “**Que tipo de geografia para qual tipo de política pública?**”, traduzido pela AGB Campinas no Boletim Campineiro (2017), neste, já questionava: Antes que os geógrafos se comprometam com as políticas públicas, devem fazer duas perguntas: que tipo de Geografia? e que tipo de política pública?. Concluindo serem essas questões profundamente difíceis de responder. Para o autor, para começar, é necessário perguntar, por que podemos sentir o desejo de colocar, em primeiro lugar, qualquer tipo de geografia em qualquer tipo de política pública, em primeiro lugar. Sendo que independente de qualquer justificativa para essa resposta, não haveria imunidade a ser reivindicada, seja ambição pessoal, imperialismo disciplinar, necessidade social e obrigação moral, explicam muito quando se trata de compreender comportamentos individuais e profissionais.

Essas são questões profundamente difíceis de responder. Talvez seja útil, para começar, perguntar por que podemos sentir o desejo de colocar qualquer tipo de geografia em qualquer tipo de política pública, em primeiro lugar. Se refletirmos por um momento sobre nossas motivações, parece que este desejo surge de uma mistura estranha de ambição pessoal, imperialismo disciplinar, necessidade social e obrigação moral. Alguns de nós podem ser governados (ou pensar que somos governados) mais por um fator do que por outro, mas nenhum de nós, certamente, pode reivindicar total imunidade a qualquer uma dessas motivações (HARVEY, 2017, p. 487).

Para Harvey (2017), a geografia se afastou da preocupação pelo Império e se aproximou das técnicas e dos mecanismos de gestão urbana, regional e ambiental nos colocando em contato com outra tradição que tem fortes raízes humanistas. No entanto, essa aproximação do humanismo dentro da tradição geográfica é mais problemática. Permeada pela benevolência e pelo reformismo, “dominada por racismo, etnocentrismo e, na melhor das hipóteses, um forte paternalismo” (HARVEY, 2017, p. 494).

O contato com esta literatura (**humanista**) teve o seu efeito para que haja uma tradição reformista emergente dentro da própria geografia que carrega o padrão de Chadwick e Howard na arena contemporânea. Pelo contrário, o humanismo e seu senso associado

de obrigação moral cresceram no pensar e no fazer geográfico desde 1945. Isso parece contraditório ao crescente poder e influência do Estado corporativo. Já que o pensamento (do tipo ocidental) abomina uma contradição tanto quanto a natureza abomina o vácuo, eu me esforçarei para resolvê-lo. O humanismo da geografia contemporânea é paroquial e elitista (em geral) e desta forma representa menos uma ameaça para as operações do Estado corporativo (HARVEY, 2017, p. 494, **Grifo nosso**).

O autor Claus Offe (1983), reflete no livro **Problemas Estruturais do Estado Capitalista** sobre o conflito político e teórico-político que surge e radicaliza em consequência da “cientifização” crescente da política social, correntes teóricas que convertem fenômenos sociais em formalismos processuais, como teorizar a democracia ou reivindicações jurídicas, ou aqueles que com suas leituras normalistas sobre justiça, igualdade, superação de carência, independentemente se tais conteúdos tem validade social limitada e temporal, a política social acadêmica ignorando a evidencia dos fatos, enfeudada no Estado, continua sem saber sobre o que é o Estado ou a política social em um sentido funcional. O autor questiona: continuará essa ciência “a sustentar a concepção de que, graças a seu saber, a política estatal é capaz de gerar políticas, “mais eficientes”, “mais adequadas”, “socialmente mais justas”?

Offe (1983) observa que a pesquisa sociológica sobre a política social para legitimar-se não tem outra opção senão libertar-se desse equívoco tecnocrático, operando em vez disso com base na evidência de que não há “*policy outptus*”, ou seja, não há como esperar esses resultados da política, já que são as relações de poder, de coerção e de ameaça, legal e politicamente sancionadas e as oportunidades correspondentes de seus interesses que definem o grau de “justiça social” e o impacto da política social que pode produzir, desvendando, deste modo, os mecanismos e condições concretas de implementação não-estatal da política social Estado.

Na atualidade, sob paradigmas antimarxistas e pós-modernos, a leitura e discursos das políticas de Estado estão compreendidos e circunscritos em localidades. Às sinalizações para solução das desigualdades, buscam em saídas mensuráveis que suscitam corrigir os seus efeitos, por meio de atendimento a demandas que tratam apenas de gerir a pobreza, via políticas públicas. No espaço agrário, intelectuais irão justificar a necessidade de Política Pública para o camponês, sob o paradigma da Agricultura Familiar e Pluriatividade, usando ideologicamente como justificativa teórica e técnica do caráter histórico excludente e predatório da

concentração de terra e da modernização agrícola em curso, de superar a ideia do sujeito atrasado do campo, ideia que sempre foi atribuída ao camponês, este geralmente visto como incapaz de ter uma produção economicamente viável no modelo capitalista de produção agrícola, para a construção de um novo modelo econômico para o campo assentado nas mesmas velhas lógicas das políticas agrícolas excludentes, por meio da Reforma agrária de Mercado de Terras, da massificação técnicas e das inovações modernização conservadora, da integração ao mercado de commodities, empreendedorismo individual enquanto meio de geração de renda, desenvolvimento rural, na premissa do “novo mundo rural” e da “urbanização do campo”.

Nesse ínterim, os geógrafos e estudiosos que se debruçam em estudar as políticas públicas devem analisar as contradições do capital e Estado, e nesse movimento do pensar crítico compreender a natureza das políticas públicas, uma vez que estas não são formas concretas de superação dos pilares que (re)produzem problemas sociais, como a propriedade, a desigualdade, exploração do trabalho e da mais valia, sua essência é a mediação, apenas agem no sentido e função de reordená-los e os ajustá-los no movimento dos interesses do capital. Quando se trata da análise do Estado e de suas políticas públicas estamos diante de questões movediças, uma vez que tanto o Estado como suas políticas públicas são móveis em face as necessidades do capital, e não são fáceis de serem apreendidas sem a análise compreendida no movimento histórico. Por esse motivo, não podem ser apreendidas fora do contexto da estrutura social e desenvolvimento da sociedade, dos mecanismos estruturais produtores de pobreza, implica, portanto, em situar a inserção Brasil na economia capitalista internacional, bem como, a análise da dimensão espacial que permeia as políticas públicas produtoras de geografias, fazendo pensar em questões das desigualdades no contexto do desenvolvimento desigual e combinado do capital e seu rebatimentos no espaço e território que se expressam na realidade.

Para Conceição (2017) ⁷ [...] Um conhecimento comprometido com a verdade a partir da realidade desconstrói os mitos, desmistifica-os. A pensadora ressalta: [...] a verdade os dissipa-os e revela as contradições do mundo. Para os pós-modernos não há verdade absoluta, logo, exclui o método como forma explicativa da realidade. [...] Se partimos do princípio que não existe uma única verdade, toda verdade pode

⁷ Notas da aula Epistemologia da Geografia, sala Alexandre Diniz, PPGeo - UFS, 27, 04, 2017.

ser questionada, [...] não haveria, portanto, uma verdade, uma razão. Para a pensadora, é o método quem define a verdade do conhecimento. [...] Todo método tem uma base filosófica, [...] o método de pensar deve se posicionar para construir uma verdade a partir de sua posição na sociedade. Nesse sentido, a razão é a compreensão de que uma verdade pode ser comprovada.

Conforme nos ensina Marx nos escritos da Ideologia Alemã (2007), é preciso que tenhamos uma atitude crítica, é preciso que nos libertemos e nos revoltamos contra o império das ideias e dos dogmas. É preciso buscar na realidade a essência do homem e combater os perigos e as consequências perniciosas da ilusão das ideias falsas.

2.2. MISTIFICAÇÕES E REIFICAÇÕES DO CAPITAL: OS MISTÉRIOS DA SOCIABILIDADE DA MERCADORIA

“A sociedade capitalista é pródiga em produzir ilusões. O capitalismo é a sociedade das ilusões” (VIANA, 2015, p.10).

Se tem uma força que é poderosa em nossa sociedade é o poder mistificador e produtor de ilusões do modo de produção capitalista. “A economia política ao esconder sua natureza econômica capitalista torna real as ilusões criadas pelo capital” (GIANNOTTI, 2011). Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e influência das demais produções e suas respectivas relações (MARX, 2011^b, p. 59).

Fetichismos e reificações⁸ mistificam o capital e o Estado, naturalizando o ideário capitalista, para a aceitação passiva das relações de dominância, a mutação geral das relações sociais e de trabalho, velando explícitas relações de classe, exploração da vida humana, as desigualdades e toda ordem de conflitos que dele provém.

⁸ Reificação (em alemão: Verdinglichung), significa “transformar uma ideia em uma coisa”. Nos escritos de Marx (2011^a), é o movimento característico do capital em que gera a forma particular da alienação, por meio da coisificação das relações sociais que separa a consciência do trabalhador do produto de sua riqueza.

Marx (2011^a) elucida que a “mistificação”⁹ do capital, que tem seus nexos essenciais no “fetichismo da mercadoria”¹⁰ a forma mais acabada desse processo, é condição de existência da sociedade capitalista, “na medida em que categorias mistificadas são necessárias para colocar em ação os indivíduos no processo de produção” (MONFARDINI, 2011). O Fetiche é um conceito apresentado por Marx em seu livro **O Capital** (2011^a), em uma poderosa e profunda análise crítica radical ao capital, desvelando suas tramas, mecanismos e múltiplas determinações no processo de assalariamento da força de trabalho humana, a usurpação dos meios de produção, e o movimento do capital que levará o trabalho e o trabalhador a se transformarem em um importante meio de produção de riqueza capitalista. No capítulo intitulado “**O fetichismo da Mercadoria e o seu Segredo**”, Marx (2011^a) desvela o fetichismo oculto na mercadoria, revelando um mundo forjado. Evidencia a dominação do capital sobre a vida social gerou a alienação do homem, separando-o da sua própria natureza, da sua própria riqueza do trabalho, tornando esta riqueza produzida por ele um estranho a ele, como se o trabalhador, o objeto e o valor produzido, fruto do trabalho social, não fizessem parte do mesmo processo.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. [...] Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. **A isso eu chamo de**

⁹ A expressão “mistificação” é recorrente em várias passagens do Capital, Livro III, de Marx para designar os processos mistificador do capital de produção de modo a esconder os seus nexos essenciais.

¹⁰ A mercadoria apareceu-nos como um duplo [Zwieschlächtiges] de valor de uso e valor de troca. Mais tarde, mostrou-se que também o trabalho, na medida em que se expressa no valor, já não possui os mesmos traços que lhe cabem como produtor de valores de uso. (MARX, 2011^a). Essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como esse ponto é o centro em torno do qual gira o entendimento da economia política, ele deve ser examinado mais de perto (MARX, 2011^a, p.165).

fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2011^a, p.206-207, *grifo nosso*).

A partir desta fetichização, as relações humanas no sistema capitalista se expandem, o mundo da mercadoria alarga-se, o processo de expansão do capital adquire uma impressionante força. As relações sociais passam a ocorrer através da mediação das relações de troca que substitui o valor de uso e as transforma em mercadorias, o capital se apropria do valor social do trabalho, enquanto a mercadoria passa a ser um poderoso meio de estabelecer as relações sociais, relações reificadas entre pessoas e entre coisas.

Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como a análise anterior já mostrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias. Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (MARX, 2011^a, p.206-207).

Assim, como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação (re)produz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio e valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 2011^a).

A mistificação do capital e da mercadoria aparece como uma força transformadora que passa a permear, mediar, toda a vida social, alterando no

imaginário do trabalhador a sua própria percepção do trabalho. Uma névoa encobre essa relação separando o trabalhador do que ele produz; a riqueza do trabalho. Segundo Marx (2011^a), a mercadoria é misteriosa por encobrir as características sociais do trabalho, um poderoso processo de dissimulação, no qual os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos, a forma e o conteúdo social do trabalho são negados e escamoteados, ocultando a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente à margem deles e entre os produtos próprios do seu trabalho.

Marx (2011^a), investiga os modos e manifestações que o processo de produção capitalista expõe as formas concretas que surgem do processo de movimento do capital, bem como, as formas que estas se apresentam na superfície da sociedade considerados em sua totalidade. Conforme evidencia o autor, [...] o modo de produção capitalista se distingue do modo de produção fundado na escravidão, dentre outros motivos, pelo fato de que o valor ou preço da força de trabalho se apresenta como preço do próprio trabalho ou salário [...] (MARX, 2011^a, p.56). Ao construir a teoria do valor, desvela as condições materiais em que se revestem o capital nas relações de trabalho, ao evidenciar o processo de apropriação do trabalho excedente. [...] o mais-valor e a taxa de mais-valor são, relativamente, o invisível e o essencial a serem investigados, ao passo que a taxa de lucro e, assim, a forma do mais-valor como fenômenos superficiais [...] (MARX, 2011^a, p. 69).

O mais-valor; a forma originária na qual capital e salário se confrontam é disfarçado por meio da intromissão de relações aparentemente independentes dessa forma; o próprio - mais valor aparece não como produto da apropriação do tempo de trabalho, mas como excedente do preço de venda das mercadorias sobre o seu preço de custo, que, por esse motivo, apresenta-se facilmente como seu verdadeiro valor, de modo que o lucro aparece como excedente do preço de venda das mercadorias sobre o seu valor imanente (MARX, 2011^a, p. 70).

O lucro do capitalista consiste precisamente no excedente de valor-mercadoria sobre o preço de custo. O trabalho que é expropriado por aquele que não o produz, mas possui os meios de produção e a terra, paga apenas a força de trabalho que o trabalhador lhe oferece como uma mercadoria, mas em troca o trabalhador não recebe o equivalente por seu trabalho. Para o autor, a produção capitalista e a produção do

capital pressupõem como condição essencial a separação entre o trabalhador e os meios de produção, a propriedade. O trabalhador reduzido a salário mínimo, ao estritamente necessário para viver, no entanto, produz mais do que estritamente necessário, ou seja, produz valor superior, um excedente de trabalho. Esse excedente de trabalho, ou seja excedente expropriado é o que Marx denomina de mais-valor¹¹, “trabalho alheio, trabalho restante, de que certos indivíduos podem apropriar-se” (MARX, 2011^a).

Marx examina, além da mistificação burguesa que declara que o “trabalho” do operário é “pago de acordo com seu valor”, as diferentes *formas* de salário: primeiro, o salário por tempo e, depois, o salário por peça, ou seja, as diferentes *armadilhas* em que a burguesia tenta prender a consciência operária (GIANNOTTI, 2013). A situação do proletariado, que representa o grau final de desapossamento, tem o princípio explicativo no seu oposto – a propriedade privada. Esta é engendrada e incrementada mediante o processo generalizado de *alienação*, que permeia a sociedade civil (esfera das necessidades e relações materiais dos indivíduos. A alienação [...] O processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital (GIANNOTTI, 2013, p.27).

Ressalta Ellen Wood no livro ***O império do Capital*** (2015), “no capitalismo moderno a relação de classe entre o capital e o trabalho é muito mais difícil de se decifrar. Não existe nenhum meio óbvio de distinguir o que os trabalhadores guardam para si e o que elas rendem ao capital (WOOD, 2015, p.16). A autora evidencia a dificuldade em deslindar opacidade da relação capital e trabalho. [...] Na ausência de uma força coercitiva direta exercida pelo capital sobre o trabalho, [...] não é imediatamente óbvio a coerção econômica que leva aos trabalhadores a vender sua força de trabalho em troca de um salário [...]. Refle Wood (2015): como perceber que os trabalhadores criam as riquezas do capital por meio do trabalho, quando longe de extorquir renda dos trabalhadores o empregador lhes paga sob a forma de salário. [...] O pagamento parece encobrir o trabalho executado pelo trabalhador [...].

Estas questões em muito se agravaram com a crise de produção do capitalismo desencadeadas por suas contradições, das crescentes estratégias do capitalismo mundial que se valem de artifícios cada vez mais perversos por meio de novos

¹¹ Segundo Marx (2011^a), [...] o mais-valor é, pois, um excedente do valor da mercadoria

processos de intensificação dos mecanismos subumanos de exploração do trabalho. Para Mézáros (2002), o Estado é o agente fundamental neste processo, pois não se ausenta mediante as novas estratégias do capital, ao contrário, assume posição fundamental para que tal processo ocorra, passando a atuar cada vez mais, de braços dados como grupos econômicos internacionais.

Para Horácio Martins de Carvalho (2010), o Estado capitalista projeta dentre suas características assegurar as relações capitalistas no conjunto da vida social. A medida em que avança o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, essas normalizações e políticas estatais passam a regular não só as condições gerais da propriedade e das trocas, mas invade o conjunto das relações sociais, interferindo nas possibilidades e limites de utilização dos espaços e dos serviços públicos, organizando e redefinindo as reivindicações sociais, patrulhando as manifestações políticas e culturais, enfim, estabelecendo o horizonte da cidadania capitalista.

Neste sentido, é sob o constante apoio do Estado e de seus importantes mecanismos políticos, que hoje se configuram principalmente pela via das políticas econômicas, pela viabilização de toda uma estruturação espacial, de normatizações e legislações, de contenção militar e policial, mas principalmente pelas armadilhas das políticas públicas tidas como de inclusão social, que se garante a manutenção do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, afiança ao capital e a exploração do trabalho, a mais-valia, na permanência da população num perverso círculo vicioso de miséria.

2.3. O ESTADO, AS RESSIGNIFICAÇÕES DE MITO E ILUSÕES DO DESENVOLVIMENTO

Na sociedade capitalista, a busca da garantia de um contínuo movimento sociometabólico do capital para sua (re)produção se perfaz, dentre outros mecanismos e engrenagens, no constante revigoramento de criar e reificar¹² falsas ideias. A conformação de uma ideologia falseadora postulado no revigoramento contínuo e na (re)significação de Mitos¹³ e ilusões ganham força via discursos,

¹³ Um mito é uma narrativa, um discurso de caráter simbólico-imagético. Deriva não apenas das explicações sobre o funcionamento das coisas, evoluiu com as condições históricas relacionadas a

narrativas e práticas sociais. Impetra-se toda uma construção de ideias, mediações e regulações sociais, criando falsas consciências, escamoteiam a realidade, disseminando a ilusão homogeneizadora e totalizadora da sociedade do capital na negação do humano.

O mito é uma das manifestações culturais mais antigas da humanidade, geralmente associado aos tempos remotos do pensamento primitivo, enquanto representações e expressões conscientes - sejam estas ilusórias ou não -, da relação homem – natureza e de suas relações de produção, sociais e políticas, conforme salienta Marx (1985).

As representações que estes indivíduos elaboram são representações a respeito de sua relação com a natureza, ou sobre suas mútuas relações, ou a respeito de sua própria natureza. É evidente que, em todos estes casos, estas representações são expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações de atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização política e social. A suposição oposta é apenas possível quando se pressupõe fora do espírito de indivíduos reais, materialmente condicionados, em outro espírito à parte. Se a expressão consciente das relações reais destes indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo de atividade material limitado e das suas relações sociais limitadas que daí resultaram” (MARX; ENGELS, 1985, p. 36).

Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram

uma dada sociedade na propagação de ícones de adoração na qual os humanos depositavam seus medos, esperanças, dúvidas e explicações.

Para Chauí (2013), a palavra *mito* vem do grego, *mythos*, e deriva de dois verbos: do verbo *mytheyo* (contar, narrar, falar alguma coisa para outros) e do verbo *mytheo* (conversar, contar, anunciar, nomear, designar). Para os gregos, mito é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem como verdadeira a narrativa, porque confiam naquele que narra; é uma narrativa feita em público, baseada, portanto, na autoridade e confiabilidade da pessoa do narrador. E essa autoridade vem do fato de que ele ou testemunhou diretamente o que está narrando ou recebeu a narrativa de quem testemunhou os acontecimentos narrados. Para a autora, os estudos dos antropólogos e dos historiadores mostraram a importância dos mitos na organização social e cultural das sociedades e como os mitos estão profundamente entranhados nos modos de pensar e de sentir de uma sociedade.

caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela (CHAUÍ, 2000).

Nildo Viana (2015) nos lembra que a história das ilusões começa com os mitos antigos e chega até os dias de hoje sob a forma de ciência, filosofia, etc. Os mitos na sociedade moderna não se manifestam exatamente da mesma forma que nas sociedades simples¹⁴ ou pré-capitalistas, mas a suposta racionalização total de nossa sociedade é uma ficção. Com a separação do homem da natureza, a divisão social do trabalho manual e do intelectual, e o surgimento das classes sociais, emerge a ideologia e os ideólogos produzindo um sistema de pensamento ilusório responsável pela (re)produção de ilusões. Somos conduzidos a uma tendência de racionalização e burocratização da sociedade, sob a forma de ciência, referendado nos avanços da técnica e tecnologia, do progresso e desenvolvimento. Produzindo interpretações e explicações do mundo, na mistificação da realidade. Para o autor, na sociedade capitalista, esse processo adquire contornos específicos:

[...] Um verdadeiro mundo ilusório passa a reinar absoluto nas sociedades de classes e na sociedade capitalista. [...] E além da inversão da realidade realizada de forma sistemática pela ideologia e pelas representações cotidianas ilusórias, há também um mundo de ilusões que realiza uma mediação da interpretação dessas mesmas ilusões. [...] Trata-se de ilusões produzidas sobre outras ilusões (VIANA, 2015, p. 2).

Relembremos da frase de Marx (2011^b), [...] sabe-se que uma mitologia não é apenas um arsenal de arte, mas o seu solo, [...] toda mitologia supera, domina e plasma as forças da natureza na imaginação; e pela imaginação desaparece, com o

¹⁴ Conforme reflete Viana (2015), nas sociedades simples havia uma cultura única e homogênea, se todos acreditavam no mesmo mito, já nas sociedades de classes a divisão social promove formas de consciência distintas.

domínio efetivo daquelas forças. Para o autor, os homens sempre formaram ideias e representações falsas e estas acabaram por os dominar.

Até agora, os homens formaram sempre ideias falsas sobre si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser. Organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal, etc., que aceitavam. Estes produtos do seu cérebro acabaram por os dominar; apesar de criadores, inclinaram-se perante as suas próprias criações (ENGELS, MARX, 2010, p.1).

No sistema capitalista, para que a sua forma sociometabólica exista e se (re)produza, um manancial de mitificações sob a forma de ideologia, brotam sem cessar. Ideias que se propagam produzindo subjetividades, incidem no modo de pensar e de agir de uma sociedade, se naturalizam, se entranham, se materializam, se corporificam moldando e (re) produzindo relações e contornos espaciais que garantem o funcionamento da forma capitalista de produzir o mundo.

Há uma visão idílica, mitificada, do capitalismo apregoando o seu “extraordinário sucesso”, produtor de riqueza e progresso, ao tempo em que se fecham os olhos “às devastações e todas as espécies de horrores cometidos pelo imperialismo, pelo neocolonialismo e pelas ditaduras, (CARVALHO, 2016), impõe-se formas perversas do capitalismo selvagem, individualista, consumista, neoliberal, gerador de desigualdades obscenas.

Em contraste ao cenário de riqueza e prosperidade do desenvolvimento, do progresso dos avanços tecnológicos e da produtividade, esconde-se a verdadeira face da essência que compõe o desenvolvimento capitalista no campo. No espaço agrário a realidade é a da outra face, a da miséria do desenvolvimento, que tem um custo social e ambiental altíssimo. Avançam, desse modo, as consequências sociais e ambientais nefastas trazidas pelo desenvolvimento: a espacialização das desigualdades e o aprofundamento de formas perversas de exploração.

Um mito comum disseminado pela ideologia capitalista é o do desenvolvimento associado a mudança e transformação, progresso e bem-estar das sociedades e dos indivíduos. Conforme salienta Conceição (2004), a condição de desenvolvimento, aprisionado à ideia do consumo/lucro como indicador de qualidade de vida. No entanto, questiona a autora: como falar em desenvolvimento, se não se fala de suas consequências perversas? Quais são os custos do desenvolvimento sustentado em relações de exploração de trabalho? A autora coloca em cheque, portanto, os

paradigmas do desenvolvimento, da modernidade e o modo de controle do metabolismo social do capital, baseados na necessidade de satisfação individual, no consumo, no lucro, diante da tendência ao desemprego e desigualdade de apropriação.

O domínio do homem sobre sua condição de existência orgânica e inorgânica é pré-condição necessária de permanência da vida individual e social, definida pela necessidade de satisfação, o que coloca em cheque o paradigma da modernidade da exacerbação do consumo como qualidade de vida, que se cristaliza na desigualdade de apropriação. Não é possível superar essas contradições sem uma alternativa radical ao modo de controle do metabolismo social do capital. Como falar em desenvolvimento diante da tendência ao desemprego crônico? (CONCEIÇÃO, 2004, p.10).

Existe um esforço ideológico incessante por parte de uma legião de estatísticos, tecnocratas, economicistas, professores, jornalistas e ideólogos da ordem em geral, no sentido de procurarem provar que as coisas estão sempre melhorando, que as coisas vão ficar boas para os trabalhadores, ou que o capitalismo, além de ser o único mundo possível pode ser humanizado e reformado (DANTAS, 2009).

Marshall Berman (2001) descortina algumas dimensões da modernidade e do Desenvolvimento e reflete sobre suas contradições e ambiguidades no livro **“Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”**. Para o autor, ser moderno é viver uma vida de paradoxos e contradição”, “é ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador, é a unidade de desunidade para ser moderno tem que ser antimoderno, movidos, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança – de autotransformação e de transformação do mundo ao redor - pelo terror e desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços. Todos conhecem a vertigem e o terror de um mundo no qual tudo que é sólido se desmancha no ar.

As pressões econômicas do mundo moderno, o processo de desenvolvimento, precisa ele próprio caminhar no sentido perpétuo de desenvolvimento. Onde quer que o processo ocorra, todas as pessoas, coisas, instituições e ambientes que foram inovadores e de vanguarda em algum momento histórico se tornarão a retaguarda e a obsolescência no momento seguinte (BERMAN, 2001, p.77).

O fato básico da vida moderna, conforme a vê Marx, é que essa vida é contraditória na sua base. Em nossos dias, tudo parece estar empregando do seu contrário. Da Modernidade que se iguala a liberdade, o maquinário; dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo. Todas as nossas invenções parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material (BERMAN, 2001).

Para Conceição (2004), o autor Marshall Berman nos leva a compreender a figura faustiana de Goethe contextualizada no desígnio do desejo do desenvolvimento, em duas formas arquetípicas de desenvolvimento - o ideal cultural do autodesenvolvimento e o efetivo movimento social. Para romper com a prisão humana, do limite do demasiadamente humano, para se estabelecer no incessante movimento do progresso, materializando a tragédia do desenvolvimento, ele necessita da mediação de Mefistófeles que o transforma em o Fomentador só possível de realizar-se na contradição dialética da criatividade e da destrutividade. O projeto iluminista fundamentava-se na lógica da “destruição criativa” como condição essencial da modernidade. O empreendedor (o Fomentador faustiano) era considerado a figura heroica. O que não se ajustava às medidas da calculabilidade e da utilidade era suspeito para o iluminismo (Horkheimer - Adorno, 1980). Conforme Conceição (2004) seguindo a mesma concepção da teoria crítica, Walter Benjamim vê a modernidade como pesadelo mítico que destrói a cumplicidade entre o Homem e a Natureza. “Toda a sua leitura crítica se fundamenta na recusa a todas as ideologias e mitos, da ilusão do progresso ilimitado e contínuo que resulta necessariamente na dominação crescente da natureza” (CONCEIÇÃO, 2004, p. 4).

Celso Furtado em “**O mito do desenvolvimento econômico**” (1974), evidencia que a ideia de desenvolvimento é um simples mito. Para o autor, mitos e crenças que são defendidas por um grupo de pessoas sem que haja um questionamento para o quão real seja tal ideologia. A literatura sobre desenvolvimento econômico nos dá exemplo meridiano do papel diretor dos mitos nas ciências: a disseminação de ideias constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial. Se fundou, portanto, a ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Entende o

autor, que tais ideias tinham a pretensa de fazer acreditar que o *standart* de consumo da minoria da humanidade, que nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo.

Há de forma maniqueísta, a disseminação de uma realidade agrária manipulada sob o discurso do desenvolvimento do campo no Brasil que se inscreve sob a forma de aparência, na ideia de atraso enquanto um atributo do campo em nome do desenvolvimento capitalista, o meio técnico-científico se impõe no campo, urbanizando e submetendo o trabalho agrícola à lógica industrial. À medida que o cotidiano urbano entra no espaço rural, os valores de urbanidade impõem-se marcadamente no campo, misturam-se rapidamente em novos e velhos elementos como partes do processo de modernização na alteração das relações de produção (CONÇEIÇÃO, 1991).

Para a subordinação do campo ao capital, tornou-se, portanto, imprescindível e estratégia fundamental criar dicotomias para subalternizar e explorar as inúmeras formas de produção da riqueza do trabalho na cidade e no campo. Para a estudiosa da construção das mitologias do campo e da cidade, Priscilla Bagli (2004) pensar a dialética dos mitos é uma forma de compreendê-los em seu movimento contraditório. Com o objetivo de liberar o campo para exploração, foi impulsionando a mobilidade do trabalho, tornando-o abundante nas cidades. Para a autora, esse processo foi possível no momento em que as cidades despontaram enquanto mito do “futuro”, do “progresso” e do “novo”, do “desenvolvimento”, enquanto o campo seria a representação do “velho”, “antiquado”, “atrasado”. O campo passou a ser o “outro”, ou seja, aquilo que não era a cidade, permeado de preconceitos. O campo tornou-se o legítimo representante do passado (nostálgico), e a cidade do futuro (lócus das realizações). Relacionar o campo e seu modo de vida rural ao atraso foi uma forma de construir uma ideologia que solidificasse o novo modo de vida: o das cidades (urbano). A ruralidade seria substituída pela urbanidade. A urbanização expandiria as condições do novo modo de produção, estenderia a “civilidade” a todos. [...] O objetivo de “civilizar o campo”, justificou-se o desmatamento, a expropriação, a expulsão e a apropriação de recursos naturais (BAGLI, 2004, p. 6.).

Os mitos construídos sobre o campo e seu modo de vida fundamentaram-se no passado representante do atraso.

Contrariamente ocorreu com os mitos construídos sobre a cidade e o modo de vida urbano, que se basearam no futuro. Um futuro promissor, quando pensado sob a lógica do desenvolvimento e avanço tecnológico. A cidade vista enquanto expressão e símbolo do novo criado por tal desenvolvimento. Lugar onde o homem consolidaria sua emancipação.

A dicotomia se fortaleceu e se legitimou. A cidade tornou-se representante da criação emancipadora, do novo, do futuro; e o campo, da subjugação, do velho, do passado. Desenvolvimento de tecnologias. Industrialização. Migrações. Assim as cidades cresceram. Assim os problemas surgiram. O processo de idealização do campo e da vida rural aconteceu num momento em que despontou a problemática das cidades, em virtude da falta de planejamento para receber o grande contingente migrante vindo do campo (BAGLI, 2004, p. 6).

Essa dicotomia é uma falsa ilusão, uma vez que cidade e campo são espaços dialéticos que se complementam, se definem e são definidos enquanto espaços de usos, um está no outro, e não existiriam sem o outro. No entanto, a divisão do trabalho, ditada pelas relações de produção capitalista impõe formas de separação e dualidades que servem ao propósito de subjugar e explorar o campo, camponeses e trabalhadores para atender aos interesses do capital. Conforme enfatiza Conceição, é o trabalho condição e princípio da produção do espaço no movimento da acumulação (CONCEIÇÃO, 2017^a, p.13.). Nesse sentido, cidade e campo são espaços dialeticamente produzidos como possibilidades de realização do ciclo do capital, territórios que se definem nas dimensões de usos e que proporcionam a viabilidade da força de trabalho necessária para o processo de produção e ampliação do capital, redefinindo nas relações de trabalho e de produção (CONCEIÇÃO, 2017^a, p.13).

No processo de (re)produção de dualismos, padroniza-se a forma de pensar capitalista, e o urbano imposto ideologicamente como moderno ganha um aliado importante para a sua disseminação: os meios de comunicação por intermédio principalmente do assédio da TV, bem como, também, nos dias de hoje, via internet e mídias sociais, tecendo a imagem de um campo posto como atrasado incide sob o simbólico um campo a se construir mediado por relações sociais de mentalidade urbana. Em contraste, quando o campo aparece sob o olhar do moderno é sob o simbólico do agronegócio, é enfatizado na mídia o campo como o espaço da riqueza, desenvolvido e produtivo, assentado em altíssima tecnologia de ponta (figura 2), enquanto uma atividade importante e lucrativa.

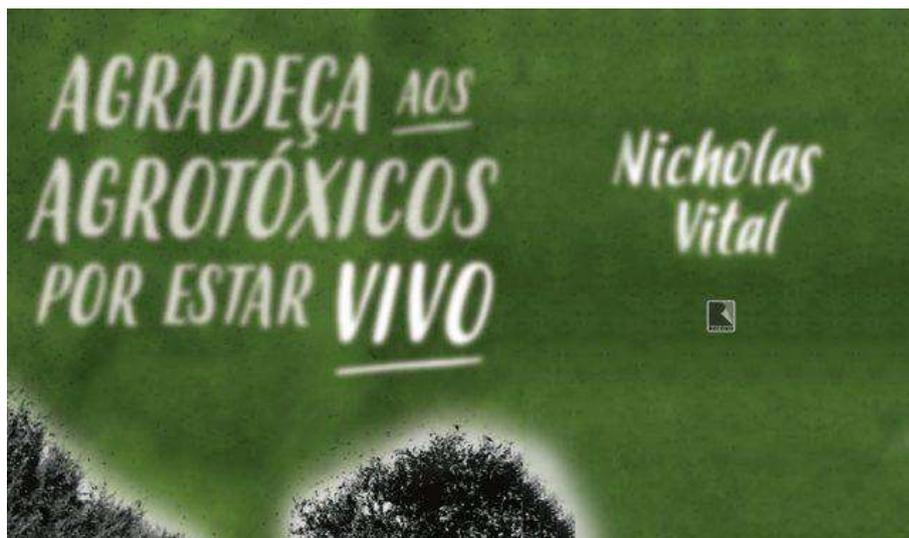
Mitificações são disseminadas e propagandeadas pelo domínio da imagem do moderno Agronegócio. Nos lembra Guy Debord (2002), “Toda a vida das sociedades em que dominam as condições modernas de produção aparece como uma imensa acumulação de espetáculos”.

Figura 2 - A intervenção da máquina no campo: avião pulverizando uma lavoura



Fonte: CARVALHO, 2019.

Figura 3 – O discurso do Agrotóxico enquanto solução para a fome



Fonte COMPRE RURAL, 2017.

Foto: Capa do Livro de Nicholas Vital, agradeça aos agrotóxicos por estar vivo, 2017.

O agronegócio emprega milhares de trabalhadores e gera bilhões”, “Os agrotóxicos ajudam a alimentar o mundo”, “sem agrotóxicos não estaríamos vivos” (figura 3), “sem a agricultura moderna haveria fome no mundo”, [...] “O Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo. A indústria-riqueza do Brasil¹⁵.”, (figura 4). Frases de efeito como essa demonstram quão tem se aprofundado “o espetáculo se sobrepondo à vida humana: o real”. Essa foi uma das muitas projeções que Guy Debord (2002), que já sinalizava na época da guerra mundial, ainda mais atual na sociedade contemporânea. [...] “Tudo se tornou imagem/espetáculo e o Homem é um ser vulnerável que não consegue distinguir a imagem do real” (DEBORD, 2002). O Jornalista Najjar Tubino, em reportagem sobre **A nova fase da Sociedade do Espetáculo** (2015), aponta que o espetáculo é a fase extrema do processo de alienação, impondo uma redução da vida humana e social à simples aparência mediada pelas novas mídias.

Figura 4- O Espetáculo do Agronegócio



Fonte: REDE GLOBO DE TV, 2016.

¹⁵ Essa campanha publicitária foi criada pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo em Junho de 2016 e pretende ir ao ar até o ano de 2020.

Figura 5 - Campanha publicitária da empresa Bayer.



Fonte: BAYER, 2017.

Em campanha semelhante, inclusive com bordão similar ao da Globo: “Ser Agro é bom” (figura 5), a multinacional Bayer lançou uma série de vídeos trazendo histórias de fazendeiros que apresentam o sucesso do modelo do agronegócio. Conforme estudos de Nárgila Sousa (2019) sobre as representações discursivas do agronegócio na mídia, o discurso do agronegócio lança mão desses mecanismos retóricos através da mídia e do controle mercadológico para chegar até o telespectador onde quer que ele esteja. Mostram simbolicamente como a agricultura faz parte da vida de todo cidadão, apresentam para o público o aspecto conceitual do “Agronegócio” e da “Agricultura familiar” segundo ótica que visa o lucro, o mercado, o capital. Para a autora, há um forte apelo comercial e mercadológico, que sintetiza uma ideia de supervalorização do agronegócio, e repassa para o país a lógica capitalista de produção que o sustenta: a supervalorização da monocultura (SOUSA, 2019).

Máquinas de produzir o espetáculo, aparelhos midiáticos, a exemplo da Rede Globo, em parceria com empresas vinculadas ao ramo do agronegócio, a exemplo da JBS e da Ford, tem lançado mão cada vez mais do investimento em produção de campanhas publicitárias evidenciando por meio da imagem e dos números a riqueza do agronegócio, forjando um panorama social de progresso e prosperidade, da fartura de alimentos, das riquezas e vantagens produzidas por aqueles que se inserem no mundo do livre mercado da agricultura capitalista.

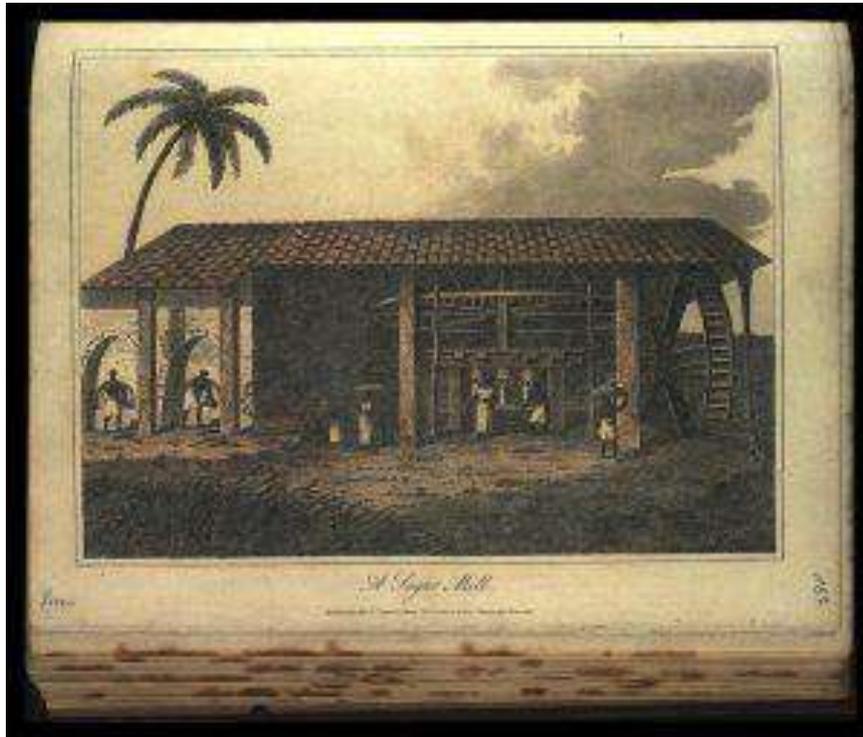
A propaganda da Globo em horário nobre com tempo médio de 1 minuto, invade as casas de milhares de pessoas e propaga o espetáculo de diversos cultivos e criações de víveres do agronegócio, como a cana-de-açúcar, o milho, o frango, o café, etc. evidencia a total mistificação da realidade produzida pela mídia em arranjos de imagens e frases que vão permeando manifestações econômicas, sociais e psicológicas que se entranham e se ramificam nas mais variadas formas de assimilar o campo como imagem do progresso do desenvolvimento do agronegócio. As propagandas têm o compromisso de fazer parecer bem a imagem do agronegócio, mesmo quando a evidencia de forma esdrúxula e bizarra associada a uma das maiores tragédias da humanidade: a escravidão. Esse é o caso da propaganda do agronegócio da Cana-de-açúcar, sem precisarmos de nenhum esforço de desnudar o aparente, pode-se ser observado a narrativa do sucesso desse cultivo secular que marca a história da exploração do trabalho no Brasil, ao tempo em que se perfaz o enaltecimento da escravidão ao fazer uso imagens e gravuras de propagandas de engenhos explorando a escravidão conforme podemos ver nas figuras 6 e 7.

Narra o locutor na propaganda¹⁶ da Globo: [...] – *Cana é agro! Desde o Brasil colonial a cana ajuda a movimentar a nossa economia. Hoje em dia a cana gera um dos maiores faturamentos do campo: R\$ 52 bilhões*, [...] “Um sucesso brasileiro há 500 anos [...]”. Conforme a reportagem do **Observatório do agronegócio no Brasil: de olho nos ruralistas**, o jornalista do Alceu Castilho (2017), esclarece que as imagens utilizadas na propaganda, são gravuras do século XIX, e ilustram a “movimentação da economia” e mostram escravos em engenhos. Conforme o autor, a gravura do engenho de açúcar (figura 6), foi realizada pelo pintor Henry Koster (1793-1820), filho de ingleses, senhor de engenho e exportador, autor do livro “Como melhorar a escravidão”, também de 1816, neste mesmo ano a gravura de Koster sob o título *A Sugar Mill – Um Engenho de Açúcar*, ganhou destaque na história da produção burguesa ao ser publicada no livro *Travels in Brazil*, ou “*Viagens ao Brasil*” (1816), de Henrique da Costa, português, senhor de engenho e exportador de café. A segunda imagem que aparece na propaganda, (figura 7), é uma aquarela feita por Hercule Florence (1804-1879), francês radicado no Brasil e um dos pioneiros da fotografia no mundo. Chama-se “Engenho de cana – São Carlos”, retratando um dos

¹⁶ Para assistir a propaganda referida acima ver <https://youtu.be/b-Zv2O56lh8>

muitos engenhos da localidade que se tornaria futuramente São Paulo, era um dos centros da cultura cafeeira no século XIX.

Figura 6 -. Um Engenho de Açúcar.



Fonte: CASTILHO, 2017.
Gravura: KOSTER, Henry, Pintura a Óleo.1816.

Figura 7 - Engenho de cana - São Carlos



Fonte: CASTILHO, 2017.
Gravura: FLORENCE, Hercule. Aquarela.1816.

Estudos sobre a escravidão no país dão suporte para nossas análises das conformações do capital e espacializações do trabalho escravo. O autor Xavier Plassat (2009) já apontava em pesquisas com dados de 2003 a 2009, que evidenciavam as explorações do trabalho escravo concentradas na zona rural. Observa-se marcadamente que permanece uma concentração espacial maior dessa exploração criminosa principalmente nas áreas rurais, ainda que também sejam registradas nas cidades. Segundo Plassat (2009), dentre as atividades rurais com maior número de trabalhadores resgatados, o desmatamento para expansão da fronteira agrícola, especialmente na Amazônia, figura em primeiro lugar no ranking. Além das atividades rurais da pecuária, carvoarias e cultivos de *commodities*, há também registros de cativeiros em empresas de roupas em zonas urbanas conforme podemos observar na figura 8.

Figura 8 – Notificações de trabalho escravo por setor econômico

Ranking por setor	 Rural	 Construção Civil	 Indústria têxtil	 Comércio	 Serviços	 Transporte de resíduos
	Trabalhadores resgatados	343	109	17	8	6
Número de notificações	34	7	2	2	2	1

Fonte: FERNANDES, 2019.

Estudos de Fernandes (2019), o agronegócio na atualidade continua a ser o setor da economia que mais recruta pessoas para trabalhar em regime semelhante ao da escravidão. Os números da escravidão são gritantes, revelam uma realidade desumana, conforme podemos verificar nos mapas 2 e 3, contabilizam desde 1995 mais de 54 mil trabalhadores que foram resgatados de cativeiros. Em evidência, no mapa 2, podemos observar a quantidade de trabalhadores libertados por região, no qual ganham destaque o Norte com registro de 18.147, o Centro-Oeste com 13.173, o Nordeste com 10.433, o Sudeste com 9.403 e por último o Sul com 2.996. No ano de 2018, segundo Victor Nuzzi (2019), os grupos móveis de fiscalização resgataram,

1.723 trabalhadores, sendo 1.200 em áreas rurais e 523 em urbanas. Nos dados apresentados na “Lista suja” das empresas de 2019, Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, levantamento realizado pela Secretaria Especial do Trabalho e da Previdência, BRASIL (2019), registra que até o momento da realização dessa pesquisa, 1054 trabalhadores em situação análoga à de escravo e 267 empresas foram notificadas. A escalada crescente dos números de registros de notificações de órgãos fiscalizadores demonstra que a prática dessa história nefasta de exploração do trabalho escravo é espacializada em todo o Brasil e está longe de ser extirpada.

Mapa 2 – Trabalho escravo no Brasil 1995 -2019



Fonte: FERNANDES, 2019.
 Extraído de: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2019.

A análises construídas nos estudos de Plassat (2009), no intervalo de tempo de 2003 a 2009, apontavam em ordem de maior número de trabalhadores libertados de cativeiros por estado: Pará, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Bahia e Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais apresentaram índices elevados. Em 2019, dentre os registros por estado estados, destacam-se conforme estudos de

Fernandes (2019), mapa 3, Minas Gerais com 169 notificações, Alagoas com 90, Goiás com 70, Pará com 63, dentre outros estados. Nossas análises dessas estatísticas e mapas evidenciam que a espacialização da escravidão é móvel aos interesses das necessidades de exploração capitalista que determinam a dinâmica da mobilidade do trabalho no movimento da espacialização do agronegócio e empresas nesses estados.

Mapa 3 – Registros de trabalho escravo por estado 2019



Fonte: FERNANDES, 2019.

Extraído de: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2019.

Enquanto a miséria da estatística apresenta os espetaculares números da riqueza e crescimento da economia e da agricultura capitalista, escamoteia as estatísticas da miséria, da exploração do trabalho e da destruição das reservas de natureza e das terras e territórios. Conforme desvela Dantas (2009), a miséria da estatística encobre a estatística da miséria, a barbárie e a desgraça social que fazem parte da natureza capitalista.

Conforme demonstra a figura 9, baseado em dados recentes da FIESP, AGROSTAT, AGÊNCIA BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2017, 2018), enfatizam os números do agrobusiness, com melhor desempenho na economia nacional, em comparação ao tímido crescimento do setor de serviços de 0.3%, e a

estagnação do setor industrial que não obteve crescimento, enquanto o crescimento do PIB agropecuário alcança os 13%. De certo, é inegável o grande crescimento da riqueza do agronegócio, que tem seu elo explicativo aparente no crescimento exponencial da produção agrícola, maiores registrados na história, com destaque para os principais produtos o milho, com crescimento crescente ao logo dos últimos anos, alavancando de 13,1%, no ano de 2008, alcançando as robustas cifras de 55, 2% em 2017, levando ao Brasil ao posto de 3º maior produtor do grão no mundo, bem como, a soja, que obteve crescimento de 2,4% em 2008, em 2017 apresentou taxas de 19,4%. As cifras robustas de cento e quarenta e cinco milhões e quatrocentas mil toneladas, chegaram ao crescimento na ordem de 9,1%, correspondendo a um aumento, se comparado ao ano anterior, de 4,8% da área plantada, totalizando cerca de sessenta e cinco milhões, trezentos e trinta e oito mil hectares. A safra recorde rendeu cento e quarenta e oito bilhões de reais aos bolsos do agronegócio. Até abril de 2018, segundo o AGROSTAT, as exportações abocanharam cifras ainda mais astronômicas, embolsando cerca de US\$ 30.472.394.470.

No entanto, apesar de toda riqueza gerada no campo (figura 9), para além da explicativa simplória do crescimento da produção agrícola, não se mostra que esta riqueza que é apoderada e concentrada nas mãos de uma minoria rentista é fruto de explorações e escravizações de milhares de trabalhadores rurais e camponeses, bem como, da extração das riquezas da natureza, via avanço sobre florestas, principalmente na Amazônia e Cerrado, via expropriação e grilagem de terras e territórios de indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Os contrastes sociais e a desigualdade (figura 10) seguem em silêncio na mídia e nos anuários estatísticos das agências de pesquisas e tecnocratas que desfrutam do monopólio do poder da informação. Constata Dantas (2009), que quem mais produz riquezas na América são os que pior distribui no mundo. Portanto, para o autor, a mágica ou a dança dos números e índices que medem a melhoria social carregam, por definição (ou por um tipo de estratagema basicamente estatístico) um caráter do ponto de vista aritmético e do ponto de vista social, obscuro, mistificador e obsceno. Verifica o autor, que o Brasil tem os piores índices de desenvolvimento humano inferiores e quase todas as dimensões, em comparação ao da América Latina. “O Brasil caracteriza-se por constituir um padrão extremamente concentrado de renda e de riqueza. “Se os índices da pobreza e da desigualdade melhoram, os da concentração de renda e riqueza se aceleram muito mais” (DANTAS, 2009, p.26,)

Figura 9 - O agronegócio no Brasil em números



Fonte: GRANGEIRO, 2018.

Figura 10 – Um País Desigual



Fonte: CRUZ, 2017.

Dados recentes do Censo Agropecuário do IBGE (2017) apontam que os grandes proprietários de terra controlam 116 mil dos 350 mil hectares cultivados no Brasil. A concentração é grande: 45% da área rural brasileira está contida em 0,91% das propriedades rurais. Já as áreas menores de 10 hectares, apesar de representarem 47,9% do total de propriedades rurais, abarcam apenas 2,3% da área total cultivada (tabelas 01 e 02). Cresceu 20,4% o uso de agrotóxicos entre 2006 e 2017, resultado da expansão do cultivo de monoculturas pelo agronegócio.

Tabela 1- Estrutura Fundiária, por porcentagem dos estabelecimentos, no Brasil, Região Nordeste e Sergipe 1920 -2017(%)

Brasil	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1995	2006	2017
Classes de Áreas									
até 10hc	-	34,3%	34,4%	44,7%	51,1%	52,1%	49,4%	47,8%	47,9%
>1000hc	4,0%	1,4%	1,5%	0,9%	0,7%	0,8%	1,0%	0,9%	0,91%
Nordeste									
até 10hc	-	-	-	-	67,9%	67,6%	67,5%	61,0	66,7%
>1000hc	-	-	-	-	0,3%	0,4%	0,3%	0,3	0,32%
Sergipe									
até 10hc	-	-	-	-	78,0%	76,3%	77,7%	75,3%	74,9%
>1000hc	-	-	-	-	0,14%	0,17%	0,11%	0,08%	0,07%

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2017.

Org.: Rodrigues, V. P. A. 2019.

Tabela 2 – Estrutura Fundiária, por porcentagem de área de terra Brasil, Nordeste e Sergipe 1920 -2017.

	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1995	2006	2017
Brasil									
até 10hc		1,0%	1,3%	2,2%	2,8%	2,5%	2,2%	2,3%	2,3%
>1000hc	63,4%	48,3%	50,9%	44,1%	42,9%	45,1%	45,1%	45,0%	45,0%
Nordeste									
até 10hc	-	-	-	-	5,5%	5,1%	5,3%	5,0%	5,4%
>1000hc	-	-	-	-	27,2%	31,6%	30,0%	30,9%	32,8%
Sergipe									
até 10hc	-	-	-	-	9,5%	9,2%	10,2%	12,2%	12,1%
>1000hc	-	-	-	-	15,8%	17,0%	11,6%	10,3%	-

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2017.
Org.: Rodrigues, V. P. A. 2019.

Negligenciada na cobertura dos veículos de comunicação, é a produção camponesa que produz de mais de 70% dos alimentos que consumimos. De acordo com a FAO, existem no mundo cerca de 600 milhões de estabelecimentos rurais das quais mais de 90% são produzidas por uma única pessoa ou família (IBGE, 2018). É o caso da mandioca (87%), do feijão (70%), da carne suína (59%), do leite (58%), da carne de aves (50%), do milho (46%) (BRASKEN, 2018). Portanto, é a agricultura camponesa, praticada em todo o país, inclusive em centros urbanos que garante os cultivos (conforme podemos observar na figura 13) que chegam à mesa dos brasileiros em forma de alimentos, dizem os estudos estatísticos mais recentes (IBGE, 2018). São os trabalhos de Josefa e Antônio (figuras 11 e 12), camponeses de Sítio Alto (Simão Dias – SE), que seguem a tradição das gerações passadas e por meio da policultura e da preservação de sementes, que garante a riqueza das variedades alimentares de nosso país, ajudando a produzir parte significativa da comida consumida no país.

Pai sempre foi uma pessoa que plantou de tudo. Ele tinha milho cubano, milho cateto, milho alho, milho branco, milho batim. De todo tipo de milho eles plantavam uma carreira aqui e outra acolá. E por que plantava tanto milho assim? Porque se um não der, o outro dá [...]

Meu feijão é todo de qualidade. O feijão carioca a gente plantou uma parte maior, porque é o feijão que a gente vende né. Mas dos outros, que a gente tem mais de umas 15 variedades guardamos [...] para não perder a semente né.

[...] Todo tipo de feijão a gente tem aqui. Tem o cara de anjo, bico de pombo, feijão carioca, feijão Marajó, feijão teiú, roxinho, eu tenho esse outro, quixaba, tenho feijão que come calado, tenho feijão branco, praia, tenho feijão manteiga, tenho feijão preto, rosinha, vermelho, enxofre, mulatinho, guiné, tudo isso são sementes de

feijão que eu cultivo, porque eu acho bonito e eu lembro do meu pai, da minha avó, porque cada uma semente que a gente planta, que a gente tem, a gente lembra de uma pessoa do passado que plantava né.

Fava a gente planta fava égua, fava cainana, fava vinho, fava feijão, fava espírito santo, fava andu, fava ovo de rolo, de tudo a gente planta. Cara de índio. Todas as favas são boas, mas eu gosto mais da fava feijão. A fava espírito santo também é boa. A fava feijão carrega mais. (Josefa, camponesa, 62 anos, Sítio Alto, Simão Dias -SE, pesquisa de campo, novembro de 2018).

Figura 11 - Camponesa e sua produção de banco de sementes de policultivos



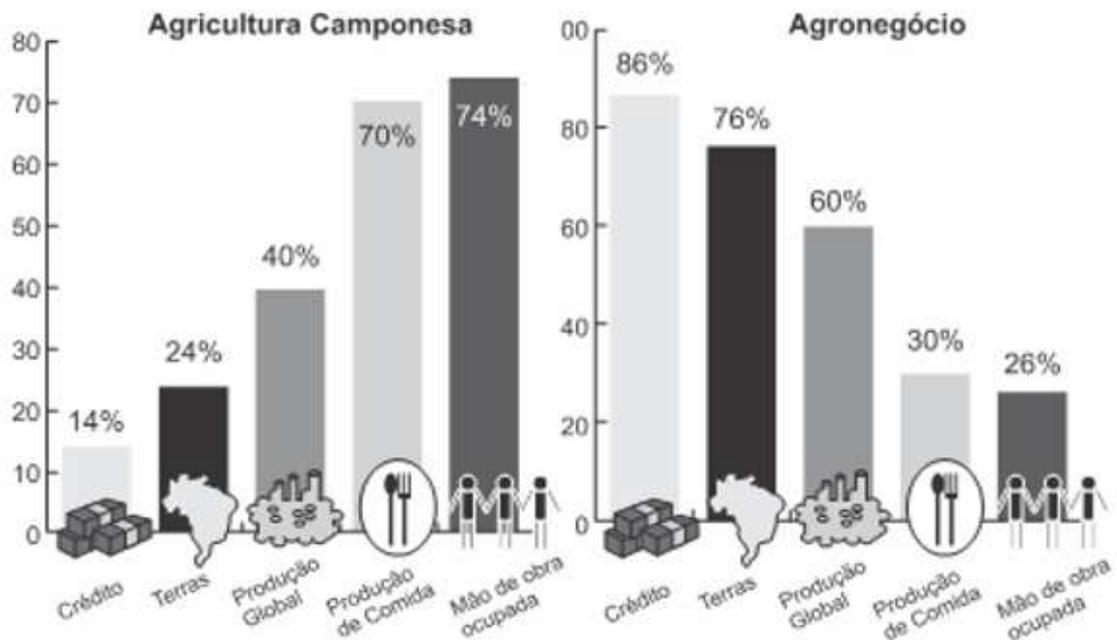
Fonte: Pesquisa de campo, Sítio Alto-Simão Dias –SE, julho de 2019.

Figura 12 - Camponês policultor



Fonte: Pesquisa de campo, Sítio Alto, Simão Dias, novembro de 2018

Figura 13 – Produção camponesa X agronegócio

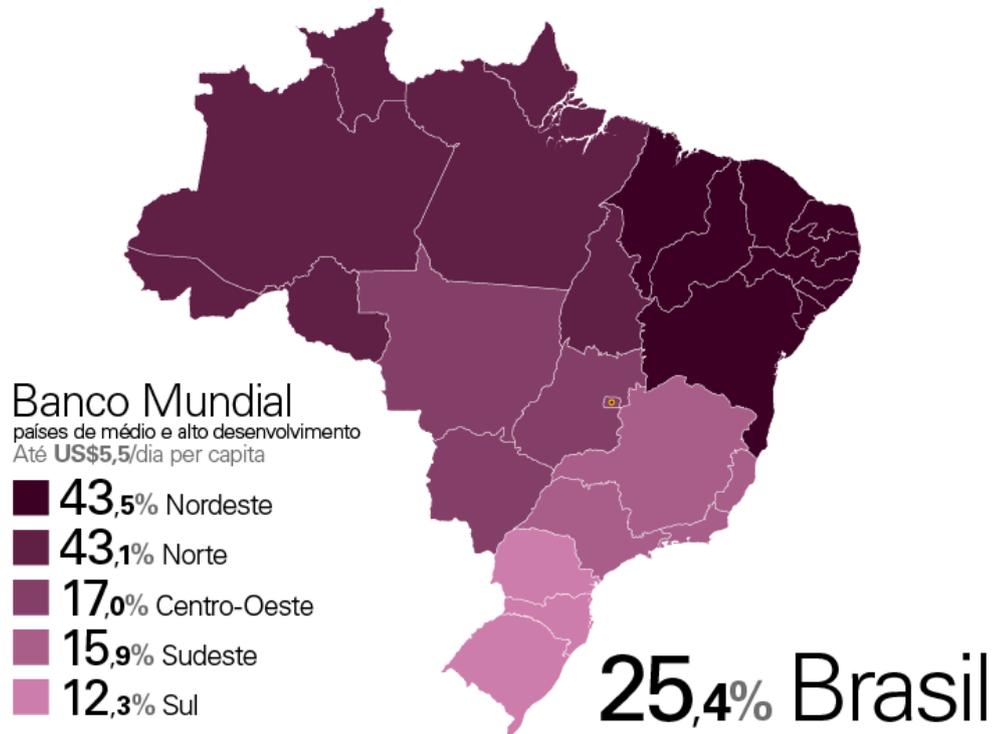


Fonte: PORTAL DO VESTIBULANDO, 2016.

ra-15.

Ainda que a economia agroexportadora do Brasil tenha crescido em valores, os 80% da produção do agronegócio (figura 13), são destinados ao mercado de *commodities* agrícolas, portanto, é o capital financeiro os reais beneficiários do agro. Enquanto as riquezas concentram-se nas mãos do agronegócio, o contraste social de desigualdades impera em nosso país. Propaga-se a ideia de que a política social é a de um país sem miséria, mas, no entanto, os dados apresentados pelo IBGE (2018), revelam que 50% da população brasileira vive com muito menos que um salário mínimo, e segundo dados do Banco Mundial (mapa 4), cerca de 25,4% dos brasileiros vivem com US\$ 5,5 por dia ou 348 reais, sendo que 43,5% dessa população em situação de pobreza estão concentradas no Nordeste e 43,1% no Norte.

MAPA- 4 – População em Situação de pobreza -2016.

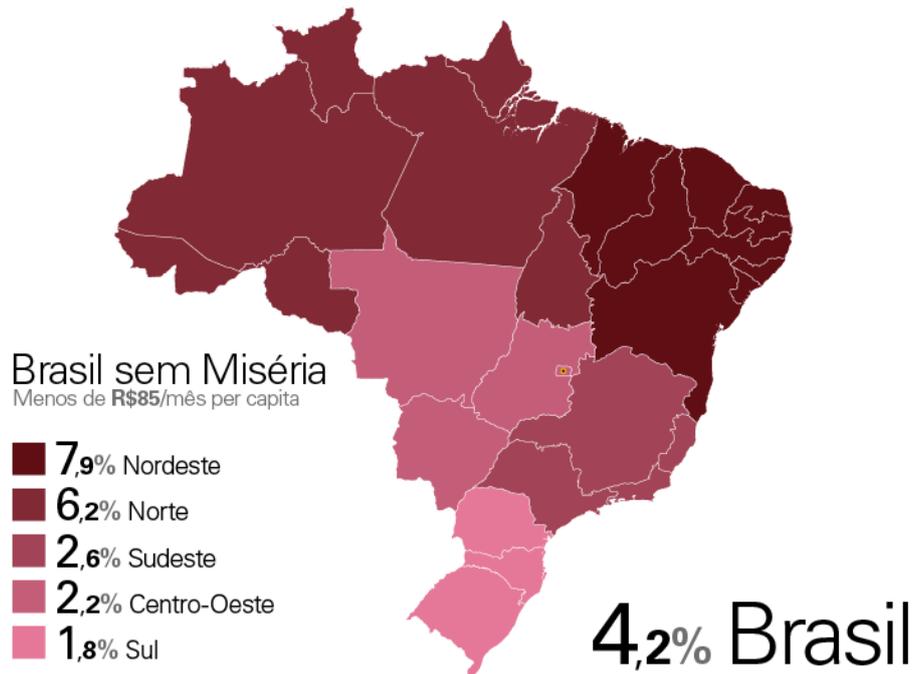


Fonte: IBGE, 2018.

A pobreza extrema também se concentra no Nordeste (7,9%) e Norte (6,2%) (mapa 5). Esses dados ainda são maiores e devastadores na atualidade, com a crise instaurada após o golpe de 2016¹⁷ que vai avançar na privatização de bens públicos, no fechamento de diversas indústrias nacionais, na alta do desemprego e na desertificação ainda maior de direitos. Segundo estudos do Observatório do Terceiro Setor produzidos por Maria Garcia (2019), estima-se que em 2016, 52,8 milhões de brasileiros viviam em situação de pobreza, em 2017, esse número subiu para 54,8 milhões de pessoas, ou seja, cerca 2 milhões de brasileiros passaram a viver na pobreza em apenas 1 ano.

¹⁷ Conforme análises de Antunes (2018) em 2016 uma contrarrevolução vai desencadear o golpe parlamentar e judicial ancorado pela mídia, resultando no impeachment de Dilma Roussef, esse processo adveio do movimento do capital ultraneoliberal em sua fase mais agressiva, com a finalidade de preservar os interesses da classe dominante no país, privatizando o que ainda resta dos bens públicos, realizando a demolição completa dos direitos trabalhistas no Brasil para a flexibilização total das relações de trabalho.

MAPA- 5 – População em situação de pobreza extrema – 2016.



Fonte: IBGE, 2018.

De acordo com o pesquisador, Leonardo Athias (IBGE, 2018), o crescimento econômico pode trazer mais renda para as famílias, porém ele pode não ser acompanhado de acesso a direitos. O Centro-Oeste é um exemplo de região onde esse fenômeno ocorre, uma vez que o impulso econômico do agronegócio nem sempre é acompanhado de uma boa infraestrutura de serviços públicos”. Os dados do crescimento econômico do agronegócio, podem mascarar, portanto, a realidade do campo marcado por miséria e desigualdades, por conflitos, pela cerca segregadora, pela violência da propriedade da terra e da escravidão, do latifúndio, da exploração do trabalho e do agronegócio, do capital agrário, industrial e financeiro.

Devoradores das riquezas da natureza, terras e de trabalho, consequências dialeticamente relacionadas com a trajetória das forças históricas de expropriação da terra e do trabalho decorrentes desse perverso processo sociometabólico do capital no campo, produz uma paisagem de desigualdades, fome, miséria, pobreza, convivem em meio a desertos verdes de monoculturas e tecnologias que esterilizam e condenam todas as formas de vidas humanas, animais e vegetais, que vivem dos solos, mananciais e florestas.

A elevada desigualdade da distribuição da terra no Brasil apresenta-se ainda mais profundas no Nordeste. Em 2016, o índice de Gini¹⁸ no país apresentou a marca de 0,61; na região Nordeste, 0,62 e, em Sergipe, em torno de 0,49, o que expressa um forte grau de concentração de terra, já que o índice com valor igual a um caracteriza o máximo da desigualdade na distribuição da terra. (Censo Agropecuário do IBGE - 2017. Em 1995 Sergipe possuía 77.7% dos estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares, enquanto as propriedades com mais de 1000 hectares, embora representassem apenas 0,11% dos estabelecimentos, detinham 11,6% da área total dos mesmos como ressalta o Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Na atualidade, resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, indicam uma realidade da estrutura agrária em Sergipe e Brasil ainda mais concentrada.

No entanto, são notórios o destaque e a propagação da mídia e do Estado ressaltando o cenário sergipano como grande produtor de grãos, citricultura, raízes e hortaliças, destacando-se entre os municípios que mais produziram esses cultivos, discurso de grande aporte de políticas e recursos, a exemplo do Território Centro – Sul composto pelos municípios Simão Dias, Poço Verde, Lagarto, Tobias Barreto, Riachão do Dantas. Porém o que a mídia e o Governo não divulgam é o processo de inserção silenciosa do capital através do estabelecimento das Políticas Públicas no campo, transformando o intensamente Território por meio de reajustes espaciais para a intensificação da expansão do capitalismo no campo. Este processo em curso de expansão capitalista no espaço agrário tem direcionado a subsunção do camponês a forma mercadoria, a produção para atender ao mercado principalmente por meio do incentivo à produção de milho, em detrimento da produção de subsistência, refletindo na autonomia e na própria sobrevivência da unidade de produção camponesa.

O Estado incorpora um discurso mitificado e mistificado ocultando os nexos essenciais da lógica sociometabólica do capital, dissimulando políticas de desenvolvimento, que representam formas de intensificação e expansão do capital e a subordinação do camponês ao mercado. O que se pode verificar é que o Estado

¹⁸ Conforme pesquisadora do IPEA Andrea Wolffenbüttel (2004), o Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Esse índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Segundo a autora, esse índice na prática, costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

tem assumido formas políticas e funções diferenciadas para atender as necessidades expansivas da (re)produção sociometabólica do capital. A partir da compreensão do espaço agrário Brasileiro/Sergipano, na intenção de indicar os rebatimentos das ações do Estado e das políticas públicas apresentaremos análises das especificidades e universalidades dos municípios do centro- sul sergipano: Simão Dias e Tobias Barreto, uma vez que, desde tempos remotos, são referências de espaços de (re)produção camponesa, por meio de um modo de vida e forma de (re)produção que protegem os cultivos voltados a produção familiar. Esses sujeitos do campo estão inseridos de algum modo nas políticas públicas desde o início das ações do Estado no espaço agrário.

O que se coloca é: até que ponto estas políticas possibilitam a permanência na terra e trazem melhoras para o fortalecimento do modo de vida e de (re)produção camponesa?. Essas localidades possuem uma realidade fortemente vinculada ao processo de expansão capitalista no campo sergipano e nas últimas décadas vem (re)ordenando territorialmente do capital. Advinda no contexto das novas/velhas formas de acumulação ao fundir capital industrial, agrário e financeiro, pela intensificação da exploração da terra e de trabalhadores, caminho amplamente disseminado pelo Estado por políticas públicas de crédito; de modernização e desenvolvimento; no incentivo à substituição da produção de cultivos para o autoconsumo da unidade de produção familiar por cultivos voltados a abastecer a produção agroindustrial e de *commodities*. Até mesmo a produção de cultivos tradicionais voltados ao autoconsumo não escaparam ao processo modernizante da produção, atrelados ao agronegócio, aos transgênicos e agrotóxicos, reforçando, deste modo, os mecanismos que colocam a terra como mercadoria, estrutura que incide no processo de subsunção do trabalhador rural e de negação do camponês.

3. O ESTADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ORDEM SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL

O presente capítulo apresenta reflexões sobre a funcionalidade do Estado ao assumir formas políticas e funções de acordo com as necessidades expansivas no movimento histórico-geográfico da (re)produção sociometabólica do capital. Para tanto, analisaremos a essência do Estado e sua relação capital-trabalho, e os fundamentos políticos, econômicos, sociais e a normatização jurídica da propriedade e do contrato da exploração humana, enquanto fontes da acumulação de capital, esse processo suscitará uma complexidade de contradições inerentes que darão substrato ao surgimento da questão social. É nesse contexto que o Estado passa a assumir a funcionalidade fundamental de gestor dos antagonismos sociais por meio da implementação de políticas públicas enquanto formas de atenuar os conflitos fundamentais a ordem reprodutiva sociometabólica do capital, enquanto expressões da mediação do Estado na relação capital - trabalho.

3.1. O ESTADO ENQUANTO BASE MATERIAL DO CAPITAL

Há uma conexão direta da organização de uma sociedade com sua base material. As formas de trabalho, as relações de produção, de propriedade constituem a base material de uma sociedade, ou seja, a base material é a expressão e estrutura social dos meios de produção. Mészáros (2011), em seu livro "**A dialética da estrutura e da história**", afirma que uma investigação teórica para ser válida é preciso ser capaz de trazer à superfície, "sem qualquer mistificação ou especulação, a relação da estrutura social e política com a produção. A estrutura social e o Estado estão em constante evolução a partir do processo vivencial dos indivíduos determinados" (MÉSZÁROS, 2011, p 1).

Debruçando-se sobre o legado dos escritos teóricos de Marx e de autores marxianos sobre o Estado é possível acumular importantes referências sobre o Estado enquanto base material do capital. A partir dos escritos de Marx, Engels, Mészáros, é possível compreender a funcionalidade do Estado na preservação do *status quo* e poder político da classe dominante se altera e se ajusta a depender das necessidades

da classe dominante e do modo de produção dominante, mas sua natureza e função social não.

É cabal nas reflexões de Marx (2004), a relação dialética entre o modo de produção, a base material da sociedade, a consciência social e suas relações correspondentes. A estrutura econômica e o conjunto de instituições e ideias compatíveis com a mesma compreendem processos e fenômenos sociais e econômicos, como as instâncias jurídico-políticas e as suas ideologias. Para Marx (2007), a totalidade das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e formas sociais determinadas de consciência. “É preciso, explicar a consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações sociais” (MARX, 2007, p.46).

Marx (2007), evidencia que há uma relação materialista dos homens entre si e as necessidades do modo de produção, e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma “história¹⁹”. “Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e influência das demais produções e suas respectivas relações” (MARX, 2011, p. 59). Essa totalidade para Marx (2011^a), é expressa enquanto complexo dialético interconectado de relações em sua base social e superestrutura, no qual o modo de produção ou uma determinada

¹⁹ Para Marx (2007), o homem é um ser histórico, o que é dado por sua capacidade de trabalho, portanto, o mundo é produto do trabalho humano, como realidade histórica construída coletivamente pelos homens. Para o autor, o primeiro ato histórico é, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material. A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção está sempre ligado a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social– modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas.

fase do capital estão sempre ligados em caráter intrínseco a uma determinada base social, ou seja, estão em constante mutação de acordo com as necessidades do capital.

O Estado tem assumido formas políticas e funções diferenciadas para atender as necessidades expansivas em momentos distintos da (re)produção sociometabólica do capital. Na leitura de Mascaro (2013), nas sociedades de classe pré-capitalistas, não havia, no entanto, forma política estatal, portanto, chamar por Estado o domínio antigo, estará tratando do mando político direto das classes exploradoras [...] ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista (MASCARO, 2013, p.18). No entendimento do autor, a forma política estatal se estabelece “apenas quando a sociabilidade geral se torna jurídica” (MASCARO, 2013, p.40).

Engels (2010^a), aponta que, a instituição Estado e sua constituição se dá historicamente, reproduzindo todos os conflitos e contradições entre as classes sociais. Garantindo não somente as riquezas individuais santificadas na propriedade privada, a divisão da sociedade em possuidores e despossuídos, perpetuando o domínio da primeira sobre a segunda.

[...] uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais... que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo da propriedade, que se desenvolviam uma sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas – uma instituição que em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em possuidora de explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado. (ENGELS, 2010, p.127).

Engels (2010), afirma que,

Não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...]. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este

poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2010^a, p. 191).

No capitalismo a relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores imediatos está contida a base oculta mistificadora da construção da totalidade social em que vivemos e com isso a forma política correspondente, em suma, a forma específica do Estado numa época dada. Nesse sentido, a compreensão da estrutura social e a forma política da modernidade devem ser entendidas enquanto indissociáveis das relações fundamentais à (re)produção da sociedade capitalista.

Originalmente, o direito de propriedade apareceu diante de nós como fundado no próprio trabalho. No mínimo esse suposto tinha de ser admitido, porquanto apenas possuidores de mercadorias com iguais direitos se confrontavam uns com os outros, mas o meio de apropriação da mercadoria alheia era apenas a alienação [Veräußerung] de sua mercadoria própria, e esta só se podia produzir me diante o trabalho. Agora, ao contrário, a propriedade aparece do lado do capitalista, como direito a apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A cisão entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, tinha origem na identidade de ambos. Portanto, por mais que o modo capitalista de apropriação pareça violar as leis originais da produção de mercadorias, ele não se origina em absoluto da violação, mas, ao contrário, da observância dessas leis. Um breve olhar retrospectivo à sequência das fases do movimento, cujo ponto de chegada é a acumulação capitalista, bastará para esclarecer novamente essa questão. (MARX, 2013, p.801).

A esfera estatal tem assumido a função de salvaguardar a reprodução econômica garantindo as condições para a sua sociabilidade e reprodução. São diversas as mediações e os mecanismos que o Estado utiliza tem garantido a (re)produção capitalista. Tem-se no Estado a forma política da classe dominante garantindo as condições necessárias para o acúmulo privado da riqueza, pela via da regulação da vida social, das relações entre os homens via contrato social, pela divisão social do trabalho e pela propriedade privada.

3.2. O ESTADO MODERNO PARA A CONFIGURAÇÃO DO CAPITAL

Quando falamos em Estado, nos referimos geralmente a um Regime Político em movimento no tempo - espaço, que assumiu o papel histórico de garantia das

classes detentoras do poder. Ao nos referimos ao Estado capitalista, estamos falando de formas mais complexas, pois conforma formas, configurações e formações políticas que se ajustam de acordo com suas necessidades sociometabólicas na garantia de reprodução, desenvolvimento e expansão imperialista, bem como, no reajuste em face a suas crises.

Segundo Felipe Demier (2018), os regimes políticos resultantes de processos revolucionários burgueses, desde as transições mais conservadoras; medievais e absolutistas; às formações sociais burguesas modernizadas; bonapartistas, de tipo democrático ou de tipos mais fascistas, tem em si em comum as configurações do Estado que é baseado no reconhecimento da igualdade jurídico-político entre sujeitos. Reflete o autor, que, o Estado capitalista difere de sociedades pré-capitalistas, por ter em sua base a igualdade jurídica como pilar de seu corpo social, posta na representação e mediação do corpo cívico, a forma pela qual a exploração da sociedade de classes burguesas opera, e tende a criar formas de exploração sem seguir os tradicionais mecanismos extra econômicos das formações econômicas anteriores, como a corveia, da tributação, e outras formas de expropriação históricas.

A força extraeconômica do capital é opaca, nos lembra Woods (2015), porque opera, não pela intervenção direta na relação capital-trabalho, mas sim por formas de sustentação indiretas pela via de sistemas que garantem a realização de suas compulsões econômicas, da relação de um sistema de propriedade, de não propriedade e da operação dos mercados. Segundo a autora, o capitalismo é o único sistema que conseguiu a capacidade de separar o poder econômico do extraeconômico, e a cria pela aparência formal de separação da esfera política e da esfera econômica. A força extraeconômica do capital, dos imperativos do mercado, concorrência, acumulação e produtividade, impostos pela sociabilidade da mercadoria, consegue ir além do controle da força política e coercitivo militar, estendendo para além da política a hegemonia e domínio por meios puramente econômicos do capitalismo o seu *modus operandi*, levando a cabo para todas as esferas da regulação das relações sociais, pelas leis impessoais do mercado, a mercantilização da vida. No entanto, para explorar os trabalhadores e extrair trabalho excedente, o seu *modus operandi* não poderia existir sem o apoio da força extraeconômica, e “a força extraeconômica, é hoje, tal como antes, oferecida primariamente pelo Estado” (WOOD, 2015, p.18). Nesse sentido, analisa Wood

(2015) que “o capitalismo depende da coerção do Estado para manter os poderes econômicos, a propriedade privada, a ordem social, e as condições favoráveis a acumulação” (WOOD, 2015, p.22).

Demier (2018), elucida o Estado capitalista, para este pensador, o Estado Capitalista, que em última análise é uma máquina burocrática, mas cuja finalidade maior, é a garantia da ordem social dos que detêm a riqueza via monopólio legítimo violência, esse aparelho político de classe, aparelho de força e de poder, pode assumir de acordo com a conjuntura histórica, com o processo de desenvolvimento das lutas de classes, alguns tipos de formatações, algumas configurações políticas, cujo o olhar histórico pode nos permitir encontrar como modelo em determinadas formações sociais.

Desse modo, a partir do momento em que as formas exclusoras e de exceção encontram obstáculos para se desenvolver, e não são mais possíveis de serem operadas ou impostas com facilidade na sociedade, quando as massas tornam-se sujeitos sociais e políticos ativos importantes na dinâmica da vida social, tornando-se um entrave e ameaça ao pleno desenvolvimento sistema de capturação da riqueza do trabalho, defronta-se com a impossibilidade de excluir as resistências e controlar a classe trabalhadora pelos meios antigos. A coerção, a violência, formas de restrição da cidadania, como propriedade privada, expropriação dos meios de produção e de vida, leis, voto censitário, já não podem ser utilizados. O Estado então se vê obrigado a lançar mão de outros mecanismos e formas de controle social, criando mediações de consensos, para continuar a garantir de forma controlada que a classe trabalhadora continue aprisionada à ordem da sociabilidade do capital. Mézáros (2015), ressalta à luz da Teoria Política de Marx, que “as lutas políticas e socioeconômicas constituem uma unidade dialética, e, conseqüentemente, a negligencia de sua dimensão socioeconômica despoja a política de sua realidade (MÉSZÁROS, 2015, p.121). Em momentos de efervescência das lutas de classe que ameaçam a hegemonia burguesa, cabe ao Estado em seu papel garantidor da ordem social do capital, buscar combinar medidas repressivas - que nunca são abandonadas - com a incorporação de medidas de legitimação, que garantam funcionalidade da sociedade do capital. É nesse movimento dialético que podem ascender e serem institucionalizadas demandas da classe trabalhadora materializadas por meio de políticas públicas.

Engels (2010), em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, aponta que com as revoluções burguesas, a classe então economicamente dominante se tornou politicamente dominante ao tomar posse do Estado. Nesse sentido, o Estado moderno fundou-se como instrumento do capital ao se tornar a base de sustentação para o apogeu econômico do capitalismo; consolidando-se como força estruturadora de sua expansão.

O Estado capitalista, também conhecido como Estado moderno, como única estrutura corretiva viável ao capital não surge depois da articulação de formas socioeconômicas fundamentais, nem como mais ou menos diretamente determinado por elas. “Não há dúvidas quanto à determinação unidirecional do Estado moderno por uma base material independente, pois a base socioeconômica do capital é totalmente inconcebível separada de suas formações de Estado” (MÉSZÁROS, 2002, p 117). Assim, são necessárias funções metabólicas particulares de uma estrutura que corresponda às determinações e exigências estruturais diretas do capital. Tais funções podem se contrapor vigorosamente umas às outras, pois suas estruturas internas vão se ampliando durante a expansão necessária e a transformação adaptativa do sistema do capital.

“Sem examinar o Estado Moderno, não se examina o capitalismo”. (MÉSZÁROS, 2015, p.10). Vemos em Marx (2004), que o primado do Estado moderno se perfaz enquanto forma do Estado político, quando a burguesia chega ao poder, em total confronto aos estamentos do Rei, da Nobreza, ou seja, na dissolução do Estado absolutista, por meio do paulatino avanço e amadurecimento econômico e social do capital, que prescreve os tempos da “acumulação primitiva” e se consolida nas revoluções burguesas entre os séculos XVII e XIX, quando se dissemina a generalização da sua sociabilidade por meio de classes, da propriedade e do mundo da mercadoria.

[...] os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais (MARX, 2014, p.42).

Conforme reflete Rancière (2014), a evolução das instituições, dos costumes, é realizada nas profundezas da sociedade, nas engrenagens da máquina monárquica. Para o autor, o centro de produção medieval em que prosperavam as liberdades

burguesas, dava rédeas à racionalidade econômica, e seu *ethos* produtivos abriu caminho para a ética do “trabalho”. Mas a realização completa das tendências já presentes na cidade medieval, a aplicação completa da racionalidade econômica não apenas ao comércio, mas também à organização da produção e o amadurecimento da verdadeira burguesia como agente de produção, aparentemente, exigiram a liberalização dos impedimentos culturais e políticos que obstruíram o caminho da racionalidade econômica.

Para Wood (2017), a produção na cidade medieval talvez já estivesse subordinada às exigências organização, mas a organização em si, seu processo, suas disciplinas, suas técnicas e seus instrumentos ainda não haviam sido inteiramente transformados pela racionalidade do capital. Assim como o parasitismo da aristocracia feudal seria decisivamente substituído pela atividade da verdadeira e moderna *bourgeoisie*, assim também, a liberalização e transformação cultural necessária o caminho da racionalidade econômica do capital desenvolverá, [...] a mentalidade consumidora ou tradicional precisava ser completamente deslocada pelos valores da produtividade. Chegou-se à transformação cultural necessária com a ética protestante (WOOD, 2017, p.143-144).

Marx (2014) explica que a sujeição do trabalho ao capital, a racionalidade do lucro comercial jamais poderia explicar como toda produção se tornou produção para o comércio nem como os produtores diretos foram forçados a ingressar no mercado de trabalho para ter acesso aos meios de sua própria reprodução. Para Marx (2014) a explicação só poderia encontrada nas relações primárias do feudalismo e nos processos pelos quais elas foram transformadas internamente.

Influenciada pelos preceitos e princípios do Iluminismo e em conflito com a "Velha Ordem" aristocrática, - a burguesia buscava consolidar-se no poder enquanto classe dominante avançando na conformação de um Estado liberal, instituindo a partir do Liberalismo, a política dominante do modo de produção capitalista, - o Estado liberal teve seus fundamentos definidos pela experiência da Inglaterra no século XVIII. No entanto, apesar de se apresentar enquanto um movimento de ideias revolucionárias, na nova forma política representada pela República Burguesa manteve os estamentos da "Velha Ordem" no qual o poder, a lei, e a propriedade prosperaram enquanto despotismo ilimitado de uma classe sobre as outras.

“Liberdade de consciência”! Nestes tempos de Kulturkampf, se se quisesse recordar a o liberalismo suas velhas palavras de ordem, isso só poderia se feito da seguinte forma: “cada um tem de poder satisfazer suas necessidades religiosas, assim como as corporais, sem que a polícia meta aí o seu nariz” “liberdade de consciência” burguesa não vai além da tolerância entre todas as formas possíveis de liberdade religiosa de consciência e que ele pretende, antes, libertar a consciência de qualquer assombração religiosa. Contudo, achou-se melhor não extrapolar o nível “burguês”. (MARX, 2014, p.46)

O movimento das ideias e teorias liberais do Estado alçado pelos ideólogos da burguesia buscaram difundir a idealização da ordem reprodutiva do capital estabelecida enquanto um “sistema natural” como “parte integrante do quadro explicativo universal e justificação dos processos e relações” (MÉSZÁROS, 2011, p. 337). Para Mézáros (2011), a teoria liberal do Estado foi fundada na contradição autoproclamada entre a assumida harmonia dos fins – os fins postos como necessariamente desejados por todos os indivíduos em virtude de sua natureza humana, - e a total anarquia dos meios. E a anarquia dos meios conceitualizada dessa maneira foi a escassez alegadamente intransponível de bens e recursos que devem induzir os sujeitos à luta e, em última instância, a de destruir uns aos outros, a não ser que tenham sucesso em estabelecer acima de si mesmos uma ordem superior. Portanto o Estado burguês foi inventado com o suposto propósito de “transformar a anarquia em harmonia”. Ou seja, [...] autoridade corretiva do Estado, em sua capacidade de tornar realmente possível os intercâmbios sociais harmonizáveis, teria sua legitimidade permanente.

O liberalismo econômico e o seu *laissez-faire*²⁰, surgem nos marcos do século XVIII, demarcando o domínio político em defesa do livre mercado, no discurso da negação da interferência do Estado, para fundar uma nova ordem social no contexto de uma sociedade em plena transformação e mudanças, em consequência dos processos de produção e exploração decorrentes da industrialização. Era necessária uma ideologia do Estado que atendesse as novas necessidades da sociedade industrial. As ideias de pensadores como Adam Smith (1983), considerado entre os mais importantes teóricos do liberalismo econômico, defenderão que a finalidade das

²⁰ *Laissez-faire* é a expressão francesa, termo que representa e que simboliza o liberalismo econômico clássico, na sua versão mais pura de capitalismo, apregoa seus defensores que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade.

ações estatais é a proteção das atividades espontâneas dos indivíduos. Suas ideias tornam-se tendência dominante no pensamento filosófico burguês. Smith (1983), defendia que a economia deve ser regulada por uma força autônoma, denominada por ele de “mão invisível”, sendo a intervenção do Estado uma barreira para o desenvolvimento econômico das nações. O seu pressuposto é que, “o melhor governo é o que menos governa” (SMITH, 1983). No entanto, ao mesmo tempo que defendia a não intervenção do Estatal sob os setores produtivos da sociedade, apelava para a necessidade de proteção dessa instituição para os proprietários da produção.

[...] a burguesia formou o Estado e a sociedade segundo sua imagem, mas, depois dela, também a pequena burguesia conduziu esse processo de formação até suas últimas consequências. (MARX, 2014, p.51)

O Estado liberal é a face monopolista do sistema sociometabólico do capital. Em que se tem a emancipação do capital da interferência Estatal na liberdade contratual, enquanto legalização da exploração. Mézáros (2002), situa que o Liberalismo foi o desprendimento da classe burguesa das amarras do regime feudal – absolutista – altamente intervencionista. O Liberalismo libertou o capital da interferência do Estado, ou seja, emancipou a economia da interferência da política.

Para Mézáros (2015), O Estado tornou-se a expansão política do capital, a forma de organizar as forças produtivas, o regime de propriedade privada, as relações entre as classes sociais e um intrincado sistema de regras e condutas que viabilizam a economia de mercado. Tornou possível a criação de espaços para a exploração e desenvolvimento do capital, que não se restringiram a seus limites internos, e “moldou, a partir daí, pela expansão do comércio e pelo caráter mais global do circuito da produção, um sistema planetário” (MÉSZÁROS, 2015, p.10).

Marx (2010), compreende que as relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser entendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “Sociedade Civil”. Para Marx (2010), diferente do que pensava Hegel, que faz a separação e oposição entre Estado e Sociedade Civil, não é o Estado a base da

“Sociedade Civil”, e sim a Sociedade Civil a base do Estado, na medida em que elas formam partes do Estado, em que participam do Estado como tal.

Conforme Marx (2004), a propriedade privada moderna corresponde ao Estado moderno. O Governo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1999). A razão do Estado nada tem a ver, portanto, com a divisão da matéria do Estado em família e sociedade civil. O Estado provém delas de um modo inconsciente e arbitrário. Família e sociedade civil aparecem como o escuro fundo natural donde se acende a luz do Estado.

Marx e Engels no livro *A Ideologia Alemã* (2007), nos mostra o Estado enquanto expressão da ideologia burguesa no desenvolvimento da propriedade privada, da concorrência e da expansão e do enriquecimento ilimitado do capital. Marx (2010) sinaliza o rebaixamento da universalidade do Estado que se degrada ao nível dos interesses privados e do direito à particularidade da propriedade privada. Aponta o autor, que o fim último geral do Estado e dos interesses particulares dos indivíduos deve consistir em que seus deveres para com Estado e seus direitos em relação a ele sejam idênticos. Assim, por exemplo, “o dever de respeitar a propriedade coincide com o direito sobre ela” (MARX, 2010, p.28). A legislação burguesa suas leis constituem não a causa, mas sim o efeito, a consequência jurídica da organização econômica existente que se funda na propriedade privada dos meios de produção, a terra, a matéria-prima, as máquinas etc., (MARX, 2007).

O reconhecimento político da propriedade privada no direito é declarado como a base da propriedade privada [...] Toda a desgraça decorre, portanto, novamente da fé que os indivíduos depositam no conceito do direito [...] (MARX, 2004, p. 349).

Segundo Marx (2004), o desapossamento é o elo explicativo para a compreensão da situação do proletariado, que tem o princípio explicativo no seu oposto – a propriedade privada. Esta é engendrada e incrementada mediante o processo generalizado de alienação, que permeia a sociedade civil (esfera das necessidades e relações materiais dos indivíduos). Marx (2004), nos ensina que a propriedade privada propriamente dita começa, tanto entre os antigos como entre os povos modernos, com a propriedade mobiliária – (escravidão e comunidade). A propriedade desenvolve-se passando por diferentes fases – propriedade tribal,

propriedade feudal da terra, propriedade mobiliária corporativa, capital manufatureiro – até chegar ao capital moderno, condicionado pela grande indústria e pela concorrência universal, ou seja, até chegar à propriedade privada pura, que se despiu de toda aparência de comunidade e suprimiu toda influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade.

Pachuckanis (1988), compreende o surgimento e a consolidação da propriedade privada, a sua extensão universal tanto aos sujeitos como a todos objetos possíveis nos seguintes fenômenos:

- A libertação da terra das relações de domínio e de servidão;
- A conversão de toda propriedade em propriedade mobiliária;
- O desenvolvimento e a preponderância das relações obrigacionais;

Para o referente autor, tem-se, desse modo, a constituição de um poder político autônomo e particular – ao lado do poder puramente econômico do dinheiro – assim como a subsequente divisão, mais ou menos profunda, entre as esferas das relações públicas e a das relações privadas, entre o direito público e o direito privado.

Nas sociedades pré-capitalistas, em que os camponeses eram a principal classe produtora, a apropriação- seja pelo proprietário, seja pelo Estado – assumia a forma do que se poderia chamar de propriedade politicamente constituída, ou seja, a apropriação conquistada por vários mecanismos de dependência política e jurídica, por coação direta – trabalho imposto sob a forma de dívida, a escravidão, servidão, relações tributárias, impostos, corveia e outras. É o que acontecia nas civilizações avançadas do mundo antigo, nas quais as formas típicas do Estado era uma variante do Estado “burocrático-redistributivo”, “tributário”, no qual um corpo-governante se pressupunha às comunidades dominadas de produtores diretos cuja a mais-valia era apropriada pelo aparelho governante (WOOD, 2017, p.162-163).

Na sociedade capitalista, os produtores primários são sujeitos a pressões econômicas independentes de sua condição política. O poder do capitalista de se apropriar da mais-valia dos trabalhadores não depende de privilégio jurídico nem de condição cívica, mas do fato de os trabalhadores não possuírem propriedade, o que os obriga a trocar sua força de trabalho por um salário para ter acesso aos meios de trabalho e subsistência (WOOD, 2017, p.162-163).

A propriedade é institucionalizada por meio da legitimação do Estado, como propriedade territorial capitalista, suscitando condições de apropriação que mantêm a sociedade de classes - estrutura social que na sociedade capitalista torna-se indispensável - mantendo a exploração capitalista como tal. Assegura-se deste modo, que as relações capitalistas de produção se realizem e que a acumulação privada se aproprie do produto social do trabalho, afiançando a riqueza da sociedade em seu benefício; garantindo seu domínio sobre o trabalho para que sua reprodução ampliada aconteça; transformando trabalhadores em meros instrumentos de exploração enquanto escravos do capital.

Do ponto de vista de uma formação política superior da sociedade, a propriedade privada do globo terrestre, por parte de alguns indivíduos, parecerá tão absurda como a propriedade privada de um homem, por parte de outro homem. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, e mesmo todas as sociedades de uma mesma época, tomadas em conjunto, não são proprietárias da terra. São somente seus possesores, seus usufrutuários e têm o dever de deixá-la melhorada, como boni patres famílias, às gerações sucessivas” (MARX, 2004, p. 224).

O organismo do Estado de direito se tornará então uma necessidade da classe dominante, um meio institucional de legitimar e de garantir que a propriedade e a sociedade de classes e todos os seus mecanismos de exploração e de produção de riqueza funcionem e permaneçam intactos. À medida que avança o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, essas normalizações passam a regular não só as condições gerais da propriedade e das trocas, mas invade o conjunto das relações sociais.

3.3. O ESTADO DE DIREITO

Para Mascaro (2013), o Estado e o direito surgem como derivas necessárias e específicas do fenômeno do circuito das formas mercantis, nesse sentido, serão as revoluções liberais burguesas que constituirão o Estado e o direito como formas acopladas tecnicamente uma à outra. (MASCARO, 2013, p.41). “ O Estado de direito,

assim o é, fundamentalmente, porque opera em conjunto com as relações sociais permeadas pelo direito” (MASCARO, 2013, p.40).

Considera Rancière (2014), que, os direitos humanos são uma ilusão, “porque são direitos do homem nu, desprovidos de direitos. São os direitos ilusórios dos homens que foram expulsos de suas casas, de suas terras e de qualquer cidadania. A generalização das relações mercantis, cujo o emblema são os direitos do homem, não é nada mais que a realização da exigência febril de igualdade e que atormenta os indivíduos democráticos e arruína a busca do bem comum encarnada no Estado. (RANCIÈRE, 2014).

Na crítica do direito, os autores Engels e Kautsky, no livro **Socialismo Jurídico** (2012), buscam denunciar o “fetichismo da norma” e se opõem à teoria normativista para a qual o direito aparece somente como um conjunto de normas garantido pelo poder coercitivo do Estado. Os autores situam e relacionam a forma do direito com a forma da mercadoria, portanto, o direito é, irremediavelmente, uma forma do capitalismo. Segundo os autores, o direito reflete as condições econômicas determinadas por uma sociedade, aparece em primeiro plano da legitimidade histórica, os modos de apropriação, as classes sociais de determinadas épocas, não surgem da simples forma de regulação do caos e da brutalidade.

O direito jurídico, que apenas reflete as condições econômicas determinadas por uma sociedade, ocupa posição muito secundária na sociedade; ao contrário, aparecem em primeiro plano a legitimidade histórica, as condições específicas, os modos de apropriação, as classes sociais de determinadas épocas, cujo o exame interessa fundamentalmente aos que veem na história um desenvolvimento contínuo, apesar de frequentemente contraditório, e não simples caos de brutalidade como a via no século XVIII” (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 25).

A formação histórica do Estado de Direito se desdobra desde o processo da acumulação primitiva do capital, até as revoluções operadas pela burguesia inglesa e francesa, entre os séculos XVII e XIX, que levaram a dissolução do Antigo Regime e suas instituições políticas, econômicas e sociais. Engels e Kautsky (2012), desvendam que a generalização do processo de trocas mercantis por meio do desenvolvimento pleno do intercâmbio de mercadorias em escala social engendra relações contratuais recíprocas e exige regras universais para a sua efetivação. É desse modo que teremos o surgimento da

regulação jurídica, que só poderia ser estabelecida pela instituição de normas jurídicas pela via do Estado baseada nos princípios da liberdade, da igualdade da sociabilidade da mercadoria burguesa etc.

[...] relações contratuais recíprocas exige regras universalmente válidas, que só poderiam ser estabelecidas pela comunidade – normas jurídicas estabelecidas pelo Estado –, imaginou-se que tais normas não proviessem dos fatos econômicos, mas dos decretos formais do Estado. Além disso, uma vez que a concorrência, forma fundamental das relações entre livres produtores de mercadorias, é a grande niveladora, a igualdade jurídica tornou-se o principal brado de guerra da burguesia (ENGEL; KAUTSKY, 2012, p. 19)

No entendimento de Marx (2004), o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns. A sociedade civil inteira, de direito privado, se desenvolve simultaneamente com a propriedade privada, a partir da dissolução da comunidade natural. A lei é a expressão dos burgueses, precisamente porque dominam como classe. Nesse movimento, o direito, a lei, o Estado etc., se originaram de um conceito geral, em última instância, do conceito do homem, e que teriam sido derivado desse conceito.

O Estado, conforme reflete Marx (2010), é numa representação formal e abstrata distanciada do povo a quem ele se diz representar, se apresentando enquanto Estado não político, em que o povo é destituído de sua essência social, mas age enquanto Estado Político de velhas representações históricas do poder, reduzido a uma multidão amorfa que recebe uma forma política do Estado político, o ideário de um organismo neutro.

Nesse sentido, Marx (2010) deixa claro que as relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “Sociedade Civil”.

Portanto, a história do direito, coincide com o desenvolvimento da sociedade burguesa, ou seja, com a evolução e desenvolvimento dos interesses pessoais em interesses de classe, as relações jurídicas se modificaram e civilizaram a sua expressão. Não foram mais concebidas como individuais, mas como universais. Ao mesmo tempo, a divisão do trabalho transferiu para as mãos de poucos a conservação

dos interesses conflitante dessas condições individuais, em sua forma mais crassa, o direito.

[...] direito, lei, Estado etc.; se originaram de um conceito geral, tal como, em última instância, do conceito do homem, e que teriam sido desdobrados por causa desse conceito, é natural que os mesmos ideólogos possam imaginar também que os crimes sejam cometidos por pura petulância contra um conceito, que os crimes em termos gerais não sejam nada mais que zombaria contra conceitos e que só seriam punidos para proporcionar satisfação aos conceitos violados (MARX, 2004, p. 330).

As leis, as relações jurídicas e o poder dos tribunais ganham mais relevância a medida em que o avanço das relações internacionais assumiu um caráter burguês. O desenvolvimento da indústria e do comércio e o crescimento de suas contradições provocam inevitavelmente o acirramento dos conflitos da luta de classes. A legalização é necessária, na garantia de que a normalização da divisão de classes consumada do trabalho prevaleça, incontornavelmente, necessária as condições reais da sociabilidade do capital, sobre as quais se apoiam o direito e a “expressão jurídica das relações de classe legitimado pelo (Estado de) direito (ao homem) como propriedade” (MARX, 2004, p. 332).

No século XVI o desenvolvimento propriamente dito do direito teve como base o Código Romano. No entanto, diferentemente da sociedade burguesa, entre os romanos, o desenvolvimento da propriedade privada e do direito privado não gerou consequências industriais e comerciais, pois o seu modo de produção inteiro manteve-se o mesmo. Entre os povos modernos, em que a comunidade feudal foi dissolvida pela indústria e pelo comércio, os princípios do direito romano foram introduzidos para o ulterior desenvolvimento do direito privado (particularmente no âmbito da propriedade mobiliária), o nascimento da propriedade privada e do direito privado burguês deram início a uma nova fase, “Tão logo a indústria e o comércio desenvolveram a propriedade privada, o desenvolvido direito privado romano foi imediatamente readotado e elevado à posição de autoridade” (MARX, 2004, p. 77).

No entendimento de Marx, no direito privado, as relações de propriedade existentes são declaradas como o resultado da vontade geral. A propriedade privada tornou-se plenamente independente da comunidade e, de outro, a ilusão de que a própria propriedade privada descansa na simples vontade privada, na disposição arbitrária das coisas. Essa ilusão jurídica, que reduz o direito à mera vontade, resulta

necessariamente, no desenvolvimento ulterior das relações de propriedade, no fato de que alguém pode ter um título jurídico de uma coisa sem ter a coisa realmente. A partir dessa mesma ilusão dos juristas explica-se que, para eles e para todos os códigos jurídicos em geral, seja algo accidental que os indivíduos estabeleçam relações uns com os outros, contratos por exemplo, que essas relações sejam consideradas como relações que podem ser estabelecidas ou não a depender da vontade, e cujo conteúdo repousa inteiramente sobre o arbítrio individual dos contratantes.

Conforme salienta Pachuckanis (1988), o direito só é pleno, na sociedade burguesa, produtora de mercadorias, núcleo específico nas relações do direito privado. É em sua expressão histórica e em sua manifestação mais alta, funcionaliza o modo de produção baseado no contrato entre proprietários e portadores de interesses contrapostos. A filosofia do direito burguês, nada mais é, do que “a filosofia da economia mercantil, que estabelece as condições mais gerais, mais abstratas, sob as quais se pode efetuar a troca de acordo com a lei do valor e ter lugar a exploração sob a forma de “contrato livre” (PACHUKANIS, 1988, p. 8-9).

Na leitura de Espinoza (2009), o direito se define pela potência do poder que o homem detém sobre o outro. Tem um outro sob seu poder quem o detém amarrado, ou quem lhe tirou as armas e os meios de se defender ou de se evadir, quem lhe incutiu medo ou quem, mediante um benefício, o vinculou de tal maneira a si que ele prefere fazer-lhe a vontade a fazer a sua, e viver segundo o parecer dele a viver segundo o seu. Quem tem um outro em seu poder sob a primeira ou a segunda destas formas, detém só o corpo dele, não a mente; mas quem o tem sob a terceira ou a quarta forma fez juridicamente seus, tanto a mente como o corpo dele, embora só enquanto dura o medo ou a esperança; na verdade, desaparecida esta ou aquele, o outro fica sob jurisdição de si próprio.

Conforme Engels (2015), Rousseau demonstrou que [...] A não tem como escravizar B à força, mas só se colocar B numa situação que em que este não pode ficar sem A. Do ponto de vista formal, as suas vontades são totalmente iguais e ambos reconhecem tal fato. Do ponto de vista material, porém, persiste uma grande desigualdade. Para o autor, seja como for, devemos constatar que a igualdade de direitos tem sua exceção [...] quando duas pessoas são “moralmente desiguais”, cessa de existir a igualdade. Então, não valeu a pena conjurar dois homens totalmente iguais entre si, pois não existem duas pessoas que sejam totalmente iguais no aspecto moral (ENGELS, 2015, p. 129 -131).

Engels (2015), indaga: A desigualdade consistiria em que uma delas é uma pessoa humana, e a outra carrega dentro de si certa dose de bestialidade. Ocorre, porém, que o fato de ser o humano do reino animal, já inere que ele jamais poderá se livrar totalmente da besta, de modo que nem sempre poderá ser uma questão só de mais ou menos, de diferença de grau de bestialidade ou de humanidade. [...] o que nos interessa aqui é a confissão de que, em consequência da desigualdade moral entre os seres humanos, a igualdade mais uma vez se dissipa”. ENGELS, 2015, p. 131). Portanto, reflete o autor, não só a desigualdade moral, mas também a desigualdade intelectual é premissa suficiente para descartar a “igualdade total”, das duas vontades, de confeccionar uma moral, com a qual é possível justificar todas as infâmias cometidas pelos Estados rapinadores civilizados contra os povos atrasados (ENGELS, 2015, p. 131).

Seria supérfluo acompanhar o Sr. Dühring na destruição peça por peça de sua igualdade, da soberania universalmente humana etc, estabelecido de modo tão axiomático; seria supérfluo observar como ele consegue viabilizar a sociedade com dois homens, para levar a cabo o Estado necessita ainda de um terceiro, [...] sem o qual não se poderia tomar decisões por maioria, e, sem esta, logo, sem o domínio da maioria sobre a minoria, nenhum Estado pode subsistir..

[...] Verificamos sobejamente que a igualdade total das duas vontades só existe mesmo enquanto essas duas vontades *nada querem*; que a igualdade deixar de existir no momento em que elas cessam de ser vontades humanas como tais e se convertem em vontades individuais reais, nas vontades de dois seres humanos reais; que a infância, a demência, a assim dita bestialidade, a pretensa superstição, o alegado preconceito, a suposta incapacidade, de um a lado, e a humanidade imaginária, a noção da verdade e da ciência, do outro lado, ou seja, qualquer diferença, na qualidade das duas vontades e na da inteligência que as acompanha justifica uma desigualdade que pode culminar numa subjugação. (ENGELS, 2015, p. 134).

Argumenta Engels (2015), que, a ideia da igualdade, tanto na sua forma burguesa como na proletária, é, por si mesma, um produto histórico que somente podia tomar corpo em virtude de determinadas condições históricas, as quais, por sua vez, tinham por trás de si um grande passado. Homens passaram a viver num plano de igualdade de forma naturalizada, isso se dá, pura e simplesmente, porque para o povo, devido a esse preconceito, parece essa igualdade ser a coisa mais natural do mundo. Para o autor, a exigência da igualdade tem, para o proletariado, um duplo significado. É uma reação natural contra as desigualdades, como entre os ricos e

pobres, entre os senhores e servos - como sucedeu na guerra dos camponeses. A busca por igualdade não é mais que a expressão do instinto revolucionário, surge ou como reação a imposição da igualdade da burguesia, ou como meio de agitação dos operários contra os capitalistas. Nos dois casos, o conteúdo do postulado da igualdade proletária é a aspiração de alcançar a abolição das classes.

O véu ideológico mistificador do capital “da igualdade e da democracia burguesa formal, dessa democracia na qual “a república do mercado” procura mascarar o despotismo da fábrica” (PACHUKANIS, 1988, p. 9), impede que o trabalhador enxergue a verdadeira face das relações desiguais de exploração instituídas pela normatização do direito sob a forma do contrato livre, numa relação íntima de benefício com o proprietário de mercadorias. Para Engels e Kautsky (2012), a classe trabalhadora – despojada da propriedade dos meios de produção no modo de produção capitalista e continuamente reproduzida pelo mecanismo deste último na situação hereditária de privação de propriedade – não pode exprimir plenamente a própria condição de vida na ilusão jurídica da burguesia, só pode conhecer plenamente essa condição se enxergar a realidade das coisas, sem as coloridas lentes jurídicas.

Rancière (2014), expõe que os legisladores aristocráticos e doutos, que quiseram compor com a democracia, considerada um fato incontornável. O autor cita a Constituição dos Estados Unidos é o exemplo clássico desse trabalho de composição de forças de equilíbrio dos mecanismos institucionais [...] a tirar do fato democrático o melhor que se podia tirar dele, mas ao mesmo tempo contê-lo estritamente para preservar [...] o governo dos melhores e a defesa da ordem proprietária. (RANCIÈRE, 2014, p.8).

O Jovem Marx não teve nenhuma dificuldade para desvendar o reino da propriedade no fundamento da constituição republicana. [...] soube estabelecer um padrão de pensamento que ainda não se esgotou: as leis e as instituições da democracia formal são aparências por trás das quais os instrumentos com os quais exerce o poder da classe burguesa. (RANCIÈRE, 2014, p.9)

Por mais que o modo capitalista de apropriação pareça violar as leis originais da produção de mercadorias, ele não se origina em absoluto da violação, mas, ao contrário, da observância das leis. Nesse sentido, a propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo

trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre (MARX, 2011^a).

O direito é um produto da superestrutura política estatal. Enquanto uma relação social, está em íntima conexão com as relações de produção, enquanto relações sociais, sua normativa e coercitiva do contrato livre, legitima a relação de troca entre possuidores de mercadorias e os possuidores da força de trabalho.

3.4. A LUTA DE CLASSES E A QUESTÃO SOCIAL: AS RAÍZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

[...] juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade (ENGELS, p. 18, 2010).

Durante muito tempo, há a preservação de algum tipo de divisão entre os governantes e os produtores, entre a elite proprietária politicamente privilegiada e uma multidão trabalhadora destituída de direitos (WOOD, 2017). Em cada formação social específica o Estado garante a apropriação da propriedade privada dos meios de produção e subsistência pela classe dominante, assegurando e reproduzindo a divisão da sociedade em classes. A classe que domina economicamente é a classe que domina o Estado, portanto, é um aparelho de dominação de uma classe sobre a outra, com uma função social que se expressa concretamente no ordenamento que legaliza de forma a garantir essa dominação e opressão. Portanto, se o Estado é a forma de uma classe, é, [...] “desnecessário dizer que os direitos políticos também não foram distribuídos generosamente quando por fim se garantiu as classes trabalhadoras o acesso a eles depois de longas lutas populares que enfrentaram forte resistências (WOOD, 2017, p 174).

Há um processo de ocultamento da sociedade de classes, na ideia falseada de que somos iguais perante a sociedade. É profundo, o processo histórico de transformação social e simbólico, que naturaliza a relação de igualdade forjada nas

raízes do Estado de direito, entre os indivíduos livres para que estes pudessem vender sua força de trabalho aos capitalistas compradores da força de trabalho disponível. Funda-se deste modo, o domínio dos capitalistas sobre o processo produtivo, como proprietários dos meios que possibilitam na sua realização a acumulação de riquezas, ao trabalhador restaria a sua capacidade de produzir.

Conforme já refletimos, o modo de produção societal capitalista tem em sua base social de existência, a separação da sociedade em duas classes. Essa é a forma histórica que atinge a nossa sociedade, na qual a riqueza de uns se produz à custa da exploração e da opressão de outros. A riqueza da classe dos senhores (que não trabalham, mas que por meio da coerção e expropriação, se apropriam e exploram o trabalho alheio) existe por meio da exploração da classe dos trabalhadores, escravos do capital, que desempenhavam a tarefa social do trabalho, porém são desprovidos das riquezas que produzem. A condição da produção da riqueza torna-se o condicionante para o capital se expandir. É preciso a “condição absolutamente necessária do seu sociometabolismo levar o trabalhador a tornar-se o determinado, o produtor é posto como o produto de seu produto (MARX, 2010, p.30).

Engels (2010), salienta que a luta de classes se funda desde que o excedente econômico produzido pela sociedade passa a ser apropriado como propriedade privada por grupos dominantes. Há deste modo, uma cisão da sociedade entre os interesses comunitários e os individuais, e com isso um conflito de caráter antagônico entre classes irreconciliáveis, e fruto dessa fratura social surge a divisão da sociedade em classes sociais.

Para conciliar esse processo, surgem por uma necessidade histórica novas esferas, como o Estado, o Direito e determinadas formas ideológicas, que têm funções específicas e intrinsecamente articuladas com a reprodução econômica e social. Conforme é explanado por Engels (2010^a),

Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns, é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra. (ENGELS, 2010^a, p. 182).

Não é possível compreender a essência e cerne da questão social e das políticas públicas que se efetivam, sem compreendermos que estes constituem-se e se configuram numa relação dialética a partir do movimento histórico das contradições enquanto expressões da luta de classe, na mediação do Estado burguês e do capital, que geram conflitos e transformações sociais em face aos desdobramentos da sociabilidade da economia do capital nos diferentes fenômenos da construção da totalidade.

Segundo Netto (2008), a questão social, está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho, enquanto reflexo do conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da luta de classe trabalhadora impôs ao capital e ao Estado no curso da constituição da sociedade capitalista. Para Netto (2010), sintomaticamente, a expressão “questão social” surge quase ao mesmo tempo em que aparece, no vocabulário político, a palavra socialismo. A questão social surge desde que a Europa passou a experimentar o pauperismo fruto dos impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII. A pauperização massiva da população trabalhadora constituiu em seu aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial concorrencial e não por acaso engendrou os conflitos e contradições.

Na raiz dos conflitos sociais urdidos nas contradições da relação capital e trabalho está contido o acirramento de luta de classes que se manifestam com maior intensidade, à medida que avança a expansão da sociabilidade do capital e da difusão de seu processo industrializante. A depender do movimento da luta de classes, expressão de determinadas fases do desenvolvimento capitalista a questão social se apresenta num contexto característico em que surgem as políticas sociais.

No primado da questão social está posto o conflito entre capital e trabalho. É preciso considerar o movimento histórico da luta de classes, que com surgimento da classe trabalhadora impôs ao capital e ao Estado no curso da constituição da sociedade do capital, a partir do reflexo do conjunto das transformações políticas, sociais e econômicas inerentes ao surgimento e aprofundamento das mazelas sociais da ordem opressora capitalista.

Na leitura de Engels (2010), a situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação da miséria social. Engels a partir da compreensão da vida social, aponta as condições em que se opera a produção da

vida material e as mazelas e injustiças como a raiz da problemática político-social da sociedade capitalista. Vislumbra Engels (2010), que a expansão das condições de exploração que a industrialização acarreta no desencadeamento uma degradante situação de miséria da classe trabalhadora. Centrando a crítica na contradição que deriva da manutenção da propriedade privada dos meios de produção numa ordem societária em que a produção é cada vez mais de caráter social; contra o poder social e político dos opressores, ao posicionar a propriedade privada dos meios de produção, a degradante situação da classe trabalhadora, as mazelas e injustiças como a raiz da problemática político-social da sociedade capitalista.

Em face ao processo degradante da industrialização, com o surgimento da classe operária e dos problemas socioeconômicos e políticos causados pelo modo de produção capitalista, nascem também formas de luta e organização do operariado em busca de melhores condições de vida e de trabalho, se tornando uma ameaça à reprodução social nos moldes dos interesses capitalistas. É nesse processo que assentam as raízes da denominada “Questão Social”, diretamente vinculada à exploração do trabalho no capitalismo e a luta da classe operária, expressa no desemprego, no pauperismo e no exército industrial de reserva.

As lutas de classes encampadas pelo movimento operário impelem ao Estado e ao Capital a necessidade de uma política social pública. As políticas sociais têm como objetivo administrar as refrações da “questão social” “de forma a atender às demandas da ordem monopólica, conformando pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora sistemas de consenso variáveis, mas operantes” (NETTO, 2011, p.30).

Esse sistema de consensos é prefigurado pelo Estado que criou formas institucionalizadas de apaziguar os conflitos de classe por meio de assistencialismos. Em uma contundente análise sobre os limites da possibilidade do Estado na via assistencialista, no livro a ***Crítica ao Programa de Gotha (2014)***, Marx expõe as contradições de programa, e denuncia o recuo liberal e submissão dos socialistas revolucionários a plataforma revisionista Lassaliana desse programa que se tornou a concretização da unificação dos partidos socialistas em uma única agremiação operária. A crítica de Marx não se situa em ser contrário a coalizão dos partidos, mas no fato de que o Partido Operário Alemão ao encontrar no Estado possibilidade pela via assistencialista, demonstra somente que [...] as ideias socialistas não penetraram nem sequer a camada superficial de sua pele, quando considera o Estado um ser

autônomo, dotado de seus próprios fundamentos espirituais, morais, livres (MARX, 2014, p.42), para o autor, as reivindicações do Partido Operário Alemão não passaram de um eco burguês de uma cantilena democrática.

Suas reivindicações, não contém mais do que a velha cantilena democrática conhecida por todos: sufrágio universal, legislação direta, direito do povo, milícia popular etc. São mero eco do Partido Popular Burguês, da Liga da Paz e da Liberdade [...] (MARX, 2014, p.43).

Engels (2014) complementa a crítica a “assistência estatal” ao advertir que medidas em sentido Lassalliano são, na melhor das hipóteses, entre tantas outras, para atingir o objetivo designado, com frouxas palavras: “para conduzir à solução da questão social”, como se, para nós, ainda houvesse uma questão social não resolvida na teoria! (ENGELS, 2014, p.54).

Conforme as análises de Sérgio Lessa (2013), é comum entre muitos estudiosos situar o Estado de Bem-Estar como marco para a generalização das políticas públicas. No entanto, o autor salienta, que, ainda que sem a pujança futura crescente de um Estado mais intervencionista, é possível apontar raízes das políticas públicas, anteriores à Revolução Industrial. O autor evidencia a Inglaterra a exemplo de recorte temporal anterior à Revolução Industrial, cujas raízes das políticas públicas são frequentemente datadas das Leis dos Pobres.

A Lei dos Pobres, de 1795, conhecida como Lei de Speenhamland, localidade do condado de Berkshire, na Inglaterra, foi criada para amortecer os efeitos devastadores da acumulação primitiva do capital. O autor Thompson (2011), salienta que a concessão de algumas leis, a “generosidade” e a caridade na assistência aos pobres podem ser vistas como atos camuflados de apaziguamento das lutas de classe e faziam parte do teatro dos poderosos, uma vez que a hegemonia só poderia ser sustentada pelos governantes pelo exercício constante da habilidade do teatro e da concessão, [...] o materialismo dos ricos se casava sem dificuldade com um controle disciplinar dos pobres (THOMPSON, 2011, p. 56).

Netto (2011), aponta que a "questão social", que antes era tratada como "caso de polícia" sob a forma jurisdição da Lei Sanguinária foi levada ao campo da política. No entanto, a Política ficou restrita a um enfrentamento institucional dos "problemas sociais". Ou seja, as problemáticas sociais, jamais foram enfrentadas e dirimidas em sua totalidade, pois o fim dessas questões, significaria o próprio fim da ordem societal

burguesa. Nesse sentido, “tomar a questão social como problemática configuradora de uma totalidade social é remetê-la concretamente a relação capital/trabalho” (NETTO, 2011, p.32)

[...] as sequelas da ordem burguesa passaram a ser tomadas como áreas e campos que legitimamente reclamavam, e mereciam a intervenção da instancia política que, formal e explicitamente, mostrava-se como expressão e manifestação da coletividade. No movimento que determinou este giro, confluíram quer exigências econômico-sociais próprias da idade do monopólio, quer o protagonismo político social das camadas trabalhadoras, especialmente o processo de lutas e de auto-organização da classe operária; mas intercorreu também, com significativa ponderação o novo dinamismo político e cultural que passou a permear a sociedade burguesa com as crescentes diferenciações no interior da estrutura de classes. (NETTO, 2011, p.35).

No Brasil, há quem aponte que em face a relação colônia-metrópole, apenas no processo de republicanização, teríamos um Estado consolidado. Nossa leitura se estabelece a partir do entendimento de que o capitalismo já nasce no Brasil internacionalizado, refletindo os conflitos e contradições da sociedade de classes, a partir da totalidade de relações sociais existentes do modo de produção capitalista. No caso brasileiro, onde a reprodução das expressões da “questão social” deita suas raízes na base em que se funda o capital, é indissociável da luta de classes.

Nossa análise parte da relação Estado-capital-trabalho no movimento da história-geografia, em que é possível vislumbrar que por séculos o país esteve dominado pela colonização, com base na exploração do trabalho escravo de negros e indígenas, atendendo as necessidades do capital em seu ciclo de desenvolvimento e acumulação.

As lutas sociais no Brasil se fundam desde que os índios, escravos e trabalhadores passaram a ser um meio de resistência a expropriação e exploração colonial. Ao longo de sua história, diversos regimes políticos ocorreram no Brasil - do Colonial, Imperial ao Republicano - até nossos dias, o país vivenciou uma variada trama de intervenções do Estado as demandas das insurgências sociais, da total opressão e aniquilamento de movimentos a mediações via negociações de direitos se desdobraram em função das necessidades do momento circunstancial das forças e relações capitalistas em que cada insurgência eclodia em sua época.

Várias insurreições, revoltas, movimentos, lutas sociais ocorreram ao longo da nossa história, em face aos conflitos capital-trabalho, produzindo várias reações por parte dos explorados que emergiram à medida que se tornava insuportável as faces perversas da exploração, da injustiça, da pobreza e desigualdades, da concentração de riquezas e terra no país. Em luta contra a escravidão, os quilombos como o de Zumbi dos Palmares passaram a ser um meio de resistência e luta contra a exploração, a propriedade da terra e a ordem dominante.

Marleide Santos (2008), evidencia em sua Tese de Doutorado **“Movimentos Sociais: A trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe”**, que o final do século XIX, e as primeiras décadas do século XX, foi marcado por numerosos e importantes conflitos. Os movimentos se insurgem, uma luta armada e da classe pauperizada se ergue em face as condições sociais de extrema pobreza do país, falta de emprego e justiça social. No

No Nordeste os movimentos do **Cangaço** (1834- 1940), e o aparecimento de figuras como o **Lampião**, entram em choque contra a ordem estabelecida, com mesclas de justiceiros, de vingadores e de banditismo a movimento de fundo religioso liderada por **Antônio Conselheiro**, na Bahia, se ergue no sertão nordestino formas de resistência à opressão da propriedade dos latifundiários. Em face a persistência desse cenário de desigualdades, de luta de classes vai sacudir o Brasil revoltas camponesas, como a **Guerra dos Maribondos** (1851-1852) em Pernambuco, e a **Guerra do Contestado** (1912-1916), passando pelas **Ligas Camponesas, Confederações e Organizações e Movimentos Operários**, com correntes **Anarquistas** e **Socialistas**, impelem ao Estado medidas e ações de contenção dos conflitos de forma violenta, ou por meio de mediações de Políticas Públicas que possibilitam arrefecerem os conflitos ao tempo que funcionalizam para a garantia da ordem estabelecida.

3.5. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: A EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E A ESPACIALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES

Para alguns estudiosos, as raízes das ações do Estado, via Políticas Públicas, no Brasil, surgiram no sentido de mitigar as devastações da seca e da fome, no início de 1900 (BURITI, 2017). Há leituras como as de Murilo de Carvalho (2008),

que apontam que a intervenção estatal se inicia anteriormente, situando as raízes das políticas públicas no país no contexto em se estabelece a primeira Constituição Brasileira, em 1850, atendendo as demandas em favor da classe dominante dos latifundiários. Em face da inevitável “abolição da escravidão”, o Estado passou a operar contra qualquer possibilidade de distribuição de terras.

Murilo de Carvalho (2008), no livro ***A construção da ordem: Teatro da Sombras***, analisa os interesses das elites na política trazendo reflexões para o entendimento do sistema político no contexto do Brasil Imperial. Reflete o autor que os acordos políticos entre as elites permitiram o processamento dos conflitos entre os grupos dominantes que se estabeleciam - mesmo com divergências e choque de interesses materiais entre proprietários rurais, conservadores e progressistas sobre a lei de Terras e abolição da escravatura - sem que colocasse em perigo o sistema do Estado imperial.

Valores e linguagens comuns também tornaram possível um acordo básico sobre a forma de organização do poder. Houve tendências mais ou menos descentralizantes, mais ou menos democráticas, mais ou menos monárquicas, mas as divergências não iam além dos limites estabelecidos pela manutenção da unidade nacional, controle civil do poder, pela democracia limitada dos homens livres. O acordo básico permitiu o processamento não traumático dos conflitos constitucionais e também dos conflitos substantivos oriundos de choques de interesses materiais. Assim, por exemplo, foi constante a manifestação, dentro da elite de conflitos entre setores da propriedade rural – como ficou patente nas discussões sobre a lei de terras e sobre a abolição da escravatura – sem que isto colocasse em perigo o sistema. A capacidade de processar conflitos entre grupos dominantes dentro das normas constitucionais aceitas por todos constituiu o fulcro da estabilidade (CARVALHO, 2008, p 42).

Com uma economia profundamente enraizada no domínio da produção agrícola e de exportação, mesmo sob constante conflito entre setores e grupos dominantes, se estabelecia a construção de tramas e pactos na garantia da estabilidade manutenção dos conflitos. Dentro de normas aceitas na defesa de seus interesses, as elites se uniam em comum em busca de privilégios, no controle e organização do poder do Estado, que variou ao longo da história, mais ou menos, sob formas políticas descentralizadas, monárquicas ou mais democráticas.

Carvalho (2008), situa o ano de 1850 enquanto um marco decisivo, em que aparece pela primeira vez, o enfrentamento institucional de problemas cruciais, quase inevitáveis para a sobrevivência da classe dos proprietários, e para o próprio Estado imperial. O problema da escravidão, da estrutura agrária e da imigração. [...] “eram questões que vinham frequentando a tempos a agenda de políticas públicas, sem que houvessem condições políticas para a sua solução [...]” (CARVALHO, 2008, p. 253). Para o autor, a política fiscal e redistributiva, a abolição da escravatura, a Lei de Terras e a Reforma da Guarda Nacional, vinculavam, entre si, como instrumentos do Estado Imperial garantir ao mesmo tempo a manutenção da propriedade e das estruturas sociais, por meio de arranjos institucionais que melhor atendessem a elite dominante.

Presidido pelo capital e pelo latifúndio, o Estado com seus artifícios jurídicos na Lei de Terras, institucionalizou a desigualdade no acesso à terra, para a garantia da difusão e da reprodução do capital. Para Martins (2010), optou-se pela transição do trabalho escravo para um modelo de trabalho livre, fundado como mediação irremovível do capitalismo. A propriedade da terra já institucionalizada por meio da legitimação do Estado, como propriedade territorial capitalista. “O país inventou a forma simples de correção laboral do homem livre: se a terra fosse livre o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava” (MARTINS, 2010, p.10). Assim, para que o latifúndio e a reprodução do capital fossem assegurados, em substituição à escravidão, houve desenvolvimento de novas relações de exploração de trabalho e de produção, permeadas por meio da instauração do cativeiro da terra, a matriz histórica da sociedade que vivenciamos hoje.

No fim do século XVIII, os conflitos entre os grupos dominantes se acirram exigido novos arranjos políticos e relações institucionais impulsionando intervenções do Estado para atender os interesses do capital e de suas elites. Albuquerque Junior (2017), assinala um desses conflitos quando o Império realiza o congresso regionalista na Corte, no Rio, só convida as províncias cafeeiras para discutir a questão da mão de obra, a transformação da escravidão para o trabalho livre nos cultivos cafeeiros. Excluídas das discussões, enfrentando uma crise econômica com a chamada grande seca do fim da década de 1870, as elites do Norte realizam um congresso de resposta, no Recife, onde vai emergir um forte discurso de contraposição ao centro, ao Império, à Corte. Desse movimento de conflitos nasce o modelo político das oligarquias regionais, e a seca como arma política. “Ao invés da

região gerar o regionalismo é o regionalismo que produz a região. O regionalismo nortista se insinua. E vai se insinuar o discurso regionalista” (JUNIOR, 2017, p. 3).

Desse conflito político entre oligarquias regionais, nasce o Nordeste²¹, território construído por relações históricas de poder, de exploração do trabalho, de concentração da propriedade da terra, do uso político das mazelas sociais que esses processo excludentes do capitalismo (re)produzem. Salienta Junior (2017), a criação do Nordeste é uma espécie de trincheira de defesa de interesses que estão ameaçados pelas novas configurações do processo de expansão do capitalismo, com o fim da escravidão e do Império, a implantação da República, e industrialização no país, emergindo a sociedade de classes no Brasil, uma série de transformações que faz com que essa elite perca poder político e econômico. Pois enquanto essas elites dominaram o espaço nacional, o Nordeste não existia.

A seca, fenômeno natural²² resultante de condições geográficas, geológicas, geomorfológicas, climáticas, hídricas e vegetais, teve seus efeitos registrados pela primeira vez por humanos no Brasil, segundo o historiador Villa (2001), em 1552, foi utilizada pelo capital como subterfúgio para capitular benesses do Estado em benefício de uma minoria privilegiada de políticos e coronéis locais. Conforme reportagem de Mauri König, ***Diáspora da seca redesenha o Brasil*** (2013), em 1877, registrou-se uma grande seca no sertão do Nordeste. O fenômeno climático natural e cíclico da seca, marcado pela insuficiência de precipitação pluviométrica, a escassez de água e os meios de vida se soma as condições sociais históricas de injustiça social tornando ainda dramática a sobrevivência das populações camponesas que vivem do auto sustento, levando milhares a uma condição extrema pobreza e devastação humana.

²¹ Para Junior (2017), o Nordeste, nasce produto do discurso da seca, da articulação do regionalismo nortista. O autor ressalta que o conceito e recorte regional Nordeste, não aparecia nos documentos do século 19 e 20, a divisão era entre o Sul e o Norte. Institucionalmente começa a aparecer no final da década de 10, mais particularmente a partir da criação da inspetoria federal de obras contra a seca, quando no documento de fundação da inspetoria se define a área da atuação e dá o nome dessa área de Nordeste.

²² As características naturais peculiares da região dificultam as precipitações de chuvas. A baixa precipitação se explica; pela sua localização geográfica em latitudes equatoriais com maior incidência de raios solares; as condições geológicas e geomorfológicas que produzem formas de relevo marcadas por depressões entre planaltos dificultando a circulação de massas de ar úmidas; a pouca força que algumas massas de ar úmido das massas de ar do Oceano Atlântico atingem, em geral, apenas o litoral nordestino, enquanto, a oeste, as massas de ar úmido provenientes da Amazônia também não conseguem alcançar inteiramente a região, chegando apenas até o oeste do Maranhão, ocasionando a falta de chuvas; soma-se a ausência de rios caudalosos, com exceção do Rio São Francisco, rios que geralmente favoreceriam a evaporação com a consequente precipitação.

Para Junior (2017), a seca só se torna problema no momento que atinge setores das elites quando a crise do algodão, do açúcar se agravam e se tronam um entrave à exploração e acumulação. As províncias empobrecidas não geravam maiores possibilidades de exploração do trabalho e conseqüentemente lucros. O autor ressalta que a seca de 1879 é uma das primeiras a atingir as elites. Enquanto ela matava os pobres e escravos não era um problema. Como faziam nas secas anteriores, todas as elites migravam para o litoral e eram socorridas pelo poder público e as populações pobres eram abandonadas no sertão para se virar, morrer, migrar ou procurar as áreas úmidas.

A República passa a se estabelecer enquanto um modelo político costurado por relações de poder com os oligarcas regionais, desse entrelaçamento de interesses nasce e se constrói a manipulação política do Estado para a questão do problema da seca criando e (re)criando políticas enquanto mecanismo de funcionalização da pobreza, sem alterar as estruturas sociais que geram a desigualdade e a fome. Sem nunca solucionar os problemas sociais resultantes da expropriação e exploração da terra de trabalho, sob o discurso de atenderem aos interesses públicos dos desvalidos do campo condenados pela natureza cruel e impiedosa, a "Indústria da Seca", foi por muitas décadas a fonte de riqueza de uma cadeia de relações locais e regionais de coronéis, fazendeiros, latifundiários e oligarquias ruralistas. As políticas públicas eram capitaneadas e seus recursos manipulados para atender os negócios e interesses privados, avolumavam fortunas e recursos desviados para seus cofres drenando verbas públicas em consequência de obras superfaturadas.

Golpeado pelo cataclismo da escassez de água e com as fontes de produção estagnadas, o sertanejo quase sempre desprovido de reservas cai imediatamente num regime de subalimentação e privação. A sua dieta nesta fase se reduz logo a um pouco de milho, de feijão, de farinha. Mas se a seca persiste, estes poucos gêneros desaparecem, ficando o sertanejo reduzido aos recursos das "iguarias bárbaras", das "comidas brabas" – raízes, sementes e frutos silvestres de plantas incrivelmente resistentes à dessecação da natureza. (CASTRO, 2008).

Josué de Castro (1953), questiona: seria a calamidade da fome um fenômeno natural? Ou uma praga social criada pelo próprio homem? Conclui o autor (2008), a fome e o flagelo são fabricados pelos homens, contra outros homens. Para Castro (1953), esse fenômeno tão marcante se apresenta com tal regularidade que, longe de

traduzir obra do acaso, parece condicionado às mesmas leis gerais que regulam as outras manifestações sociais de nossa cultura, os interesses de ordem moral, política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome uma realidade.

Evidencia König (2013), que, tanto na seca de 1877, de 1915, e de 1932 um dos estados mais afetados foi o Ceará. As secas que assolaram o estado infligiram aos sertanejos se deslocarem aos milhares, a massa de retirantes do configurou-se como uma diáspora para os entornos dos centros urbanos, como a capital, Fortaleza, bem como, dispersando-se pelo país. Os sertanejos chegavam de diversas regiões com a esperança de migrarem para fora do Ceará, fugindo da seca, fome e pestes. No interior, unidos em grupos, flagelados saqueavam depósitos de mantimentos do governo. Conforme a autora destaca, hoje se calcula que morreram milhares de pessoas em consequência das secas de 1877 / 1878 /1879. O engenheiro André Rebouças, abolicionista, negro, respeitado por suas ideias progressistas, calculava em mais de dois milhões as pessoas atingidas pela seca, ainda em novembro de 1877.

As mazelas da pobreza, da concentração de terras e da exploração do trabalho no Nordeste foram expostas nacionalmente com a grande seca que ocorre em 1877 (Figura 14), evidenciando para a sociedade um grandioso problema social que sempre existiu no Brasil: a fome. Carapinima (2009), relata em seus estudos sobre a realidade dessa tragédia no Ceará, que a cidade de Fortaleza passou a ser ocupada por sertanejos em número quase quatro vezes maior que sua população. Em nesta seca que o desenvolvimento do capitalismo se defrontam pela primeira vez com os conflitos do fenômeno. Os saques eram constantes, a polícia era convocada para intervir nos tumultos.

No ano de 1909, alguns projetos para diminuir o impacto da seca na população sertaneja foram aventados. Foi criada a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOS), que tinha por missão a construção de barragens e açudes para armazenamento de água. Entretanto, as ações da IFOS não bastaram para reter o impacto de um dos maiores períodos de estiagem já vistos no Nordeste, como ocorrido no ano de 1915 (KÖNIG, 2013).

Figura 14 - Retirantes fugindo da seca no sertão ocupam a estação de Iguatu/CE à espera de trem para Fortaleza - 1877.



Fonte: KARDOZO, 2019.

Figura 15 - Retirantes seca no Ceará – 1915.



Fonte: CARAPINIMA, 2015.

Castro (2008), descreveu essa realidade de devastação humana, como sombrias caravanas de espectros caminhando centenas de léguas através da vastidão dos tabuleiros e chapadões descampados, disposto a todos os martírios com seus alforjes quase vazios. Sem recursos de nenhuma espécie, atravessando zona de penúria absoluta. Os retirantes acentuam no seu êxodo as consequências funestas desta fome. Vê-los, é enxergar, em todas as suas pungentes manifestações, o drama fisiológico da inanição

O discurso de prosperidade e desenvolvimento econômico em torno das seringueiras e produção industrial da borracha na Amazônia, para abastecer o mercado mundial de automóveis, drenou milhares de nordestinos para trabalhar nas florestas. Entretanto, grande parte dessa massa converteu-se em legiões de “flagelados”, como eram denominados. Uma das soluções que o governo do Ceará encontrou para a situação dos flagelados foi a construção de campos de concentração. Como aponta o jornalista Mauri König (2013),

O Ceará tinha 800 mil habitantes, dos quais 120 mil emigraram para a Amazônia e 68 mil se dirigiram a outros estados. Outra grande seca assolou a região em 1915. Para evitar nova invasão a Fortaleza, os governos estadual e federal criaram campos de concentração na periferia das grandes cidades para recolher os flagelados (KÖNIG, 2013, p.2).

A seca que castigou o Ceará em 1915, é considerada uma das mais aterradoras e traumáticas que já foi registrada no Brasil (figura 19). As marcas dessa seca foram muito profundas. Esse elemento aprofunda as questões sociais e econômicas, gerando cada vez mais um fosso entre ricos e pobres. O Ceará possui 92% de seu território inserido no semiárido, sendo uma área de vulnerabilidade. O que diferencia 1915 de outras secas é que naquele ano o governo do Ceará encontrou uma “solução” e construiu um campo de concentração no Alagadiço, Crato, Cariús, Ipu, Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu, para conter os milhares de sertanejos que vinham de todas as regiões (CARAPINIMA, 2015).

Estima-se que por lá passaram cerca de oito mil “molambentos”, forma depreciativa como eram chamados. A fuga desesperada desses sertanejos nos períodos de grande estiagem era encontrar condições de vida melhor, com trabalho e dignidade, migrando para os grandes centros. Fortaleza, como outras cidades brasileiras, passou por um amplo processo de reordenamento urbano e social impulsionado pelo

crescimento econômico. Vivido entre o final do século XIX e início do XX – período da Belle Époque fortalezense. A iniciativa do governo de construir os campos de concentração foi louvada pela alta sociedade, horrorizada com os sertanejos maltrapilhos e enfermos pela fome em praças e locais públicos da cidade. Na prática, os campos de concentração foram tão dramáticos quanto a própria seca. (CARAPINIMA, 2015, p.3).

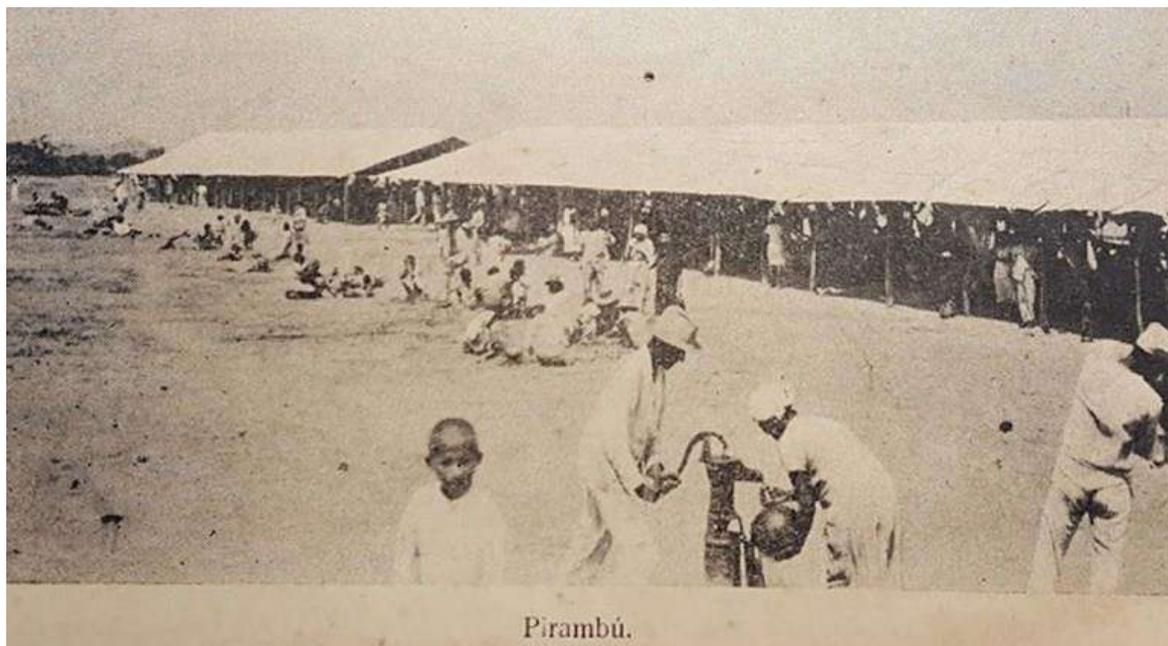
As imagens das figuras 16,17, 18 e 19, são registros históricos desse cenário de penúria vivido por milhares de sertanejos no Nordeste. São retratos macabros da injustiça social que a cada ciclo de secas agudas, impelia aos sujeitos sociais mais vulneráveis a uma saída forçada de seus lares. Para fugir dos males da escassez dos meios de vida, esses sujeitos se agrupavam em hordas vagando de canto em canto, numa triste peregrinação em busca de refúgio para sobreviver às desigualdades que se evidenciavam latentes na região.

Figura 16 - Retrato da diáspora da seca no Nordeste -1915.



Fonte: FUKZ, [S. I.].

Figura 17 - Campos de concentração do Pirambu – Ceará - 1932.



Fonte: NASCIMENTO, 2019.

Foto: imagem produzida pelo médico José Bonifácio Paranhos Costa. In: relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste.

Extraído de: Acervo Valdecy Alves

Os “*campos de concentração*” do Ceará, termos criados pela imprensa e estudiosos, em alusão aos *campos* do nefasto fascismo de Hitler e correligionários, na Segunda Guerra mundial, em Auschwitz na Alemanha, apesar de apresentarem cenários semelhantes de terror e barbárie humana, conforme ilustram as figuras 18 e 19, os contextos históricos, sociais e políticos vivenciados no Nordeste diferem aos da Alemanha. O autor Kardozo (2019), ressalta, que, no caso do Nordeste a assistência era altamente precária, questionável e discutível, mas embora houvesse violência e coerção como uma tentativa de manter aquelas pessoas ali confinadas no isolamento, as pessoas não eram carregadas para o *campo*, debaixo de violência e sobre a opressão de uma Guerra.

Figura 18 - Crianças e adultos jazem em linha férrea de campo de concentração



Fonte: OLIVEIRA, 2010^a

Figura 19 - Trilhos da morte: campo de concentração em Auschwitz



Fonte: OLIVEIRA, 2010^a

Sem dirimir as condições históricas de exploração que (re)produzem a desigualdades e miséria no Nordeste, as secas cíclicas que vieram nos anos posteriores do século XX continuaram a (re)produzir caravanas de flagelados, e no mesmo movimento, se reproduzia o cíclico do uso político da miséria, que se perfazia na construção de mais campos de concentração. Surge desse processo um fenômeno conhecido como “Indústria da Seca”. Muitas obras passaram a ser aventadas e inauguradas no Nordeste, conforme podemos observar nas figuras 20, 21 e 22, no entanto, várias dessas obras, ao invés de atenderem as demandas sociais dos mais necessitados e gerarem soluções viáveis para a convivência com a seca, as obras geralmente acatavam as demandas do capital e das oligarquias locais e regionais, sorvendo recursos públicos para o atendimento dos interesses privados do capital.

Figura 20 – Obras contra a Seca no Nordeste

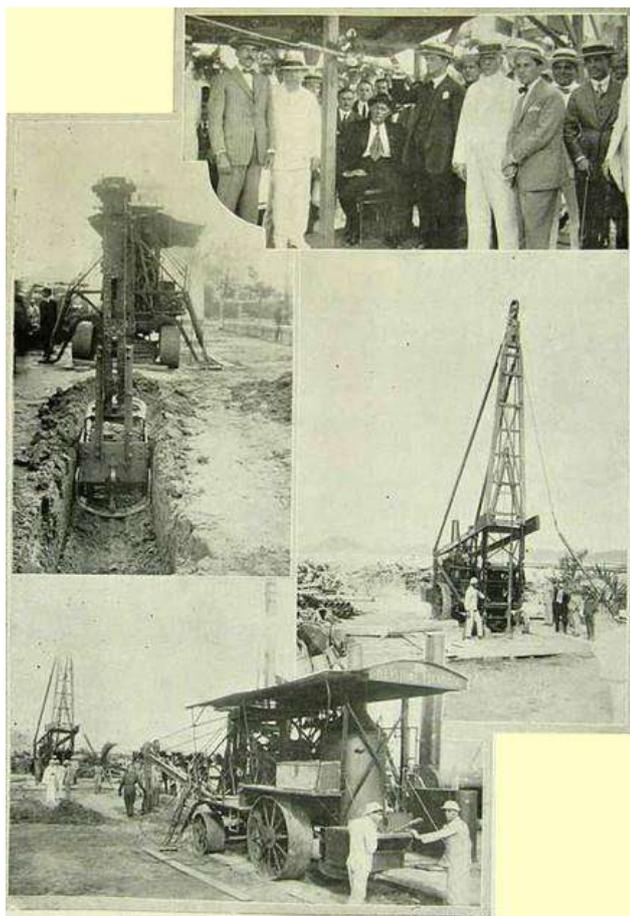
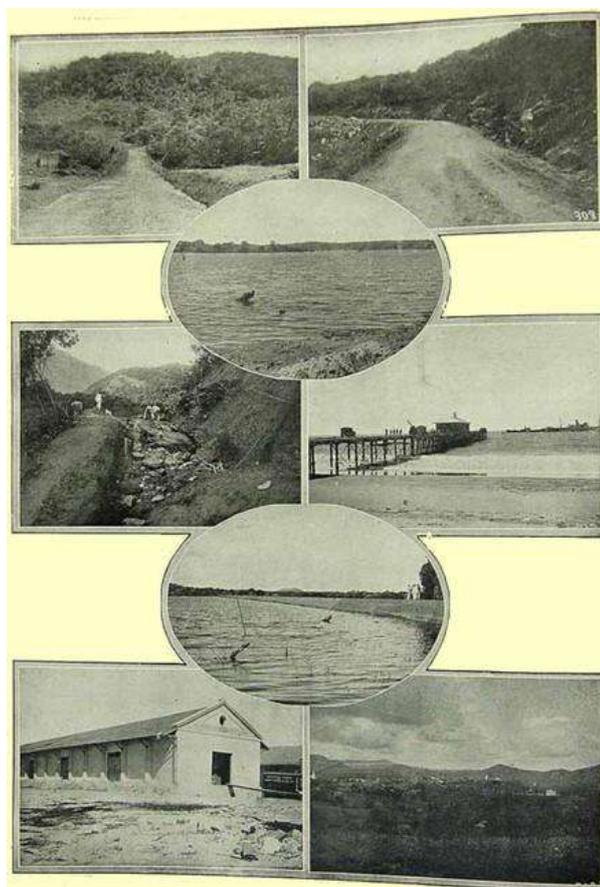


Figura 2 Fonte: MENDES, [S.I].
Extraído de: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, 2019.
In: Revista o malho, 1922.

Figura 21 - Obras do I.F.O.C.S. na cidade de Baturité – CE - 1922.



Fonte: MENDES, [S.I].
Extraído de: Biblioteca Nacional Digital do Brasil,
2019. In: Revista o malho, 1922.

Figura 22 - Obras do I.F.O.C.S - Estrada de ferro Ceará-Paraíba -: 1922.



Fonte: MENDES, [S.I].
Extraído de: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, 2019. In:
Revista o malho, 1922.

As figuras 23 e 24 que destacam imagem e notícias da barragem de Gargalheiras, nos dão uma amostra de como operava a Indústria da Seca no Nordeste. As figuras explicitam retratos dessa realidade de maniqueísmo político do capital, que em parceria de políticos, empresas, bancos e elites, ardilosamente capitanearam durante muitas décadas, as verbas federais se afirmavam destinadas à construção de poços e açudes públicos para o arrefecimento dos efeitos da seca, mas que eram empregadas em obras na construção de poços e açudes intermináveis para drenar recursos públicos.

Situa o autor Medeiros (2016) que a barragem de Gargalheiras construída em Acari no RN, surgiu em meio à ideia de que grandes obras de represamento de água, juntamente com outras similares, seriam a solução para o problema cíclico das secas no Nordeste. Conforme o autor, muitas dessas obras se iniciaram entre 1920 e 1921, nos estados da Paraíba, do Ceará e Rio Grande do Norte, e o desenvolvimento dessas obras estava a cargo de empresas inglesas e norte-americanas. Após anos sem ter uma conclusão para essas obras surgiram denúncias de desvio de verbas, de criação de despesas que não existiam, dentre outras roubalheiras.

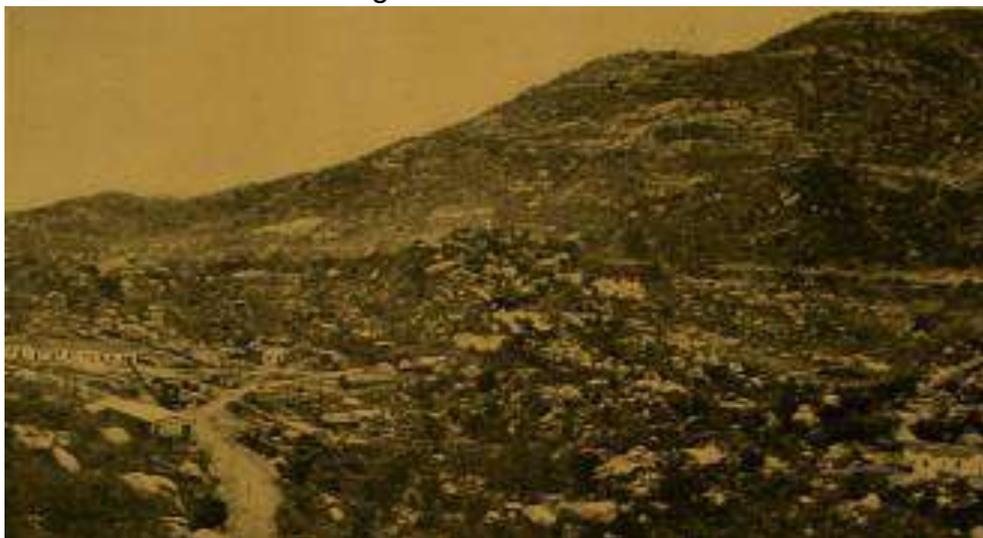
Figura 23 - Manchete de 1925: denuncia sobre roubos em obras públicas no sertão do Nordeste



Fonte: MEDEIROS, 2016.

As denúncias surtiram algum efeito e as obras da barragem foram paralisadas ainda no fim da década de 1920. Conforme registros do arquivo do IFOCS – Inspetaria Federal de Obras Contra as Secas divulgados por Medeiros (2016), a barragem de Gargalheiras construída no meio da caatinga somente foi inaugurada em 1959, quase quarenta anos após o início de sua construção, denominada oficialmente de Açude Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Figura 24 - O desvio de verbas públicas: 39 anos de obras na Barragem de Gargaleiras – Acari – RN.



Fonte: MEDEIROS, 2016.

Muitas das inúmeras obras para combater a seca no Nordeste surtiram efeitos somente para os grandes fazendeiros, os coronéis e políticos. Dentre as políticas e obras mitigadoras da época houve a tentativa de criar uma indústria pesqueira para o pescador. Conforme Buriti e Barbosa (2018), buscava-se explorar a piscicultura para fins econômicos com o discurso de combate à fome. A promoção de políticas públicas de piscicultura para o semiárido brasileiro remete ao ano de 1932, com a criação da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (CTPN), vinculada ao (IFOCS). As figuras 25, 26 e 27 mostram a Comissão de Piscicultura Nordeste (BURITI; BARBOSA, 2018).

Figura 25- Comissão de Piscicultura no Nordeste.



Fonte: BURITI; BARBOSA, 2018.

Figura 26- Veículo utilizado pela Comissão de Piscicultura no Nordeste.



Fonte: BURITI; BARBOSA, 2018.

Figura 27- Interior do carro da Comissão de Piscicultura.



Fonte: BURITI, BARBOSA; 2018.

Conforme ressalta Francisco de Oliveira (1987), os investimentos do Estado no Nordeste não tiveram em nenhuma circunstância o objetivo de transformar as condições da produção social do Nordeste. Significaram simplesmente um reforço das condições da própria estrutura produtiva vigente, tanto na esfera da produção como na esfera da circulação e da apropriação.

Freitas (2014), reflete sobre o sertão/território como locus da implantação da territorialização do capital, espaço que é compreendido enquanto relação dialética em suas múltiplas dimensões escalares. Território de acumulação primitiva e reserva de valor, conduzem o sertão a ser chão transformado em território, onde a ideia de vazio foi ao longo do espaço-tempo, conteúdo essencial para o processo de valorização do capital. Nesse sentido, para a autora, o sertão não é explicado por suas particularidades naturais, “mas por ser uma natureza que se constitui espaço tendo o trabalho como mediação: é o espaço percebido e concebido, porém desvinculado do vivido porque torna-se espaço apropriado pelo capital” (FREITAS, 2014, p. 168).

Mantenedor do regime de acumulação do capital, o Estado se ajusta para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e expansão do capital. Para a reprodução ampliada do capital, é necessário a incorporação de novos espaços criando e recriando relações de trabalho e (re)configurações geográficas e de apropriação do território sob o comando da divisão social e territorial do trabalho, (re)estruturando e (re)constituindo a novos ambientes e destruindo os antigos para possibilitar o contorno espacial adequado à conformação da urbanização e industrialização, na qual se intensifica ainda mais a exploração do trabalho, das terras e dos territórios.

Eduardo Galeano (2016), compreende que a história do desenvolvimento do capitalismo mundial em prol do bem-estar das classes dominantes, está ligado intrinsecamente a miséria que abre as veias da América Latina levando a maldição as multidões dominadas, condenadas a uma vida de bestas de burros de carga. Nesse sentido, evidencia o autor, o desenvolvimento desenvolve a desigualdade, a miséria e pobreza na América Latina, e são, senão, resultados da força do sistema imperialista do capital que reside na necessária desigualdade das partes que o formam e essa desigualdade assume magnitude cada vez mais dramática, o resultado são insondáveis abismos entre os muito pobres e os poucos ricos. Conclui, portanto, o autor, que a pobreza e o subdesenvolvimento, não estão inscritos nas estrelas, nem são o resultado dos desígnios obscuros de Deus, há uma história da rapinagem, há o

funcionamento de mecanismos da espoliação que aparecem desde que os conquistadores aportaram suas caravelas, e hoje são mediados por tecnocratas em seus jatos ou em missões do fundo internacional.

O estudioso Jaime Osório (2019), destaca que o capitalismo é a única organização econômica e social que tem como premissa a vocação mundial e para se reproduzir necessita de um espaço planetário “para funcionar de maneira extensiva, expandindo-se para os cantos mais distantes do planeta, quanto de maneira intensiva, reforçando sua dominação e exercendo novas modalidades de sujeição e controle sobre territórios já subordinados (OSÓRIO, 2019, p. 161).

É inerente a plena reprodução ampliada do sociometabolismo capitalista a constante necessidade da expansão do capital, da universalização do valor de troca e do trabalho assalariado, a constante (re)criação de processos de regulação e regulamentação da produção e do Estado, a constante redefinição e ressignificação de antigas relações e ao mesmo tempo cria novas relações e estratégias para intensificação dos mecanismos subumanos de exploração, seja na cidade, no campo, nas florestas, nas zonas ribeirinhas, em todos os cantos do mundo do trabalho.

A natureza das relações desiguais e de domínio “metrópole-satélite”, “subdesenvolvido-desenvolvido”, “centro-periferia”, se estabelece no que Galeano (2016), vai nominar de “uma cadeia de subordinações sucessivas”, não é mera coincidência que a consequência dessa lógica de exploração, a reprodução histórico-geográfica da desigualdade, para o autor, as regiões que hoje são mais afetadas pela pobreza, são aquelas que no passado, tiveram laços mais estreitos com a metrópole e foram maiores produtoras de bens exportados para a Europa, ou posteriormente para os EUA, a abundante força de trabalho disponível, gratuita, ou quase gratuita, nutriram a prosperidade alheia e produziram enorme riquezas e as mais caudalosas fontes de lucro às classes associadas ao domínio colonial.

Reflete o autor que a riqueza de muitos países gerou contraditoriamente a sua própria pobreza, e assim, as lições da história tem nos demonstrado como [...] os sonhos do mercado mundial tornou-se pesadelo para os países que se submetem aos seus caprichos, povos e comunidades tiveram um destino fatal, ou tiveram que sobreviver em uma terra arrasada [...] jardins transformaram-se em desertos, campos foram abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas, longas caravanas de infelizes condenados a morte precoce” (GALEANO, 2016, p.6), ou tem vivido, “às vezes de modo grandioso e por convencimento, mas mais frequentemente mediante

o exercício de uma força bruta implacável, em uma unidade complexa no âmbito da divisão internacional do trabalho” (HARVEY, 2013, p. 546). No capitalismo, “a Divisão Internacional do Trabalho significa que alguns países e outros em se especializam e ganhar” (GALEANO, 2016, p.17).

O Brasil adentrou no mundo moderno social e político urbano-industrial que se difundiu a partir dos países de ponta do desenvolvimento econômico no século XIX, sem transformar as estruturas sociais históricas que conformam o domínio de suas elites tradicionais. Sujeita a manobras especulativas por parte dos trustes internacionais a economia brasileira passou por importantes transformações para integrar-se ao sistema mundial do capital, a economia já não girava somente em torno da hegemonia das exportações agrícolas mercantilistas no mundo.

Em face da primazia política urbano-industrial, a hegemonia das oligarquias agrárias no comando de recursos e políticas do Estado, se desfez os investimentos que banquetevam coronéis e latifundiários e foram redirecionados do campo para dar lugar ao desenvolvimento do capitalismo industrial da cidade. Para os proprietários fundiários, restou-lhes integrar-se ao novo sistema produtivo urbano. A hegemonia do latifúndio se decompõe e entrou em crise. Martins (2008, 2010, 2011), ressalta que a lógica econômica que os moverá não irá diferir no sistema latifundista, uma vez que não desaparece a base de sustentação econômica rentista. Adaptando-se à sua maneira ao mundo da modernidade industrial, as elites oligárquicas vestem a máscara do liberalismo e da modernidade sem abrir mão de seus compromissos com a tradição, latifúndio e teias de clientelismo político. Assegurando e preservando as relações capitalistas por meio de obtenção de auxílios e favores “o conclave da elite agrária em torno dos problemas que a afetavam, que tratou de consubstanciar sua unificação em torno medidas a serem exigidas ao Estado” (GUIMARÃES, 1989, p.167-168).

Marcada pela escravidão e colonização predatória, a industrialização nascente no Brasil se estabelece desencadeando conflitos, movimentos e greves, “naquele novo mundo que chegava na forma de máquinas e produção em série inaugurado pela Revolução Industrial, aqui chegado com o costumeiro atraso com que aportam alguns dos principais ciclos internacionais (DALLE, 2017, p.25). Com a introdução da industrialização, há um evidente crescimento do proletariado, em face as transformações sociais e a enorme precarização e péssimas condições de trabalho,

se intensificam as formas de organização e greves motivadas pelo espírito de revoltas passam a assustar as classes dominantes (SANTOS, 2008).

As indústrias brasileiras em crescimento tinham lucros crescentes a cada ano, enquanto a classe trabalhadora produtora de toda riqueza vivia em condições de exploração e precariedade análogas à escravidão. Entre 1914 e 1917, com a Primeira Guerra Mundial, se passou de uma recessão econômica a um superemprego, os produtos brasileiros passaram a substituir os importados e a serem exportados (COSTA, 2017).

As primeiras greves de trabalhadores datam desde 1909, mas será em 1917 que teremos a primeira Greve Geral de trabalhadores no país, iniciada por mulheres com duração de 30 dias, paralisando fábricas de diferentes setores em várias capitais no país. “Nunca antes uma cidade havia parado completamente em torno de uma greve. Mais que isso, ao longo das semanas seguintes, paralisações chegaram a outras cidades do interior e até a outras capitais” (DALLE, 2017, p. 25).

Com o aumento da produção, em busca de mais lucros, os empresários dependentes de importação no exterior que tinham poucas máquinas, aproveitavam para explorar ao máximo o tempo de produção nas fábricas brasileiras, obrigando os operários a trabalhar, segundo Costa (2017), por até 16 horas por dia. Sem aumento de salário a greve geral dos trabalhadores clamava, entre outras coisas, pelo aumento de salários e redução das jornadas de trabalho, que até então não eram garantidos por lei. Em algumas semanas, a greve se espalharia por diversos setores da economia, por todo o Estado de São Paulo e, em seguida, para o Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Conforme reflete Costa (2017) em 1907, também houve uma série de greves pedindo a jornada de trabalho de oito horas, conforme podemos observar no registro fotográfico e jornalístico das imagens 28 e 29. Segundo a autora, as greves chegaram a conquistar a diminuição do tempo das jornadas de trabalho, mas, depois de algum tempo, o patronato voltava a estabelecer as jornadas anteriores. O mesmo ocorreu após 1917 (COSTA, 2017, p. 4).

Figura 28- Marcha da Primeira Greve Geral de Trabalhadores no Brasil
São Paulo - 1917



Reprodução
Greve de 1917 narração São Paulo

Fonte: COSTA, 2017.

Figura 29- Movimento de paralisação dos trabalhadores se espalha:
de SP ao RJ e RS.



Fonte: COSTA, 2017.

Mesmo com assinatura de acordos entre trabalhadores e empresários, a consolidação dos direitos trabalhistas só viria a se concretizar em 1943, durante o regime do Governo de Getúlio Vargas. Nesse sentido, as lutas de classe refletem o movimento de avanços e recuos, ao longo da história da luta de classes, as reivindicações e conquistas da classe trabalhadora se concretizavam em direitos, no entanto, à medida que a classe trabalhadora baixava a guarda, o arrefecimento das lutas possibilitavam aos empresários brechas para reverterem e expropriarem os direitos conquistados, trazendo o regresso de condições perversas de exploração do trabalho, vindo à tona novamente conflitos e voltando a se tornarem pautas de reivindicações dos trabalhadores.

Desde a década de 1930, sob a hegemonia da ditadura varguista, têm sido montadas políticas para a garantia da livre circulação do capital no campo e na cidade. Por meio de negociação, as alianças regionais de classes sob o signo da fusão latifúndio e indústria, viabilizando a sujeição da renda da terra, política, possibilitaram a solidificação do capital produtivo industrial via instalação da economia de base. (CONCEIÇÃO, 2012). A pauta das importações passou a associar-se à necessidade de bens do capital e insumos para a indústria nacional, levando o Estado a assumir papel determinante na orientação do desenvolvimento (LISBOA, 2007).

Em face a 2ª Guerra Mundial há a redução da oferta mundial de alimentos agrícolas e de importados, possibilitando o desenvolvimento do mercado interno e o crescimento do comércio exterior brasileiro, fomentando-se o desenvolvimento das atividades agrícolas e industriais.

No suposto discurso de dirimir as disparidades regionais das forças produtivas, desde a década de 1940, o desenvolvimento regional se torna a unidade escalar das políticas públicas do Estado, que passam a implantar um rearranjo de forças políticas e econômicas, visando aumentar a produtividade, baseado num projeto industrializante. Nos anos seguintes, a falácia do desenvolvimento regional se constrói na perspectiva da Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento, na aplicabilidade da reordenação territorial, via a divisão social e territorial do trabalho, torna o país urbano, materializado por um intenso processo de metropolização. Com o discurso de que os espaços desiguais são possíveis de serem corrigidos por meio de reordenamento espacial, o Estado reorganiza territorialmente a relação capital e trabalho transformando a estrutura regional em centro-periferia, através de políticas públicas, que se tornam a garantia da inserção da região no circuito capitalista da

economia mundial (CONCEIÇÃO, 2005). Tem-se a constituição da SUDENE, enquanto uma política que age em sintonia com as políticas de integração nacional, no qual visavam atender à demanda de bens não duráveis (OLIVEIRA, 2003).

Neil Smith (1988) evidencia que o desenvolvimento desigual é tanto o produto, quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. É uma premissa, uma vez que o desenvolvimento desigual só pode ser compreendido por meio da análise da produção capitalista da natureza e do espaço, visivelmente estampada na paisagem geográfica, bem como, é um produto, uma vez que é altamente perceptível na paisagem do capitalismo, tal como foi talhada a diferenciação entre espaços ou regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, o centro e periferia nas cidades, o campo e a cidade, etc.

O espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes, somente pode ser compreendida em termos do espaço geográfico como um todo. Ele envolve a padronização do espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho. Do mesmo modo, a integração do espaço pode ser entendida como expressão da universalidade do valor, se olharmos não para as relações espaciais específicas, mas para o espaço geográfico como um todo (SMITH, 1988, p. 130).

[...] não se deve perder de vista as contradições do espaço dentro da sociedade e da prática social. [...] O espaço social resulta da história, das atividades econômicas, e está vinculado a produção e a reprodução das relações sociais. Ao analisar a economia capitalista como expressão de uma totalidade específica é preciso observar a unidade das contradições em que se revestem as relações entre a internacionalização das forças produtivas e das fronteiras nacionais (CONCEIÇÃO, 2004, p.8-9)

O Estado garantiu a necessária a expansão do capital com o discurso de gerar desenvolvimento por meio de uma série de políticas e projetos para a integração nacional difundindo infraestruturas e técnicas modernizadoras voltadas para o crescimento agrícola, com o objetivo de equilibrar a balança comercial e atender ao mesmo tempo a dinâmica e as necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional. Esse modelo modernizante se reveste sob o organismo oficial de Estado, como um membro estendido do capital, produzindo um número significativo de programas de reordenamento do campo com as mesmas características e objetivos: manter a garantia da acumulação ampliada de capital (RODRIGUES, 2012).

A partir dos anos de 1950 as Ligas Camponesa e o Sindicatos erigem enquanto formas mais importantes de organização e de manifestação política dos camponeses e trabalhadores” (MARTINS, 1986); estes movimentos conviveram com constantes tensões e conflitos gerados pela violência dos fazendeiros e da concentração de terras, bem como com a disputa e o aliciamento dos partidos políticos, da Igreja Católica e do Estado, que buscavam o controle do processo de organização dos camponeses e trabalhados rurais do campo.

É neste contexto que os camponeses compuseram uma das forças de resistência mais dinâmicas contra o desenvolvimento capitalista em curso (figura 32). Os movimentos sociais mobilizam-se e organizam-se contra a incursão capitalista no campo, ocupando terras improdutivas, resistindo, fazendo pressões de reivindicações de Reforma Agrária, exigindo Políticas Públicas que garantam a permanência do homem na terra.

Figura 30- Os camponeses e a luta pela Reforma Agrária



Fonte: SALGADO, 2018

A expansão do capital se intensifica no Brasil aprofundando transformações no campo no/do espaço agrário brasileiro/sergipano, a partir do processo de industrialização e da tecnificação da produção agrícola, sob o domínio da chamada modernização conservadora “na generalização de uma agricultura capitalista de grandes extensões, impregnada de tecnologia e defensivos, devoradora de terras” (PEREIRA, 2010). Como consequência, dessas transformações e da elevada concentração fundiária, cresce de forma latente a desigualdade social intensificando a mobilidade do trabalho em direção as áreas urbanas, transformando camponeses e pequenos proprietários em trabalhadores assalariados, semi-assalariados ou temporários.

Alheio aos conflitos em torno da posse da terra, o Estado se esquivava de enfrentar a questão da concentração fundiária criando vários programas de combate à seca e à miséria como alternativa à reforma agrária que não tiveram em nenhuma circunstância a função de transformar as condições históricas da produção social de mazelas e desigualdades.

4. O PÚBLICO E O PRIVADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS MEDIAÇÕES DO ESTADO – CAPITAL.

As Políticas Públicas se afirmam enquanto “públicas” definindo e interferindo nas possibilidades e limites de utilização dos espaços e dos serviços públicos, para a garantia dos interesses do privado, na medida em que se estabelecem na Esfera Pública, esfera da mediação da sociedade burguesa, falseada enquanto lócus da democracia, em que o Estado perde a aparência de sua feição classista e converte-se, deste modo, enquanto Estado democrático garantidor de direitos de todos, atenuando as tensões e contradições do capital ao tempo em que atende a sua reprodução.

4.1. SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

“Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas”. (MARX; ENGELS, 2014, p.40).

A passagem acima citada de Marx em o *Manifesto Comunista*, dentre tantas que poderíamos indicar, consideramos uma das mais profundas e precisas reflexões que revelam a forma e o caráter da revolução contínua de tudo que existe pelo modo de produção capitalista. Para o autor, esse modo de produção produz um abalo constante de todo o sistema social, agitação permanente, que dissolve todas as relações sociais antigas e cristalizadas, e as relações que as substituem tornam-se rapidamente antiquadas antes mesmo de se ossificarem. Tudo que era sólido e estável se esfuma.

Dentro da complexidade desse contexto de permanente desintegração de relações, de mudanças de conteúdo, de ressignificação de conceitos e sentidos mediados pelo sistema societário do capital, é que buscaremos compreender o Estado e as políticas públicas em seus sentidos funcionais em que se faz necessário o entendimento dos fundamentos da sociedade civil. Para muitos as políticas públicas são assimiladas pelo conjunto da sociedade concebidas enquanto frutos emanados

das reivindicações da sociedade civil, no bojo de um Estado democrático de direito. No entanto, não fica claro o que vem a ser essa poderosa sociedade civil vigilante dos direitos e os sujeitos que a compõe. Essa esfera social aparece eclipsada enquanto uma forma inconsútil de organizações independentes em articulação e diálogo, numa sociedade amalgamada em uma ilusória paz social, em que todos se reconhecem numa mesma esfera social quando na verdade vivemos numa realidade de desigualdades e de apartação de classes e em conflito de interesses.

É hora, então, da crítica da política, do direito, do Estado, da cisão entre a sociedade civil e o Estado, do salto mortal entre o mundo do egoísmo privado e o do interesse geral ilusório. A partir de então, o objeto da crítica é “o conflito do Estado político consigo mesmo”, do qual se trata de “extrair a verdade social”. Assim, o combate em favor das liberdades públicas no âmbito do Estado parece importante, mas não um objetivo em si ou “a forma definitiva da verdade social”. Limitado ao plano específico do Estado, separado da sociedade civil, ele leva simplesmente a uma “revolução parcial”, a uma revolução “apenas política, que deixa intatos os pilares da casa”:

A expansão do espaço público por meio da liberdade de imprensa de fato tropeça no despotismo. Sendo assim proibida a passagem desejada da sociedade civil para o Estado, a crítica deste torna-se prioritária. Surge então um novo fetichismo, o do “Estado político”, ainda não articulado ao da mercadoria. Nos rascunhos de *Kreuznach*, Marx efetivamente descobriu na cisão entre Estado e sociedade civil “a abstração do Estado político como produto da modernidade”¹⁰. A burocracia enquanto sacerdócio desse novo fetiche baseia-se na separação (BENSAÏD, 2010^a, p.11).

É no mínimo uma incongruência, acreditar que em uma sociedade de desigualdades avassaladoras é possível a consolidação de uma esfera social em que classes irreconciliáveis se reconhecem contidas na esfera da sociedade civil. Só se torna compreensível essa consolidação por meio do entendimento de um processo profundo de dominação ideológica. É preciso, portanto, um processo de alienação que os sujeitos sociais não se reconheçam enquanto classes. Esse processo só é possível por meio de uma elaborada operação ideológica que naturalize os estamentos fundantes da sociedade de classes.

Recorremos a Marx (2007), para a compreensão do que denomina a “anatomia da sociedade civil”, na qual no entendimento do autor, a ideologia é um passo essencial nessa anatomia, porque remete o conhecimento desta às condições materiais de existência em que se assenta. Assinala Marx (2007), que as ideias dominantes são a expressão ideal das relações materiais dominantes, enquanto

dialeticamente, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, as ideias são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Nos explica Marx, que para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, expresso de forma ideal: a classe dominante passa a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. Desse modo, sob domínio da burguesia dominam os conceitos de liberdade, igualdade que se universalizam enquanto princípios da idealidade da sociedade moderna etc.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal a das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. [...] portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX, 2007, p.47)

Portanto, somente conjurada no seio de um manejo ideológico no campo das ideias dominantes da classe dominante perfaz a produção de um imaginário da igualdade de classes que esvazia a história e suprime os fundamentos da desigualdade social e dos conflitos de classe, promovendo o apagamento do jogo político dos interesses das classes dominantes que faz a esfera da sociedade civil ser assimilada como apartada do Estado e desprovida de classes sociais. Ocultando desse modo, a sua verdadeira face, de que esta esfera é a representação dos organismos privados e expressão dos interesses do mercado. Nesse sentido, é na falsa separação e antagonismo entre Estado e mercado, no contexto da significação e ressignificação da sociedade civil, emanam as contradições dessa esfera em que repousa as políticas públicas.

Conforme Bobbio (2007), "Sociedade civil" e "Estado" são temas contíguos e inter-relacionados, são apresentados diretamente sob a forma de antíteses. Segundo

o autor, o Estado moderno, no qual a sociedade civil é constituída por grupos organizados cada vez mais fortes, está atravessada por conflitos grupais que se renovam continuamente, diante dos quais o Estado, como conjunto de organismos de decisão e de execução, desenvolve a função de mediador, mais do que a de detentor do poder de império, segundo a representação clássica da soberania.

O autor sinaliza no livro **O conceito da Sociedade Civil** (1982), que a sociedade civil²³ torna-se um dos elementos do sistema conceitual marx-englesiano via fixação do significado de “sociedade civil”, como algo que se estende a toda vida social pré-estatal, como momento do desenvolvimento das relações econômicas, que precede e determina o momento político, e, portanto, como um dos dois termos da antítese sociedade – Estado.

Marx (2008), ressalta que as formas jurídicas e do Estado não podem ser compreendidas a partir de si mesmas, estas têm as suas raízes nas relações materiais de existência, sob o nome de sociedade civil, cuja anatomia deve ser buscada na economia política. Observa Marx (2007), que a forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes e que, por seu turno, as condiciona, é a sociedade civil; esta, tem por pressuposto e fundamento a família simples e a família composta. “Aqui já se mostra que essa sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda a história” (MARX, 2007, p.39).

Para o autor, a sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular no interior como Estado. Nesse sentido, sob a forma política da sociedade burguesa se produz um Estado enquanto forma política da classe dominante que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época. Compreendemos desse modo, que o Estado Moderno é o produto histórico e expressão política da sociedade civil

²³ Bobbio (1982) situa que ao contrário do conceito de Estado, que tem longa tradição, o conceito de sociedade civil, - que deriva de Hegel e reaparece na teoria marxiana -, é utilizado até mesmo na linguagem filosófica, de modo técnico e menos rigoroso, com significações oscilantes. Na tradição jusnaturalista, situa o autor, que a sociedade pré-política era até então chamada de sociedade natural e o conceito de sociedade civil utilizado para expressar sociedade política, ou seja Estado. Locke usa indiferentemente um e ou o outro termo, já *état civilis* em Rousseau significa Estado. Em Adam Smith, a expressão civil tem significado em contraposição ao bárbaro, ou seja, civilizado.

burguesa, que se organizou como classe dominante exercendo poder e dominação sobre os trabalhadores de modo a subordiná-los a seus interesses.

Conceitua Marx (2007), que a palavra sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se libertado da comunidade antiga e medieval. Nesse sentido, a sociedade civil, como tal, desenvolve-se somente com a burguesia; com este mesmo nome, no entanto, foi continuamente designada a organização social que se desenvolve diretamente a partir da produção e do intercâmbio e que constitui em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista. Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. A autonomia do Estado só teria lugar apenas onde os estamentos não se desenvolvam, não haja classes e nenhuma parcela da população chegue à dominação sobre as outras.

Até o século XVIII, quando a burguesia ainda estava fora do poder do Estado²⁴, os filósofos críticos do absolutismo julgavam existir uma razão muito distante do Estado²⁵, esta repousava no sujeito, no indivíduo. A partir do século XIX, com os pressupostos filosóficos de Hegel, um dos maiores filósofos da ideologia do Estado burguês, seu pensamento político e filosófico construiu a ideia de um Estado enquanto condição da sociedade, fruto de um processo de racionalização. Nessa tendência política filosófica, a sociedade racional, salienta Bobbio (1982), é o reino da liberdade regulada, no qual o Estado é concebido como produto da Razão, [...] única na qual o homem poderá ter uma vida conforme a razão, isto é, conforme à sua natureza.

Mészáros (2015), situa a base histórica e filosófica – política burguesa, inseridas no contexto do movimento iluminista ou filosófico da ilustração. Para o autor, a razão vai embasar as principais grandes revoluções que irão inaugurar a sociedade contemporânea, dentre elas a Revolução Francesa. Mas se no plano do pensamento

²⁴ Conforme Mascaro (2015), até o séc. XVIII a burguesia moderna estava fora do poder e tinha horror ao Estado que até aquela época era absolutista. Nesse sentido, afirmava-se contra o Estado, e que esta não era Razão, não era justiça. Com a ascensão da Burguesia ao poder, essa filosofia é abandonada e passa com Hegel a defender e referendar o Estado racional. Razão individual seria transplantada ao Estado, e o Estado torna-se a Razão.

político os franceses vão embasar sua teoria no pensador inglês John Locke, o contexto social refletia na filosofia política de Hegel, no qual debruça sob a sombra dos problemas do Estado, cada vez mais intensos: o Colapso do antigo Regime; as Revoluções Francesas e Americanas; guerras napoleônicas, emergência da militância proletária embrionária e em contínua expansão. Nesse processo, Hegel sintetiza de forma paradoxal tanto um fim como o início em relação as classes sociais em conflito. A superação histórica das relações sociais feudais, bem como, o início das intensas e transformadoras tempestades revolucionárias do séc. XVIII, marcaram o nascimento da classe trabalhadora no cenário histórico. “Hegel examina o próprio Estado com uma realidade histórica substantiva, sem qualquer tentativa de se esconder a sociedade civil antagônica sob a qual ela é erigida, e a apresenta como elemento constitutivo e base material indefinidamente contínua (MÉSZÁROS, 2015, p. 76 - 77).

Hegel em ***Princípios da Filosofia do Direito*** (1997), não mede esforços para justificar a necessidade ideológica idealista de um Estado Burguês fundado na Razão e referendar a ilusão liberal de um Estado democrático como única efetividade da razão, realização e superação das contradições derivadas dos indivíduos conflitantes.

A versão idealista hegeliana dessa ideologia do Estado – segundo a qual o desígnio originalmente oculto do espírito absoluto, estabelecendo o Estado como a única superação [*supersession*] possível das contradições dos *genus*-indivíduos conflitantes na “sociedade burguesa” e sendo o Estado como tal tanto a “realização completa do espírito da existência” quanto a “imagem e efetividade da razão” – seria autoevidentemente verdadeira para sempre. Dessa forma não poderia haver absolutamente nenhuma questão sobre almejar o fenecimento do Estado (MÉSZÁROS, 2011, p. 337).

Segundo Mascaro (2015), a obra de Hegel, representava uma leitura original do período no qual a Europa transitava entre o Antigo Regime e a nova ordem burguesa. O mundo do direito natural teológico e do jusracionalismo iluminista estava sendo substituído pelo juspositivismo. O Estado se anunciava, para Hegel, como razão em si e para si.

Os constructos teóricos de Hegel buscaram referendar a necessidade de um Estado enquanto idealidade máxima de uma sociedade, assumindo a substância de um ser supremo que representaria a *presença da Ideia Divina na Terra*, seus interesses e suas leis, são a constituição do direito particular, determinação e realização da liberdade. Nessa premissa, o Estado como liberdade seria, “tal espírito

orgânico e real (a) de um povo torna-se real em ato e revela-se através de (b) relações entre os diferentes espíritos nacionais (c) na história universal como espírito do mundo cujo direito é o que há de supremo” (HEGEL, 1997, p.32).

No livro a ***Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*** (2010), Marx faz uma contundente crítica ao Estado burguês e analisa a filosofia do direito de Hegel (1997), desconstruindo o idealismo do seu pensamento, expondo e descortinando as ilusões da conciliação social. Em sua crítica a Hegel, Marx (2010), expõe e descortina que a sociedade civil historicamente não desaparece com o Estado, mas reaparece nele com todas as suas determinações concretas. Nesse sentido, o Estado não regula a sociedade civil, mas a sociedade civil é quem regula o Estado. Desse modo, o Estado não é a superação da sociedade civil, e sim o reflexo dela. A sociedade civil é o Estado.

Na ideia da universalidade do Estado, em que a “Constituição do Estado, que é o fim e a realidade em ato da substância universal e da vida pública nela consagrada”, (HEGEL, 1997, p. 149), Hegel afirma que existe uma separação entre Estado e sociedade civil. Entretanto, para Marx (2010), a filosofia de Hegel parte da “separação” entre “Estado” e sociedade “civil”, ou seja, entre os “interesses particulares” e o “universal que é em si e para si”. Compreende, desse modo, Marx (2010), que a sociedade civil é a base do Estado, e não o Estado a base da “sociedade civil”, como afirmara Hegel. Portanto, na condição de “sociedade civil do Estado”, está contido o “Estado da sociedade civil”.

A finalidade de sua existência não é essa existência mesma, mas a Ideia segrega de si esses pressupostos “para ser, a partir da idealidade delas, espírito real e infinito para si”, quer dizer, o Estado político não pode ser sem a base natural da família e a base artificial da sociedade civil; elas são, para ele, *conditio sine qua non*. Mas a condição torna-se o condicionado, o determinante torna-se o determinado, o produtor é posto como o produto de seu produto. A Ideia real só se degrada, rebaixa-se à “finitude” da família e da sociedade civil, para, por meio da suprassunção destas, produzir e gozar sua infinitude; ela divide, *por conseguinte* (para alcançar sua finalidade), nessas esferas, a matéria dessa sua realidade finita (dessa qual? Essas esferas são, de fato, a “sua realidade finita”, sua “matéria?”), (MARX, 2010, p.30-31).

Em Hegel (2007), o princípio da sociedade civil é que ela em si mesma é um fim particular, mas em essência possui outro princípio, ao mesmo tempo que representa o particular, a sociedade civil é a forma da universalidade. O autor aponta

que os interesses particulares das coletividades que fazem parte da sociedade civil e se encontram situadas fora do universal em si e para si do Estado são administrados nas corporações. Tais domínios devem estar subordinados ao interesse superior do Estado de tal modo que, para a designação destes pontos, deve conjugar-se a eleição pelos interessados e a confirmação pela esfera superior.

182 - A pessoa concreta que é para si mesma um fim particular como conjunto de carências e como conjunção de necessidade natural e de vontade arbitrária constitui o primeiro princípio da sociedade civil. Mas a pessoa particular está, por essência, em relação com a análoga particularidade de outrem, de tal modo que cada uma se afirma e satisfaz por meio da outra e é ao mesmo tempo obrigada a passar pela forma da universalidade, que é o outro princípio. (HEGEL, 2007, p.167)

289 - A conservação do interesse geral do Estado e da legalidade entre os direitos particulares, a redução destes àqueles exigem uma vigilância por representantes do poder governamental, por funcionários executivos e também por autoridades mais elevadas com poder deliberativo, portanto colegialmente organizadas.

Assim como a sociedade civil é o campo de batalha dos interesses individuais de todos contra todos, assim aqui se trava o conflito entre este interesse geral e os interesses da comunidade particular e, por outro lado, entre as duas espécies de interesses reunidas e o ponto de vista mais elevado do Estado e suas determinações (HEGEL, 2007, p.266).

A problemática é analisada a partir da visão hegeliana da moralidade subjetiva, da ajuda mútua da sociedade civil, onde a suprema causa da decadência é a corrupção dos costumes, condição intrínseca ao homem do princípio da pessoa autônoma e infinita em si mesma, da liberdade subjetiva, do livre-arbítrio e da natureza própria de cada um. Enquanto a condição da satisfação das carências, dos prazeres, da liberdade são fins absolutos e só se realizam universalmente. Conforme concepção hegeliana é só no princípio da universalidade que o princípio da particularidade encontra a sua verdade. A unidade é definida pela necessidade, neste sentido o particular é obrigado a ascender à forma do universal e buscar nele permanecer. Conceição reflete que “a unidade entre o universal existente em si e a particularidade subjetiva só será reconhecida pela jurisdição, através de um contrato, que se realiza no Estado (CONCEIÇÃO, 2004, p.8-9). Para a autora, o Estado é, portanto, para Hegel, o espírito objetivo. Só como membro do Estado é que o indivíduo tem objetividade, verdade e moralidade

O pensamento burguês de Hegel, que conforma, a falsa oposição entre a “sociedade civil” e o Estado, serve ao objetivo de idealizar a “conciliação” da imaginária “solução” das contradições e dos antagonismos. Nessa situação, o Estado está destinado, por definição, a superar as contradições da sociedade civil, por mais intensas que sejam, por meio de suas instituições e sistemas legais, deixando-as ao mesmo tempo totalmente intactas na sua “própria esfera” de operação, ou seja: na própria “sociedade civil” (MÉSZÁROS, 2002).

Encarar a possibilidade de um *sujeito coletivo* real como ator histórico – materialmente identificável e socialmente eficaz – era algo totalmente incompatível com o ponto de vista eternizado da “sociedade civil”. Por isto não poderia haver qualquer atuação histórica *transindividual* em tais concepções. Somente uma ação *supraindividual* (consequentemente, também *supra-humana*) seria compatível com o ponto de vista do capital – e com o correspondente “ponto de vista da economia política” –, postulando assim a misteriosa solução das incontáveis contradições da “sociedade civil” fragmentada, sem alterar sua base material. Em outras palavras, a projetada solução hegeliana não visava nenhuma mudança significativa na própria “sociedade civil” existente e inerentemente dilacerada por conflitos (MÉSZÁROS, 2002, p.63).

Leher (2005), destaca que, importantes ressignificações empreendidas pelo social - liberalismo, dissimularam na sociedade a premissa de que o Estado e mercado se constituem enquanto polos antagônicos, por existir uma esfera externa a ambas as dimensões, a sociedade civil, faz um amálgama entre as esferas, atenuando suas tensões suas contradições.

Habilmente, o capitalismo e suas contradições são expurgados da sociedade civil que é convertida no lócus da democracia, lugar destinado à tolerância, ao agir comunicativo, esfera em que prevalecem os melhores argumentos, e não a força econômica, política e militar dos dominantes. É como se as assimétricas relações de produção não constituíssem a sociedade civil. Igualmente, sob esse prisma, o Estado perde sua feição classista, particularista, pois a miraculosa sociedade civil pode modificar a sua natureza com os ventos da democracia. (LEHER, 2005, p.131)

Conforme aponta Oliveira (2004), a separação que o liberalismo operou entre o poder político e o poder econômico, revolucionária para um mundo saído do feudalismo pela qual se evitava justamente a concentração de poderes, cria um poder privado, o econômico, cuja gestão é retirada do cidadão comum. Apartou, desde o

início, os procedimentos privados como pertencendo à esfera exclusiva dos próprios interessados, separando-os dos assuntos públicos. Desde que o Ocidente se tornou capitalista a democracia moderna já não correspondia exatamente ao governo de todos. O caráter intrinsecamente concentrador do novo sistema propõe imediatamente uma assimetria de poder entre os cidadãos que dificilmente traduz um governo de todos.

Conceição (2013), ressalta que o afastamento do Estado como regulador da política e da economia faz aparecer o conceito de cidadão e de cidadania como “atores” soberanos, responsáveis pelas suas vontades o que emerge na concepção contraditória de Hegel do Estado. O Estado posto como imagem e realidade da razão constituiria a essência da sua des/razão ao privilegiar uma classe econômica e política

As liberdades e direitos civis descritas como direitos democráticos, na verdade, são normatizações do Estado burguês assentadas via pacto das regras e interesses das classes proprietárias da Sociedade Civil. O Estado moderno, travestido de democrático, assumiu a representação da sociedade sem classes sociais, dos cidadãos enquanto individuais e iguais. Conforme nos chama a atenção Ivo Tonet (1990), na atualidade a Sociedade civil tornou-se sinônimo de um espaço onde residem os autênticos direitos civis, em um Estado que cumpriria seu verdadeiro papel.

Tonet (1990), reflete que nos últimos anos o conceito de sociedade civil vem ganhando ênfase e valorização especial quando se trata de analisar a política brasileira, num contexto em que a reabertura “democrática” pós ditadura, em que se via um Estado arbitrário, fechado, inacessível, inúmeros movimentos sociais buscaram conquistar direitos que até então eram negados. Analisando esse processo de reabertura pós-ditadura, em que as forças sociais populares foram sendo deslocadas para a margem dos espaços decisórios.

Leher (2000), identifica que os sujeitos passaram a ser chamados a opinar sobre aspectos secundários das políticas e, na maior parte das vezes, a contribuir para o encaminhamento de políticas já definidas, pensado originalmente como órgão de Estado e hodiernamente ressignificado como órgão de governo. No cerne da vida social dessa nova era, estaria emergindo uma sociedade civil renovada, lugar de autonomia e de participação, por meio de interações dialógicas capazes de configurar uma “esfera pública. No entanto, o que preocupa Tonet (1990), é que essa ascensão da sociedade civil vista enquanto possibilidade de participação social democrática

pode estar versando ao movimento contrário aos interesses reais da classe trabalhadora, contribuindo antes para desnortear do que orientar a luta por uma política social da classe trabalhadora.

A influência teórica de Gramsci (1982), introduz uma ressignificação conceitual da sociedade civil, que vai influenciar diretamente vários movimentos sociais enquanto possibilidade de uma esfera em disputa. Demarcada de forma diferenciada das leituras de Hegel e Marx, situada na leitura de Estado ampliado e enquanto base da superestrutura enquanto uma esfera em disputa, a sociedade civil para Gramsci se torna indispensável a luta contra o capital nos aparelhos de hegemonia, possibilitando nos espaços públicos trincheiras e armas contra o capitalismo poderia levar a batalha contra o capitalismo não só a seus fundamentos econômicos, bem como suas raízes culturais e ideológicas.

Conforme Silva (1999), “Gramsci é um profundo investigador das superestruturas, com ênfase, no importante papel da cultura e da política para um projeto social hegemônico” (SILVA, 1999, p.4). Para a autora a teoria ampliada do Estado em Gramsci afirma um pensamento enquanto sujeito ativo no seu contexto. Este autor participou dos movimentos operários de Turin durante a Primeira Guerra Mundial e, conseqüentemente, libertários do mundo, ao entrar no Partido Socialista e Comunista Italianos. Após a Primeira Guerra Mundial a Itália caracterizou-se pela disputa entre os partidos progressistas e conservadores que culminou com a instalação e avanço do fascismo no início da década de 20, ancorado na supressão dos direitos políticos, com forte repressão e censura aos movimentos e intelectuais de esquerda, levando a sua prisão. No plano internacional, destacava-se a derrota na Europa dos movimentos socialistas revolucionários apoiados em grande parte pelas classes trabalhadoras. Nesse contexto, cheio de conflitos, ele buscou construir uma estratégia político-teórica e revolucionária de construção do socialismo na conjuntura específica da Itália de seu tempo.

O filme ***Os Dias do Cárcere***, produzido e dirigido por Ricardo Ciccio e Del Fra Lino (2014), nos envolve nas sombras do momento histórico em que ocorre o julgamento de Gramsci pelo Tribunal Especial, que o encarcera e o acusa por considerá-lo ser o autor intelectual e instigador da Guerra Civil na Itália, bem como, por realizar apologia do crime e incitamento à luta de classes. Na película em preto e branco, expõe o momento e ambiente frio e sombrio em que Gramsci aparece encarcerado, mas também evidencia, a narrativa da sua própria história de vida, para

os que não puderam conhecê-lo em vida, a sua essência e a sua luta. Antonio Gramsci foi condenado pelo Tribunal Especial a 20 anos, 4 meses e 5 dias de reclusão.

Sou comunista [...]

Há anos tenho vivido com seis agentes da polícia que me vigiam. Não tive atividade clandestina, não foi possível.

Fui preso embora fosse deputado em exercício [...] Mas se ser comunista comporta responsabilidade [...] Eu aceito!

(GRAMSCI, Vídeo, 2014)

O filme destaca, que o Tribunal Especial acusa utilizando o argumento que entre os escritos de Gramsci apreendidos se fala: [...] de Guerra e de tomada de poder pelo proletariado. O que significa esses escritos?” Destaca o documentário: Gramsci (2014), explica: Toda a ditadura de tipo militar, acaba cedo ou tarde, devastadas pela guerra. Neste caso, caberá ao proletariado tomar as rédeas do país e construir seu próprio destino. [...] “Vocês conduzirão a Itália a ruína. A nós comunistas, caberá salvá-la!”

Gramsci (2011), compreende que “o Estado é coesão, coerção e reprodução do capital”, é a “existência real de governantes e governados, dirigentes e dirigidos”. Define Partido Político “enquanto modo mais adequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção, e o espírito estatal”. O autor compreende o Partido Político da modernidade enquanto encarnação do Príncipe, pois para ele, podemos compreender em formações históricas determinadas a sua consciência histórica – política a partir da análise da Política como catarse – passagem, embora o Estado seja classista.

Gramsci (2011), reflete que na estrutura de poder e a unidade dialética em que “Os homens adquirem consciência de sua posição social no terreno das superestruturas, ou seja, estrutura e superestrutura existe um nexos necessário e vital”. Nesse sentido, “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Quadro 1). (GRAMSCI, 2004, p. 250). Para Bianchi, (2008), o conceito de bloco histórico de Gramsci permite a análise crítico – histórica da unificação dos processos de reprodução política ideológica das relações sociais que se verificam de modo mais intenso no capitalismo contemporâneo. Nesse sentido,

o Estado como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidas e apresentadas como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias nacionais.

[...] a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses de grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto (GRAMSCI, 2000, p. 41- 42).

Quadro 1 – Esquema conceitual de bloco histórico em Gramsci



Fonte: GRAMSCI, 2005.

Org.: RODRIGUES, V. P. A. 2019.

Deste modo, para o autor, os partidos têm sido até agora o modo mais adequado de elaborar a capacidade de dirigir e os próprios dirigentes. Os partidos podem se apresentar com os mais diversos nomes, incluindo o de “ante partido” ou “negação de partidos”. Na realidade, até os chamados “individualistas” são homens de partido (GRAMSCI, 2005, p. 13 -14). A divisão entre governantes e governados [...] de uma certa forma é uma criação da divisão do trabalho (GRAMSCI, 2005, p. 13).

O individualismo é apenas apoliticismo animalesco”. O sectarismo é uma forma de “clientela pessoal”, pois lhe falta o espírito de partido que é o elemento fundamental do espírito estatal (GRAMSCI, 2005, p. 13).

Para o autor, é o espírito de partido o elemento fundamental do espírito estatal, é uma das teses mais importantes a defender, e, vice-versa. É historicamente determinado e tem o Partido e seus sujeitos a responsabilidade da continuidade a esse processo por meio da continuidade da tradição. Diferente é o “culto” a “tradição”, que tem um valor tendencioso, que implica uma escolha e objetivos determinados, ou seja, que está na base de uma ideologia). No entanto, podemos dizer que, mesmo se o então “espírito estatal” existe em todo mundo, preciso, de vez em quando, combater suas deformações e seus desvios (GRAMSCI, 2005 p. 15).

Espírito Estatal – essa expressão tem um histórico determinado bem preciso. Pressupõe a continuidade, quer na direção do passado ou da tradição, quer na direção do futuro, isto é, pressupõe que cada ato seja o momento de um processo complexo que já se iniciou e que vai continuar.

“A responsabilidade por esse processo, de ser ator desse processo, de ser solidário com forças materialmente desconhecidas chama-se espírito estatal” (GRAMSCI, 2005, p. 14).

Na visão de Gramsci (1982), o Estado pode ser "democrático" nas sociedades em que a unidade histórica de sociedade civil e sociedade política for dialeticamente real entendida, e o Estado for concebido como superável pela "sociedade regulada": nesta sociedade, o partido dominante não se confunde organicamente com o governo, mas é instrumento para a passagem da sociedade civil política à "sociedade regulada", na medida em que absorve ambas em si, a fim de superá-las (e não de perpetuar sua contradição).

Os aparelhos privados de hegemonia seriam os espaços concretos que ditam a organização das vontades e tomam forma, através de instancias associativas de adesão voluntária sob os mais variados formatos (clubes, jornais, igrejas, partido, associações privadas, sindicatos etc.). Gramsci vê possibilidade de disputa política desses aparelhos. Dentro do Estado há uma organização que poderá ou não favorecer a classe trabalhadora, e que se forem representados pela classe

trabalhadora, podem garantir a institucionalização de suas demandas, enquanto possibilidade de realização da classe trabalhadora via Estado.

Há para Gramsci, dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções organizativas e conectivas são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é:

1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção;

2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.

No entanto, os impasses da leitura Gramsciana de sociedade civil se evidenciam quando a possível esfera a ser disputada e ressignificada pela classe trabalhadora está contida no movimento das contradições da própria natureza histórica do Estado, sem romper estritamente com os fundamentos estamentais do capital dificilmente a via do Estado poderá ser uma ferramenta para a transformação de um outro paradigma social. Conforme o entendimento de Marx (2007), essa possibilidade de rompimento com o capital só pode ser realizada por meio de uma união que, devido ao caráter do próprio proletariado, pode apenas ser uma união universal, e por meio de uma revolução na qual, por um lado sejam derrubados o poder do modo de produção e de intercâmbio anterior e o poder da estrutura social e que, por outro, desenvolva o caráter universal de uma revolução na qual, o proletariado se despoje de tudo o que ainda restava de sua precedente posição social.

Reflete a autora Rosa Luxemburgo (2003) que é impossível transformar as relações fundamentais da sociedade capitalista, que são as da dominação de uma coisa por outra, com reformas legais que respeitarão o seu fundamento burguês. No

campo da política, a evolução do sistema conduz, se o terreno é favorável, à democracia, à participação de todas as camadas da população na vida política, orientando-se, de qualquer maneira, para um “Estado popular” mas, dentro da situação do parlamentarismo burguês, onde os antagonismos de classe, muito longe de se resolverem, aparecem à luz do dia. Nesse sentido, para a autora, para libertar a humanidade das garras capitalistas, é preciso que a classe trabalhadora conquiste a sua emancipação política e que o sistema capitalista seja totalmente destruído.

Tornar o Estado “livre” não é de modo algum o objetivo de trabalhadores já libertos da estreita consciência do súdito. No Império alemão, o “Estado” é quase tão “livre” quanto na Rússia. [...] A liberdade consiste em converter o Estado, de órgão que subordina a sociedade em órgão totalmente subordinado a ela, e ainda hoje as formas de Estado são mais ou menos livres, de acordo com o grau em que limitam a “liberdade do Estado”. (MARX, ENGELS, 2016, p.55). A partir do momento em que se pode falar em liberdade, o Estado deixa de existir como tal. Por isso, a proposta de Marx e Engels (2016) seria substituir, por toda parte, a palavra Estado por “*Gemeinwesen*, uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês *commune*” (MARX, ENGELS, 2016, p.55).

A pós-modernidade fez muitos novos personagens subirem ao palco. E esta realidade tem a ver com a produção de subjetividades. Marcado pelo esvaziamento da esfera pública, da velha racionalidade que buscava interagir com a ética e reconstruir a própria esfera pública. De toda forma, chega um momento que é o atual, em que a dimensão do setor estatal aparece como muito volumosa frente à esfera privada, o que origina uma série de pressões desta em favor de um processo de privatização acompanhada geralmente de uma drástica redução do Estado nos chamados gastos sociais, coisa que no limite adquire o caráter de um verdadeiro desmantelamento do Estado “benfeitor”. A economia se privatiza também por este lado, e ao menos nos países onde o novo modelo econômico tem grandes dificuldades em “decolar”, apesar de todo o reordenamento operado. A exposição até aqui permite compreender por que o Estado latino-americano apresenta um desenvolvimento histórico particular, na medida em que a acumulação de contradições da “sociedade civil” determina uma correlacionada acumulação de tarefas “reguladoras” para a instância política, que em última instância só pode assegurar a reprodução ampliada do sistema recorrendo a uma dose muito grande de autoritarismo. (CUEVA, 2019).

De acordo com o pensamento de Cueva (2019), a própria natureza da “sociedade civil” latino-americana impôs uma “sobrecarga” de tarefas à instância (política) encarregada de assegurar sua coesão e reprodução. Garantir o sistema de dominação que esse Estado é expressão, mas tratando ao mesmo tempo superar as profundas lacunas que a acentuada heterogeneidade estrutural produziu na própria classe dominante, ou bloco das classes dominantes; forjar as condições necessárias para o estabelecimento e vigência do “pacto” neocolonial e, simultaneamente, buscar a maneira de “regular” as fissuras, desigualdades e defasagens internas que o mesmo “pacto” acentua; condensar e expressar as tendências dominantes em cada formação social mas também “adiantar-se” em certo sentido a elas, à “luz” das perspectivas abertas pelo desenvolvimento dos países capitalistas mais avançados; tratar, enfim, de estabelecer desde cima as bases de uma hegemonia que a sociedade civil era incapaz de gerar por sua própria heterogeneidade, mas sem deixar de recorrer constantemente à “força da lei” e na maior parte das vezes, à lei da força, para evitar que as múltiplas “descontinuidades” (inclusive as culturais) e contradições acumuladas se tornem verdadeiras rupturas revolucionárias; estas são algumas (de forma alguma todas) das tarefas específicas que o Estado latino-americano teve de cumprir em seus cem anos de desenvolvimento capitalista.

Conforme a reflexão de Cueva (2019), em tais condições, não é casual que nossos Estados tenham adotado em geral uma forma “autoritária” ou que tenham aparecido como uma verdadeira “protuberância” política, desmesuradamente importante perante à “sociedade civil”. Frente à debilidade de outras “trincheiras e fortificações” da classe dominante, o aparato estatal em geral e sua ramificação militar, particularmente, acabaram por converter-se não apenas na última fortaleza do sistema, mas também sua primeira. Por isso, em nossos dias, assim como há um século, o chamado “Estado de exceção” segue sendo a regra.

4.2. O PÚBLICO E O PRIVADO E AS MEDIAÇÕES DA ESFERA BURGUESA

Marilena Chauí (1990), a partir do debate filosófico sobre ética e a política, nos provoca importantes questionamentos: Se a sociedade civil é a esfera da vida privada, como é que o Estado se constitui como esfera pública? As respostas para essas questões estão contidas nos fundamentos da sociedade civil. Ao examinarmos as suas bases, no capítulo anterior, foi possível inferir que a sociedade civil é o Estado,

logo a base do Estado são as relações privadas do mercado. Nesse sentido, a sociedade moderna ao criar a Sociedade Civil a torna a esfera particular da propriedade privada, do mercado, dos contratos de trabalho, da produção de mercadorias e da acumulação do capital, faz com que a esfera pública, que é uma esfera social, seja uma esfera privada. Desse modo, é na esfera da sociedade civil que se estabelece a esfera da vida privada. O surgimento da economia política do capital irá configurar o Estado moderno para ser propriamente o mediador da esfera pública burguesa.

Hanna Arendt (1991), afirma que o homem é por natureza político, isto, é social, compreende o privado enquanto o reino da necessidade, e o público é o reino da liberdade. No livro **A Condição Humana** (1991), a autora sinaliza que o primado da distinção entre a esfera da vida privada e a esfera da pública corresponde a existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas desde a existência da antiga cidade – estado, a *Polis*. A ascendência da esfera do social, que não era nem privada nem pública, cujo o surgimento coincidiu com a era moderna, encontrou sua forma política no Estado. Entre a esfera da polis e a esfera da família, e a esfera das atividades pertinentes ao mundo comum há uma linha divisória que é inteiramente difusa, por que há corpos de povos e comunidades políticas como uma família cujo seus negócios diários devem ser atendidos. No mundo moderno, as esferas do social e do político diferem muito pouco entre si. A medida que a política, função da sociedade, da ação discurso e pensamento, são fundamentalmente superestruturas assentadas no interesse social. “Com a ascendência das atividades do lar doméstico as atividades econômicas ao nível público todas as questões pertinentes à esfera da privada da família transformaram-se em interesse coletivo” (ARENDR, 1991, p. 37 – 42).

A passagem da sociedade – a ascensão da administração caseira, de suas atividades, seus problemas e recursos organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas diluiu a antiga divisão entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torna-los quase irreconhecíveis. (ARENDR, 1991, p. 47).

O que define e redefine a esfera pública e a esfera privada é o tipo de Estado em relação análoga as necessidades do modo de produção. Na medida em que o

avanço da sociabilidade do capital necessita de formas de mediações para mascarar as reais contradições de seu sistema sociometabólico de reprodução, surge a necessidade de uma esfera de mediação que escamoteie a face classista do Estado, transmutando, desse modo, a esfera pública enquanto terreno neutro, enquanto esfera social permeada pelo Estado.

Habermas (1984) atribui as origens da esfera pública aos gregos - onde a polis era a esfera comum dos cidadãos livres e se separava da vida particular de cada indivíduo. O autor contribui para a nossa análise, ao apontar que na medida em que as relações econômicas de mercado se expandiram, a esfera privada evoluiu para uma esfera autônoma que se emancipa da regulamentação mercantilista. Nesse processo, surge a esfera do social, que implode as limitações da dominação feudal e torna necessária formas de autoridade administrativa. Somente esta dialética de uma socialização do Estado que se impõe, simultaneamente com a estatização progressiva da sociedade, é que destrói a base da esfera pública – a separação entre Estado e sociedade.

A esfera pública burguesa se efetivou a medida em que os seus interesses privados passaram a necessitar de formas de regulação estatal na mediação dos conflitos do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. “A sociedade civil resolve as lutas familiares criando diferenças entre os interesses públicos e os privados, e regulando as relações entre eles através do Direito (público e privado)” (CHAUÍ, 1989, p.44). Nesse processo de regulação, a esfera pública burguesa tornou-se o princípio organizador do Estado de Direito burguês.

Com o surgimento do Estado de Direito e a separação fictícia da sociedade civil do econômico e do político, a esfera pública passa a ser a esfera da mediação normalizadora da sociedade burguesa. Assentada nas bases do Direito Romano, no qual a esfera pública tratada como *res pública*, mas sem as bases de uma real democracia participativa, se consolida apenas o seu campo representativo, alcança a institucionalização jurídico-política enquanto forma de assegurar sob a forma do direito privado o vínculo da lei da igualdade do contrato social. Soldando as relações da esfera da reprodução social, tornou-se público os interesses particulares privados entre si, transpostos para a esfera do público, desse modo, a privatização da sociedade burguesa.

Conforme Chauí (2016) a “*res pública*”, é a coisa pública; é a coisa do povo; é o espaço público; o poder político, que não pode ser regido pelos valores do espaço

privado. Ressalta a luz de Cícero, que por povo deve-se entender não um agrupamento de homens como um rebanho, mas uma assembleia numerosa de homens associados uns aos outros por sua adesão a uma mesma lei e por uma certa comunidade de interesses.

Para Habermas (1984), as categorias público e privado nas definições do Direito Romano: a esfera pública como *res pública* passam a ter uma efetiva aplicação processual jurídica com o surgimento do Estado moderno e com aquela sociedade civil separada dele. Entretanto, esfera pública há mais de um século vem se diluindo, enquanto sua esfera se amplia cada vez mais, sua função passa a ter cada vez menos força.

Salienta Habermas, que a esfera pública burguesa ligada a uma complicada constelação de pressupostos sociais, logo se modifica profundamente afluindo “a contradição da esfera pública institucionalizada no Estado de Direito Burguês: [...] que, de acordo com a sua própria ideia, é oposto a toda dominação, era fundamentada uma ordem política, cuja base social não fazia com que a dominação ora fosse bem supérflua”. (HABERMAS, 1984, p.109).

[...] interesses privados que automaticamente convergissem nos interesses comuns da defesa de uma sociedade civil como esfera privada. Com isso, só deles é que se podia esperar uma representação efetiva do interesse geral. [...] O interesse de classe é a base da opinião pública. (HABERMAS, 1984, p.108)

Chauí (2016), reflete que a política foi inventada enquanto maneira de lidar com os conflitos e divisões sociais. Foi na política que surgiu a figura do espaço público, por meio da invenção do direito e da lei e da criação de instituições públicas de deliberação e decisão.

Conforme Chauí (2016), o surgimento da política só foi possível porque o poder político foi separado de três autoridades tradicionais do exercício do poder: a autoridade do poder privado ou econômico do chefe de família, a do chefe militar e a do chefe religioso, figuras que, nos impérios antigos, estavam unificadas numa chefia única, a do rei. A política nasceu, portanto, quando a esfera privada da economia e da vontade pessoal, a esfera da guerra e a esfera do sagrado ou do saber foram separadas e o poder político deixou de identificar-se com o corpo místico do

governante como pai, comandante e sacerdote, representante humano de poderes divinos transcendentais.

Para Chauí (1990), os gregos e os romanos criadores da esfera pública, submeteram o poder a um conjunto de instituições e a um conjunto de práticas que fizeram dele algo público, que concernia à totalidade dos cidadãos, e que era discutida, deliberada e votada por eles. Aquilo que nós chamamos de esfera pública. Ou seja, ninguém se identifica com o poder, a vontade de ninguém é lei, e portanto, a autoridade é coletiva, pública, é aquilo que constitui o cidadão. Os gregos puderam e depois deles os romanos distinguir com muita clareza a autoridade política ou autoridade pública e a autoridade privada. Não por acaso a autoridade privada tem um nome muito especial. Em grego o chefe de família, que é aquele que detém a autoridade do espaço privado (e detém esta autoridade exclusivamente por sua vontade - a vontade dele é a lei), o chefe de família se chama "*despotes*". E é porque a autoridade privada do espaço privado da família é a autoridade do "*despotes*" (a autoridade absoluta de vida e morte sobre todos os membros da família), é que a autoridade no espaço privado se chama despótica. Para os gregos quando a autoridade for despótica, o espaço público foi tomado pelo espaço privado e a Política acabou. A condição da Política é que não haja despotismo.

Chauí (1990) evidencia que a ideia de uma separação se complexifica, uma vez que, na esfera pública se estabelece a lógica Política e na esfera privada a lógica Ética, posto que, é na esfera que é pública, que é a esfera social, no qual os elementos da vida privada estão presentes. A autora atribui a dois motivos principais para essa enorme dificuldade que existe no nosso mundo contemporâneo para separar o público do privado e deixar a Ética em um dos lugares e a Política em outro. Para a autora, a Política vai operar com o critério da Liberdade, da Justiça, das Finalidades Humanas, então há na raiz da Política um valor que é ético. Este valor pode ser chamado de liberdade. Nesse sentido, ao afirmar que todos os homens são livres é afirmado simultaneamente que eles são iguais. Portanto, a igualdade deles é a liberdade. Mas na prática, esta igualdade não existe, pelo contrário, a sociedade é feita por uma divisão social entre os desiguais. A desigualdade real faz com que falar da liberdade como o critério da vida Ética torna a Ética uma coisa irreal porque a igualdade pela qual ela poderia funcionar não existe e torna a Política incapaz também de realizar a liberdade.

Francisco de Oliveira (2004), considera que o capital separou as instâncias do poder econômico e do poder político numa operação de alta sofisticação, mas ao mesmo tempo, *et pour cause*, retirou da arena pública os negócios privados, criando esferas autônomas de interesses, que se regularam a partir de seus próprios pressupostos. Apartou, portanto, desde o início, os procedimentos privados como pertencendo à esfera exclusiva dos próprios interessados, separando-os dos assuntos públicos. Uma contradição, posto que a necessidade da força de trabalho pelo capital necessariamente publiciza imediatamente, uma vez que tem a ver diretamente com a liberdade do outro. Mas proclamou a imunidade dos negócios privados ao olhar público e a impunidade das transgressões.

Para além de um fenômeno identificado com a etapa atual do capitalismo avançado, é preciso ter em conta que a separação entre as esferas do econômico e do político, embora condição para o exercício do poder e da dominação capitalista, fundamentando a autonomia relativa do Estado, só pode ter efetividade na medida em que introduza a igualdade jurídico-política, expressa no funcionamento da esfera da circulação (FLEURY, 1994, p.13).

Lessa (2013) descortina a contradição do econômico do político, ao apontar que a separação ocorre precisamente no processo inverso. O capital para deslocar suas crescentes contradições na esfera econômica impôs à esfera política o crescente autoritarismo democraticamente imposto ao conjunto da sociedade. Tornando mais poderosa e forte a burocracia sobre a "sociedade civil", exigiu a conformação de complexos industriais-militar, as guerras, a emigração, a política urbana e agrária, a especulação da terra e imobiliária, o desenvolvimento e a aplicação sistemática e generalizada de novos métodos de lucros, a integração dos sindicatos e partidos de origem entre os trabalhadores ao mecanismo de controle social que é o Estado.

Processo que se complexifica à medida que, conforme Habermas (1984), a dialética de uma socialização do Estado se impôs simultaneamente com a estatização progressiva da sociedade. Nessa dialética, o intervencionismo estatal na esfera social transfere o público para entidades privadas e ocorre o processo correlato de uma substituição de poder público por poder social. Esse processo solapa e destrói [...] a base da esfera pública burguesa: a separação entre Estado e sociedade. Entre ambos, e ao mesmo tempo, a partir de ambos, surge uma esfera social repolitizada, que escapa à distinção entre 'público' e 'privado' (HABERMAS, 1984, p.170).

Para Fleury (1994), na emergência de uma esfera social repolitizada está a recorrente afirmação da manifestação de processos simultâneos de publicização da economia e privatização do Estado, no qual a expansão do capital se consolidaria (FLEURY, 1994).

No capitalismo as mistificações da ideologia burguesa fragmentam a vida social, processo que separou 'o econômico' de 'o político' como 'esferas' que se diferenciam e que se separam. No entanto, essa separação só se efetiva apenas no campo das ideias, da dissimulação, pois não há possibilidade de disjunção dessas esferas, uma vez que a base da reprodução da vida material é condicionada e condiciona de forma indissociável o processo geral da vida social, política e econômica.

Fleury (1994), ressalta que a diferenciação necessária que leva à separação de uma esfera do político, que se consubstancia como poder estatal, vai requerer o estabelecimento de mediações entre Estado e sociedade, dentre as quais se destaca a cidadania. A intervenção estatal por meio das políticas públicas é em si a natureza contraditória do capitalismo, que impulsiona o Estado atuar como forma de atenuação dos efeitos mais destrutivos da ordem capitalista sobre os fatores de produção, mas cuja intervenção torna-se, por sua vez, elemento de potencialização e agudização da contradição básica deste modo de produção, entre a socialização das forças produtivas e a apropriação privada da riqueza social.

Conforme já aventamos, o Estado e o mercado são faces da mesma moeda, no entanto, nos é apresentado a face de um Estado análogo as cabeças do Deus Romano Jano²⁶, parafraseando Marx (2010), cabeças que desempenham alternadamente ora o papel de extremos, ora o de termo médio, que de frente têm um caráter diverso da sua face detrás, mas aquilo que se determina primeiramente como termo médio entre dois extremos “comporta-se, então, ele mesmo, como extremo, e um dos dois extremos, que através daquele era mediado com o outro, mostra-se, agora, como extremo (porque em sua distinção com o outro extremo) entre o seu extremo e o seu termo médio” (MARX, 2010, p.104).

²⁶ Deus romano, protetor da casa e mais tarde deus do princípio; é sempre representado com duas cabeças olhando para lados opostos (MARX, 2010)

Assim, propaga-se a ideia de que no âmago do público há possibilidades de relações públicas e privadas coexistirem na mesma esfera social, essa esfera se coloca numa posição acima ou à parte dos interesses de classes, vista como uma via social neutra que pode ser administrada em favor tanto no atendimento das necessidades individuais dos entes privados quanto por públicos. O Estado, visto enquanto parte constitutiva de disputas, atenderia aos projetos societários diferentes em diálogo, apagando os conflitos em constante confronto de classes, políticas públicas seriam a via de atendimento do Estado pelos quais esses projetos tomam concretude, sem ir ao âmago de dirimir os processos que engendram contradições sociais, constituindo-se como um instrumento, cuja função é impedir a reflexão política de que existem classes antagônicas, mascarando as estratégias dos detentores do poder.

Forjou-se a dissimulação da ideia de um Estado neutro, regulador das relações sociais, em que é possível conciliar e atender os interesses dos vários segmentos da sociedade. A classe social antes reprimida pelo Estado, passou a lutar e apelar pela via das leis na reivindicação de direitos, acreditando ser possível a conciliação com o capital. Neste sentido, sob a tutela de uma sociedade civil o capital assume a personificação de porta voz da vontade e necessidade popular que direciona a ação do Estado. Na ideia de conciliação social tem-se a viabilização de políticas públicas, produzidas à luz da lógica expansionista do capital, a concessão de privilégios e não de direitos concebido para alguns e negado para muitos.

Na leitura de Marx (2010), o Estado enquanto representante da multidão se expressa apenas como subjetivação, um ato da Ideia, se efetiva no singular, da divisão dos singulares, nas esferas da família e da sociedade civil, pelas circunstâncias, pelo arbítrio etc. aparece mediada. É fato que é da legitimação da multidão que ele provém, mas em seu conteúdo. Ele existe na forma dos membros da família e dos membros da sociedade civil.

[...] os “indivíduos como a multidão” (“os indivíduos, a multidão” são aqui matéria do Estado, “deles provém o Estado”, essa sua procedência se expressa como um ato da Ideia, como uma “distribuição” que a Ideia leva a cabo com sua própria matéria. O *fato* é que o Estado se produz a partir da multidão, tal como ela existe na forma dos membros da família e dos membros da sociedade civil. A especulação enuncia esse *fato* como um ato da Ideia, não como a ideia da multidão, senão como o ato de uma ideia subjetiva e do próprio *fato* diferenciada), “de maneira que essa divisão, no singular

(antes, o discurso era apenas o da divisão dos singulares nas esferas da família e da sociedade civil), pelas circunstâncias, pelo arbítrio etc. aparece mediada” (MARX, 2010, p.31).

Martins (2008) expõe que no seio da sociedade da igualdade contratual de direitos, que promulga a ideologia de oportunidades igualitárias e democráticas de inserção social, avaliza ser possível a ascensão social, reforçando o ideário de que é possível a ascensão social pelo trabalho, ao agregar-lhe a ideologia do povo como protagonista passivo do poder.

Conforme exposto no primeiro capítulo, compreendemos que a igualdade, a democracia, a cidadania, e os direitos civis no contexto de uma sociedade capitalista, são expressões do capital, à medida que mecanismos ideológicos tornam meras representações alegóricas em algo tangível de ser alcançado sem se alterar os fundamentos estamentais da propriedade, da desigualdade e da exploração, a partir dos quais se configura o conjunto da sociedade capitalista. Portanto, a concessão de direitos, gestado pela via da sociedade civil e Estado a partir da esfera pública por meio de políticas públicas age para o seu oposto: por meio da domesticação política que esvazia o conteúdo político de suas lutas e afiança a desmobilização dos movimentos atenuando processos de tensionamentos ao sistema do capital.

4.2.1. O público e o privado e as políticas públicas

Pensar e refletir sobre Políticas Públicas requer a compreensão da funcionalidade do Estado como um dos pilares do sistema sociometabólico do capital na função de assegurar e conservar os negócios privados da economia política de mercado, agindo coadunante com as exigências do processo desenfreado da expansão mundializada do capital, nas relações de interesses na determinação e preservação das relações capitalistas no conjunto da sociedade de classes.

Como pudemos observar, no bojo da redefinição da sociedade civil e da esfera pública em que se encontra apagado o fundamento liberal de separação, entre o público e o privado, ocorreram processos simultâneos de publicização da economia e privatização do Estado, adaptados as novas necessidades da reprodução sociometabólica do capital tornando essas esferas ressignificadas e abstraídas de

suas bases e conteúdo, criando simulacros que escamoteiam as contradições e os reais interesses de classe dessas esferas.

Contraposta à esfera privada, destaca-se a esfera pública como um reino da liberdade e da continuidade. Só a luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram; na disputa dos pares entre si, os melhores se destacam e conquistam a sua essência (HABERMAS, 1984).

Conforme Leher (2005), “os liberais compartilham a crença de que a esfera pública se realiza na (e está circunscrita à) sociedade civil” [...], isto é, há um amálgama entre as referidas esferas para gerar um pacto de harmonia social, sem deixar transparecer que é uma esfera organizada pela economia política de mercado, portanto, conforme o autor, [...] é possível aos liberais reivindicar que o público e o privado são dimensões complementares inscritas na sociedade civil (LEHER, 2005, p.130). A sociedade civil é, portanto, convertida no lócus da democracia, lugar do diálogo e da tolerância, das diferenças, e não da força e dominância econômica, política e militar.

Estado/público e mercado/privado não constituiriam polos antagônicos, pois existe uma esfera externa a ambas as dimensões, a sociedade civil, que faz um amálgama entre as referidas esferas, atenuando suas tensões suas contradições. [...] sociedade civil que é convertida no lócus da democracia, lugar destinado à tolerância, ao agir comunicativo, esfera em que prevalecem os melhores argumentos, e não a força econômica, política e militar dos dominantes. É como se as assimétricas relações de produção não constituíssem a sociedade civil. Igualmente, sob esse prisma, o Estado perde sua feição classista, particularista, pois a miraculosa sociedade civil pode modificar a sua natureza com os ventos da democracia (LEHER, 2005, p.130).

Para Carvalho (2010), o Estado capitalista projeta dentre suas características a de assegurar as relações capitalistas no conjunto da vida social. A medida em que avança o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, essas normalizações e políticas estatais passam a regular não só as condições gerais da propriedade e das trocas, mas invade o conjunto das relações sociais, interferindo nas possibilidades e limites de utilização dos serviços e espaços públicos, organizando e redefinindo as reivindicações sociais, patrulhando as manifestações políticas e culturais, estabelecendo o horizonte da cidadania capitalista.

Desta forma, é pela via da sociedade civil que sob o constante apoio ao Estado tem-se impetrado o círculo vicioso da conservação do continuísmo no poder, como corolário dos grupos dominantes hegemônicos, por meio de importantes mecanismos políticos, que hoje se configuram referendadas na esfera pública, pelas armadilhas das políticas públicas para se prevalecer os interesses do privado, garantindo o pacto social a viabilização de toda uma estruturação espacial, de normatizações e legislações, de contenção militar e policial, para a manutenção do modo de produção capitalista.

O campo social é parte intrínseca e fundamental das transformações do próprio Estado, através das profundas modificações da relação Estado/sociedade, em direção à constituição de um Estado ampliado. A construção de sistemas de proteção social na fase atual do capitalismo está distante de ter acabado com as dicotomias anteriormente mencionadas como co-constitutivas desta forma de organização social e exercício do poder, por outro lado, a emergência dos sistemas de Bem-Estar social como produtos das políticas públicas orientadas à reprodução social e econômica das classes expressa a insuficiência das dicotomias anteriores para dar conta da dinâmica das relações sociais (FLEURY, 1994).

Para Lessa (2013) na gênese e difusão do "mito" do Estado de Bem-Estar colaboram muitas teses, dentre elas as que afirmam que, "no interior do movimento dos trabalhadores e partidos revolucionários, tendem a substituir a exploração do homem pelo homem como fundante do Estado, por uma concepção de transição ao comunismo que se daria pela mediação do Estado (LESSA, 2013, p. 133). O autor evidencia que, o segundo elemento, intimamente articulado ao primeiro, será a negação do caráter de classe do Estado.

Uma redefinição da esfera pública burguesa processou-se com o Estado de Bem-Estar, [...] onde a concorrência intercapitalista e o mercado de trabalho passam a ser regulados de fora [...] por uma racionalidade administrativa, ainda que o suporte material seja o conflito de interesses, ou a luta de classes (OLIVEIRA, 1999, p. 56). Para o autor (1999), a grande depressão de 1929 foi marco da universalização de medidas de Bem-Estar produzindo a naturalização de processos a, perda da centralização do trabalho e as profundas modificações na classe operária:

- A burguesia no seu processo de intensa acumulação do capital, da concentração e da centralização, cujo emblema é a globalização, que se expressa na privatização do público, ou ideologicamente a desnecessidade aparente do público;
- Os discursos das multinacionais ultrapassam e tornam obsoletas os Estados nacionais;
- O Estado de Bem-Estar produziu transformações da classe trabalhadora, a uma espécie de naturalização das conquistas e direitos, ao tornarem-se praticamente universais liberaram-se de sua base material da própria classe, com o abandono da militância.

O autor reflete que todo esse processo é a privatização do público. Mais do que a privatização das empresas estatais, a subjetivação descrita é a privatização da esfera pública, sua dissolução, apropriação privada dos conteúdos públicos e de sua redução aos interesses privados. Nesse sentido, a administração do Estado de Bem-Estar é a produção do consenso, que produziu a anulação política do dissenso.

A natureza do Estado Brasileiro no final da dos anos de 1990, quando se implanta o neoliberalismo no Brasil, só pode ser esclarecida à medida que se toma a leitura da totalidade. Isso posto, partiu-se da hipótese de que as políticas públicas em um Estado neoliberal, mesmo quando representam os anseios das comunidades e grupos sociais pobres menos favorecidos, são elaboradas para a conformação dos interesses dos detentores do capital. Conforme ressalta autora, “as pesquisas realizadas oferecem um panorama da ação política do Estado, da atuação da sociedade civil e da situação social e econômica da população submetida aos programas e projetos das políticas públicas estudadas, particularmente em Sergipe”. (SANTOS, 2015, p. 222).

Para Santos (2015) considerando a natureza de classe do Estado, as políticas públicas revelam as contradições existentes em suas formulações, na medida em que perpetuam a desigualdade social, no entanto, figuram como emancipadoras para aqueles que foram alvo de sua intervenção. As políticas públicas brasileiras carregam em seu conteúdo a característica da redução do público ao privado. O Estado, portanto, atua de um modo que o planejamento e a intervenção na economia asseguram os interesses particulares do grupo que o domina e constitui. Desse modo, o uso privado da coisa pública demonstra que as práticas e ações políticas são personificadas e revelam a estrutura do poder.

4.3. AS DISSIMULAÇÕES DO ESTADO NA NOVA ORDEM IMPERIALISTA DO CAPITAL

As determinações casuais e contradições internas à própria natureza do sociometabolismo do sistema do capital, a centrifugalidade competitiva incorrigível dessas determinações, a contínua demolição de obstáculos que se puserem em seu caminho, em seu irreprimível impulso de expansão e dominação global do capital, não podem ser contidas ou limitadas por qualquer fronteira. A centrifugalidade autoexpansiva de seu microcosmo reprodutivo e a própria direção autoexpansionista assume a forma de colisões interestatais, não importa quão destrutivas elas possam ser, chegando ao ponto de guerras mundiais vividas em nosso passado histórico (MÉSZÁROS, 2015).

Figura 31 - Hiroshima devastada por Bomba Atômica dos EUA na 2ª Guerra Mundial



Fonte: BORGES, 2014.

Atendendo as determinações do impulso de expansão e dominação global do capital, em um contexto pós a 2ª Guerra Mundial, de depressão econômica e ruína financeira, diante de cenários de devastação humana e atomização de cidades inteiras, como a realidade explicitada em Hiroshima (figura 31), se estabelece um novo reordenamento dos imperativos do capital. [...] “A Grã-Bretanha foi obrigada a abandonar a política de preferência imperial e o dólar foi estabelecido como norte do

sistema monetário internacional, a moeda reserva à qual todos as outras tiveram de se atrelar para fixar seus preços” [...] (ANDERSON, 2015, p.31), foi sob os escombros da guerra que os EUA representando o domínio das grandes corporações e rentistas oportunamente passaram a exercer um amplo espectro de dominação e hegemonia econômica e militar. Há, portanto, o estabelecimento de um novo imperialismo, todos os países tornam-se submissos aos seus interesses.

[...] para além de dominar o planeta, intensificaram-se tanto nas lutas sociais quanto a penetração difusa e desigual – porém estreitamente conectada – das relações sociais próprias capitalistas, ao ponto de o capitalismo tornar-se a forma da vida social, de maneira generalizada e profundamente assimétrica. Essa é uma diferença expressiva com relação ao século XX, quando a grande maioria da população do planeta vivia no mundo rural e controlava em grande parte os recursos diretos de existência (FONTES, 2010, p.13)

Breton Wood, foi palco simbólico da afirmação de Uma Nova Ordem Mundial, conforme ilustra a figura 32, países que comandavam o mundo se reuniram para reconstruir o mundo capitalista, redefinindo estratégias para dar estabilidade ao sistema financeiro mundial e ajustes para dar movimento ao capital, formalizando o pontapé inicial para uma nova escalada sem precedentes de expansão em escala mundial na penetração em todos os poros do microcosmos das relações sociais e esferas da vida privada.

Figura 32 - Reunião dos países em Breton Woods consagra a nova ordem mundial



Fonte: BARBOSA, 2014.

A Conferência de Bretton Woods, ocorreu nos marcos de uma assimetria de poder extraordinária. Enquanto a Europa estava destruída e a União Soviética contabilizava milhões de cidadãos mortos, os Estados Unidos não apenas não haviam sofrido qualquer ataque ao seu território continental, como tinham superado a depressão econômica detonada em 1929, e que se havia arrastado durante toda a década de 1930. Ao final da guerra, após o lançamento das bombas atômicas no Japão, os Estados Unidos emergiram indiscutivelmente como superpotência econômica, política e militar (PEREIRA, 2014).

Figura 33 - Propaganda em cartaz do Plano Mashall²⁷



Fonte: BARBOSA, 2014.

É inegável que os EUA alcançaram grande escalada na expansão e acumulação de capitais com a 2ª Guerra Mundial, com a guerra ocorrendo geograficamente em outro continente, assolando principalmente a Europa, o país ficou livre e “seguro”, com recursos naturais abundantes, empresários pudessem desenvolver seus negócios e banqueiros pudessem investir e injetar capital na produção abastecendo o déficit mundial por alimentos, mercadorias, tecnologias, armas e suprimentos de guerra. Para termos uma ideia desse crescimento, conforme

²⁷ Tradução do cartaz: Qualquer que seja o tempo precisamos caminhar juntos!

evidencia Perry Anderson (2015), até a 1ª Guerra Mundial o comércio dos EUA correspondia a menos de 10% do PIB, sendo que a maior parte de suas exportações era composta por matérias-primas e alimentos processados. Após a segunda Guerra Mundial o lema do Plano Mashall (figura 33) era: “qualquer que seja o tempo precisamos caminhar juntos!”, e seus investimentos na Europa chegaram a grandes cifras, há uma enorme quantidade capitais em busca de valorização, só na Alemanha os investidos alcançaram cifras de mais de 40 bilhões e Japão 12 bilhões em valores atuais, conforme dados apresentados por Navarro (2011).

A origem do imperialismo dos dias de hoje, não advém da mera escalada da disputa de poder e hierarquia entre impérios. Não é um título ou troféu do campeão na rivalidade do domínio de um país sobre o outro. Lênin (2011), definiu o Imperialismo como “etapa superior do capitalismo”, o estágio avançado da concentração e acumulação do capital em que passa a exercer o controle e dominação total sobre as nações e países por meio coerção econômica. Fontes (2010), em ***O Brasil Capital-Imperialismo***, elucida esse que a escala de acumulação atingida na virada do século XIX para o XX alterou o teor do capitalismo que passou a realiza sob a forma de imperialismo. Esse processo avança após a Segunda Guerra Mundial em saltos gigantescos na escalada da acumulação, novas determinações resultaram na disseminação do *capital - imperialismo*, termo que autora vai denominar para “o movimento peculiar ocorrido após a Segunda Guerra Mundial que aprofundou e alterou os traços fundamentais do imperialismo tal como formulado por Lênin” (FONTES, 2010, p.14). Segundo a autora, novas características do novo imperialismo resultariam exatamente de sua dilatação em nova escala.

Ellen Wood (2015), reflete no Livro ***Império do Capital***, que o projeto de hegemonia global dos EUA com o sistema Breton Wood vai criar um imperialismo de tipo novo. [...] A natureza específica do imperialismo capitalista norte-americano, e na prática do império capitalista [...] é operar o máximo possível por meios imperativos econômicos, e não pelo domínio colonial²⁸ direto. Nesse sentido, reflete a autora, a força extraeconômica do império capitalista bem como a dominação de classe é opaca. O capital exerce dominação sobre o trabalho sem impor um poder coercitivo

²⁸ Ellen Wood (2015), destaca que diferentemente dos EUA, o Império Britânico explorava a riqueza econômica de nações como a Índia via despotismo militar e de coerção via tributos, mais semelhantes aos imperialismos tradicionais que a uma hegemonia capitalista. A autora observa que [...] os EUA sempre que possível, preferiram evitar a dominação direta e se valer da hegemonia econômica – menos custosa, menos arriscada e mais lucrativa (WOOD, 2015, p. 11).

direto e facilmente visível, não há uma colonização direta, como antes agiam, uma vez que, ao contrário produz a manipulação velada de mecanismos econômicos que subordinam e mantêm os trabalhadores vulneráveis, desprendidos de meios de subsistência, tornando-os trabalhadores “livres” e submissos à exploração assalariada, sendo obrigadas a vender no mercado a sua força de trabalho.

Em um momento em que já se tem uma grande expansão do capital para todo as partes do mundo, é preciso se ter o monopólio e domínio de territórios, espaços de acumulação para espoliação do capital sobre o trabalho. O domínio e controle econômico e político do capital não se estabelece somente pela exploração do trabalho, mas também pela subordinação de formas não capitalistas que se tornam vulneráveis aos seus interesses.

Para Perry Anderson (2015) em ***A Política Externa norte-americana e seus teóricos***, o império dos EUA que tem seu início em 1945, tem uma longa pré-história. [...] Na América do Norte, de forma singular, as coordenadas originárias do império foram coetâneas da nação [...] (ANDERSON, 2015, p.13), e se assentavam conforme destaca o autor, na combinação: economia de colonização livre de qualquer impedimento feudal do velho mundo e com a forma mais pura de capitalismo nascente. Além do privilégio de uma geografia e economia sem paralelos, acrescenta-se os legados da cristalização de uma cultura imbuída de vocação divina que tem suas raízes na colonização puritana inicial, e de uma política republicana-democrática do livre mercado assentada em um repertório nacionalista em que o mundo deve ser a sua imagem e semelhança. Nesse sentido, sob a insígnia ideológica do Destino Manifesto, os EUA se afirmaram imperialmente como destinados divinamente a cobrir e possuir por inteiro países e continentes, levando, sob o princípio *Open Door*, a liberdade do capital e do livre comércio, vendendo bens e tornando tudo que pode mercadoria, valor de troca.

A retórica do expansionismo norte-americano havia previsivelmente projetado mercados no exterior como se fossem uma fronteira externa, com alegação de que, os produtos e investimentos norte-americano exigiam estabelecimentos fora do país que somente uma política do tipo Portas Abertas poderia garantir (ANDERSON, 2015, p. 19).

É neste contexto que se generalizam a as instituições internacionais que ganham relevo e substância no cenário político-econômico mundial. Surgem, desse

modo, o FMI e o Banco Mundial, que em Breton Wood será o seu berço embrionário, tornando-se a supremacia do poder político-financeiro dos Estados Unidos via política de disseminação e conservação do capital impostas segundo Pereira (2010), por meio de arranjos, correlações entre grandes empresas, fundações e governos e de preparação intelectual de dirigentes, apoiando-se em inúmeras e variadas imposições e sanções para a consolidação internacional do capital nos mais diferentes países.

As visões e propostas dos Estados Unidos foram decisivas para a criação e o desenho do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Nas décadas seguintes, seja por contingências históricas, seja por decisões organizacionais, tais instituições acumulariam recursos de poder que as destacariam entre as demais organizações internacionais forjadas no pós-guerra. Contudo, mais do que qualquer outro fator, a sua trajetória ascendente se escorou na supremacia internacional dos Estados Unidos, servindo para alimentá-la (PEREIRA, 2014).

O modo capitalista de imperialismo econômico é o primeiro imperialismo da história que não depende apenas da captura deste ou daquele território, ou da dominação de determinado povo. Dadas as necessidades do capital global, cabe a ele supervisionar todo o sistema global e mantê-lo subalterno e vulnerável à exploração. As condições impostas pelo capital internacional e por organizações como o FMI às economias em desenvolvimento, foram criadas para torná-las mais dependentes dos mercados globais e do capital estrangeiro. Países como Brasil que festejam sua independência, tornaram-se totalmente dependentes do capital internacional ao aceitarem abrir as portas aos empréstimos aceitaram também a dominação e a submissão aos seus interesses (WOOD, 2015).

Para Wood (2015) entender o imperialismo capitalista requer a compreensão das especificidades do poder capitalista e a natureza da relação entre a força econômica e extraeconômica desse sistema. Conforme já ressaltamos no início desse capítulo, o sistema capitalista é diferenciado por ser o único na história que consegue falsear e ocultar a separação entre o econômico e o político, mas o poder econômico do capital só pode existir com o apoio do Estado. A alegação de que com a mundialização do capital sem fronteiras o Estado territorial teria se tornado irrelevante é uma falácia.

[...] o Estado é hoje mais essencial mais do que nunca para o capital, mesmo – ou especialmente - na sua forma global. A forma política da

globalização não é um Estado Global, mas um sistema global de Estados múltiplos, e a forma específica do novo imperialismo vem da relação complexa e contraditória entre o poder econômico expansivo do capital e o alcance mais limitado da força extraeconômica que o sustenta (WOOD, 2015, p. 18).

Referendado ou incorporado institucionalmente nas políticas de Estado, correligionários do capital ditam a política econômica, penetrando nas Políticas Públicas de diversos países, como moeda de troca por concessões de empréstimos. Para tanto, o Estado é direcionado a assumir novos papéis e obrigações, numa combinação de políticas fiscais, monetárias, protetoras e de bem estar social precárias, para que se garantisse a via lucrativa dos mercados de consumo rumo à internacionalização da produção.

Os ajustes macroeconômicos centraram-se na contenção de dívidas, cerceando ou limitando acesso aos empréstimos os devedores do sistema financeiro internacional, principalmente à países da periferia endividados como o México e o Brasil. Para os países endividados, foi estabelecido o direcionamento das políticas de Estado ao arrocho salarial, ao corte de gastos sociais e redução dos investimentos públicos, necessário para assegurar o pagamento do serviço da dívida externa.

Temas como perdão da dívida e os custos sociais dos ajustes viraram verdadeiros tabus dentro do Banco Mundial, enquanto que as exigências dos credores embutidas nos empréstimos sobrevieram da incorporação de condicionalidades institucionais, simultaneamente, órgãos públicos de vários setores em diversos níveis de governo, com o objetivo de redesenhar por completo a ossatura material do Estado (PEREIRA, 2010).

Abrem-se as fronteiras do Brasil que se torna subordinado às transnacionais e de Bancos no exterior, principalmente norte-americanos, como o Grupo Banco Mundial, que indubitavelmente serviram para avolumar o domínio e expansão do capital financeiro. Neste contexto, as Políticas Públicas se estabelecem numa íntima imbricação de relações ideológicas, sociais e econômicas, em que grandes empresas, fundações, organismos não governamentais se unem amalgamados em torno de seus interesses para impetrar imposições e sanções, subsidiadas via Estado, revelando a dialética da relação entre os âmbitos nacionais e as instituições internacionais voltadas a imposição e a conservação da ordem do capital.

Com o discurso em nome da racionalização, da eficácia e da redução dos gastos públicos e da desregulamentação, tem-se a privatização dos mercados e do Estado, instituído pelo Consenso de Washington. Conseqüentemente, tem-se a aplicabilidade de uma política econômica de rentabilidade lucrativa, da maximização do mercado, através da diminuição do papel do Estado com a redução das ações sociais, que trouxeram à tona os oceanos de miséria (CONCEIÇÃO, 2005).

Segundo Netto (2008), a política conduzida por uma elite orgânica vinculados ao grande capital vem instrumentalizando diretamente via a ação do FMI, Banco Mundial e organismos para implementar as estratégias que lhes são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e direcionado aos chamados ajustes estruturais e medidas de menor abrangência.

Conforme a análise de Leher (2005), o Banco Mundial sustenta a ideia de um pós-Consenso de Washington, centrado na crença de que o fortalecimento da sociedade civil em nome da governabilidade sustenta-se uma nova concertação social. No âmago dessa nova orientação encontra-se a sociedade civil dos acordos e da conciliação entre as classes. Nesse novo desenho do Estado, um amplo espaço deveria ser aberto para as atividades públicas não estatais. O Estado deveria tão somente financiar, em parte, e avaliar “os serviços não exclusivos e competitivos do Estado” por meio de contratos de gestão e de parcerias público-privadas. Aqui, a esfera mais relevante é a sociedade civil e suas organizações (ONG's, Terceiro Setor, sindicatos, cidadãos, empresas-cidadãs etc.). É nesse contexto que as “reformas” da assistência social, devem ser inscritas. Com essa abertura para a esfera privada, o Estado poderia dirigir os seus esforços para as políticas macroeconômicas e, ao mesmo tempo, garantir uma feição humanitária ao neoliberalismo em benefício da concertação social.

[...] longe de um giro “progressista”, o Banco estava investindo na governabilidade em um contexto de crise estrutural profunda. As inúmeras sinalizações de apoio ao então candidato Lula da Silva, no Brasil, podem ser compreendidas nesse escopo (LEHER, 2003, p.132).

Para Martins (1986), esse cenário vem sendo consubstanciado desde meados da década de 1980. Na ausência de movimento político e de partidos na esfera da

luta camponesa o Estado se torna o agente da representação política dos interesses do campesinato, enfraquecendo a libertação do homem do campo, levando a sua dependência dos agentes estatais, em detrimento da sua afirmação enquanto sujeito político. Medidas políticas de caráter estratégico, organizadas e deliberadas para absorver a tensão nas áreas de conflito, destinaram-se a conter as crescentes pressões do campesinato na resistência contra o latifúndio e contra o avanço do capital no campo. As Políticas Públicas para o camponês são instituídas e mediatizadas pelo caráter anti-camponês, impedindo que os avanços das lutas pela terra venham a arremessar-se para além dos limites dos latifundiários e empresas capitalistas no campo.

No estabelecimento de políticas públicas os interesses do capital encontraram uma maior possibilidade de avanço das suas relações, e deste modo, a expansão da forma capitalista de produzir a terra, do mundo empreendedor, da exploração do capital, ao tempo em que o aprisiona numa teia de relações de seu sociometabolismo, ao mesmo tempo em que têm negado o seu modo de vida e de produção camponesa, baseado no valor de uso, contribuindo para a dissolução da sua sociabilidade e sua (re)produção, já que muitos camponeses e suas famílias tem se (re)produzido por meio apenas de relações da sociabilidade do capital, do valor de troca, na medida em que não mais produz para o seu consumo, produzindo apenas para a venda, colocando a terra como mercadoria. Esses sujeitos camponeses, que são guardiões de resquícios primitivos de povos originários de comunidades de produção social, estão sendo arremessados no cenário cada vez mais destruidor, fragmentador e fetichizado do mercado e da mercadoria, das perversas formas pauperizadas e precarizadas do capital.

Esse processo avança de forma ainda mais avassaladora com nova lógica acumulativa do capital conduzida pelas forças de liberdade econômica e política neoliberal, marcado por um período de grandes mudanças de ajustamento estrutural econômico, político e social. As principais reformas políticas e o ajustamento estrutural induziram profundos rebatimentos no campo da América Latina, identificada por novas relações dos camponeses e as forças do desenvolvimento capitalista.

Veltmeyr e Petras (2008) sinalizam os principais ajustes estruturais do capital: a privatização dos meios de produção social por meio de uma política nacionalista do Estado desenvolvimentista; a liberalização financeira e comercial, por meio de políticas intervencionistas e protecionistas (abertura da economia);

a desregulamentação e descentralização do Estado: enxugar o aparato administrativo do Estado, retirando sua responsabilidade no desenvolvimento socioeconômico e transferido para à sociedade civil, a exemplo das políticas de combate a pobreza do Banco Mundial;

As mudanças engendradas pelo Estado lançam mão de políticas públicas que se fundamentam nos direcionamentos do Banco Mundial O Relatório ***Brazil: The Management of agriculture, rural development and natural resources*** (BANCO MUNDIAL, 1994) consubstanciou concepções teóricas e imposições políticas e foi seguido como uma bíblia para guiar os direcionamentos do capital para o ajustamento de políticas de Estado aos ditames do Banco Mundial,

A exposição documento intitulado ***“Do Confronto à Colaboração Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil”*** (2000), produzido por Jon Garrinson, gerente do Escritório do Banco Mundial no Brasil, revela claramente que as intenções do Banco Mundial é o lançamento da sociedade civil sob a insígnia das organizações não-governamentais (ONGs), como precursoras da agenda social das políticas públicas no Brasil, atendendo deste modo, os interesses do setor privado e, particularmente, as fundações de empresas consolidando a já crescente aliança e parcerias com o Estado.

Trata-se de uma sociedade civil multifacetária, capaz e, de modo geral, bem-sucedida na organização e promoção do desenvolvimento em nível local. Embora as organizações não-governamentais (ONGs) sejam o segmento mais frequentemente mencionado nos documentos do Banco que versam sobre a sociedade civil, [...] como outros setores maiores como as associações comunitárias, movimentos sociais e associações profissionais desempenham um papel importante no denominado “Terceiro Setor” no Brasil [...] a agenda social que desponta no setor privado e, particularmente, as fundações de empresas e suas crescentes alianças com o governo na forma de projetos inovadores que estão sendo implementados pelo Conselho da Comunidade Solidária (GARRINSON, 2000, p.3).

Nesse sentido, as políticas de Estado sob o discurso ideológico de "ajuda aos pobres do campo", na verdade se constituíram como orgânicas aos interesses do capital. Criando novos desenhos societários, impulsionando novas articulações entre as burguesias locais e as forças da mundialização financeira, via novas formas de política públicas.

Os estudos de Pereira (2014), fazem um profundo mergulho no papel político, intelectual e financeiro do Banco Mundial como força dinâmica no agronegócio latino americano. É desse modo, que arregimentado sob os interesses do Banco Mundial por intermédio da sociedade civil que temos desde o final da década de noventa, a concretização de Políticas Públicas para o campo, que se direcionam ao espaço público para capitular os interesses do privado. Esse processo se concretiza na redução fictícia do papel do Estado que se concretiza somente para o campo do social, pulverizando políticas a política de Reforma Agrária, abandonando a desapropriação de terras, ao tempo o Estado se faz agigantado para fazer avançar o capital financeirizado e o agronegócio no campo adotando formas e mecanismos de mercado no sistema de compra e venda, entre os proprietários e demandantes de terras, de políticas de crédito; de modernização e desenvolvimento; de estímulo ao modelo do agronegócio.

No espaço agrário, os efeitos deste reajuste do capital ocorrem com a intensificação da penetração da forma capitalista de produzir, via a concentração/centralização de capitais através de investimento do capital industrial na agricultura. Este processo se intensifica a partir da reestruturação produtiva tutelada pelo Estado que cria condições necessárias por meio de incentivos a cadeias produtivas voltadas à produção industrial. A indústria via monopólio de compra da produção subordina as relações de produção e os camponeses e trabalhadores passam constantemente a serem submetidos à lógica da exploração engendrando uma série de relações entre o trabalho e o capital.

A expansão do capital no seu desenvolvimento desigual e combinado aprofundou ainda mais as desigualdades já existentes no espaço agrário brasileiro consolidando as estruturas de domínio da terra e do trabalho, historicamente estabelecidas pelos grandes grupos agrários dominantes, refletindo em conflitos e contradições compreendidas na totalidade das relações sociais existentes, no modo de produção capitalista. Neste contexto, o espaço agrário brasileiro/sergipano sofre várias transformações em sua estrutura, sob a ideologia do Desenvolvimento, que avoluma a pobreza e a miséria à medida que intensifica a expansão do capitalismo no campo. Esse modelo de desenvolvimento reforma o campo para ampliação da exploração revestido sob o organismo oficial de Estado, como um membro estendido do capital, produzindo um número significativo de programas com as mesmas

características e objetivos: manter sua aliança na garantia da acumulação ampliada de capital.

Acompanhando um modelo econômico agroexportador, vários programas governamentais federais são destinados ao campo, introduzindo novas relações de produção e de trabalho e conseqüentemente a intensificação da expansão do capitalismo em todo o espaço brasileiro. E uma série dessas políticas passa a influenciar o estado em Sergipe, no sentido de implementar projetos de “modernização” e “desenvolvimento” seguindo o modelo da política agrícola nacional voltado para as cadeias produtivas capitalizadas de exportação e expansão de empreendimento capitalistas no campo.

A inserção do campo sergipano no cenário mundial tornou-se possível, através das políticas de incentivos às cadeias produtivas integradas ao mercado, por meio da construção das rodovias, projetos de irrigação, incentivos creditícios e fiscais, além da construção de infraestrutura necessária à formação dos complexos agroindustriais e de novos empreendimentos empresariais. Soma-se a este processo o próprio movimento do capital que demandava áreas para promover investimentos, como exemplo a indústria de insumos, de fertilizantes, de maquinários que necessitavam de mercado, alterando profundamente o espaço geográfico para atender a grande demanda da mobilidade do capital e do trabalho. A estratégia da modernização é promovida e disseminada para atender a demanda da produtividade da agricultura agroexportadora, um processo que se consolida por meio de alteração no uso e na ocupação dos solos para garantir a expansão do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro.

É sob o constante apoio do Estado e de seus importantes mecanismos políticos, que hoje se configuram principalmente pela via das políticas econômicas, pela viabilização de toda uma estruturação espacial, de normatizações e legislações, de contenção militar e policial, mas principalmente pelas armadilhas das políticas públicas tidas como de inclusão social, que se garante a manutenção do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, afiança ao capital e a exploração do trabalho, a permanência da população num perverso círculo vicioso de miséria. Tem-se assim, o círculo vicioso da conservação do continuísmo no poder, como corolário dos grupos dominantes hegemônicos, no qual o mercado é a mola propulsora da transformação social. É desse modo que as Políticas Públicas para o campo passaram a incorporar novas estratégias, algumas modificações em termos de

concepção, estruturação, formas de implementação e incorporação de novos sujeitos objetos, no qual a produção camponesa, que sempre foi colocada à margem das políticas do Estado, passa repentinamente a ocupar um lugar estratégico nas novas/velhas táticas do capital via política de desenvolvimento rural brasileiro.

Não é ao acaso que o camponês torna-se um novo protagonista das Políticas Públicas, a ser construído de acordo com o discurso institucional enquanto um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil. Essa “inclusão” faz parte da ideologia do Banco Mundial e implantada pelo Estado e disseminada por amplas parcelas da intelectualidade ligadas ao setor rural, ao sugerir a integração necessária da unidade de produção familiar ao agronegócio. A lógica do agronegócio capitalista que não só domina e determina a economia rural brasileira, como também controla político-ideologicamente as estratégias e as políticas táticas do governo. Enquanto uma ação do Estado que age em favor da integração das unidades de produção familiares na economia do livre mercado, os quais seriam os sujeitos principais dessa revitalização econômica do meio rural, com o discurso falacioso de reverter os efeitos nocivos da política econômica de desenvolvimento agrícola extremamente excludente que historicamente privilegiou os grandes e médios produtores de monoculturas geralmente ligados à exportação de *commodities*.

5. CRISE DO CAPITAL: O ESTADO E AS NOVAS RACIONALIDADES DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA

Com a mundialização do capital a hegemonia Norte-Americana sob a forma do capital imperialista passou a determinar a geopolítica global, um remodelamento nas relações entre Estados-Nações e frações do capital produtivo e financeiro. O crescimento e amadurecimento das relações em vários setores da esfera da produção das grandes indústrias possibilitaram o avanço da concentração do capital e o crescimento do rentismo, sob o domínio das grandes corporações monopolistas. O entrelaçamento entre a produção e a finança se complexificaram a medida em que cada vez mais bancos passaram a mobilizar seus capitais na esfera da produção industrial e agrária engendrando transformações que vão desenvolver a esfera da circulação do capital financeiro, possibilitando aos bancos, na qualidade de credores, controlarem o crédito e dominarem via esfera especulativa, gestão e financiamento da atividade produtiva, regulando a economia e a política, invadindo toda a vida social, tornando-a financeirizada.

5.1. O ESTADO NEOLIBERAL: A FORMA POLÍTICA DO CAPITAL FINANCEIRO

Marx (2017), vai denominar de capital monetário, “o capital que se converteu em mercadoria, cuja qualidade é valorizar-se a si mesma e tem um preço fixo, que se expressa sob a forma de juros vigente em cada momento” (MARX, 2017, p. 500). É no capital portador de juros que a relação capitalista assume sua forma mais exterior e mais fetichista, aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro.

Na forma do capital portador de juros [...] aparece diretamente, sem mediação pelo processo de produção e pelo processo de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento. A coisa dinheiro, mercadoria, valor!, já é capital como mera coisa, e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si a uma coisa; depende do possuidor do dinheiro, isto é, da mercadoria em sua forma sempre intercambiável, se ele quer despendê-lo como dinheiro ou alugá-lo como capital. Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro. Consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo. Como no

caso da força de trabalho. O valor de uso do dinheiro torna-se aqui o de criar valor, valor maior que o contido nele mesmo. O dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado, o que constitui a forma de venda dessa mercadoria peculiar. Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como a de uma pereira é dar peras. E como tal coisa portadora de juros, o prestamista de dinheiro vende seu dinheiro. Mas isso não é tudo. O capital realmente funcionante se apresenta, conforme se viu, de tal modo que proporciona o juro não como capital funcionante, mas como capital em si, como capital monetário (MARX, 2017, p. 500).

Carcanholo (2013) vai denominar de capital fictício [...] “o capital que não é ilusório, mas, na verdade, é e não é real. [...] É o título que acredita o direito de apropriação de um rendimento regular, título que pode ser vendido a terceiros, que *aparece* para seus proprietários como um verdadeiro capital, e de fato é, é aceito como real no mercado” (CARCANHOLO, 2013, p.146), portanto, elucida o autor: ele é real e fictício ao mesmo tempo, o capital fictício é real quando seu movimento e sua ação na economia interferem verdadeiramente no processo de valorização, acumulação e reprodução do capital em geral, agindo no funcionamento e na lógica da economia das transações comerciais e atos mercantis, individuais e isolados, mas, é fictício do ponto de vista da totalidade da economia. [...] ele não é fictício; ele não é real. Essa é sua dialética.

A verdadeira existência do capital fictício, portanto, não trata-se de ilusão, quando percebemos que seu movimento e sua ação na economia interferem verdadeiramente no processo de valorização, acumulação e reprodução do capital em geral, no funcionamento e na lógica da economia (CARCANHOLO, 2013, p.146).

O capital fictício constitui juntamente aquela parte da riqueza nominal ou patrimonial, não constituída diretamente de bens reais, que se comporta como capital, isto é, que tem objetivo de valorização, seja como resultado da especulação, seja meramente como capital rentista remunerado exclusivamente pelos juros (CARCANHOLO, 2013, p.146).

A supremacia do capital financeiro sobre o industrial se expandiu se multiplicando nos principais mercados mundiais. A expansão mundial do capital financeirizado em busca de valorização passou a redefinir a política mundial, a economia, o mundo do trabalho e as antigas relações, a produção e organização

espacial e a expansão geográfica, (re)criando novas/velhas formas de subordinar a produção na cidade e no campo, por meios ainda mais perversos de exploração do trabalhador e camponês. Para que esse processo se realize “pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social” (CHESNAIS, 1996, p.25), sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado.

Esse processo de mundialização, caracterizado como a mais longa fase de acumulação, consolida-se via políticas de liberalismo econômico, de processos de privatizações, por meio de desregulamentações e desmantelamentos de conquistas sociais e democráticas conquistadas. Sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan, tornaram-se ações políticas indispensáveis tanto ao capital financeiro internacional e aos grandes grupos multinacionais, expandindo-se e explorando-se os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes fosse conveniente (CHESNAIS, 1996).

Perry Anderson (1995), define o neoliberalismo como um fenômeno distinto do liberalismo clássico. A sua hegemonia não se realizou do dia para a noite, nasce no contexto de Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar europeu, mas também crítica férrea do *New Deal* norte-americano. Os primeiros escritos na forma de texto surgem com Hayek (1944), um ataque contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado.

[...] texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria (ANDERSON, 1995, p.1).

Enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra se construía, as ideias neoliberais foram ganhando adeptos e se solidificando e se organizando socialmente em fundações como a Sociedade de Mont Pèlerin, composta por teóricos da intelligentsia capitalista como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi,

Salvador de Madariaga, entre outros. As ideias neoliberais passaram a ganhar força e terreno quando o mundo capitalista passa por uma grande recessão, com baixas taxas de crescimento, inflação, anunciando a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra.

A partir de meados dos 1970, o fim dos trinta anos gloriosos impôs uma grande mudança, as taxas de crescimento e produtividade decresceram em patamares cada vez menores a cada década, como consequência menos emprego e maior concentração e desigualdade. Em face a um cenário de recessões agudas o mundo capitalista avançado mergulhou num longo declínio. A partir dos 1980, conforme observa Perry Anderson (2017), as orientações políticas foram revertidas, os sistemas de Bem-Estar cortados, as indústrias e serviços públicos foram privatizados e os mercados financeiros, desregulamentados, num processo que começou no Reino Unido e nos Estados Unidos se expandindo rapidamente para a Europa. “Na Europa, ele adquiriu com o tempo uma forma institucional particularmente rígida: o número de Estados-membros do que se tornou a União Europeia (UE) multiplicou-se mais de quatro vezes, incorporando uma vasta zona de baixos salários a leste” (ANDERSON, 2017, p.3).

A década de 1970 marcou o fim de uma era de ciclos e o início da crise estrutural (MÉSZÁROS, 2015), tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade de se conter as contradições do modo de produção capitalista. Processo intensificado ainda mais com a competitividade internacional por mercados consumidores, suscitando uma onda de industrialização competitiva em ambientes novos, facilitado pelos incentivos estatais e por possibilidade de exploração ampliada de mais valia, uma vez que os contratos trabalhistas eram fracos ou inexistentes.

Entramos em um profundo esgotamento em que as formas de acumulação se realizam (ANTUNES, 2017). Para Mézáros (2009), [...] “difícilmente seria possível negar que algo significativamente novo está ocorrendo no sistema em seu conjunto”. [...] nos aproximamos de certos limites estruturais do capital (MÉZÁROS, 2009, p. 41). Para este autor, não estamos em uma crise cíclica tradicional, tampouco parece plausível atribuir sintomas identificáveis da crise à assim chamada onda longa, estamos saindo da crise cíclica (expansão e crise) e entramos em uma crise estrutural prolongada de conjunturas cíclicas.

Em 1973, tem-se instituída a primeira grande recessão do pós-guerra, obrigando as corporações a entrarem num período de racionalização da produção;

reestruturação e intensificação da exploração do trabalho; enquanto que a mudança tecnológica para a automação e a criação de novas necessidades de consumo, por meio de novas linhas de produtos e de nichos de mercados, leva a expansão geográfica em lugares onde o controle do trabalho, os encargos sociais são mínimos e a acumulação de mais valia é mais fácil de se realizar (HARVEY, 2009). Segundo análises de Harvey (2009), esse modelo produtivo já apresentava sinais de saturação, uma vez que: cada vez mais definha-se a queda de produtividade; a inflação começou a solapar o dólar e a rigidez dos investimentos de capital fixo a longo prazo promove a redução do poder norte-americano de regulamentar o sistema financeiro; de um lado, ondas de greves diante da exacerbada exploração do trabalho; de outro, a rigidez dos contratos trabalhistas atrapalhavam a acumulação de mais valia do capital.

A emergência da fábrica, a sua engenharia e modos operandi mediado pelo fordismo e toyotismo se expandiram a todos os cantos. A Europa, o Japão e vários países recém-industrializados desafiaram a hegemonia econômica dos Estados Unidos, ao ponto de levar à bancarrota o rígido sistema fordista e provocar a desvalorização do dólar. A competição internacional intensificou a disputa por espaço no mercado, enquanto o mundo capitalista ia sendo paulatinamente afogado pelo excesso de fundo de capitais buscando valorização.

Nas décadas de 1980 e 1990, para garantir o ciclo de reprodução, o capital implanta modelo produtivo da qualidade total, da informatização e atualização constante, no qual o trabalhador deixa de ser uma mera máquina executora de trabalho e passa a ter que pensar e fazer o trabalho permeado por relações com base na produtividade, competitividade e individualização, chegando a nível de exploração e precarização ainda maior. O regime de acumulação capitalista se consolida no processo de acumulação flexível, no modo de regulamentação social e política, por meio da diminuição do trabalho operariado industrial de base taylorista-fordista ampliando trabalho no formato da lógica toyotizada. Novo modelo de acumulação que exige uma rápida adaptação às novas condições do mercado ditadas agora pela financeirização da economia.

A nova lógica acumulativa do capital que traz consigo mudanças estruturais nas relações de produção; nos processos de trabalho; nos domínios da organização industrial; da política de Estado e da vida social. O mundo passa, portanto, por uma radical regulamentação e reestruturação, determinada por uma forma que proporcione

manter o regime de acumulação do capital intacto. Com o discurso em nome da eficácia e da redução dos gastos públicos e da desregulamentação, tem-se a privatização dos mercados e do Estado, a aplicabilidade da racionalização de uma política econômica na maximização do mercado.

Em um contexto de déficits públicos elevados, o Estado já não concilia políticas que garantam a possibilidade de expansão do capital e ao mesmo tempo garantir que os programas de assistência social se efetivem. A inflação leva a balanças comerciais negativas e a crise fiscal de recursos e de legitimidade do Estado, à medida que a sua ação na economia e nos gastos sociais diminuem.

A diminuição do papel do Estado, a redução das ações sociais, trouxeram à tona os oceanos de miséria. Neste viés, o Estado deixa de ser o agente direto do crescimento e passa a ser o elemento catalisador e impulsionador da sociedade civil e da empresa privada no combate à pobreza (CONCEIÇÃO, 2005). Esse processo se agrava quando se intensifica a extração e a precarização do trabalho em escala global. Como consequência dessa reestruturação produtiva, a precarização do trabalho, o capital passa a aniquilar as formas de resistência e arrefecer a luta política da classe trabalhadora.

Nesse contexto nas últimas décadas consolida-se a reprodução do sociometabolismo do capital como única via e se faz crer que o reino do individualismo e do particularismo estreito enquanto a única forma de se ter a liberdade. Esse mantra falacioso, disseminado como uma receita de bolo em livros de economia de qualquer seguidor do neoliberalismo defende a livre iniciativa e a não intervenção estatal na economia. Em nome da garantia da liberdade individual e do mercado, de alcançar a riqueza como uma conquista individual, impõe-se aos trabalhadores a viverem divididos e isolados, competindo entre si, condena-os a precariedade, no entanto, os empresários que tanto apregoam a saudável concorrência, de forma velada, por debaixo dos panos, interferem nas decisões do Estado. Os paladinos do Estado Mínimo se unem prontamente sempre para garantia das benesses e subsídios do Estado induzindo políticas para defender seus interesses.

Com discurso de que a dimensão do setor estatal, ser muito volumosa frente à esfera privada, há uma série de pressões desta em favor de um processo de privatização. A implementação do capitalismo monopolista de Estado é acompanhada geralmente de uma drástica redução dos chamados gastos sociais, coisa que no limite

adquire o caráter de um verdadeiro dismantelamento do Estado “benfeitor” (CUEVA, 2019).

Esse Mito neoliberal da eficiência capitalista, oposto ao caráter social público do Estado, os interesses privados conduzem a massivas privatizações. As privatizações são uma tentativa de salvaguardar o grande capital da crise e da baixa da taxa de lucro pela monopolização da economia e da precariedade social.

Não há qualquer evidencia que demonstre que as empresas privadas fornecem serviços de forma mais eficaz que as públicas; em contrapartida fizeram cair salários, degradar condições de trabalho, aumentar desigualdades. Na realidade, ao fomentar a criação de monopólios estão a subverter o próprio conceito de eficácia capitalista (CARVALHO, 2016).

Segundo Netto (2008), a política conduzida pelo capital vem instrumentalizando diretamente via a ação do FMI, do Banco Mundial e de organismos internacionais para implementar as estratégias que lhes são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais precários é enorme e direcionada aos chamados “ajustes estruturais”. O centro doutrinário, político, intelectual, operacional e financeiro disseminado e perpetrado pelas autoridades monetárias dos EUA e da Inglaterra, do FMI e Banco Mundial, passou a ser decididamente a promoção do enfoque neoliberal. O corolário explícito desse discurso era que o Estado se tornara excessivamente grande, ineficiente e intervencionista. Em especial, prescrevia-se como alternativa uma redução significativa do Estado, e o aumento do controle privado sobre a economia. Para tanto, conforme evidencia Pereira (2010), promulgou-se a realização de uma agenda coerente de reformas nas políticas comercial, cambial e agrícola voltadas para a promoção da liberalização comercial e da especialização produtiva para a exportação de bens primários.

5.2. O BANCO MUNDIAL: INSTITUIÇÃO MULTIFACETADA PARA A REPRODUÇÃO SÓCIOMETABÓLICA DO CAPITAL NO CAMPO

O banco e seus funcionários não devem intervir em assuntos políticos de nenhum membro, nem devem ser influenciados em suas decisões pelo caráter político do membro ou dos membros interessados. Somente considerações econômicas devem ser relevantes para suas decisões, e essas considerações devem ser ponderadas

imparcialmente (BANCO MUNDIAL, 1944, *apud*, PEREIRA, 2017, p.5).

Muitas das grandes decisões políticas e econômicas que afetam diversos países do mundo são tomadas na esfera privada, a esfera das grandes organizações financeiras internacionais, o FMI, a OMC, Banco Mundial, a OCDE, esses organismos internacionais, se infiltram nos bastidores do Estado como agentes políticos, intelectuais, e financeiros dos Estados-Nacionais devedores, comandando-os e formatando-os para atender determinados projetos do capital imperialista ligados a produção, circulação, serviços e principalmente as finanças.

No caso do Banco Mundial, as relações com os Estados Unidos, mais do que qualquer outro membro, foram e continuam sendo determinantes para o crescimento e a configuração geral das políticas e práticas institucionais da entidade). Em troca, foi o país que mais vastamente se beneficiou das ações do BM em termos econômicos, políticos e financeiros. Os empréstimos do banco, alavancam “a difusão e institucionalização de ideias econômicas e prescrições políticas sobre o que os governos dos Estados clientes devem fazer, e como, em matéria de desenvolvimento capitalista, nas suas mais diversas dimensões” (PEREIRA, 2014, p.14).

Os estudos de Pereira (2014), apontam que é a partir de 1980 que há o alargamento do mandato da entidade acompanhado por uma crescente politização, evidenciando cada vez mais a natureza política e intelectual nos empréstimos para ajustamento estrutural e suas inúmeras condicionalidades.

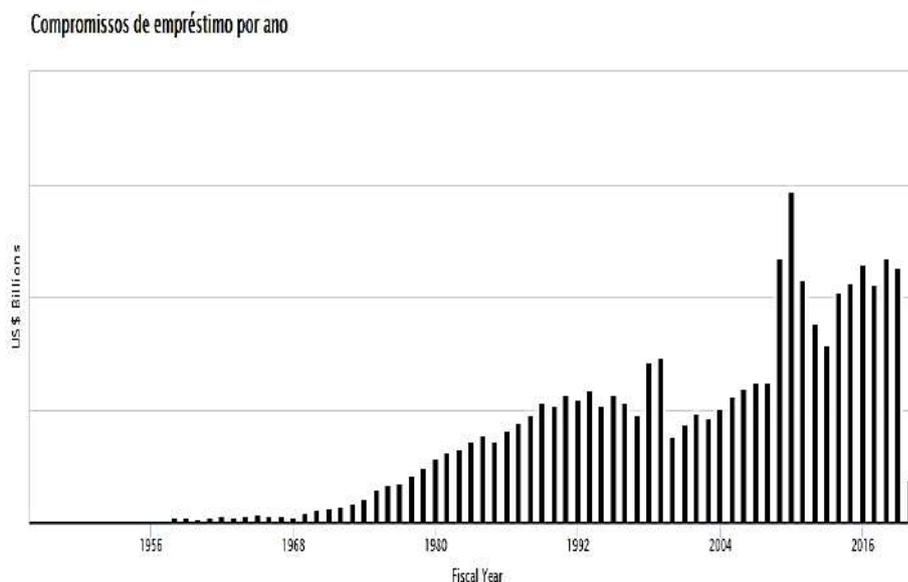
Conforme indica o próprio Banco Mundial (2019), a instituição possui 189 países membros, funcionários de mais de 170 países e escritórios em mais de 130 locais, o Grupo Banco Mundial é uma parceria global única: instituições que trabalham para soluções sustentáveis que reduzem a pobreza e geram prosperidade compartilhada nos países em desenvolvimento. O Grupo Banco Mundial é uma das maiores fontes de financiamento e conhecimento do mundo para os países em desenvolvimento, e sua influência financeira se evidencia, como podemos observar na figura 34, pela escalada crescente do volume de empréstimos ao longo dos anos de 1956 a 2016. Suas cinco instituições compartilham o compromisso de reduzir a pobreza, aumentar a prosperidade compartilhada e promover o desenvolvimento sustentável. Segundo o BM (2019), sua missão é acabar com a pobreza extrema: Reduzindo a parcela da população global que vive em extrema pobreza para 3% até

2030. Para promover a prosperidade compartilhada: Aumentando a renda dos 40% mais pobres de todos os países.

Figura 34- Operações de empréstimos do Banco Mundial 1956 - 2016

Resumo das operações do Banco Mundial

Principais indicadores de empréstimos do Banco Mundial



Vários estudos de Pereira (2010, 2014, 2017, 2018), estudioso sobre o papel político, intelectual e financeiro do BM no Brasil, analisam e refletem sobre as formas de atuação deste organismo são diversas. De forma sintética elencamos algumas de suas ações abaixo:

- Financiamento de países desde os que estiveram em recuperação do pós-guerra, aos pobres e considerados em desenvolvimento.
- Expansão para além dos setores tradicionais de infraestrutura, energia e transporte, o Banco Mundial ampliou e diversificou imensamente as suas áreas de incidência e passou a abranger também na política econômica, educação, saúde, habitação, meio ambiente, administração pública, desenvolvimento urbano e rural, políticas fundiárias e reconstrução nacional pós-conflito.
- Atua em diversas áreas e setores, principalmente na construção e reconstrução de Estados endividados, comandando politicamente a administração pública e econômica, interferindo desde setores originais como

infraestrutura e energia, bem como agricultura, educação, saúde, meio ambiente, habitação, desenvolvimento rural e urbano.

- Assegura contra riscos “não comerciais” a empresários e investidores, cobrindo um leque amplo desde desapropriação de bens, descumprimento unilateral de contrato por órgãos públicos, restrições à repatriação de lucros, a mediar conflitos relativos a investimentos entre investidores estrangeiros e governos receptores, guerras e conflitos civis.
- Produção intelectual: estudiosos produzem discurso científico ideológico da agricultura capitalista, do desenvolvimento, da produtividade e do progresso subscritos em relatórios e pesquisas que entoam medidas para a manutenção dos conflitos sociais.
- Assessoria técnica age em favor das empresas de tecnologia indústria de maquinários agroindustrial, de insumos e sementes e impõe pacotes tecnológicos de uma modernização destruidora assentados na ideologia da máxima produtividade a custo da máxima exploração da terra.
- Articulação entre setores públicos e privados na esfera da sociedade civil para referendar e institucionalizar as relações da forma mercadorista. Mediação dos bancos entre Estado, organizações internacionais, agências bilaterais, ONG's, empresas, firmas de consultoria.

O Banco Mundial se auto proclama ser “a maior fonte de assistência à reconstrução e ao desenvolvimento das nações”. Há mais de meio século, sucessivas missões visitam numerosos países, negociam as condições para efetuar empréstimos, diagnosticam problemas e propõem soluções, estabelecem diretrizes e metodologias para as políticas públicas. Assim, muitas iniciativas dos Estados nacionais são inspiradas, financiadas e monitoradas, em detalhes, por um organismo multilateral. Na América Latina, onde o Banco Mundial opera desde 1949, persistem os desafios para constituir nações soberanas. A histórica concentração da terra, a fome e a pobreza crescentes, a extrema desigualdade social, a migração de vastos contingentes do campo para as cidades, a dominação política de potentados rurais, entre outros problemas, desqualifica os trabalhadores como cidadãos (MARTINS, [S.l]).

Fontes (2010), salienta que se trata de uma relação desigual, na qual se consolida o domínio de uma determinada forma de capitalismo, do domínio dos Estados Unidos sob Estados nos quais vivemos. A evidência gritante da dominação externa é o papel de indutor de políticas e ponta de lança do governo dos Estados

Unidos, em sua ingerência direta e indireta sobre os demais países subalternos, com enorme capilaridade da influência política, econômica, intelectual e cultural, como condutoras da ação política do Estado nos diferentes países. Destaca a autora, que no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as permanentes dívidas com o BM possibilitaram que pautas e agendas do banco ao longo das últimas décadas fossem internalizadas, expressando-se nas políticas setoriais. A compreensão do Estado contemporâneo, portanto, exige avançar não apenas na evidência da penetração de capitais e da enorme influência estadunidense, mas numa crescente reconfiguração dos próprios Estados. Segundo a autora, as análises de Antonio Gramsci sobre as contraditórias formas de ampliação do Estado e as contribuições de Poulantzas sobre a penetração no Estado dos interesses compósitos de burguesias imperialistas e ao mesmo tempo subordinadas nos convocam a aprofundar a reflexão sobre as mediações existentes entre o processo contemporâneo de reprodução do capital, os agenciamentos interburgueses e a forma da política contemporânea (FONTES, 2010).

Os caminhos da dominação externa, exercidos pelo papel do Banco Mundial, são múltiplos, a começar pelas permanentes dívidas com ele contraídas (além de outras instituições financeiras internacionais) e continuando pela enorme capilaridade da influência política, econômica, intelectual e cultural nos diferentes países. No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as pautas e agendas estabelecidas pelo Banco Mundial ao longo das últimas décadas foram internalizadas, expressando-se nas políticas setoriais e como condutoras da ação política do Estado (FONTES, 2010, p.9).

As maneiras pelas quais tal domínio se exerce são diversas, conforme explicita Fontes (2010): as estratégias implícitas nas formas de financiamento, as definições de diretrizes, a definição dos “valores” que devem presidir as políticas sob princípios “racionalizados”, nos quais os bens sociais, por serem escassos, devem ser focalizados, e rentabilizados, estimulando-se extensas séries de privatizações. [...] fica evidente quais pautas e como foram integradas às políticas nacionais os diagnósticos e prognósticos do Banco Mundial, convertidos ulteriormente em políticas governamentais e, bem além disso, em reconfiguração dos próprios Estados (FONTES, 2010, p.10).

Nesse direcionamento, é que se compreende o discurso do desenvolvimento a partir dos anos de 1980, na reflexão sobre o processo histórico – social que faz o

Banco Mundial a “instituição chave para o ajuste estrutural e o seu papel veiculador da ideologia do desenvolvimento sustentável expressa no uso do território para a exploração capitalista como manifestação do desenvolvimento regional (SANTOS, 2007, p. 1).

As Políticas Públicas, principalmente as fomentadas pela política neoliberal do Banco Mundial na América Latina, se especializam a partir de transformações no campo para a (re)produção do capital no campo, impondo à produção camponesa e aos trabalhadores, sejam Mexicanos ou Brasileiros, as mesmas consequências sociais das conexões entre o capital e o Estado: reconfiguração de terras e territórios para novas/velhas formas de exploração do trabalho.

A compreensão da realidade brasileira e mexicana demonstra que a produção, organização e dinâmica do espaço agrário Latino Americano vem sendo (re)definidos no campo, desde que o capital agrário, industrial e financeiro passaram a explorar a terra como fundamento para acumulação; produzindo e organizando a estrutura social, espacial e territorial necessária a plena reprodução ampliada do capital. As consequências do avanço do processo de expansão do capital no espaço agrário mexicano afetam a unidade de produção camponesa e aprofundam a exploração do trabalho, os mecanismos e mediações do Capital e do Estado colocam a terra como mercadoria promovendo o processo paulatino de subsunção do camponês e do trabalhador.

No México, uma complexidade de relações permeadas por mudanças e transformações em seu espaço agrário se estabelecem a partir da implementação de políticas públicas financeirizadas vêm sendo introduzidas desde os anos de 1990 pelo Banco Mundial como promotoras de desenvolvimento no espaço rural.

Sem a pretensão de estabelecer análises comparativas entre países particularmente da América Latina, o Brasil e o México, com contextos tão distintos em muitos aspectos, nosso intuito e pretensão é demonstrar que mesmo possuindo singularidades temporais, geográficas, social-econômico-político diferenciados, há uma universalidade que o capital engendra na complexa questão agrária que se desdobra nos dois países, a partir da dimensão política dos processos sociais perpassadas no conjunto das relações entre o Capital-Estado-Trabalho.

Apesar das particularidades e singularidades que caracterizam contextos sócio espaciais diferenciados em vários países da América Latina, países como o México e o Brasil vem recebendo reformas estruturais concebidas com o intuito de abrir as

economias para a incursão das forças de mercado e das organizações financeiras. Desde o final da década de 1980 e início da década 1990, a crise do capital e a expansão da financeirização da economia mundial condenou aos países periféricos a avassaladora e perniciosa (des)regulamentação das fronteiras nacionais, advindas a partir da emergência do neoliberalismo, garantindo a flexibilização das fronteiras para a mobilidade de capitais em direção ao espaço agrário.

No México a abertura ao mercado mundial e capital financeirizado no espaço agrário se aprofundou com entrada do país no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), permitindo que grandes corporações americanas e estrangeiras passassem a lucrar com o controle da distribuição e circulação de gêneros agrícolas consumidos no país e incorporassem a renda capitalizada da terra, a partir da territorialização ou da monopolização, sujeitando o espaço agrário à reprodução ampliada do capital em escala mundial.

Conforme salienta Lima (2014), fruto dos tempos da Revolução Mexicana, em que fora realizada no país a Reforma Agrária, o México por muito tempo pode contar com uma fonte própria de abastecimento interno, derivada majoritariamente da produção camponesa. A Reforma Agrária conferiu aos camponeses mexicanos a posse e domínio de metade do território do país, além de terras comunais e ejidos e apesar da previsão constitucional de existência de parcelas de terras com fins comerciais, o Estado impôs limites territoriais à propriedade privada da terra e ao mercado fundiário, assegurando constitucionalmente, a ocupação das terras pelas famílias camponesas, permitindo de forma limitada ao setor empresarial as parcelas de terras não ocupadas por bosques e pastos. Nesse sentido, por longas décadas, “as grandes corporações radicadas no México ou estrangeiras foram impedidas de se territorializar ou de lucrar com a renda capitalizada da terra” (LIMA, 2015, p. 250).

A inscrição do México no TLCAN levou à extinção de barreiras alfandegárias dos produtos estrangeiros, abrindo as portas para as importações dos grãos subsidiados dos Estados Unidos, vulnerabilizando a diversidade da produção alimentar interna camponesa mexicana, afetando o comércio interno de regiões tradicionais, levando a mobilidade do trabalho milhares de camponeses e trabalhadores, ampliando a exploração do trabalho nas indústrias e serviços urbanos, aprofundando e expandido a pobreza no campo e na cidade.

Tan solo con la apertura agropecuaria del TLCAN en México, se ha incrementado la pobreza que alienta la migración, pérdida de la diversidad genética y destrucción de la naturaleza. El TLCAN suprimió paulatinamente muchas leyes que preservaban derechos fundamentales de los trabajadores y campesinos y el campo mexicano ha sucumbido bajo la competencia desleal de los productos subsidiados norteamericanos, que han inundado los mercados nacionales (CÉSPEDES, 2017, p.2).

Lima (2015), explicita que a expansão do capital no campo, desde o advento do TLCAN firmou-se no México os distritos irrigados de agricultura empresarial, com vultosos apoios creditícios do Estado mexicano, que tem se especializado na oferta de milho, desbancando as regiões tradicionalmente ocupadas pela produção camponesa do cereal. Os autores Jonathan Fox; Libby Haight (2010), refletem que a política agrícola no México é prioritária aos grandes agricultores empresariais, relegando aos camponeses aos programas de assistência social, alvo de políticas compensatórias focalistas.

No Brasil, as últimas décadas tem se intensificado alterações no processo de intervenção das Políticas Públicas no campo via políticas de desenvolvimento rural e combate à pobreza, com a participação decisiva do Banco Mundial, grupos multilaterais hegemônicos, bem como dos lobbies dos grandes empreendimentos e dos agentes financeiros, que se sustentam pela via institucional do Estado, enquanto estratégia que assenta as bases de um novo padrão de desenvolvimento capitalista no campo, voltadas somente à questão agrícola, concentradora, setorial e produtivista que caracteriza o modelo de desenvolvimento agrícola vigente em boa parte da América Latina.

5.3. OS REAJUSTES DAS VELHAS/NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DO CAMPO

A expansão do capitalismo no campo a partir do processo de industrialização, da modernização da produção agrícola, e posteriormente da política neoliberal redefiniu o papel do Estado nesse processo. Móvel aos interesses do capital, as Políticas Públicas vem sendo reconfiguradas e implementadas no campo provocando profundas e irreversíveis transformações no e do espaço agrário brasileiro, bem como,

tem redefinindo novas relações de expropriação do trabalho e da luta de classes, de processos de regulamentação da produção e do Estado, redefinindo antigas relações e ao mesmo tempo criando novas estratégias para a intensificação dos mecanismos subumanos de exploração do trabalho na cidade e no campo. O avanço dessas novas relações capitalistas promovem em parceria com o Estado mudanças significativas nas relações sociais e conseqüentemente no espaço geográfico, no qual a organização espacial e a expansão geográfica se tornam produtos necessários para o processo de centralização e acumulação capitalista, criando e recriando processos geográficos desiguais.

Conforme Pereira (2010), as políticas sintonizadas com o neoliberalismo, assentadas em um modelo de desenvolvimento excludente que oferece como única alternativa a inserção de alguns produtores às cadeias produtivas dominadas por grandes empresas internacionais de alimentos e de insumos agropecuários. No campo, os efeitos do reajuste do capital financeirizado via políticas de Estado sob o discurso hegemônico comandado pelo Banco Mundial tem intensificado a penetração da forma capitalista de produzir, aprofundando a concentração/centralização de capitais através do apoio irrestrito ao capital industrial na agricultura, no qual propala-se o agronegócio como a única alternativa para o campo.

Em sintonia com esse reajuste, as políticas de Desenvolvimento Rural com o discurso de primazia no combate à pobreza, na definição de suas linhas e estratégias, afirmam promover atividades produtivas e desenvolvimento social em várias regiões rurais, diversificando as atividades produtivas no campo, incluindo atividades não-agrícolas, com o discurso de melhorar a produtividade, rentabilidade, competitividade, renda e emprego da população rural. Na prática, o avanço do capital no campo sob a personificação da ação do Estado via políticas de desenvolvimento, tem se apropriado dos espaços de miséria, por meio da mitigação da pobreza via Políticas Públicas, utilizando-se do discurso ideológico que promete combater a pobreza pela inserção aos ditames da mesma economia que é a causadora da miséria.

A medida que o crescimento econômico se torna ainda mais concentrador, o Estado agente e força regulatória do capital imperial, passa a mediar os conflitos gerados pela desigualdade e formas de exploração do capital, assentado na administração das políticas de funcionalização da pobreza, uma vez que ao invés de agir para dirimir as condições históricas de desigualdade, as mudanças engendradas

pelo Estado tornam-se um artifício na manutenção da reforçar esse quadro. Trata-se, portanto, de uma série de Políticas Públicas que surgem da articulação de certos intelectuais, políticos, alguns sindicatos, ONG's, instituições e organismos internacionais como a FAO, o BIRD, o Banco Mundial, grupos empresariais, Bancos etc., com o objetivo de inserirem a unidade de produção familiar camponesa e os trabalhadores rurais no mundo precário do mercado, tornando-os altamente subordinados ao capital agrário, industrial e financeiro.

As Políticas Públicas direcionadas ao espaço agrário brasileiro se ajustaram estruturalmente às premissas do mundo neoliberal, às novas necessidades de expansão do capital do mundo globalizado (VELTMEYER; PETRAS, 2008). Políticas Públicas que se fundamentam assentadas nos direcionamentos do Banco Mundial, via ajustamento do Estado aos ditames do capital financeiro e grandes corporações, concepções teóricas e imposições políticas, que têm subsidiado a sua intervenção política. Para atender os interesses do capital financeirizado, há a imposição de um reordenamento estrutural e espacial, bem como, ajustamentos políticos e ideológicos que se travestem de atendimento as demandas sociais, ao tempo que atendem as demandas das necessidades de expansão do capital no campo. Nasce assim, as políticas públicas para os sujeitos sociais do campo. Estas políticas focalizam em combinar políticas pró-crescimento com uma nova política social centrada no pobre, com discurso de dirimir desigualdades via desenvolvimento, geração de emprego e renda, a homilia do mercado e seu empreendedorismo tornaram-se os pilares da transformação social.

Destarte, temos a concretização de Políticas Públicas para o campo, mediante a difusão da concepção de alívio da pobreza rural, da substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural, do fortalecimento do agricultor familiar e da negação da existência do camponês, assim como a implementação do Mercado de Terras. É desse modo que as Políticas Públicas para o campo passaram a incorporar novas estratégias, algumas modificações em termos de concepção, estruturação, formas de implementação e incorporação de novos sujeitos objetos, no qual a produção camponesa, que sempre foi colocada à margem das políticas do Estado, passa repentinamente a ocupar um lugar estratégico nas novas/velhas táticas do capital via política de desenvolvimento rural brasileiro.

O discurso institucional torna o sujeito camponês objeto de um “novo” protagonista das Políticas Públicas, a ser construído enquanto “um novo paradigma

de desenvolvimento rural para o Brasil”, (PRONAF, 1996, p. 14). A ideologia implantada pelo Estado e disseminada por amplas parcelas da intelectualidade ligadas ao setor rural, ao sugerir a integração necessária da unidade de produção familiar ao agronegócio. Desde meados de 1990 novas teorias surgem e com elas ressurgem um debate entre os que pautam o embate entre a questão agrária e a importância da existência e da permanência do campesinato, no entanto, a ampulheta que norteia o debate, o desenvolvimento do campo e a permanência do camponês se distanciam de uma ruptura com a cerca e o arame, da desapropriação do latifúndio, da reforma agrária, das formas de subsistência na sociabilidade da relação homem-natureza, à medida em que caminha em direção ao cenário da lógica do mundo livre do capital, das relações de exploração capital-trabalho, do assalariamento, da integração de tecnologias conservadoras e nocivas, da exploração da terra como mercadoria que em nada altera as desigualdades, muitas vezes aumentam.

Advinda como uma nova categoria, capitaneada pelos impactos da abertura comercial e determinada pelo modelo hegemônico do capital, a Agricultura Familiar surge no contexto do Novo Mundo Rural. O agronegócio na sua lógica concentradora de terras, de tecnologia e de riquezas tem expropriado milhares de famílias e intensificado o desemprego no campo. Intensificando a precarização do trabalho através da superexploração das horas de trabalho. “O modelo do agronegócio tem contribuído para a baixa qualidade da alimentação, principalmente pela expansão da monocultura com uso cada vez maior de agrotóxicos e recentemente na produção de alimentos transgênicos” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 2)

As teorias pautadas na premissa do “Novo Mundo Rural” da “Urbanização do campo” do “Pluriativismo”, se tornaram referência entre os defensores do desenvolvimento do rural. Entre os intelectuais que coadunam com esse pensamento, destacam-se Ricardo Abramovay (2003), Graziano Silva (2004), Sérgio Schneider (2004), sugerindo os caminhos do Estado no desenvolvimento e consolidação de Políticas Públicas via modernização e incorporação de tecnologias, fortalecimento de relações não-agrícolas por meio da inserção de relações com o mercado e empreendedorismo como possibilidades de superação dos sérios problemas sociais existentes no campo brasileiro. Deste modo, uma série de argumentos teóricos passam a diferenciar e anular o camponês, substituindo esse sujeito histórico pelo termo “Agricultor Familiar”. Sob o mantra da possibilidade do desenvolvimento e do capital social, desde a década de 1990 essas teorias tornaram-se guias para a

realização das ações do Estado voltadas a propalar a ideologia do Desenvolvimento Rural via a territorialização do capital no campo.

[...] Os últimos anos vêm mostrando fontes de desenvolvimento associadas não só à manutenção da integridade ambiental e paisagística das regiões interioranas, e uma imensa capacidade de organização para fazer destes atributos as bases da geração de ocupação e renda. A explosão do ecoturismo e do turismo rural é apenas um exemplo deste processo.

[...] o rural cada vez menos se associa ao estritamente agrícola. E o agrícola cada vez mais será marcado por exigências de qualidade, de distinção e de atributos ligados à localização e aos conhecimentos de cada região. [...] Estes novos atributos tornaram equivocadas as previsões de que o rural acabaria conforme avançasse o processo de desenvolvimento. Assim como nas cidades não existem apenas indústrias, no meio rural, tampouco, não há só agricultura e agricultores (ABRAMOVAY, 2003, p.4).

A pequena agricultura é parte de um todo, de um sistema, em que a agroindústria e a pluriatividade são fundamentais. São três sistemas interconectados: cadeias agroindustriais, industrialização difusa e prestação de serviços. Eles não funcionam como centros urbanos típicos, mas também não são áreas rurais de agricultura (SILVA, 2000, p. 167).

A agricultura torna-se, portanto, uma atividade de tempo parcial, para consolidar-se em um espaço que deve integrar-se a todos os setores da economia, salientando a importância da pluriatividade como geradora de emprego e renda e amenizadora de desigualdades. Esses estudiosos apostam nos caminhos da modernização, do desenvolvimento e da integração ao mercado como possibilidade de superação dos profundos problemas existentes no campo brasileiro. Para tanto, é proposto que sejam substituídas as políticas agrárias, que já eram mínimas pelo acesso à terra, fruto da reforma agrária, e deixassem de ser o pilar de sustentação para a solução da desigualdade social no campo, para surgir em seu lugar a reforma agrária de mercado e as políticas de inclusão. A integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias.

[...] Para além de ser uma estratégia familiar e individual de reprodução social, a pluriatividade poderá contribuir de forma decisiva para ajudar a solucionar dificuldades e restrições que afetam as populações rurais,

tais como a geração de emprego, o acesso à renda e sua estabilização, a oferta de oportunidades para jovens, entre outros. [...] sugere-se analisar as relações entre pluriatividade e desenvolvimento rural a partir do debate mais geral sobre as formas de incrementar a autonomia dos agricultores e os modos de ampliar a sustentabilidade dos modos de vida e nos territórios rurais (SCHNEIDER, 2009, p.7).

O grande problema é que ainda hoje as políticas agrícolas e agrárias são desenhadas para agricultores "full time", ou seja, para as famílias que dedicam todo o seu tempo às atividades agrícolas internas ao seu estabelecimento. O não alargamento das diretrizes de políticas públicas impede o acesso dos pluriativos às políticas para o setor, e conseqüentemente com a omissão do poder público para com esse segmento crescente de agricultores (SILVA, 2000, p. 167).

Esses autores partem da premissa que a produção familiar representa atraso, o que defendem na realidade, não é a modernização da produção gerada pelo trabalho do camponês, mas a incorporação do trabalho na subordinação formal e real do capital (CONCEIÇÃO, 1991).

A real intenção teórica, histórica, política e ideológica é de que não há lugar no mundo moderno (para ele pós-industrial) para os camponeses” (OLIVEIRA, 2004, p.46). Conforme destaca o autor, novos discursos e novas políticas das diretrizes da intensa mercantilização do campo, tentam negar a evidência histórica da existência do camponês e buscando torná-lo um “nada” social. Como alvo a ser apagado, enquanto um novo sujeito que surge em seu lugar, forjado sob uma nova categoria de agricultor, ganhando um novo significado e um novo conteúdo ideológico no contexto agrário.

Portanto, analisar o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista, em particular no Brasil, torna-se fundamental. É preciso descortinar a lógica e os discursos da normativa neoliberal que disseminam a racionalidade do empresário de si mesmo, no qual muitos autores afirmam que a única via possível para esse sujeito “atrasado” sobreviver é o inserindo e o integrando ao mercado, se modernizando e subordinando a forma mercadoria do valor de troca do capital. Nesse sentido, refletir sobre o campesinato ganha renovada atualidade ao mesmo tempo em que emergem novas questões envolvendo a relação contraditória entre as condições materiais de (re)produção de sua existência e as relações de subsunção ao capital.

6. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A (RE)CONFIGURAÇÃO DE TERRAS E TERRITÓRIOS.

Sob o imperativo do capital financeiro, da expansão da forma mercadoria e do agronegócio, dissemina-se uma série de transformações no espaço agrário com o propósito da conversão das formas não capitalistas de produção, em território do capital, intensificando desigualdades, fome e degradação humana, de terras e territórios.

6.1. AS ENGRENAGENS DO CAPITAL FINANCEIRO NO CAMPO

Desde meados de 1990, as Políticas Públicas estão embutidas em um projeto, um modelo próprio do capital. Esse modelo de desenvolvimento passa a ser permeado pelo discurso de combate à pobreza por meio de relações com o mercado, do acesso ao crédito e a políticas empreendedoras. As Políticas Públicas são alicerçadas em profunda e íntima parceria principalmente com o Estado e aparelhos de disseminação do desenvolvimento capitalista no campo, revelando a íntima conexão entre produção científica, grandes empresas, fundações, governos e instituições como o Banco Mundial na promoção, “no apoio e na generalização de uma agricultura capitalista, impregnada de tecnologia e defensivos, devoradora de terras e de vidas” (PEREIRA, 2010, p.22).

Conforme Pereira (2018), a atual política agrária (ou “política de terras”) do Banco Mundial, versa via dois objetivos centrais: a) aliviar seletivamente a pobreza rural, especialmente em situações onde as tensões sociais no campo possam atingir níveis preocupantes para a segurança do capital privado e/ou a manutenção da ordem política vigente; b) mercantilizar o acesso à terra, por meio da mudança neoliberal do aparato regulatório, de modo a favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, estimular o investimento privado na economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas pontuais do campesinato ao circuito agroindustrial, comandado por grandes e médias empresas. Adverte o autor, que esse tema não deve ser tratado como uma discussão meramente “rural”, pois essa política agrária foi desenhada e vem operando dentro dos marcos estabelecidos pelas políticas de ajuste e pelas reformas estruturais capitaneadas pelo dueto FMI-BM.

Enquanto o crescimento econômico torna-se ainda mais concentrador, o Estado, agente e força regulatória do capital passa a agir na administração das políticas de funcionalização da pobreza. As mudanças engendradas pelo Estado tornam-se um pernicioso arquétipo a reforçar esse quadro. Trata-se, portanto, de uma série de Políticas Públicas que surgem com o objetivo de inserirem a unidade de produção familiar camponesa e os trabalhadores rurais no mundo precário do mercado, tornando-os altamente subordinados ao capital agrário, industrial e financeiro.

Ocorrem mudanças no processo de intervenção das políticas públicas para o campo, que passam a fornecer linha de crédito especial para o camponês por meio do PRONAF – Programa de Fortalecimento da Produção Familiar. Esse conjunto de políticas públicas vem sendo visto por muitos intelectuais que discutem a questão agrária como uma forma de possibilidade de transformação no campo, como promotor de desenvolvimento rural e alternativa de mudança na configuração da exclusão e da pobreza do espaço agrário. No entanto, há os que analisam o contraditório dessas políticas públicas, questionando em que medida a política pública somente fornecendo créditos produzem a melhoria da renda e a permanência da produção camponesa, apontando o avanço da forma agricultura intensiva, aumento ainda maior da concentração fundiária, intensificando o êxodo rural e o assalariamento do pequeno produtor.

Nessa premissa, o espaço agrário brasileiro/sergipano vem sofrendo várias transformações, via injeção de políticas de desenvolvimento, de créditos, sob a ideologia do agronegócio, enquanto símbolo da modernidade e da produtividade no campo. Com claros objetivos de versar no direcionamento da produção de um amplo leque de programas e Políticas Públicas que conformam a Política de Desenvolvimento Rural, generalizando deste modo, uma forma ideológica de produção do espaço agrário, cuja lógica penetra com toda força nas Políticas Públicas, promovendo a expansão do capital.

Conforme destaca Silva (2014), o capital financeiro adentra no campo via:

1. Sistema de crédito no financiamento da produção
2. Na apropriação da mais valia gerada pelo sistema produtivo

3. Aumento da produção excedente
4. Possibilita maior velocidade de reprodução do capital
5. Implementa políticas neoliberais de subsídios do Estado para a produção capitalista

Apoiada na intervenção do Estado via políticas de financiamento do Banco Mundial, privilegiadoras do capital financeiro e das grandes cadeias agroindustriais, tem-se estabelecido no estado de Sergipe a implantação de infraestrutura e Políticas Públicas que passam a subsidiar o estabelecimento do monopólios da produção de cultivos atrelados a *commodities* e as cadeias agroindustriais, gerando a subsunção do trabalho e da terra camponesa ao capital, com destaque para as políticas de crédito, os pacotes tecnológicos modernizadores, assistência técnica, pesquisa agropecuária e extensão rural, que propiciaram significativos ganhos de produtividade, sobretudo, a partir da década de 1980, ocasionando profundas mudanças no processo produtivo apresentado até então, avançando de forma contundente nas pequenas e médias propriedades, conduzindo a transformação da produção camponesa em território do capital.

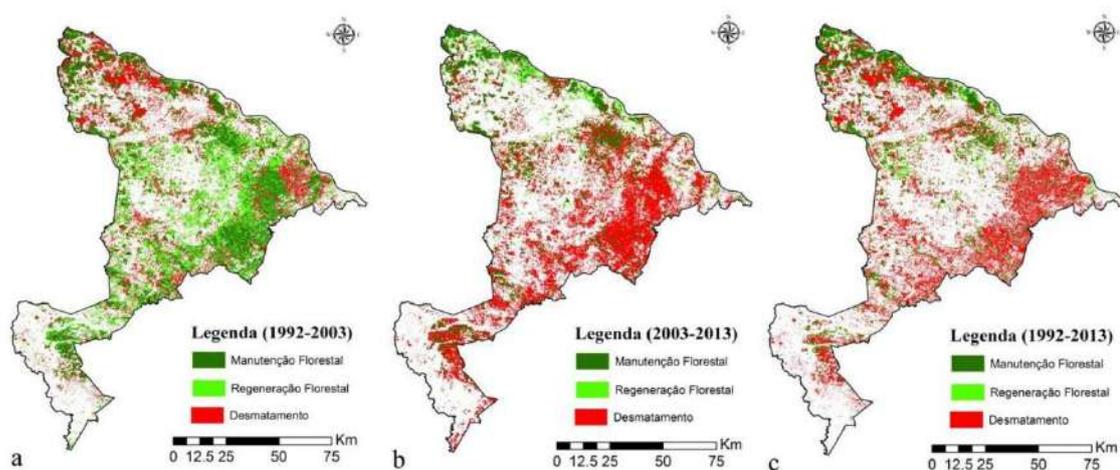
Os monopólios da produção de cultivos e criações atrelados a *commodities*, a exemplo do Milho e pecuária, dominados por empresas e corporações avançam no campo reduzindo a cobertura vegetal, florestas e matas principalmente os biomas da caatinga e cerrado que estão em crescente extermínio, aliado às práticas para obtenção de lenha seja uso doméstico ou comercial e da falta de acesso a biotecnologias de convívio com as florestas e climas secos ou exíguos de água.

A dita modernização da agricultura no Oeste Sergipano, com a introdução da transgenia na produção de milho, tem provocado a produção e (re)organização do espaço em prol dos interesses do capital, como também transformado o território que se constitui como palco para a territorialização do monopólio capitalista e para a monopolização do território de Carira e Simão Dias (CUNHA, 2015, p.29).

Conforme estudos de Fernandes (2015), mudanças ocorrem no uso e de cobertura da Terra na Região Semiárida de Sergipe, região que historicamente, apresentava uma estrutura fundiária em pequenas e médias propriedades, com o cultivo de subsistência do milho, da mandioca e a criação de gado para consumo doméstico. No entanto, nos últimos anos vem apresentando um crescente aumento

da sua produção leiteira, o que vem pressionando a conversão de Caatinga em pastagens. Estudos e mapeamentos (mapa 6) sobre os solos expostos nos anos de 1992, 2003 e 2013, respectivamente, observou que a maior parte dessas áreas foram ocupadas por pastagens e, posteriormente, abandonadas. Para a autora, tal fato contribui com o aumento das áreas degradadas e susceptíveis à erosão dos solos em decorrência da perda da cobertura florestal, gerando o aumento das vulnerabilidades destas áreas e refletindo em processo acelerado de devastação da Caatinga.

Mapa 6 - Devastação da Caatinga no semiárido sergipano.



Fonte: FERNANDES, 2015.

Em Sergipe só a pecuária tem um efetivo de 887 mil reses de gado (IBGE, 2017), gerando grandes desmatamentos para dar lugar a pastagens e degradação dos solos por meio da compactação. Por outro lado, a lógica da agricultura capitalista, baseada no cultivo constante, intensivo, sem pousio, de monoculturas de culturas agrícolas para atendimento das cotas de mercado de *commodities*, além de gerar a aniquilação da biodiversidade, destruição e envenenamento dos solos, água e ar, não permite que as terras se regenerem e tenham um ciclo de reposição quanto aos seus nutrientes naturais. O avanço dessa forma de agricultura intensiva aumentou ainda mais a concentração fundiária, reduzindo a necessidade de força de trabalho através da mecanização, intensificando o êxodo rural e o assalariamento de camponeses e pequenos produtores.

Esse processo se intensifica, a partir do avanço da industrialização no Brasil e da modernização da produção agrícola, provocando profundas transformações no/do espaço agrário brasileiro/sergipano. No campo Sergipano é cada vez mais comum a

presença de monocultivos e maquinarias modernas (figuras 35 e 36²⁹) para a produção de cultivos de *commodities* como o milho. Sendo reajustado por políticas públicas de desenvolvimento para atender a lógica das necessidades da produção da agricultura capitalista, nas últimas décadas o espaço agrário vem passando por um intenso processo de (re)ordenamento territorial do capital, buscando novas/velhas formas de acumulação ao fundir capital principalmente comandadas pelo financeirização.

Figura 35 - Monocultura de milho em grande propriedade - Simão Dias - Se.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.
Imagem: Entrevistado nº 10

Figura.36 - Colheita com máquina em grande propriedade. - Simão Dias - Se.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.
Imagem: Entrevistado nº 10

Há uma rede que forma o sistema de crédito: Mercado de *commodities*, indústria de biotecnologias e maquinarias, agronegócio, subsídios e políticas do

²⁹ A autoria das imagens foi ocultada para preservar a identidade do entrevistado

Estado, disseminação de projetos e pacotes técnicos, toda essa engrenagem de relações impetradas pelo capital financeiro, conforme podemos vislumbrar na figura 39, vão gerar a subordinação da produção camponesa e moldar a sua produção para uma lógica de produção capitalista do campo.

Esse processo de expansão capitalista modernizante do campo observado no espaço agrário sergipano se acentua cada vez mais, principalmente a partir do momento em que se implanta a política de crédito do PRONAF, enquanto estratégia do capital financeiro e do agronegócio, promovendo a expansão da financeirização, apoiado nas ações da política de incentivo ao crédito do Estado, no qual tem subsidiado uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio reforçando ainda mais as estratégias privadas de maximização da renda da terra e da exploração de trabalho e sujeição dos camponeses, possibilitando o avanço cada vez maior do processo de acumulação capitalista.

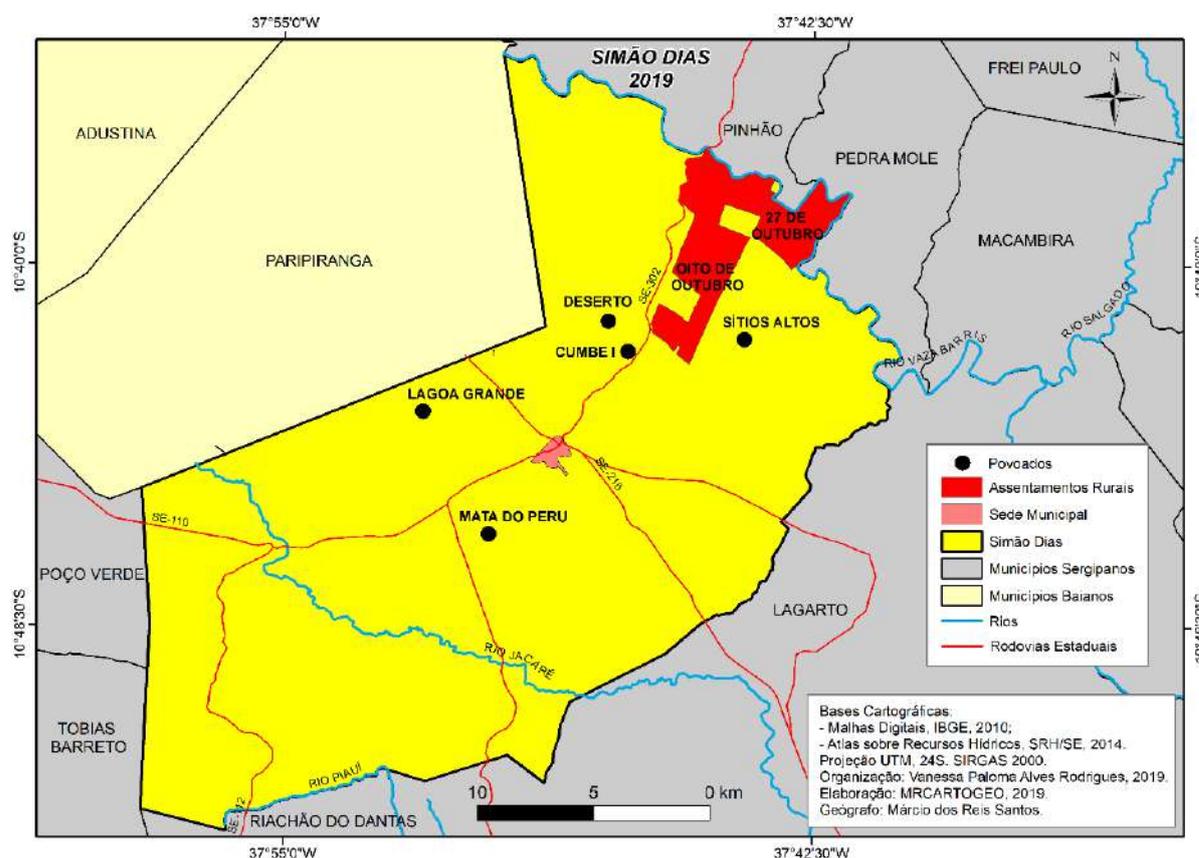
A força de trabalho rural e camponesa tornaram-se a nova/velha via para o desenvolvimento rural, forjando a ideologia da “Agricultura Familiar” para reforçar o desenvolvimento capitalista no campo. O documento base do PRONAF (2006), discursa objetivo da inclusão da unidade familiar pelo crescimento da renda, do emprego, da produção, e combater, desta forma, parte dos problemas sociais provocados pelo desemprego rural. No entanto, o PRONAF em nenhum momento tem como estratégia alterar a lógica que cristaliza as estruturas de domínio historicamente estabelecidas pelo capital que são responsáveis pela pauperização e expulsão de milhares de camponeses e trabalhadores da terra.

Figura.37 - As Engrenagens do Capital Financeiro

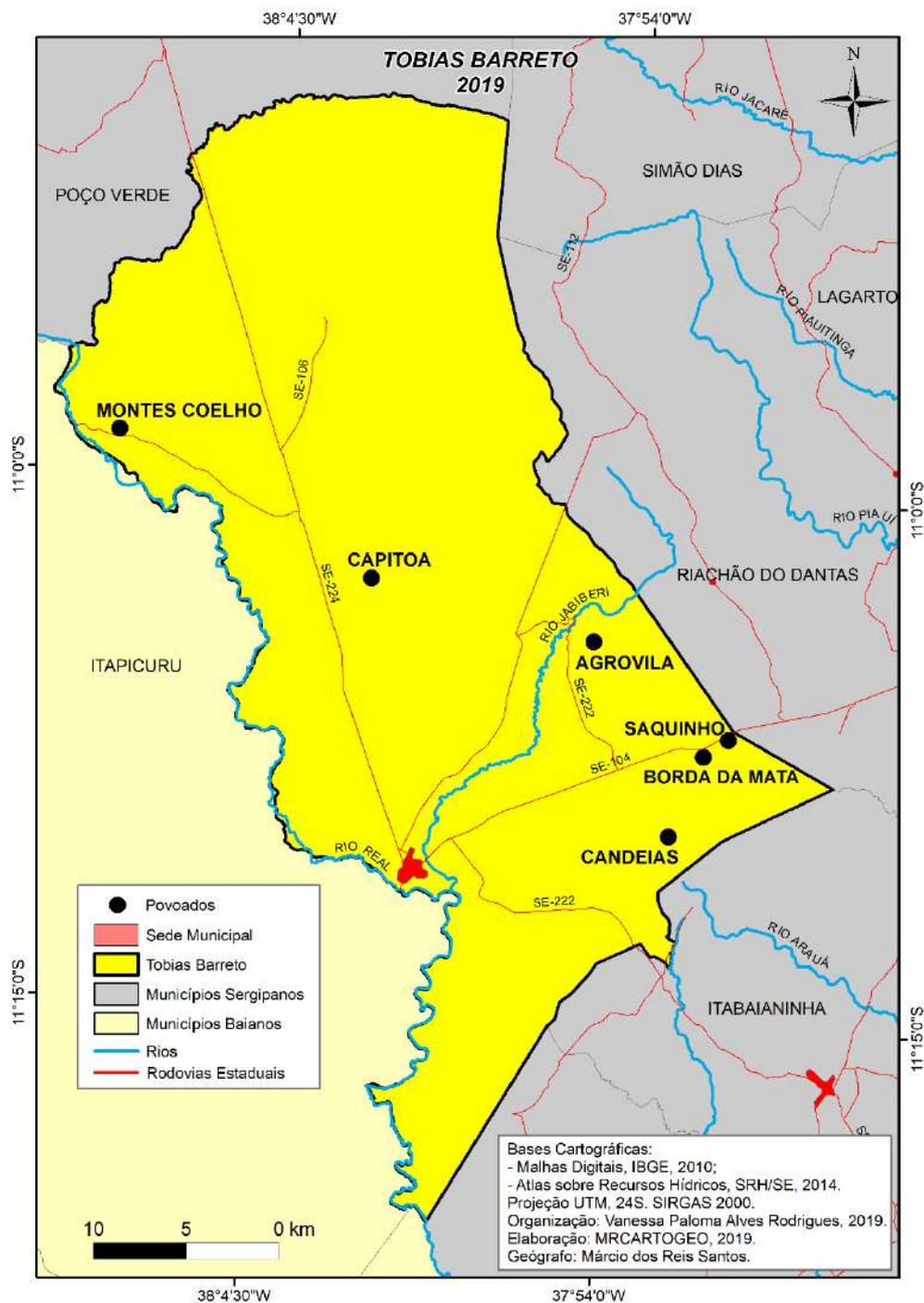
Org.: RODRIGUES, V.P.A, 2019.

Atuando como principal política pública para a produção camponesa na atualidade, é possível constatar em pesquisa de campo realizada em 2016, 2018, e 2019, com 80 entrevistados nos municípios de Tobias Barreto e Simão Dias (mapas 7 e 8). Nesses municípios, verifica-se a forte presença de empréstimos do PRONAF vinculados a produção de milho e pecuária.

Mapa 7 – Localização dos povoados pesquisados em Simão Dias -Se

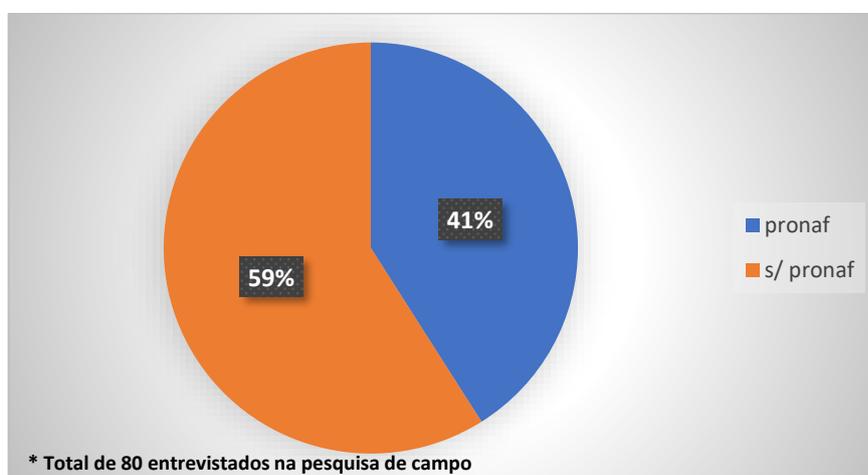


Mapa.8 - Localização dos povoados pesquisados em Tobias Barreto - Se



Foi possível observar com a análise dos dados da pesquisa que 41% do total dos entrevistados informaram utilizar crédito do PRONAF (figura 38). Verificou-se também que a abrangência espacial dessa política se efetiva mais em algumas comunidades do que em outras. É importante evidenciar que, em nossas análises, percebe-se que não é ao acaso que há uma presença marcante do PRONAF em algumas localidades, geralmente mais integradas as teias do mercado, enquanto em outras comunidades, geralmente as mais pobres e com maior escassez de terras entre os camponeses, essa política quase não foi registrada presença.

Figura 38 - Camponeses com acesso ao PRONAF



Fonte: Pesquisa de campo, 2016, 2018, 2019

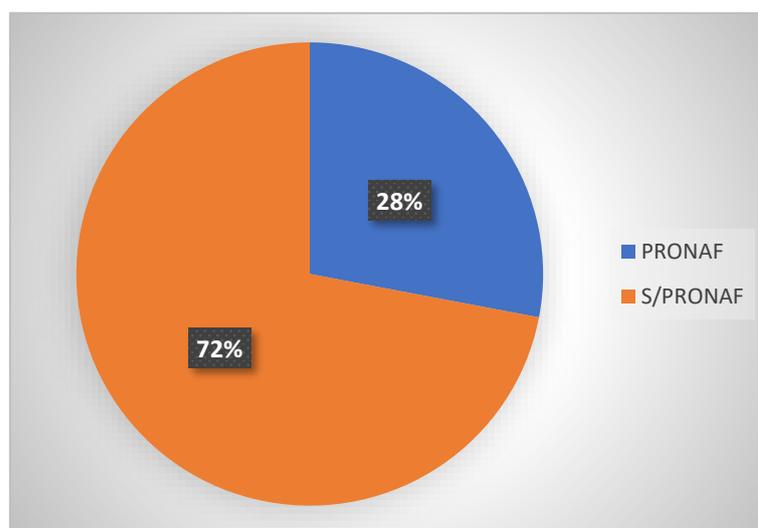
O PRONAF discursa romper com a histórica escassez de recursos para os grupos sociais “excluídos” do campo, centrando-se no investimento e custeio produtivo, para tanto cria subsídios e condições de pagamento dos financiamentos para que seu uso se tornasse acessível. Apesar de se propalar facilidades na acessibilidade ao crédito, os entrevistados afirmam que acessar o PRONAF não é tão fácil como se propala, conforme podemos verificar no depoimento abaixo:

[...] Pegar dinheiro assim do banco é complicado. Né para nós não! A gente é fraco, consegue não essas coisas (Entrevistado, Sítio Alto, Simão Dias, novembro de 2018).

No município de Tobias Barreto, dentre o total de 56 camponeses pesquisados, 19 entrevistados, totalizando 28% (figura 39), afirmaram que solicitaram crédito do

PRONAF, no entanto, apenas 15 pessoas foram contempladas com o empréstimo, enquanto 4 não foram contemplados, conforme informaram os entrevistados, por não apresentarem as exigências dos Bancos, conforme evidenciaram os entrevistados, a pouca terra foi o maior entrave para não conseguir o empréstimo. Verificamos em nossas pesquisas no município que há maior abrangência do PRONAF entre os entrevistados dos povoados Agrovila, localidade com grande integração da agropecuária a cadeias produtivas do leite, ainda que em menor incidência, indicaram também receber financiamento entrevistados de Borda da Mata, Saquinho. Nas análises das entrevistas, é notório que o crédito tem sido solicitado na grande maioria das vezes para adquirir animais, sementes, insumos e comprar equipamentos, os valores concedidos pelos bancos variam entre 2000 (mil) e 5000 (mil), para serem pagos em duas em duas parcelas anuais.

Figura 39 – Entrevistados com acesso ao PRONAF no município de Tobias Barreto

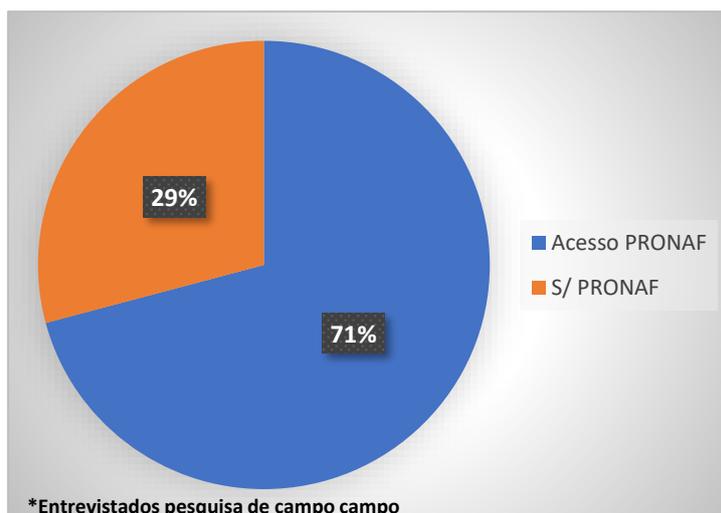


Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Em Simão Dias, cerca de 71% do total dos 24 entrevistados informaram utilizar crédito, conforme podemos observar na figura 40, nesse sentido, é possível verificar uma marcante abrangência e espacialização do PRONAF no município. Nos chama a atenção a forte presença dessa política pública no Assentamento Oito de Outubro, no qual 90% dos entrevistados informaram utilizar o crédito para custeio da produção, bem como, para investimentos como compra de máquinas e tratores, com empréstimos com valores de até 40 mil. Em contrapartida, a comunidade quilombola de Sítio Alto, localidade com presença marcante de camponeses possuem pouca

terra, com predomínio de área média entre um a quatro tarefas, apenas um camponês que possui mais de 10 tarefas informou utilizar o crédito, revelando a lógica da disseminação do PRONAF, que busca se espacializar principalmente nas localidades camponesas com maior capacidade produtiva para se integrar ao agronegócio.

Figura 40- Entrevistados com acesso ao PRONAF no município de Simão Dias



Fonte: Pesquisa de campo, 2018, 2019.

Conforme evidenciaram os entrevistados, há uma série de exigências (DAP, título de terra, projeto técnico de financiamento contendo planejamento da produção, orçamento e medidas de assistência técnica, análise de terras). Com todas essas exigências e dificuldades dos bancos, geralmente somente possibilita financiamento aos agricultores familiares com maior área de terras e mais integrados ao mercado, como garantia que assegura aos Bancos maior capacidade de pagamento e retorno do empréstimo.

Meu marido todo ano pegava certinho. Depois exigiu análise de terras e quando fomos ver com o banco disseram que ele não podia mais pegar o crédito (Entrevistada, Mata do Peru, Simão Dias, março de 2019).

Somos mal recebidos no banco, somos enrolados em tudo (Entrevistada, Assentamento 8 de Março, Simão Dias, março de 2019).

Já tivemos o PRONAF, mas por sermos muito pequenos, só conseguimos o empréstimo por conta de um antigo presidente da associação que conhecia o gerente do banco e facilitou. Hoje já não acontece dessa forma. Tão mais exigentes em tudo (Entrevistado, Sítio Alto, Simão Dias, novembro de 2018).

O crédito se expande de forma desigual e combinada, se espacializando em unidades de produção que possibilitem lucros, agindo e capitulando a priori onde há as possibilidades rentáveis e maior capacidade de explorar e assenhorar a produção camponesa a agricultura camponesa. Em pesquisa de campo, observamos que principalmente nas localidades onde há camponeses com pouca terra e desenvolvendo agricultura somente para o autoconsumo da família há pouca abrangência do PRONAF. Já as localidades em que há o predomínio de produção camponesa mais integrada a arranjos produtivos evidencia-se uma maior abrangência do financiamento do crédito mediando a produção camponesa em seu favorecimento.

A partir das análises empíricas e relatos dos entrevistados evidencia-se que a disseminação da política pública do PRONAF tem se difundido principalmente: pelos agentes de crédito dos Bancos, cooperativas e associações, bem como parcerias com outros órgãos do Estado que tem alguma mediação com o campo, a exemplo dos técnicos da EMDAGRO e da COHIDRO, principalmente, nos chamados “Dia de Campo”³⁰ (figura 41). Momento em que os técnicos reúnem camponeses, pequenos e médios produtores em cooperativas, associações ou fazendas modelos, com palestras e oficinas propalando a ideologia do desenvolvimento e da técnica, enquanto possibilidade para o campo.

Muitas dessas reuniões públicas são espaços de inserção das corporações e empresas que exploram a terra enquanto mercadoria, para tanto, oportunamente perfazem do espetáculo e do simbólico em torno da produção da imagem do moderno, da tecnologia, da produtividade, do agricultor empresário. Como um balcão de negócios os discursos do desenvolvimento capitalista dão a tônica nas palestras técnicas, nos relatos de experiências de sucesso, na exibição de maquinarias, sementes e insumos milagrosos, enquanto os bancos aproveitam para içar futuros devedores professando o crédito do PRONAF e as oportunidades de empreendimentos rentáveis subsidiados pelo Estado, mediando e afiançando o projeto de produção capitalista da terra.

³⁰ - Nome atribuído às reuniões organizadas pela sociedade civil, bancos, empresas de sementes, maquinários, algumas ocorrendo com parceria e participação de EMDAGRO para fornecer palestras, cursos, atividades, e informações vinculadas a modernização do campo.

Figura 41 - Dia de Campo reúne camponeses, empresários, bancos e instituições estatais em Carira-Se.



Fonte: TV CARIRA, 2018.

A partir de nossas análises evidencia-se que o PRONAF:

- Gera a perda da autonomia do camponês que não escolhe o que vai produzir com o crédito. São os bancos em conjunto com as empresas que definem o cultivo que pode ser financiado.
- Os bancos direcionam a produção assentada na produção de para atender o agronegócio e não a subsistência das famílias camponesas.
- Amplia a forma capitalista de produzir baseada em monoculturas, modernização conservadora com base em uso de insumos e maquinarias.
- Possibilita a circulação e o poder de compra no campo para o capital.
- O crédito é vinculado ao uso de agrotóxicos que envenena terra, água e vidas.

Nesse processo, o avanço do capital financeirizado via crédito do PRONAF promove a substituição da produção de cultivos para o autoconsumo da unidade de produção familiar, por cultivos voltados a abastecer a produção agroindustrial e de *commodities*. Até mesmo a produção de cultivos tradicionais voltados ao autoconsumo não escaparam ao processo modernizante da produção, que tem

tornado os cultivos atrelados ao agronegócio, aos transgênicos e agrotóxicos, reforçando deste modo, os mecanismos que colocam a terra como mercadoria, estrutura que incide no processo de subsunção do trabalhador rural e do camponês, contexto que torna a realidade agrária sergipana um campo de estudos dinâmico e complexo.

O crédito do Pronaf voltado ao camponês serve principalmente ao agronegócio: possibilitando a matéria prima barata sem que as empresas precisem assumir custos e riscos para sua produção. Em Simão Dias observa-se uma expansão da produção de milho nas últimas décadas em áreas que sempre foram tradicionais produtoras de cultivos de para o autoconsumo, é uma realidade cada vez mais comum na paisagem, conforme demonstra a imagem da figura 42, nas áreas de produção que sempre foram marcadamente de policultura, observa-se cada vez mais a presença da monocultura do cultivo do milho em detrimento a cultivos de policultura, avançando também com grande força inclusive em assentamentos de Reforma Agrária, como podemos observar nas figuras 43 e 44.

Figura 42 - Cultivo de Milho em unidade de Produção Camponesa



Fonte: Pesquisa de campo, Mata do Peru, Simão Dias, 2018.

Conforme a pesquisa de campo evidencia essa expansão se estabelece, principalmente, pela disseminação do Estado via políticas de crédito do PRONAF. Pudemos observar que o crédito promove a expansão do agronegócio do milho no município, ocupando de forma gradativa as áreas de cultivo alimentar camponês, colocando em risco sua autonomia, uma vez que os cultivos tradicionais que

abastecem a unidade de produção familiar estão cedendo lugar à produção deste cultivo. Essa é a realidade constatada no Assentamento de Reforma Agrária 8 de Outubro, localizado no município de Simão Dias, conforme nossa análise empírica o milho transgênico se estabeleceu e se especializou no assentamento, sob a forma de uma agricultura de monocultivo, na busca intensiva de produtividade da terra, utilizando-se de maquinarias e técnicas modernas de produção típicas do agronegócio capitalista, como uso de agrotóxico e transgênicos.

Figura 43 - Monopolização do cultivo de milho em assentamento



Fonte: Pesquisa de campo, Assentamento 8 de Outubro, Simão Dias, 2018.

Não é por coincidência que a produção familiar desse assentamento foi monopolizada pelo capital, os relatos dos sujeitos pesquisados afirmam que esse processo ocorreu à medida que a política pública do PRONAF passou a ser a principal fonte de financiamento dos assentados. É marcante em todas as falas a afirmação da forte influência dos bancos e técnicos na escolha do cultivo do milho e no uso dos pacotes tecnológicos na produção.

Figura 44 – Mar de milho: vista panorâmica do assentamento 08 de Outubro



Fonte: Pesquisa de campo, Assentamento 8 de Outubro, Simão Dias, 2018.
Foto: Marcio Reis dos Santos

Segundo os relatos dos assentados, na maior parte dos lotes a produção da terra era destinado principalmente ao cultivo de abóboras, mas produziam também outros cultivos concomitantes, como feijões, favas, milhos, hortaliças, tubérculos, muitos deles consorciados. Hoje a realidade mudou, e está muito distante da forma de produção do início da fundação do assentamento. Podemos ver a paisagem homogênea de milharais na imagem (figura 44) da vista panorâmica do assentamento, nessa figura é possível observar que, tirando a parte do núcleo residencial, toda a extensão da área dos lotes, visivelmente apresenta-se dominada por uma paisagem de monocultivo de milho.

A produção de milho financiada pelo PRONAF, impõe via contrato e projeto técnico com aval do banco, ao amarrarem e exigirem exclusividade como condição ao prestamista para que se tenha acesso as linhas de financiamentos e seguros como o Proagro³¹, se impõem os interesses do capital financeiro que especula e tem altíssimos lucros com o mercado da produção de commodities como a do milho. Assim sendo, os assentados que se utilizam do crédito do PRONAF, não têm alternativa a não ser seguirem as imposições dos bancos, principalmente, em se tratando de uma comunidade que se encontra localizada no semiárido nordestino, espaço geográfico

³¹ Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) garante a exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN (Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento).

ciclicamente atingido por secas, e que vivenciam uma realidade recorrente de perdas na produção, como podemos observar na figura 45, que evidencia o baixo desenvolvimento das espigas e prejuízos na produção do milho, devido à seca de 2018. Com a produção comprometida, e sem o acesso ao seguro para pagar as despesas e parcelas do empréstimo, restariam aos assentados somente as dívidas o que levaria a produção camponesa a uma tragédia.

Esse processo de restrição dos bancos, impossibilita que muitos produzam outros cultivos de policultura, uma vez que, boa parte dos entrevistados relataram que deixaram de produzir para o autoconsumo e hoje realizam compras de alimentos em supermercados ou feiras. É importante destacar, que a tradição da policultura ainda persiste em alguns lotes, mas perdeu importância e área de produção no assentamento, ficou restrita ao quintal, apenas para o consumo da família.

Figura 45 – A seca e os problemas na produção de milho



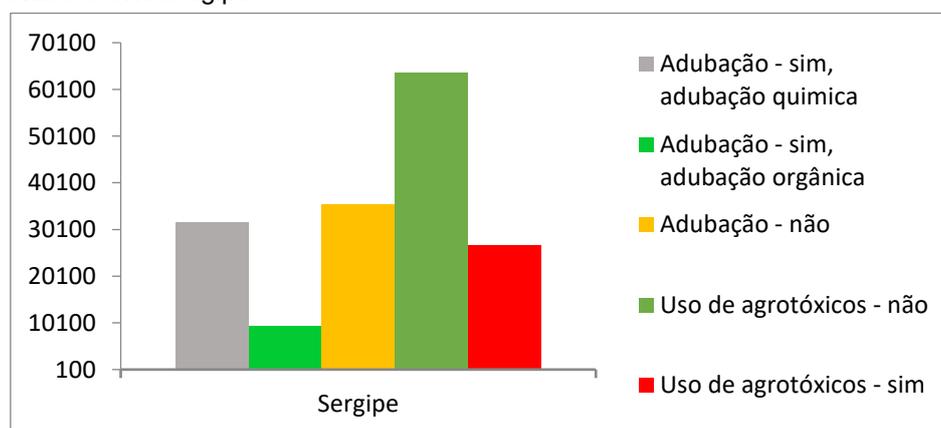
Fonte: pesquisa de campo, Assentamento 08 de Outubro, dezembro de 2018.

O processo de inserção silenciosa do capital, através do estabelecimento das Políticas Públicas no campo, tem transformado a produção camponesa, por meio de reajustes espaciais para a intensificação da expansão do capital no campo.

Direcionando a produção para atender ao mercado, refletindo de forma contundente na unidade de produção camponesa, alterando os laços camponeses com a terra, por meio de incentivos a substituição da produção camponesa, pela produção vinculada ao agronegócio. Ditadas por relações da forma mercadoria, o camponês passa a produzir matéria-prima para atendimento das necessidades dos commodities e da indústria, ao tempo que deixa de produzir para o auto sustento, tornando-se um consumidor dos produtos industrializados. Sendo conduzida para a produção típica de monoculturas, como consequência, os cultivos que sempre foram decisivos na alimentação e formação da pequena propriedade e no trabalho familiar, que sempre guardaram forte relação baseada na produção de subsistência, estão sendo substituídas em sua maioria pela produção de monoculturas para atender as cadeias do agronegócio e capital financeiro.

O PRONAF coloca a terra como mercadoria e promove o processo de subsunção do camponês, resultando no expressivo aumento do consumo de agrotóxicos, em detrimento da produção para o seu próprio sustento. Como consequência deste processo, em Sergipe, a produção para o autoconsumo vive um momento ainda mais intenso de expropriação. O crédito do PRONAF tem operado em Sergipe no sentido de tornar principalmente a unidade camponesa mais dependente dos mecanismos do mercado, do consumo de insumos e de sementes híbridas, agrotóxicos, vinculado a produção de alimentos transgênicos, acarretando na maior dependência do produtor ao mercado e ao uso de agrotóxicos e insumos, conforme evidencia os dados do censo Agropecuário do IBGE (2017), (figura 46), e nos estudos de Fontenele (2018).

Figura 46 - Número de estabelecimentos agropecuários que fazem uso de adubação e agrotóxicos em Sergipe



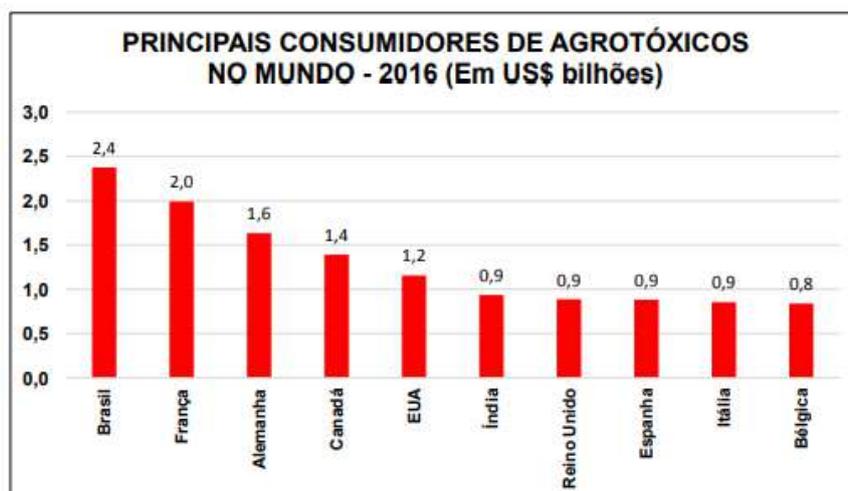
Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, IBGE, 2017.

Conforme pesquisas de Fontenele (2018), no Brasil, desde 1960 vem sendo utilizado agrotóxicos como insumo na agricultura. Na década de 1970 efetivou-se o comércio de agrotóxicos, através do Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Nacional de Defensivos agrícolas, onde a aquisição de agrotóxicos era condicionada ao crédito rural.

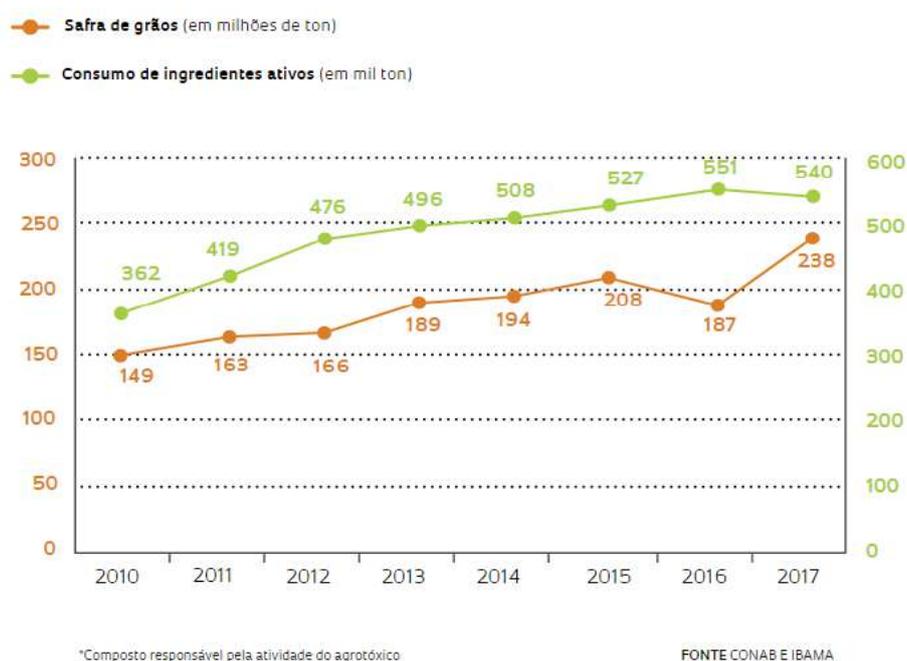
• Fontenele (2018), destaca em seus estudos sobre os agrotóxicos em Sergipe que:

- O consumo de agrotóxico em Sergipe concentrou inicialmente na região do agreste sergipano e foi detectado em 78% dos estabelecimentos agrícolas, que cultivavam olerícolas.
- O uso de agrotóxico intensivo e extensivo é de cerca de 6 l/ha para o milho, de 23 l/ha para a laranja e de 4,8 l/ha para a cana-de-açúcar
- A cultura de milho está presente em 16 municípios sergipanos, utilizou cerca de 10 inseticidas, 06 herbicidas e dois fungicidas com participação de 12 fabricantes.
- A cultura da laranja abrange 8 municípios, utiliza-se de 7 inseticidas, 3 herbicidas, 1 fungicidas e 6 fabricantes,
- A cultura da cana-de-açúcar, presente em 5 municípios utiliza cerca de 6 inseticidas, 3 herbicidas e 1 fungicida.
- A pastagem está presente em 16 municípios utiliza 8 inseticidas, 11 herbicidas e 1 fungicida.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo conforme podemos observar na figura 47. Segundo Vasconcelos (2018), o mercado nacional de agrotóxicos ao longo dos anos de 2010 a 2017 quase dobrou. Só em 2017 movimentou cerca de 540 toneladas, como evidencia o gráfico da figura 48. O autor destaca que o glifosato é o agrotóxico mais consumido no mundo e no Brasil. Há comprovação da relação entre o câncer e o uso do glifosato. Como consequência, cresce assustadoramente os números de vítimas envenenadas, com câncer e mortes por conta do uso direto ou indireto de agrotóxicos. Os dados apontam para a marca de mais 80 mil registros de pessoas intoxicadas entre o ano de 2007 a 2017, sendo que mais de 2000 mil pessoas morreram vítimas do veneno.

Figura 47 - Principais países consumidores de Agrotóxicos

Fonte: VASCONCELOS, 2018.

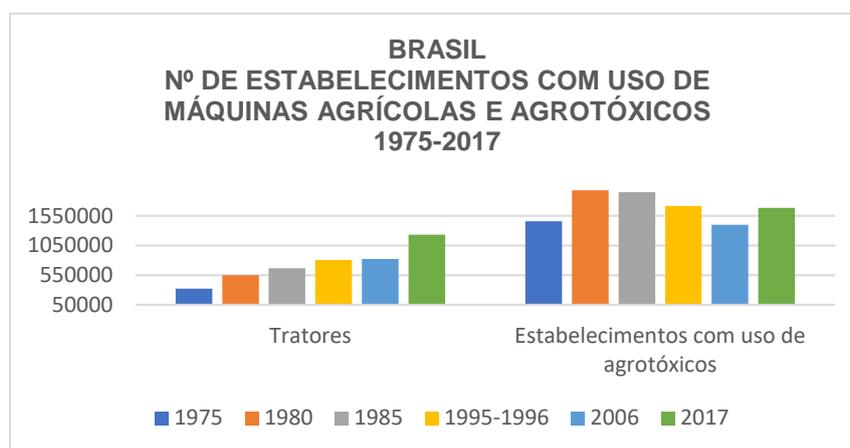
Figura 48 - Mercado Nacional de Agrotóxicos de 2010 a 2017

Fonte: VASCONCELOS, 2018.

Têm-se no Brasil o avanço de modernização conservadora e expansão das formas de produção capitalista do campo, quando se verifica o crescimento contínuo desde do modelo de produção que se expande desde meados da década de 1970, conforme podemos vislumbrar na figura 49, que registra o número de estabelecimentos que fazem uso de maquinarias e agrotóxicos. Com o PRONAF esse

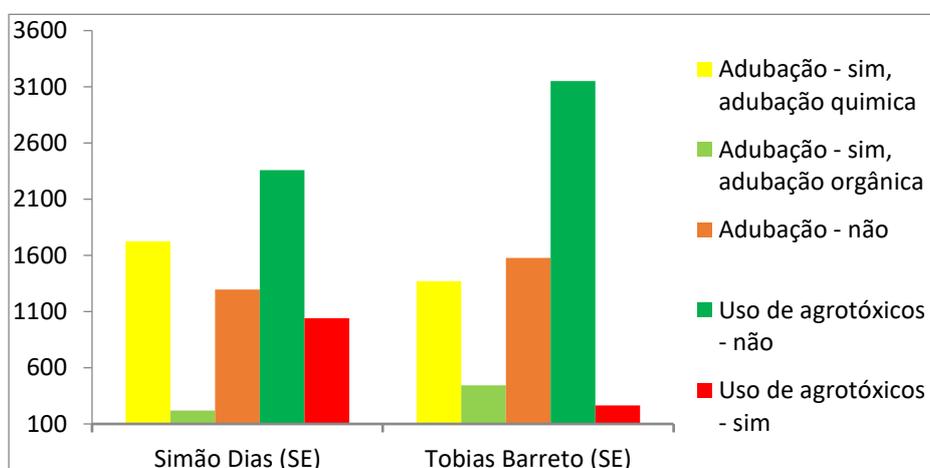
processo se agrava avançando para as áreas de produção camponesa. O crédito tem tornado a produção camponesa mais dependente do consumo de industrializados, vinculando o uso de máquinas, insumos e agrotóxicos, bem como, uso de sementes transgênicas. Se verifica, também, esse processo do crescimento da produção de cultivos vinculados ao uso de agrotóxico, nos municípios de Tobias Barreto e Simão Dias (figura 50, 51 e 52). Conforme comprova nossa pesquisa de campo, entre os 80 questionários aplicados na pesquisa, cerca de 54% dos entrevistados afirmaram que utilizam adubos químicos, fertilizantes, agrotóxicos etc.

Figura 49 - Nº de estabelecimentos com uso de máquinas agrícolas e agrotóxicos no Brasil de 1975-2017



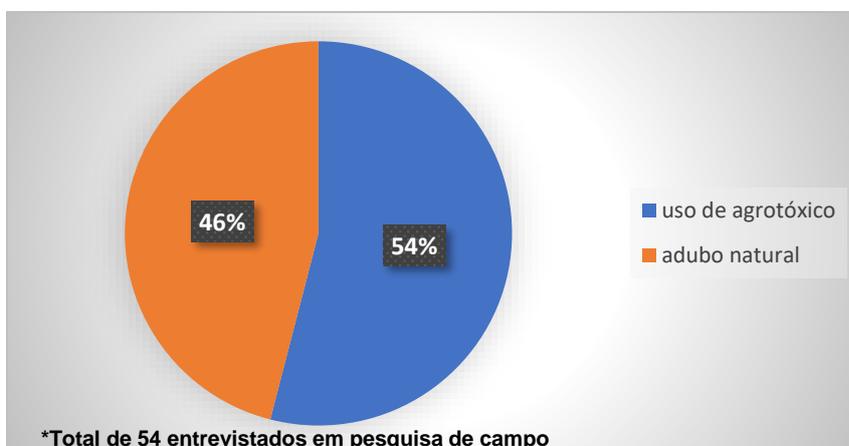
Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, IBGE, 2017.

Figura 50 – Uso de agrotóxicos em Tobias Barreto e Simão Dias



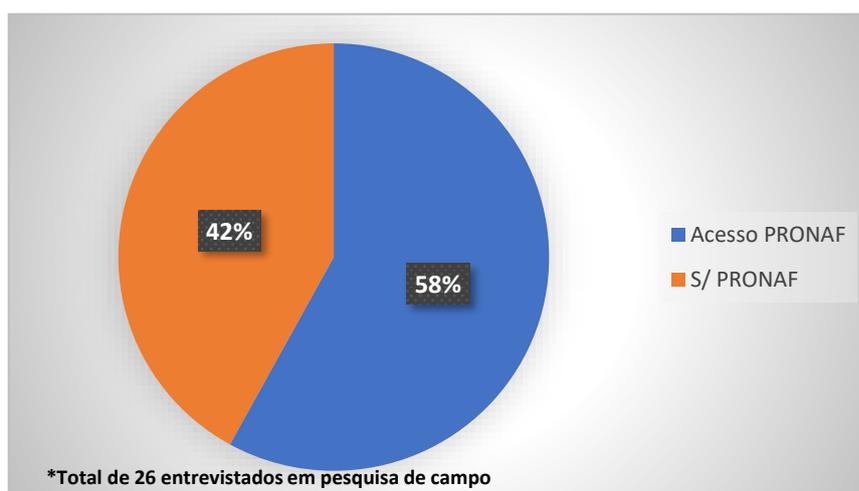
Fonte: IBGE, 2017.

Figura 51 - Camponeses que fazem uso de agrotóxicos na pesquisa Tobias Barreto - Se



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016, 2018.

Figura 52 - Camponeses que fazem uso de agrotóxicos na pesquisa Simão Dias - Se



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016, 2018.

É importante destacar, na pesquisa de campo observamos que entre os que fazem uso do financiamento do PRONAF, há o maior uso de agrotóxicos. Nos chama a atenção o fato de que no Assentamento 08 de Outubro em Simão Dias cerca de 90% dos entrevistados que informaram utilizar o PRONAF fazerem uso do agrotóxico. Em contrapartida, no povoado Sítio Alto, dentre os entrevistados, 100% afirmaram que não fazem uso de insumos e agrotóxicos, inclusive não fazem uso os 10% dos entrevistados que acessam ao crédito do PRONAF nessa localidade. Evidenciando a resistência de algumas comunidades ao uso de insumos e agrotóxicos.

A pesquisa de campo também evidencia que há crescente uso de agrotóxicos tanto entre os que utilizam o crédito, bem como, os que não o acessam. Essa realidade nos indica que o processo de modernização do campo baseado em criar medidas para a expansão da agricultura capitalista não se especializa somente via crédito. Outros vetores e políticas de Estado tem disseminado a lógica produtivista baseado em técnicas e tecnologias destruidoras dos meios de vidas de muitos que dependem da natureza para sobreviver. Conforme os entrevistados, muitos passaram a conhecer e utilizar os agrotóxicos por meio da influência de técnicos particulares ou da EMDAGRO, via incentivos das associações, em reuniões e eventos de Dia de Campo, bem como, por meio do incentivo de vendedores de lojas de sementes e indicação de vizinhos.

Para tentar livrar-se do dispêndio de trabalho de combate as pragas e doenças pulverizam o cultivo com defensivos e agrotóxicos que encarecem a produção, degradam a terra, poluem os rios e os lençóis freáticos e colocam em risco a saúde do camponês tornando-o totalmente dependente de insumos. Além destas questões, o plantio de monocultura provoca também uma grande deterioração dos solos, por conta deste desgaste. A cada ano de produção, o solo deveria ser adubado e ficar em repouso para ser recuperado, no entanto, a pouca disponibilidade de terra para a necessidade de sustento da família e a necessidade de quitar o pagamento do financiamento não tem permitido deixar a terra se recuperar do uso intensivo na produção.

Nós perdermos a água de chão, por que o povo só vive com os venenos né, essa água deixa a gente doente e não vamos não mais precisar usar ela não. Essa mudança também é uma melhora na condição de vida. Só quem tem coragem de beber essa água, aqui não tem ninguém aqui bebe mais, só para carregar, para outras coisas. Eu acho que só para lavar e conforme esteja forte que nem para lavar presta, é mesmo, porque se a pessoa tomar banho agora dessa água envenenada nos olhos fica cego. Então condenou o bem mais supremo né (Entrevistada 1, camponesa, 62 anos, Sítio Alto, junho de 2019).

É importante ressaltar que há resistências a este modelo de produção do campo, quando vários entrevistados que produzem com recursos do PRONAF, se negam a seguir totalmente a lógica de produção imposta pelos bancos, e continuam a produzir sem agrotóxicos escondido dos técnicos e bancos, bem como, resistindo a

monoculturas, reservando parte da área de produção para a policultura voltada ao autoconsumo. Esta estratégia é relatada por alguns camponeses: no entanto, aqueles que vivem em áreas onde há incidência de seca revelaram dificuldades de fazer uso dessa estratégia por medo de perderem o seguro Proagro, pois informam que o banco só libera o seguro se for comprovado que foi seguido todo o planejamento e manejo indicado no projeto.

Tem outras maneiras. Se o governo quisesse criar outras tecnologias, por que o que ele quer? Ele quer aumentar as empresas, crescer, desenvolver esse negócio em cima da fraqueza dos pobres e dos agricultores que tem aquela necessidade (Entrevistada 1, camponesa, 62 anos, Sítio Alto, Simão Dias - Se, março de 2018).

Não quero essas sementes que vem de fora de jeito nenhum, não quero nem de graça.

Esses milhos com veneno não como de jeito nenhum. Não como! Deus me Livre! Nem como tomate, nem pimentão cheio de veneno. Só como os meus que planto (Entrevistado 15, Camponês, 66 anos, Cumbi I, Simão Dias - Se, março de 2018).

Se o Governos pudesse acabar com esse veneno era melhor. Está tudo com veneno. Estamos tudo envenenados (Entrevistado 19, Camponês, 60 anos, Cumbi I, Simão Dias - Se, março de 2018).

Se você analisar o adubo orgânico custa a mesma coisa que o veneno (Entrevistada 11, camponesa, 71 anos, Mata do Peru, Simão Dias - Se, março de 2018).

O milho transgênico facilita. Não dá lagarta não, mas estamos comendo veneno até o coentro tem veneno. Se a gente for pensar mesmo, não come mais nada. Tudo tem veneno (Entrevistada 22, camponesa, 64 anos, Assentamento 8 de março, Simão Dias -Se, Março de 2018).

Na minha roça usamos milho sem transgênico para consumir (Entrevistada 20, camponesa, 62 anos, Assentamento 8 de março, Simão Dias - Se, março de 2018).

Mas dizem que não faz mal. Meu filho diz para eu não comer nada desse milho. Não como milho transgênico. Deus me livre! Tem veneno e eu não quero adoecer! (Entrevistada 22, camponesa, 64 anos, Assentamento 8 de março, Simão Dias -Se, março de 2018).

Segundo Rodrigues (2012) as contradições do PRONAF são observadas no espaço agrário quando se verifica relações de fortalecimento do mercado direcionado cultivos específicos inseridos na lógica do agronegócio. Fica evidente que a escolha da aplicação do crédito é determinada pelo banco assentado nos interesses do agronegócio, das indústrias processadoras, portanto, quem vai produzir não possui a liberdade de escolher o cultivo de acordo com sua predileção, tradição ou familiaridade.

Temos, desse modo, uma gama de relações de interesses que unem os agentes do capital, projetos técnicos, Estado e o capital financeiro no incentivo à produção do agronegócio. Nesse processo, o camponês acaba produzindo o que o PRONAF lhe disponibiliza em recursos, ao invés do plantio dos cultivos voltados a produção camponesa.

6.2. O CRÉDITO E A DÍVIDA: AS FORMAS POLÍTICAS DE SUBSUNÇÃO DO CAMPONÊS AO CAPITAL FINANCEIRO

É preciso questionar a natureza e a função dos empréstimos de créditos do PRONAF para a produção camponesa. Por intermédio dessa política, o Estado afirma atender as necessidades coletivas dos sujeitos do campo, de garantir desenvolvimento e fortalecimento da produção familiar, mas na nossa análise, fica evidente que por trás da aparência de uma política pública há uma crassa privatização das necessidades coletivas, privilegiadora da agricultura financeirizada, a política de crédito possibilita os bancos lucrarem e expandirem as necessidades do capital financeiro. O crédito tem impulsionando a reconfiguração do espaço via da modernização e do estabelecimento de monopólios e controle de terras e territórios, gerando uma condição de endividamento que tem levado muitos camponeses a vulnerabilidade, o empobrecimento e a perda da terra.

A política de crédito do PRONAF funcionaliza para convergir os camponeses a continuarem prisioneiros dos bancos, do monopólio do agronegócio e das especializações tecnológicas, e ao mesmo tempo esta política pública torna-se um mecanismo que transfere riqueza para a esfera financeira dos Bancos, quando o camponês torna-se um devedor

Os relatos de diversos camponeses são elucidativos para compreendermos sobre os vários percalços da produção e do mercado que inviabilizaram muitos de pagarem as dívidas nos Bancos. Observa-se pelos depoimentos que os camponeses que utilizam o crédito do PRONAF passam a viver em uma condição de angústia e preocupação com a dívida e para quitá-la absorve-se boa parte da riqueza do trabalho, levando-os a uma condição de vulnerabilidade.

Não pego mais para não ficar endividado. Tem que vender o que tem para pagar o banco. Quero me ver livre e sair do banco. Muita preocupação para pagar a dívida. É trabalhar só para pagar o milho. Quando chega no final o que tira é só para pagar o banco. [...] Estamos trabalhando mais para o banco do que o banco para nós. É muita queimação de mente. Tem que guardar nota, guardar tudo que é papel para comprovar se não pega seguro (Entrevistada 22, camponesa, 64 anos, Assentamento 8 de Março, Simão Dias -Se, março de 2018).

A gente tinha que vender o legume todinho para o banco. Assim, tinha vez que que chovia demais ou tinha seca, tinha dificuldade para pagar. Tinha que vender tudo, até os porcos de casa para pagar a dívida (Entrevistada 11, camponesa, 71 anos, Mata do Peru, Simão Dias -Se, março de 2018).

Fiquei devendo no banco. Perdi minha roça com essas secas. Tive que arrendar parte de minha roça para poder pagar o banco. Não pude comprar um quilo de carne para comer para pagar ao banco (Entrevistada 4, camponesa, 63 anos, Lagoa Grande, Simão Dias -Se, março de 2018).

O banco empresta dinheiro, mas se você perde a colheita como faz para pagar? Só pode pagar se der colheita boa. Sempre pago, mas é um aperreio danado para pagar o banco. E quando não chove não tem como pagar a dívida (Entrevistada 23, camponesa, 64 anos, Assentamento 8 de Março, Simão Dias -Se, março de 2018).

Já perdi uma roça para a seca e fiquei devendo no banco. Não pude comprar uma carne para comer, tudo isso para poder pagar ao banco. Tive que fazer até bico nas roças dos outros. Tudo que produzimos com muito suor tem que ir para o banco (Entrevistada 18, camponesa, 63 anos, Assentamento 8 de Março, Simão Dias -Se, março de 2018).

Conforme pudemos observar nos relatos dos entrevistados, muitos camponeses foram forçados a deixar de produzir para o autoconsumo e vender toda a produção, ou buscaram trabalhos não-agrícolas para complementar a renda e pagar suas dívidas. O endividamento dos camponeses junto às instituições financeiras, impele aos camponeses a buscar diversas estratégias para não ficarem sem capacidade de pagamento da dívida.

Figura 53- Notícias sobre fraudes envolvendo o PRONAF

Agricultores fazem fila para depor sobre escândalo do Pronaf

Câmara de Vereadores da cidade começou a receber pessoas que se dizem lesadas no esquema

Por: Humberto Trezzi
🕒 28/11/2014 - 12h57min

Compartilhar   

Polícia conclui inquérito sobre fraude no Pronaf

Cerca de 6 mil pequenos agricultores da região do Vale do Rio Prado (RS) foram prejudicados com uma fraude perto de R\$ 10 milhões. Quatorze pessoas foram indiciadas por crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e formação de quadrilha

COMPARTILHE NO WHATSA...





21 de agosto de 2015 às 12h30
Por Canal Rural com informações da
Receita Federal

Fraude na agricultura familiar

Mais de 20 bancários são investigados em escândalo do Pronaf

Auditorias do Banco do Brasil e do Ministério do Desenvolvimento Agrário devem ser incluídas em inquérito que investiga desvios que podem chegar a R\$ 79 milhões

Por: Humberto Trezzi
🕒 10/06/2015 - 13h48min

Compartilhar    

Fonte: TREZZI, 2014; 2015.

O endividamento também levado a muitos camponeses a tragédias aterradoras (figuras 53 e 54), como suicídios, fraudes, transtornos psicológicos, constrangimentos e terror de sucumbir à dívida e a miséria, passando por vulnerabilidade, inseguranças alimentares, a perda ou venda de suas terras para garantia do pagamento da dívida, mobilidade do trabalho, tornando-se trabalhadores temporários e assalariados e até mesmo fome.

A Política Pública assentada na financeirização conduz a processos de especialização produtiva, pelo uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes e mudas melhoradas geneticamente como também máquinas agrícolas, demandando vários custos para a produção deste cultivo, gerando grande dependência financeira, levando vários camponeses e produtores a buscarem constantemente créditos para subsidiar os cultivos.

Figura 54 - A tragédia do endividamento

The image shows a screenshot of a news article from the G1 website. At the top, there is a red navigation bar with the G1 logo and the text 'RIO GRANDE DO SUL' and 'rbs tv'. Below the navigation bar, the article title is 'Agricultores vítimas de fraude do Pronaf no RS abandonam o campo'. A sub-headline reads 'Polícia Federal investiga o caso em sigilo em Santa Cruz do Sul. Inquérito ainda aponta para casos de suicídios envolvendo endividados.' Below this, there is a section titled 'Geral' with the main headline 'PF investiga fraude em financiamentos da agricultura familiar no CE'. A sub-headline for this section says 'Publicado em 10/05/2019 - 13:00 Por Paula Laboisière - Repórter da Agência Brasil - Brasília'. Below that, another headline reads 'Pronaf relatam tragédias familiares' with a sub-headline: 'Depoimentos de produtores sustentam hipótese de que parentes se mataram após descobrir dívidas que teriam sido feitas ilegalmente em seu nome. Em alguns casos, além dos débitos, outros motivos podem ter contribuído para decisão'. At the bottom left, it says 'Por: Humberto Trezzi' and '11/11/2014 - 05h05min'. At the bottom right, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, Google+, and Email.

Fonte: G1, 2019; TREZZI, 2014.

O Estado via políticas públicas de desenvolvimento conduz a um processo de integração do campesinato às mais diversas relações de exploração impostas pelo agronegócio, expostos as inseguranças e contradições das leis de mercado e dos problemas econômicos da crise do capital que de forma impiedosa tem atingido a todos, e gerado consequências ainda maiores aos pobres, principalmente os trabalhadores e camponeses. Jogados nos liames do capital que vulnera sua condição de pagamento do crédito, os que sofreram algum tipo de perda e rebaixamento da renda, seja na colheita por conta das secas, por conta da queda na produção, ou queda nos preços, tem levado muitos a não conseguirem pagar as dívidas contraídas nos bancos, levando-os a um processo de endividamento que alimenta os lucros dos Bancos.

A crise do capital financeiro levou a um forte endividamento final da década de 1990 e início de 2000. Desde 2001, há uma articulação e lutas de camponeses e pequenos produtores para negociar as dívidas e inseri-las na carteira de renegociação do Estado. Quanto ao números e valores da dívida não há transparência quanto a real situação dos endividados do PRONAF em face a Lei Complementar 105, de 10/1/2001³², que define sobre transparência dos dados bancários blinda os bancos de fornecerem informações sobre seus prestamistas.

O que temos de informações em sua maioria são coletadas em reportagens e relatórios de comissões do Senado. Em 2009, somente na Paraíba, dos 244 municípios, 140 estavam endividados. Em Sergipe, conforme Rodrigues (2012), no ano de 2011 mais de 2000 produtores entraram numa condição de endividamento. Somente em 2013 o Governo Dilma sancionou uma lei para renegociar as dívidas contraídas entre 1999 e 2008. No entanto, todo ano milhares de camponeses tornam-se devedores. Conforme aponta o Plano Safra, somente em 2014, figura 55, 40% dos que utilizam crédito do PRONAF estavam endividados e não puderam solicitar crédito. Recentemente a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que concede desconto de 40% na liquidação das operações de crédito rural contratadas entre 2012 e 2017 no âmbito PRONAF.

³² A Lei Complementar 105, de 10/1/2001, em seu art. 1º, parágrafo 3º, determina que não constitui violação do dever de sigilo a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

O CMN, por meio da Resolução nº 4.571, de 26/5/2017, dispõe que as instituições financeiras poderão consultar as informações consolidadas por cliente constantes do sistema, desde que obtida autorização específica do cliente para essa finalidade. Em realidade, depende do tomador de crédito permitir ou não o compartilhamento de dados. Sem a autorização do cliente, nenhuma instituição financeira pode acessar seus dados no sistema. O SCR preserva a privacidade do cliente, pois exige que a instituição financeira possua autorização expressa do cliente para consultar as informações que lhe dizem respeito (BANCO CENTRAL, 2001, 2017, 2019)

Figura 55 - Endividamento do PRONAF no Brasil em 2014.

PLANO SAFRA

Endividamento impede que 40% dos agricultores familiares acessem o Pronaf

Entidades comemoram aumento do recurso no Plano Safra, mas apresentam outras demandas. Os valores do Plano Safra da Agricultura Familiar subiram e as taxas de juros foram mantidas. Um questão, no entanto, ainda precisa ser ajustada: o acesso ao crédito. Cerca de 40% dos agricultores familiares não são beneficiados pelo Pronaf porque esbarram na burocracia dos agentes financeiros.

COMPARTILHE NO WHATSAPP

26 de maio de 2014 às 21h30
Por Canal Rural

Fonte: CANAL RURAL, 2014.

De acordo com pesquisa de Roman (2018), no âmbito do crédito rural a dívida em carteira, no final de 2017, totalizou R\$ 303,71 bilhões, sendo que R\$ 24,82 bilhões, ou 8,2% do total, estavam em atraso de pelo menos um dia e R\$ 25,18 bilhões, ou 8,3% do total, haviam sido renegociados. É possível verificar a elevada concentração da distribuição do crédito rural (Tabela 3). Enquanto dívidas até R\$ 50 mil, de responsabilidade de 59% dos mutuários, respondem por apenas 5,2% da dívida total em carteira no crédito rural; as superiores a R\$ 1 milhão, correspondentes a 2,8% dos mutuários, respondem por 57,2% do total da carteira. Conforme podemos verificar, há desse modo, notoriamente um ciclo de endividamento dos camponeses retroalimenta o crescimento dos juros, transferindo riquezas aos bancos.

Tabela 3 - Dívida total e carteira em 2017

Faixa (R\$)	#Mutuários	%	Valor em R\$	%
1 - 10.000	338.389	22,2%	1.650.801.999,42	0,5%
10.000 - 50.000	561.637	36,8%	14.049.829.677,67	4,6%
50.000 - 200.000	407.186	26,7%	41.497.299.265,75	13,7%
200.000 - 500.000	127.378	8,4%	39.031.844.286,79	12,9%
500.000 - 1 milhão	48.546	3,2%	33.881.589.884,89	11,2%
Acima de 1 milhão	42.210	2,8%	173.601.611.240,66	57,2%
Total	1.525.346	100,0%	303.712.976.355,18	100,0%

Fonte: ROMAN, 2018.
Extraído de: Banco Central do Brasil

Os dados da tabela 3 demonstram que as dívidas de menores valores, ou seja, referentes a produção familiar, são as que com mais frequência encontram-se vencidas, no entanto, 75,2% dos valores em atraso correspondem a dívidas de até R\$ 50 mil, que somam apenas 13,3% do total; enquanto 1,4% dizem respeito as dívidas da grande produção, superiores a 1 milhão.

Nesse sentido, fica evidente na condição histórica de endividamento de muitos camponeses e produtores rurais com bancos, por intermédio de uma política de Estado que vem impulsionando via crédito a uma política da dívida, beneficiando o capital financeiro, gerando uma condição que leva muitos camponeses ao empobrecimento e a perda da terra.

A influência dos bancos, via crédito do PRONAF é a da negação da condição camponesa por meio do capital financeiro. O crédito mesmo sendo instrumento do capital para explorar o camponês, em face da necessidade de sobrevivência da família, torna-se uma necessidade imposta, uma vez que muitas famílias, não podem deixar de acessá-lo, pois vivem em condições sem posses e reservas financeiras para comprarem insumos e sementes, precisam, desse modo, se endividarem buscando formas de financiamento para produzir na terra.

Para alguns camponeses, mesmo que de forma indireta, o acesso as políticas públicas de crédito melhoraram a possibilidade de compra e de produção, mas isso não significa que melhoraram a realidade dos camponeses, pois o endividamento apenas possibilita custear as despesas para se produzir na terra, que a cada dia tem tido altos custos e encarecido a produção. Mas pelas falas dos entrevistados, observamos que somente fornecer o crédito não se concretiza em garantia de permanência na terra, e em muitos casos convergem para a sua perda, vulnerabilidade e dificuldades.

As dificuldades são demais. Muita preocupação, tive que até que pegar um empréstimo para quitar a dívida. Tenho muito medo de não conseguir pagar e meu nome ficar sujo (Entrevistada 3, camponesa, 64 anos, Lagoa Grande, Simão Dias -Se, janeiro de 2018).

A partir dos relatos dos sujeitos camponeses, percebe-se que o empréstimo financeiro não possibilita por si só a garantia da (re)produção das unidades de produção familiares, demonstrando que essa política é insuficiente para atender as necessidades reais para se permanecer no campo. Constata-se que a terra, o acesso

a infraestruturas básicas como água e irrigação, e o apoio para produção e comercialização são os principais anseios de quem produz na terra.

Há uma violência velada do sistema de crédito que subordina a produção camponesa e impele a sujeição da terra ao capital agrário, industrial e financeiro. A dependência do crédito modifica todas as esferas da vida, as relações tornam-se cada vez mais mediadas pela forma mercadoria. O capital financeiro especula e lucra em cima do trabalho e produção camponesa, em qualquer lugar que tenha um banco há a geração de dependência do crédito, relações de vampirização e assenhoramento que versam para a não (re)produção da sociabilidade camponesa.

6.3 A VAMPIRIZAÇÃO DO TRABALHO E DA TERRA NO CAMPO

Os sinais dos rebatimentos da transformação do espaço agrário e da produção camponesa em território e monopólio do capital estão estampados na paisagem das localidades pesquisadas, nos diversos povoados de Tobias Barreto e Simão Dias. Essas localidades possuem uma produção do espaço agrário fortemente vinculado ao processo de expansão capitalista no campo sergipano.

São localidades em que historicamente se estabeleceu a manipulação política do Estado para a questão do problema da seca criando e (re)criando políticas enquanto mecanismo de funcionalização da pobreza, sem alterar as estruturas sociais que geram a desigualdade, assumindo o discurso de sanar a sede e a fome de muitas populações que ainda vivem em condições miseráveis, em muitos casos promoveu apenas a dissimulação de recursos estatais que foram drenadas e privatizadas para as áreas de concentração da riqueza. Percebe-se que sucessivos Projetos e Políticas Públicas pouco amenizaram as desigualdades da maioria das populações mais carentes do campo

Fica evidente a gestão da pobreza quando verificamos que décadas de intervenção do Estado via implementação de políticas públicas, em várias comunidades onde habitam milhares de unidades familiares e trabalhadores rurais, não se alteram as condições estruturais que movem a roda da desigualdade do capital na concentração das riquezas, terra e água. O pouco acesso à terra e a condições mínimas para a reprodução das famílias arremessam milhares de camponeses a serem presas fáceis da exploração do trabalho rural e urbanos. Nas nossas análises observa-se que a realidade vivida por esses sujeitos é o da pobreza continua, e ela

continua como marca na paisagem de muitas localidades rurais estudadas nessa pesquisa (figura 56).

Figura 56-Casa de Taipa: símbolo da desigualdade no campo



FONTE: Pesquisa de campo, Tobias Barreto, agosto de 2016.

No espaço agrário pesquisado, a lavoura e a pecuária (figuras 57, 58 e 59) são as principais atividades agrícolas desenvolvidas, sendo que o modelo econômico agrícola está estruturado na pecuária e no cultivo de milho, o que reflete o predomínio do sistema de produção tradicional que combina a criação de gado e a agricultura. Observamos em pesquisa realizada em 2016 com 54 famílias em alguns povoados do município de Tobias Barreto, constatamos que em cerca de 90% das propriedades camponesas visitadas ocorre à agricultura e pecuária consorciadas, e em apenas 10% das propriedades dedicam-se apenas a agricultura. As lavouras temporárias estão presentes no maior número de estabelecimentos, com destaque para o milho, mandioca e feijão (99,9%), denominados cultivos de sequeiro, por serem plantados durante as chuvas. Diante da escassez de terras e das condições climáticas desfavoráveis para produzir, os camponeses recorrem ao milho e ao feijão, mandioca, para aproveitar ao máximo a pouca área disponível.

Figura 57 - Pecuária em unidade de produção camponesa



Pesquisa de campo, Tobias Barreto, agosto de 2016

Figura 58-A agricultura e a pecuária em área de produção camponesa



Pesquisa de campo, Tobias Barreto, agosto de 2016

Figura 59 - Lavoura de Milho em propriedade camponesa



Pesquisa de campo, Povoado Borda da Mata, Tobias Barreto, Sergipe, agosto de 2016.

O município de Simão Dias possui tradição histórica de cultivos para o autoconsumo, como o feijão, a mandioca, a fava, o amendoim e o milho, bem como, a pecuária. No entanto, os rebatimentos do capital no espaço agrário desse município têm envolvido o camponês na sua lógica sociometabólica da reprodução ampliada sem, contudo, destruir a totalidade dos produtores camponeses.

Neste sentido, o camponês produz para atender ao mercado e para satisfazer as suas necessidades diretas. Para tanto, a especialização da unidade produtiva em produzir para si e para o mercado tornou-se uma realidade difícil de ser evitada para o campesinato, porque a reprodução camponesa ocorre, cada vez mais, através da mediação do mercado. Uma vez que, embora o capital não seja o proprietário direto da terra, a família camponesa passa a não ter mais o domínio sobre esta, produzindo em função dos interesses capitalistas. Necessário ao movimento da acumulação do capital, a monopolização da terra pelo capital promove a apropriação do território, subordinando a produção camponesa, fazendo com que produza para a indústria, cujo caráter principal é o de apropriar-se da maior parte da riqueza produzida pelo seu trabalho, ao converter o trabalho excedente em renda capitalizada.

Em muitas comunidades que pesquisamos é possível verificar camponeses vivendo em condições precárias, enquanto a expansão capitalista no campo privatiza os melhores acessos as fontes de água e terra para produção de *commodities* e pecuária. A ausência de uma política efetiva de permanência do camponês na terra revela-se na verdade enquanto mecanismos de fortalecimento dos médios e grandes produtores e resultaram na expulsão da população rural de suas terras.

O fortalecimento da concentração fundiária, a fragmentação e ou a falta de terras converteu muitos camponeses em parceiros ou meeiros, bem como, em milhares de assalariados. Ao tempo que em que a modernização da produção gerou e a inviabilização da produção de cultivos para o autoconsumo o que poderiam garantir a permanência da terra de vida. Conforme os entrevistados, a falta de terra é o maior problema e o maior anseio dos camponeses. Nas falas abaixo fica evidente que solucionar o problema da fome e a condição de problema no campo perpassa por realizar uma verdadeira reforma agrária.

Na verdade, que tem algumas coisas que mudou aqui né. Para nós aqui tivemos um grande avanço se comparado com aquela vida que nós vivíamos a anos atrás. Tem muitas coisas que aconteceram aqui, e mudaram nosso lugar.

Mas tem uma coisa que nunca mudou para muitos aqui: a fome. Essa nos persegue (Entrevistada 1, camponesa, Sítio Alto, março de 2019).

O meu sonho é ter uma terra porque se a gente tem terra pode tirar tudo dela (Entrevistada 18, camponesa, Sítio Alto, março de 2019).

Porque a pessoa tendo a terra uma vaca para tirar leite, ou criar uma ovelha, ou pode criar um chiqueiro para criar porcos, pode criar galinha à vontade, pode plantar pode ter seu milho feijão tudo tirado do seu sítio.

Então que a Terra é o ponto certo é o certo para o agricultor. Vai vir com o Tom que não tem terra é que eu tô dizendo ele não planta e se ele não colhe ele não tem nada. Você não tem nada não, as pessoas ficam sem nada mesmo. Às vezes as pessoas dizem assim trabalha a pessoa planta o que colhe né. O que a gente planta a gente colhe não sei se dizer né. Mas se a gente não tem nada, a gente também não pode tirar nada aí? É isso aqui em primeiro lugar que precisava até para essas pessoas que não têm terra de jeito nenhum para trabalhar (Entrevistada 18, camponesa, Sítio Alto, março de 2019).

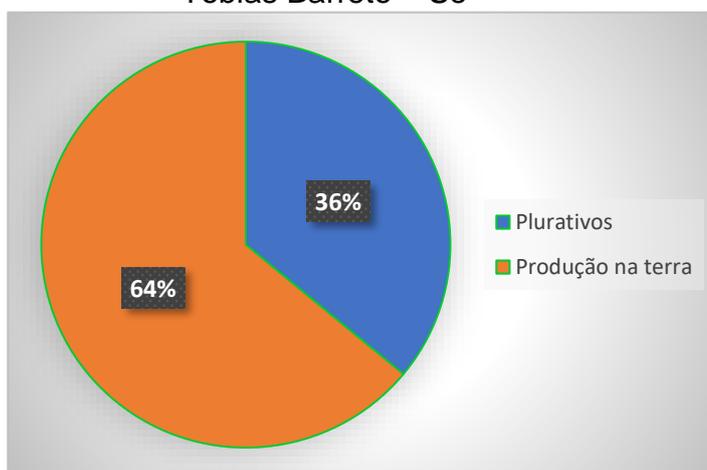
Agora quem não tem terra ou quem está plantando só um tipo de coisa tem que comprar tudo, como é que faz então que agora assim mesmo que assim na zona rural quem tem seu quintalzinho ainda precisando só acabou e nem tem uma roça de feijão? (Entrevistada 18, camponesa, Sítio Alto, março de 2019).

A persistência da pobreza, atreladas a falta de acesso a terras, tem potencializado uma intensa mobilidade e a ocupação desordenada do espaço urbano nos municípios, sem que isso seja acompanhado por condições sociais e de infraestrutura. Na visível paisagem das periferias crescem áreas de favelas em condições precárias convivem habitações, escolas, saneamento básico que atendam satisfatoriamente a essas novas demandas, principalmente no campo da infraestrutura física e de serviços e da geração de emprego e renda.

Verifica-se o não rompimento com as estruturas históricas de exploração do trabalhador e do camponês nos municípios. Tendo em vista os reajustes do capital que vem transformando intensivamente o espaço agrário, torna-se evidente que as atividades não-agrícolas estão inseridas no cotidiano dos camponeses de Tobias Barreto e Simão Dias, como sendo parte das estratégias da exploração do agronegócio, das indústrias e do comércio, tendo em vista que se beneficiam da permanência da pobreza no campo, que dita a necessidade de reprodução desses produtores. Observamos que algumas atividades, sempre estiveram ligadas de uma forma ou de outra à vida desses sujeitos, caracterizando-se por se transformar numa fonte de lucros imprescindível para o capital.

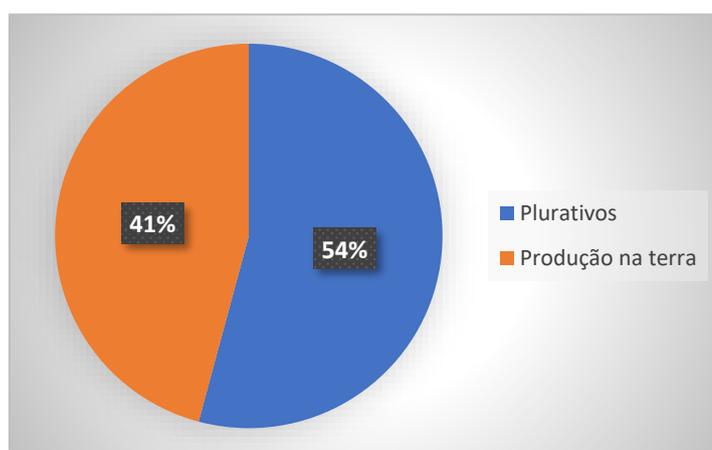
Os dados revelados na figura 60, explicitam que no município de Tobias Barreto, 36% das famílias camponesas entrevistadas têm um ou mais membros realizando trabalhos não-agrícolas, enquanto 64% das famílias trabalham somente no campo (figura 60). Os trabalhadores que realizam atividades não-agrícolas destinam as rendas advindas dessas atividades para a complementação da renda, visto que a agricultura não se faz suficiente para assegurar a (re)produção social de sua família na terra. No município de Simão Dias essa realidade é ainda mais grave, uma vez que, dentre os entrevistados, 54%, necessitam complementar a renda por meio de atividades não-agrícolas, como podemos verificar na figura 61.

Figura 60 – Camponeses que realizam atividades não – agrícolas
Tobias Barreto – Se



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018, 2019.

Figura 61– Camponeses que realizam atividades não – agrícolas
Simão Dias - Se



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018, 2019.

Compreende-se, deste modo, que na tentativa de evitar a crescente proletarização e mobilidade para as cidades, o camponês passou a criar estratégias que possibilitem a sua reprodução. Para sobreviverem adaptam-se formulando novas estratégias numa combinação dos mecanismos já existentes visando à manutenção tanto da terra, bem como, do sustento familiar.

Percebe-se a partir dos relatos dos entrevistados e de nossas reflexões que as atividades não-agrícolas têm se estabelecido onde há principalmente a pauperização, falta de terras, ou quando estas são insuficientes para o sustento de toda a família, falta de estrutura e apoio do Estado. Desse modo, muitas famílias camponesas são forçadas a buscar alternativas para sair da miserabilidade, por melhores condições de renda. Nesse processo, são presas fáceis de muitas fábricas e fabriquetas, do comércio e da construção civil, dentre outras diversificações de atividades rentáveis do mercado que pagam baixos salários em trabalhos altamente precarizados. Os membros das famílias camponesas, são forçados a se inserirem em atividades não agrícolas para sobreviver, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Os camponeses entrevistados afirmam que apesar da atividade agrícola ser mais rentável que as não-agrícolas, estas possibilitam uma remuneração mensal previsível, ao contrário da agricultura que sempre apresenta as incertezas inerentes aos meios de produção, ao clima e as instabilidades do mercado.

Para Rodrigues (2012), a liberação de força de trabalho barata é a condição para a produção e reprodução do capital. É o trabalho assalariado que garante ao capital a apropriação da mais valia. O excedente da força de trabalho do campo permite aumentar o exército de reserva de trabalhadores, alimentando a produção e reprodução do capital nas cidades, nos grandes latifúndios e complexos agroindustriais, indústrias, construção civil etc.

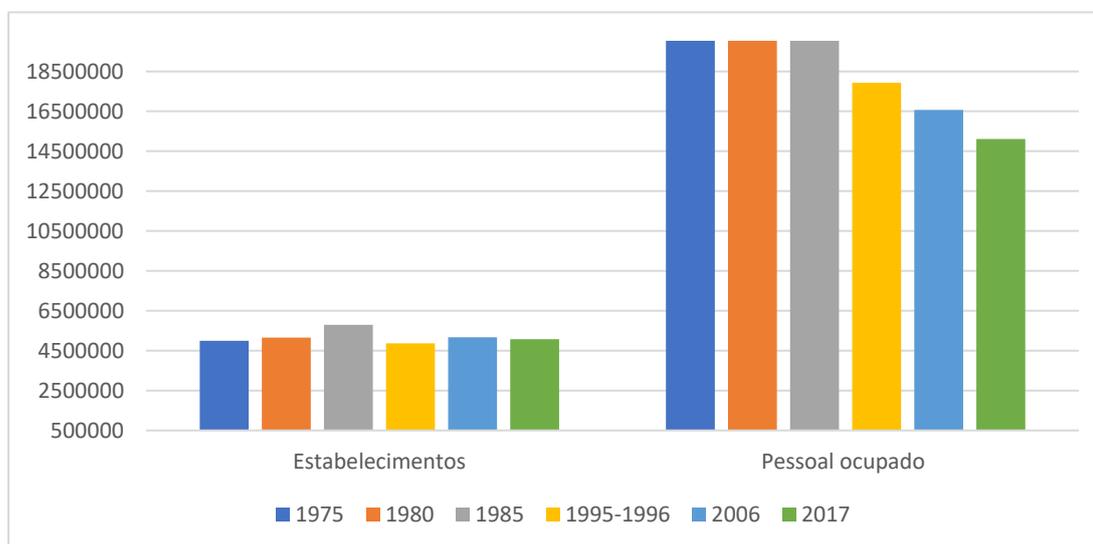
O que verificamos, em nossa pesquisa, é que a partir do momento em que determinado integrante da família camponesa passa a exercer uma atividade não-agrícola, desde que tendo suas raízes no campo, passa a exercer a função de ligação entre o meio rural e o meio urbano. Dessa forma, o campo vem deixando de ser exclusivamente agrícola, sendo cada vez mais dominado por atividades e serviços típicos de áreas urbanas, que modificam as relações sociais e econômicas.

As Políticas Públicas sempre foram apropriadas pelas oligarquias e chefes políticos locais para manter inalterado o poder político e o controle dos recursos

naturais – principalmente terra e água. É possível verificar em nossas pesquisas que as políticas públicas instaladas são insuficientes para amenizar efetivamente as desigualdades da maioria das populações mais carentes do campo.

A análise do IBGE (2019) a partir do Censo Agropecuário de 2017, conclui: “A Agricultura Familiar encolheu no país”. O encolhimento da produção familiar é verificado de forma mais evidente no Brasil, segundo dados da figura 62, desde meados da década 1990, demonstrando que essa é uma realidade antiga no Brasil.

Figura 62 – Brasil - Nº de estabelecimentos e pessoal ocupado em atividades Agropecuárias - 1975 -2017



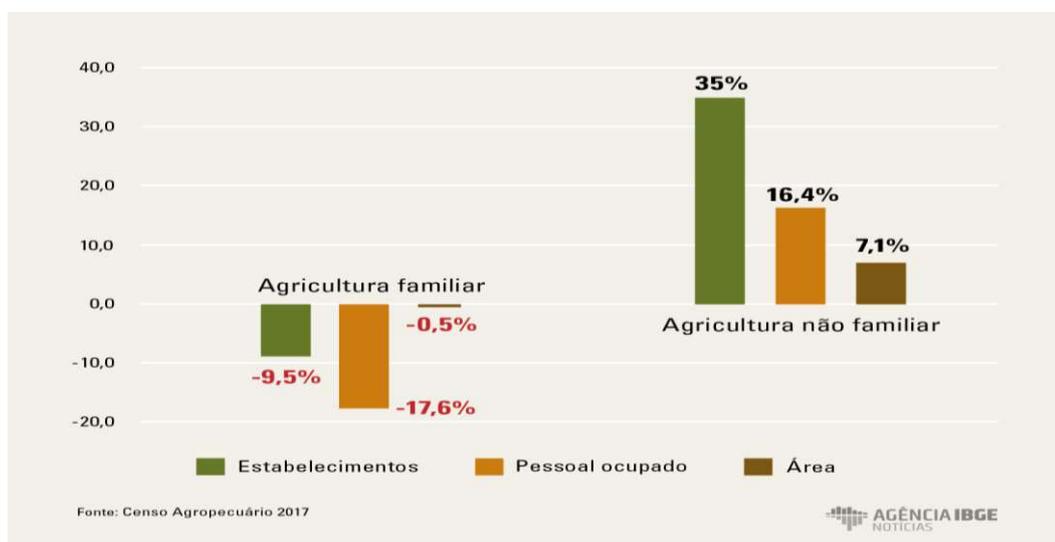
Fonte: IBGE, 2017.

Os dados mais atuais sobre a situação agrária do país, apresentados na figura 63, nos leva a compreender que em onze anos - em comparação ao último Censo Agropecuário (2006) - os estabelecimentos produzidos por unidades de produção familiar decresceram em 9,5%, isso significa dizer que milhares de famílias perderam suas terras e em consequência a terra deixou de ser de trabalho e de reprodução da vida para 2,2 milhões de trabalhadores.

“Dez anos depois, a configuração dos produtores mudou. Aumentou muito o número de estabelecimentos em que o produtor está buscando trabalho fora, diminuiu a mão de obra da família e está diminuindo a média de pessoas ocupadas. O estabelecimento acaba não podendo ser classificado porque não atende aos critérios da lei”, comenta Antônio Carlos Florido, gerente técnico do Censo Agropecuário (IBGE, 2019, p.3).

A situação dos trabalhadores desprovidos de terra se agrava quando o número de ocupações em trabalhos agrícolas decresce em 8,8%, conforme demonstra outra reportagem o IBGE (2019^a), que analisa que cerca de 1,5 milhões de trabalhadores perderam o emprego. Em 2017, havia 15,1 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Isso representou uma queda de 1,5 milhões de pessoas em relação ao Censo Agro anterior, realizado em 2006. Em Sergipe há 243 mil trabalhadores em atividades agropecuárias em 2017 (SUPLES/SEPLAG, 2019).

Figura 63 - Agricultura Familiar e não familiar 2006 -2017



Fonte: IBGE, 2019.

Esse processo de perda da terra e expulsão dos camponeses são relatados pelos entrevistados, a partir do vivido e percebido pelos moradores das localidades estudadas. Conforme a camponesa entrevistada 1, o avanço do domínio dos fazendeiros sobre as terras camponesas segue se realizado e se evidenciam na compra das terras daqueles que não conseguem mais sustentar suas famílias por meio da produção na terra.

[...] porque muitos estão saindo daqui? Porque o povo se desgostou daqui? [...]. O pessoal foi saindo, vendeu, essa parte que morava aqui tudo foi vendendo e foi saindo. Aí eu vi os fazendeiros vindo comprando de lá para cá. Eu digo, oxi! Os fazendeiros vão tomar os lotes e nós vamos pra onde? Nós não temos para onde ir. Eu digo não! A gente vai fazer um jeito, Zé. Aí eu fui comprando. Eu comprei meia tarefa aqui, um outro pedacinho acolá. E fui comprando, um pedacinho de terra por vez.

Todo mundo que pode aí compra um pedacinho que era para não deixar mais os fazendeiros né, porque nós não tínhamos mais para onde ir. Nós íamos ficar só no pertence dele? Senão nós íamos ficar cercado que nem o Pirajá. Tem o Pirajá, que também faz parte dessa associação. O Pirajá coitado, é cercado. Os fazendeiros foi comprando, foi comprando, só ficou as casinhas assim, fazenda para lá, fazenda para cá. Porque a gente trabalhava tudo junto né, quando era tarde, eles iam lá para aquele lado e a gente vinha para cá. Nós não estamos assim também porque eu fui avivando o povo. Aí quando eu comecei, eu comprei meia tarefa, comprava o quarteirão. Eu tenho um pedaço de terra e não sei quantos recibos, que até os homens das casas vieram aqui para fazer aquelas escrituras, só que não deram, até hoje não deram. Porque a gente tinha bastante recibo, porque a gente viu do jeito que ia, que se a gente não se esperta a gente tinha saído daqui também, nós estava não sei onde, estava aí pelas calçadas da rua grande, [...] podia está por aí por essas favelas, por esses lugares aí ruins de viver (Entrevistada 1, camponesa, Sítio Alto, março de 2019).

Os mecanismos de expulsão da população rural para centros urbanos são funcionais a exploração do trabalhador. No espaço agrário, a realidade comum para os sujeitos que não possuem terra, ou esta é insuficiente para o sustento da família, é se proletarizar ou torna-se um pluriativo, ou seja, única alternativa para garantir sustento que o capital e o Estado lhes dão é serem explorados como força de trabalho. As atividades não – agrícolas para muitos autores é um mecanismo de desenvolvimento no campo. Na nossa leitura crítica, é uma forma de explorar e precarizar o trabalhador e garantir a continuidade da pobreza.

Fica evidente que devido a própria natureza do caráter de classe do Estado não há possibilidade de uma transformação social pela via da política pública. Somente um processo de ruptura e alteração do modo de produção para uma produção social que não se estabeleça a exploração do trabalho como fonte de riqueza possibilitaria outras formas de sociabilidade para um real desenvolvimento humano. O esteio da (re)produção camponesa, é o acesso e permanência na terra, sem uma alteração nas desigualdades no acesso aos meios de produção, permanecerão os mecanismos que forçam as famílias camponesas a buscarem alternativas de renda fora da produção na terra.

As necessidades de expansão do capitalismo no campo e sua conseqüente homogeneização das relações de produção, diante do processo de assalariamento alastraram avassaladoras e perversas formas do capital de expropriação do trabalho

e da terra camponesa, expropriaram e tornaram submissas a seus interesses o campesinato. Porém, a sua destruição total não se efetiva, conforme prognosticado, porque como aponta Conceição (2010), “sua recriação acontece no seio do modo de produção capitalista por meio das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra”. Assim, é com a não realização da sua destruição efetiva, que ocorre a reprodução do camponês, reprodução esta tão inerente ao capital quanto o seu desenvolvimento desigual e a sua concentração/acumulação/expansão por meio da apropriação do espaço e da força de trabalho.

6.4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A UNIVERSALIZAÇÃO DA FORMA MERCADORIA: A NEGAÇÃO DA SOCIABILIDADE CAMPONESA.

O Estado e sua funcionalidade como um dos pilares do sistema sociometabólico do capital, atendendo a suas necessidades de reprodução e preservação das relações capitalistas no conjunto da sociedade de classes, opera como um agente regulador nas relações entre os proprietários de capital e proprietários da força de trabalho, na garantia da reprodução da força de trabalho; no amortecimento de suas crises e tendências da queda de lucros; no controle dos conflitos sociais; possibilitando o processo desenfreado de sua expansão mundializada.

Na atualidade esse processo de expropriação perdura, por mecanismos cada vez mais complexificados, além dos processos de apartação por meio da expropriação da terra, dos meios de produção e de vida e produção de uma horda de assalariados que vagam no livre mercado em busca de serem explorados, outros processos passam a se estabelecer no espaço agrário para a metamorfose da sujeição e subsunção do trabalho e da produção camponesa em formas de exploração capitalista.

Ricardo Antunes (2005), reflete sobre esse processo de apartação no capitalismo contemporâneo que opera no aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades, de outro, as necessidades da auto reprodução. Para o autor, as consequências nefastas desse processo são: a destruição e/ou precarização sem paralelos, em toda era moderna da força humana que trabalha; degradação crescente da natureza, na relação metabólica

entre os homens, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada dos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias.

A expansão do capitalismo no campo a partir do processo de industrialização, da modernização da produção agrícola, e posteriormente da política neoliberal redefiniu o papel do Estado nesse processo. O estabelecimento de Políticas Públicas provocou profundas e irreversíveis transformações no e do espaço agrário brasileiro, bem como redefiniu novas relações de expropriação do trabalho, provocando a erosão política e o desmonte dos movimentos sociais de processos de regulamentação da produção e do Estado, redefinindo antigas relações e ao mesmo tempo criando novas estratégias para intensificação dos mecanismos subumanos de exploração do trabalho na cidade e no campo. O avanço dessas novas relações capitalistas promovem em parceria com o Estado mudanças significativas nas relações sociais e consequentemente no espaço geográfico, no qual a organização espacial e a expansão geográfica se tornam produtos necessários para o processo de centralização e acumulação capitalista, criando e recriando processos geográficos desiguais.

Pode-se apontar como recorrente surpresa por alguns estudiosos o fato de que embora muitos teóricos tenham apontado a inevitável exclusão e desaparecimento do campesinato, em face ao brutal processo histórico de expropriação da terra e de riqueza do trabalho, inerentes ao desenvolvimento desigual e combinado do capital, que na busca pela universalização da forma mercadoria, dos valores de troca, via assalariamento e aniquilamento dos meios de produção e de todas as formas de sociabilidades, permeiam o valor de uso, no entanto, essas formas residuais, ainda que cada vez mais consideradas antiguidades e raridades em muitas localidades e países, e permeadas por relações cada vez mais sob o domínio da forma mercadoria, persistem por meio da produção familiar, numa resistência que não deve ser romantizada, pois essa resistência que perdura por gerações e tem raízes históricas milenares, envolve uma luta histórica, enfrentando cada vez mais as condições precárias de exploração do capital.

Esses sujeitos resistem em ter uma sociabilidade de trabalho e de (re)produção que não é baseada nas relações da forma mercadoria. Há, portanto, uma inexplicável resistência desses sujeitos históricos por meio de diversas formas de laços de permanência na terra, de luta na criação/recriação dos valores camponeses, ainda que nesse processo tenha consumido muitas vidas, e ainda consuma, de forma

cada vez mais violenta. A produção camponesa possui uma rica dinâmica diferenciada e particular. A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. No qual a lógica camponesa não é a de acumulação de capital, mas reprodução de seu modo de vida (CONCEIÇÃO, 2010). Têm-se dito, por muitos autores, que a economia camponesa se caracteriza por formas de (re)produção autônomas (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, assentada com base principal na economia de autoconsumo. A sociabilidade do campesinato é baseada na relação homem – natureza, no qual a terra é de trabalho e de vida, ainda que essas relações estejam cada vez mais permeadas pelas mediações das sociabilidades do capitalismo, sujeitados a se ajustarem para sobreviverem às fortes imposições da normatização e pressões dos perversos mecanismos econômicos do capital.

Homem-natureza-trabalho é uma forma dialética de produção. A base de toda sociedade e do próprio homem é o trabalho. É pelo trabalho que o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens de forma a produzir sua existência material. A cada alteração das forças produtivas os homens modificam o seu modo de produzir, modifica as formas de produzir seus meios de existência e as relações sociais. (KOSIK, 2002).

Ao produzir, o homem pode apenas proceder como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma das matérias. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças da natureza. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. O trabalho é o pai da riqueza material, como diz William Petty, e a terra é a mãe (MARX, 2017, 167).

Para Lukács (2013), surge no trabalho, um complexo dinâmico, cujas as categorias determinantes representam algo radical e qualitativamente novo perante a natureza. [...] faz parte da essência do próprio trabalho, e mais ainda dos demais tipos de práxis social que deles origina, dar vida a novas formas mediadas socialmente, cada vez mais complexas, de modo que a vida do homem passa a desenrolar-se cada vez mais num ambiente criado por ele enquanto ente social, e a natureza figura nesse ambiente principalmente como objeto do metabolismo com a natureza.

O trabalho familiar na terra existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade e modos de produção. (FERNANDES,

2002). Os camponeses³³, esses sujeitos produtores de trabalho-natureza, que se encontram em determinadas condições materiais de vida, são o resultado da atividade passada (história) e continuam serem transformadas pelo presente, impostas pelas necessidades de sobrevivência.

É o modo do trabalho social, a produção, que em cada época histórica, desde os primórdios da civilização, determina, em primeiro lugar, as relações sociais entre os homens cujos progressos decisivos são igualmente fios deste desenvolvimento (LUXEMBURGO, 2015, p.35).

Os povos primitivos, baseados em laços sanguíneos e ascendência comum, que ainda existem hoje, não são senão, por um lado, um grau elevado no desenvolvimento da família e, por outro lado, o fundamento de toda a vida social conjunta dos povos. Durante os tempos em que não havia o Estado na moderna acepção da palavra, ou seja, a organização coercitiva sobre uma base territorial firme (LUXEMBURGO, 2015, p.37).

Conforme reflete Smith (1988), na tradição político-econômico do século dezoito os fisiocratas colocavam a "natureza" como a fonte direta do valor. Eles concebiam o trabalho agrícola como o único meio de se produzir valor. Com a teoria de formação do valor, de Adam Smith, negou-se a prioridade da produção agrícola e com ela a da natureza exterior. A tradição clássica de Ricardo até Malthus e Mill, cada vez mais tratou a natureza não como um elemento central da teoria econômica, a natureza foi cada vez mais sendo considerada um fator externo, uma barreira que limitava o desenvolvimento econômico, ou como uma causa de crise em suas vicissitudes. “Esta desvalorização da natureza, em teoria, acompanhava paralelamente na sua realidade a sua efetiva desvalorização efetiva na realidade, seja no campo ou na fábrica” (SMITH, 1988, p. 47).

Marx (1978), é incansável em demonstrar por todos os meios em vários de seus escritos que é o trabalho que dá às coisas quase todo seu valor. Entendendo por valor

³³“A Declinatio Rustica alemã do século XIII tinha seis declinações para a palavra camponês – vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; e no plural – miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis” Para o autor Redfield, a sociedade e a cultura camponesa têm algo de genérico em si. Uma organização da humanidade com semelhanças em todo o mundo” O autor Fei) define o camponês como um “modo de vida”. Significados semelhantes podem ser atribuídos, a “um camponês” em diferentes períodos e sociedades. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. (SHANIN, 2005, p.1).

o valor de uso e por trabalho o trabalho concreto, independentemente da quantidade. Reflete o autor que, se o trabalho pode ser erigido na medida do valor de troca, é porque o trabalho cria o valor de uso. “Aquilo que não pode ser reduzido a trabalho, no valor de uso, é um dom da natureza e portanto, propriedade comum” (MARX, 1978, p.21).

A forma de produção familiar que tem como base o trabalho e o valor de uso da terra enfrenta ameaças significativas quando para se reproduzir necessita do Estado e de suas políticas para acessar a recursos produtivos, serviços sociais, infraestrutura básica, serviços rurais, financiamento e extensão agrícola, além de esbarrar em uma muralha de entraves e formas de burocracia para acessar a maioria desses serviços públicos, acessar algumas dessas políticas públicas pode significar possibilidade real de ser aprisionado em uma teia de relações capitalistas que ao invés de beneficiá-los agem para negar a sua existência.

Ao negar os laços com a terra, quando a forma mercadoria avança e permeia sociabilidade da produção camponesa, a mediação do valor de troca, do capital conduz negação da relação homem-natureza, do valor de uso da terra, esvanece e até mesmo destitui os laços da sociabilidade das relações que são pilares sociais do trabalho camponês que a produção da natureza e da terra em produzir alimento para atender as necessidades de sua família. Cultivos que sempre sustentaram e complementaram o alimento da família agora precisam ser comprados no mercado ou feiras. A cesta básica está cada vez mais permeada por industrializados, processados e embutidos, com a terra camponesa cada vez mais mergulhada em agrotóxicos, insumos, maquinários. Cada vez mais não se retira da terra nenhum alimento que lhe sirva para o consumo.

Na produção familiar, o local de trabalho é a mesma propriedade onde o produtor mora e, por isso, ele tem muito mais cuidado com a terra, pois depende desta para viver e reproduzir sua família. Essa relação homem-natureza, com a terra, tem um modo de (re)produção da vida baseado em raízes históricas de um metabolismo natural, ainda que na atualidade tenha incorporado técnicas que não possibilitem uma produção de base totalmente ecológica e nem cheguem sequer perto da simbiose homem-natureza, como os povos indígenas, a terra tem valor de uso para o camponês, e não valor de troca como mercadoria descartável. Observa-se que em muitas propriedades familiares há maior preservação da biodiversidade, pois a base da produção é assentada primeiramente na garantia de alimentos para o sustento e

(re)produção da família, desse modo, a produção dos cultivos camponeses tendem a ser baseada na policultura e não na monocultura como nos empreendimentos do agronegócio.

Agente planta de tudo que é alimento, essas comidas de roça, milho, fava, feijão [...] só vendemos o milho, o resto é tudo guardadinho para ir comendo durante ano de novo, porque se agente vender o feijão agente não come, porque tendo na roça da gente vender para depois comprar isso não é futuro. Vendemos o milho porque ninguém vai comer só milho, comemos ele verde, mas ele seco quem vai comer? [...] só as galinhas né (Entrevistada 25, camponesa, Sitio Alto, Simão Dias, julho de 2019).

Diferentemente da produção camponesa, as grandes propriedades exploradas pelo agronegócio, busca por máximo de lucro e aplica formas de modernização conservadoras para conseguir a máxima produtividade de forma acelerada, via processo com altos custos ambientais e sociais. Nesse sentido, a relação com a terra é a de valor de troca, em que seu uso é o de consumo predatório e mercantilista, o objetivo é explorar toda a capacidade da terra, até deixa-la arrasada, assim que a riqueza da terra é totalmente consumida e esgotada ela é descartada, logo a exploração capitalista da terra passa a ocupar novas terras e territórios para continuar o ciclo de exploração do capital.

Conforme a FAO (2018) na produção familiar há também melhor trato com as fontes de água, pois o seu uso é para o consumo da família e animais, e não apenas para a irrigação dos cultivos, garantindo, desse modo, água de melhor qualidade no lençol freático, melhor cobertura do solo, e prevenção das matas, e menor assoreamento dos rios. Em áreas urbanas, a agricultura camponesa ainda forma cinturões de proteção contra o avanço do desmatamento e crescimento desordenado das cidades. Para a FAO (2018) nas grandes propriedades, a relação com o solo é mercantilista e quando a terra se esgota, ocupando novas áreas – e isso acontece historicamente no Brasil.

As análises desenvolvidas por Marx nos possibilitam compreender o cerne da questão agrária. O paulatino processo de expropriação do camponês em várias partes do mundo e em tempos históricos diferentes, tem demonstrando como esse processo é essencial para o desenvolvimento do capital. Detenhamo-nos em sua análise neste momento. Conforme já refletimos anteriormente sob o esteio da teoria marxiana, o

modo de produção societal capitalista tem em sua base social de existência a separação da sociedade em duas classes. Essa é a forma histórica que atinge a nossa sociedade, na qual a riqueza de uns se produz à custa da exploração e da opressão de outros. A riqueza da classe dos senhores (que não trabalham, mas que por meio da coerção e expropriação, se apropriam e exploram o trabalho alheio) existe por meio da exploração da classe dos trabalhadores, escravos do capital, que desempenhavam a tarefa social do trabalho, porém são desprovidos das riquezas que produzem. A condição da produção da riqueza torna-se o condicionante, para o capital expandir-se. É preciso a “condição absolutamente necessária do seu sociometabolismo levar o trabalhador a torna-se o determinado, o produtor é posto como o produto de seu produto. (MARX, 2010, p.30)

“A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2017, p.157). Sem nenhuma intenção de compendiar Marx, senão de reproduzir aspectos que consideramos essenciais para o entendimento mais amplo do seu pensamento, procederemos a uma explanação que, além de bastante resumida, nos deteremos nesse momento a partir de alguns lineamentos de seu pensamento privilegiando a faceta sobre a mercadoria.

Para Marx (2017), a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Toda coisa útil, é um conjunto de muitas propriedades e pode, por isso, ser útil sob diversos aspectos, as múltiplas formas de uso das coisas é um ato histórico. O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso. Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso.

Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor. Reflete o autor, que na gênese da produção capitalista, no fundo existe uma completa separação entre o produtor e os meios de produção e que a expropriação do produtor agrícola, do camponês e de seu solo, é a base de todo esse processo. (MARX, 2017)

No entendimento de Carcanholo (2013), a perspectiva dialética de Marx compreende a natureza da riqueza capitalista em uma unidade contraditória que contém ao mesmo tempo duas dimensões que se relacionam entre si intimamente: o conteúdo material³⁴ e a forma social; da materialidade e da relação de domínio. À medida em que a sociedade mercantil avança se desenvolve, a dimensão social da riqueza vai adquirindo cada vez mais importância, impondo-se sobre o valor de uso. Se no início dessa forma social está muito mais ligada a “materialidade” do que é produzido, conforme se desenvolve e avança a sociedade mercantil e suas relações, mais e mais importante se torna a dimensão social da riqueza. [...] “O produtor de determinada mercadoria, quando a produz, não está pensando na satisfação que ela poderá proporcionar para quem irá a consumir; só pensa no dinheiro que poderá obter” (CARCANHOLO, 2013, p.141). O produtor torna-se cada vez mais subordinado à lógica do dinheiro, do valor, e não à materialidade do produto, esta materialidade só é relevante na medida que possibilita mais dinheiro. Desse modo, explicita o autor, que a sociedade mercantil, a riqueza é cada vez mais permeada por relação social e cada vez menos por “materialidade”. Na sociedade capitalista esse processo passa a dominar e se desenvolver freneticamente, aprofundando as relações sociais em um processo de desmaterialização da riqueza, passando a ser medida por sua forma social, pelo valor, a materialidade da riqueza capitalista, é, portanto, substancialmente domínio do trabalho alheio. No entanto, destaca o autor, apesar desse processo de desmaterialização, a riqueza na sua dimensão social sempre tem por detrás o seu conteúdo material: a substância valor de uso.

Ressalta Carcanholo (2013), que a teoria do valor de Marx é a teoria da natureza da riqueza capitalista:

- A riqueza capitalista é ao mesmo tempo duas coisas, valor de uso e valor;

³⁴ Carcanholo (2013), salienta que a materialidade que Marx se refere não é a determinação físico/material, mas, ao chamado “conteúdo material” que envolve também os serviços.

- A unidade contraditória entre valor de uso e o valor é o que se denomina mercadoria;
- Mercadoria não é uma coisa, mas um processo de desenvolvimento que se explica pelo desenvolvimento da contradição entre os seus polos: valor de uso e valor;
- O desenvolvimento do capitalismo consiste precisamente no processo de através do qual o valor (forma histórica da riqueza) subordina cada vez mais o seu oposto, valor de uso;
- O limite do capital, nunca alcançável, mas sempre desejável por sua lógica, é a destruição do valor de uso como aspecto necessário da riqueza capitalista. Análogo a isso, é o processo de desenvolvimento da forma de valor, que consiste na interminável busca de um equivalente geral que seja pura representação do valor, sem nenhuma representação da forma de referência ao valor de uso;
- Embora seja certo que, na história concreta, o valor de uso nunca possa desaparecer (ou ser destruído) como aspecto da riqueza capitalista, na unidade contraditória chamada mercadoria, ele é o polo dominado (a partir de um determinado momento do desenvolvimento mercantil);
- O valor é o aspecto dominante da mercadoria. A riqueza capitalista não é, exclusivamente valor, mas tende a sê-lo.

Reflete Marx (2017) que na sociedade capitalista os valores de uso, constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca. O valor de troca, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço, aparece como algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria. Nesse processo, ressalta o autor, na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo completamente independente de seus valores de uso. No entanto, abstraindo-se agora o valor de uso dos produtos do trabalho, obteremos seu valor como ele foi definido anteriormente. O elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor. A continuação da investigação do autor, nos levará a compreender o valor de troca como o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor, mas este tem de ser, por ora, considerado independentemente dessa forma. “Assim, um

valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato (MARX, 2017, p.163).

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [*Warenkörper*], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens (MARX, 2017, p. 164)

Marx (2017), evidencia, portanto, que, no valor de uso de toda mercadoria reside um trabalho útil. Valores de uso não podem se confrontar como mercadorias se neles não residem trabalhos úteis qualitativamente diferentes. Numa sociedade cujos produtos assumem genericamente a forma da mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados separadamente uns dos outros como negócios privados de produtores independentes, desenvolve-se como um sistema complexo, uma divisão social do trabalho. Os valores de uso, em suma, os corpos das mercadorias, são nexos de dois elementos: matéria natural e trabalho. Subtraindo-se a soma total de todos os diferentes trabalhos úteis contidos no casaco, linho etc., o que resta é um substrato material que existe na natureza sem a interferência da atividade humana.

A forma mercadoria assentada no valor de troca aprisiona o camponês em uma teia em que ele torna-se subordinado ao capital, produzindo para atender as suas demandas e interesse. O avanço desse processo de vampirização camponesa tem se aprofundado com as políticas públicas. O Estado em aliança política com os interesses dos latifundiários, das corporações e do rentismo, possibilita a destituição e ou inviabilização das formas de sociabilidade da agricultura camponesa.

Ao conduzir políticas públicas que assumem a expressão da funcionalidade econômica do agronegócio, mediadas pelo capital financeiro, agem para negar a condição camponesa por todas as vias possíveis das relações que não são mercadorizadas pelo capital. Ao negar a repartição da riqueza da terra com os povos, garantindo que a propriedade fique intocada e concentrada nas mãos dos proprietários, impossibilitando o acesso a terra e a reforma agrária, quando o Estado de Direito opera ou deixa de operar, seja pelas leis que são mortas, ou as que agem em benefício do privado, possibilita a prosperidade do latifúndio permaneça inabalada,

improdutiva e sem função social; e não fiscaliza a grilagem que avança derrubando florestas e expulsando índios, quilombolas, ribeirinhos e camponeses.

Nega-se também ao promover a privatização dos recursos da natureza (terra, água, floresta, biodiversidade) excluindo as fontes de alimento complementares extrativistas que são essenciais para a sobrevivência e sustento das famílias. Nega-se também a possibilidade da sua reprodução no seio da terra, comprometendo e vulnerabilizando a condição de permanência da (re)produção camponesa, que passa a produzir apenas sob a face do sociometabolismo das relações de produção capitalista.

Virginia Fontes (2010), reflete sobre a importância da expropriação como base social e condição central da expansão da relação capitalista no livro ***Brasil Capital-Imperialismo***. Segundo a autora, a enorme expansão capitalista no século XX não reduziu a complexidade da expropriação: é impossível desconsiderar a persistência de setores cujas relações internas não espelham mecanicamente um conjunto das relações capitalistas tomado como “modelar”, em especial setores camponeses que resistiram, sob formas variadas, à expropriação e às formas políticas, sociais e culturais que a acompanham. Pode-se, portanto, admitir que estes sujeitos ainda constituam uma fronteira externa para o capital, na medida em que detêm ainda a propriedade da terra (no todo ou em parte) e a de seus meios diretos de produção, conservando-se num modo de produção de mercadorias não plenamente capitalista. Não obstante, destaca a autora, torna-se cada dia mais difícil considerá-los como alheios à dinâmica capitalista e, portanto, como externalidades, inclusive porque, em muitos casos, tornaram-se alvo das novas expropriações, além da de terras, podemos citar a expropriação das águas, das florestas, dos meios de vida. “Parece-nos haver um estreitamento avassalador de fronteiras externas ao capital, ao passo que os procedimentos fundamentais, que constituem a relação social fundante do capital – as expropriações – se intensificam de maneira apavorante (FONTES, 2010, p.72).

A tendência permanente a tudo englobar pelo capital modifica formas históricas diversas e, mesmo quando permite a manutenção ou incita sua reprodução, as converte em modalidades alteradas de subordinação ao capital, obstaculizando a possibilidade de sua reprodução plena nos formatos pré, não ou anticapitalistas. A imposição de traços sempre mais desigualitários favorece, contraditoriamente, que se reconstituam, ou mesmo se reconstruam, os elementos mais fortemente contrastantes das tradições anteriores,

em especial os elementos igualitários, em sua oposição à dissolução mutilada dos vínculos comunitários imposta pela constante expansão expropriadora do capitalismo. Constituem, a meu juízo, não externalidades ou resquícios, mas lutas plenamente internas, que incluem a capacidade renovada de contrapor tradições diversas à forma aniquiladora da imposição generalizada do capital. Reagem abertamente às características fortemente desiguais da subordinação expropriadora capitalista, que não se amainaram e, ao contrário, se aprofundaram. (FONTES, 2010, p.71).

As relações monetárias têm penetrado em cada canto do mundo e em quase todos os aspectos da vida social e até mesmo da vida privada. Essa subordinação formal da atividade humana ao capital, exercida pelo mercado, tem sido cada vez mais complementada por aquela subordinação real que requer a conversão do trabalho na mercadoria, força de trabalho, por meio da acumulação primitiva. Essa transformação radical das relações sociais não ocorreu de modo regular. Ela se moveu mais rápido em alguns lugares do que em outros. Tem resistido mais fortemente aqui e sido mais bem-vinda ali. Tem penetrado de maneira relativamente pacífica em um lugar e com uma violência genocida em outro (HARVEY, 2013).

O geógrafo David Harvey (2004) passou a disseminar em seus escritos e livros a tese da “acumulação por espoliação”³⁵, contraposta à acumulação por reprodução expandida. Harvey (2004) esteia essa contraposição na teoria construída por Rosa Luxemburgo sobre a **acumulação do capital** (1988), na qual afirma a tese da existência de fronteiras de expansão para o domínio do capital, compostas por relações não plenamente capitalistas, como elementos essenciais para a expansão do capital e do capitalismo,

Conforme Fontes (2010), para Harvey, a acumulação por despossessão indica o renascimento modificado, no mundo contemporâneo, de uma forma arcaica (acumulação primitiva), que volta a se expandir, incidindo, inclusive, nos países já plenamente capitalistas, e que implica a eliminação (espoliação) de direitos e o controle capitalista de formas de propriedade coletivas (como natureza, águas e conhecimento) e, com isso, potencializa sua acumulação. Ressalta que, como essa expansão atual reatualizou o roubo, “pecado original” da acumulação primitiva, para que a acumulação atual sobreacumulada, não cesse. Mantém-se a expropriação de

³⁵ Dispossession, em inglês.

trabalhadores do campo, mas volta-se agora para espoliar bens e direitos em situações plenamente urbanas e já capitalistas.

Para Fontes (2010), Harvey (2004), supõe que Marx trata a expropriação como um momento original (“primitivo”), que desaguaria em seguida na acumulação ampliada, normalizada, embora sujeita a crises. Por essa razão nomeia a situação atual de acumulação por espoliação, pois seria qualitativamente diferente da forma tradicional, produtiva e ampliada, do capital: “a implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto”. Para a autora, a dualidade entre um capitalismo normalizado e um capitalismo predatório não parece se sustentar, e sim formas de conexão peculiares a cada momento histórico, no qual as forças capitalistas dominantes (quer tenham origem em países centrais ou nos demais) aproveitam-se de situações sociais, históricas e culturais díspares, subalternizando populações sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando ou recriando formas tradicionais como trampolim para sua expansão.

Harvey (2004), afirma que a acumulação primitiva retornou via acumulação por despossessão, dando a entender que ela tenha desaparecido. A questão central é que para esse autor, o capitalismo sobrevive da produção de espaço. Portanto, nesse sentido, o autor compreende o capital apenas como fator de produção que se desloca por meio de ajustes espaciais e por meio da produção em ilhas, isoladas localizadas, espaços que ainda há possibilidade de serem explorados (CONCEIÇÃO, 2019³⁶).

Conforme Conceição³⁷ (2016), não se nega que há um processo de acumulação que se dá via despossessão, mas Harvey (2004), ao compreender a despossessão como um novo processo de acumulação primitiva, desloca a centralidade capital/trabalho e os seus pilares conceituais, não se aponta, portanto, que é o trabalho quem garante a (re)produção do capital. Harvey (2004) defende que a financeirização, a globalização e a política neoliberal são estratégias da acumulação por espoliação. “A acumulação do capital tem caráter dual: o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação estão entrelaçados dialeticamente” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 23).

Para Wood (2017), o que distingue o mundo de hoje das fases anteriores do capitalismo é a universalização dos imperativos capitalistas. Para a autora não há

³⁶ Notas de caderno de orientação (2019).

³⁷ Notas de caderno de orientação (2016)

mais relações externas entre poderes capitalistas e dependências não capitalistas. Os imperativos do capital penetraram profundamente em todos os aspectos da vida que se tornam mercantilizadas, “em todas as economias dependentes, a sua universalização pode levar a marginalização e empobrecimento ainda maior das economias dependentes” (CONCEIÇÃO, 2017, p.24), por meio de imperativos econômicos do mercado, via especulações, processos de coerção extraeconômicos, mantendo os Estados subalternos e vulneráveis à exploração.

Para Conceição (2016), o que seria um processo de acumulação? Se entender o capital apenas sob a forma dinheiro, pode compreender a concentração de dinheiro como um processo de acumulação. Há, portanto, um mito instaurado quando se pensa que dinheiro gera dinheiro. Nessa lógica poderíamos até dizer que há capitalismo nesse processo, mas, no entanto, não há acumulação de capital, conforme nos mostra Marx (2011, 2017), não é possível uma acumulação do capital, se não há um processo de exploração com base no assalariamento. Quando falamos em capital estamos falando de mais valor, que só é produzido por meio da extração de uma quantidade de excedente de trabalho não pago ao trabalhador. O capital se valoriza, e portanto, produz acumulação, por meio da absorção da maior quantidade possível de extração de mais-trabalho. Geralmente quando se faz a leitura da acumulação primitiva, muitos a fazem a partir da leitura situada em fases estanques, é comum, portanto, se falar em datação num tempo histórico, ou em etapas evolutivas de desenvolvimento do capital numa dada localidade até chegar numa fase avançada como se ocorresse numa relação de mera causa e efeito.

Na nossa tese analisamos a acumulação primitiva partir da teoria de Marx (2011), para seu melhor entendimento, é preciso refletir sobre modo, o processo de reprodução do capital, compreendê-lo em seu movimento histórico no contexto da história do capitalismo não a partir de fases evolutivas, mas no desenvolvimento de uma história em movimento, em processo, sendo assim a partir de saltos, um processo que se perfaz no movimento desigual e combinado. Ressalta-se que a leitura da acumulação primitiva de Marx também deve ser lida em seu movimento histórico, de construção da teoria, que também não é estanque, ela também se constrói e (re)constrói em saltos.

Nesse sentido, compreende Marx (2011), a acumulação primitiva, como formas de exploração que ainda não são assalariadas, que fazem parte de um processo de longa duração para o desenvolvimento da forma capitalista, por meio do saque, a

pilhagem, a rapina. Os cercamentos são os efeitos mais explícitos desse processo de expropriação e vão inaugurar a possibilidade de mobilidade do capital. Dessa forma, não é somente a lógica de produção em si, que propicia uma mudança nas relações sociais de produção, são as relações de produção capital-trabalho que as determina.

Assim, aponta Marx (1988), “a expropriação do camponês, privado de suas terras constitui a base de todo o processo.

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca para classe capitalista em formação, sobretudo, aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos. (MARX 1988, p.830).

A acumulação capitalista se justifica no direito dos usos e abusos da condição humana. O sistema sociometabólico do capital se articula em uma rede de contradições, para a sua realização, via forma de acumulação intensivas e de formas de gestão e fluxo, induzindo sempre em maior intensidade à ampliação da produção de valores de troca. “ A tendência expansionista intrínseca do sistema produtivo é garantia de maiores lucros, com maior intensidade à produção de valores de troca” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 22). A autora ressalta que o imperialismo não é somente uma formação de impérios. “Marx denomina o imperialismo como o processo de controle e o poder total do mundo. Conforme já ressaltamos, Lenin (2011), compreendia o império como um processo de acumulação por meio de estágios em que atinge o processo de dominação sobre nações e países”, entende como as políticas das nacionalidades, que passam a ocorrer no sec. XIX. O domínio de controle de mercados econômicos e políticos é quem irá determinar a capacidade de dominar, controlar, monopolizar, ou seja, imperar. Rosa Luxemburgo (1988), compreende que o imperialismo se dá não somente pela exploração do capital sobre o trabalho, o imperialismo se dá também pela subordinação das formas não capitalistas. Harvey entende o Imperialismo como um projeto cujo poder se baseia no domínio de um território e na capacidade de mobilizar no espaço e no tempo recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos, militares e os processos moleculares de acumulação do capital (CONCEIÇÃO, 2017, p. 23). Conforme já debatemos, o Imperialismo entra em uma nova formatação quando se dá a Segunda Guerra Mundial, quando os EUA passam a dominar enquanto Império Mundial. Na

atualidade, em que para a garantia do pleno desenvolvimento do capital, massas de capitais em busca de valorização, são empurrados pela concorrência, “a necessidade sempre crescente de mercados para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares” (MARX, 2011, p. 11).

O avanço do processo da mundialização do capital e da financeirização da economia criaram novos padrões de exploração e acumulação, por meio de distintas maneiras de dominação do espaço geográfico atingiram de forma contundente o campo brasileiro, sem contudo, alterar a sua lógica predatória permanente em (re)criar expropriações. Na busca da capturação do valor, da riqueza social do trabalho, por meio de máxima ampliação da acumulação possível, da valorização, busca a garantia de maior exploração de mais trabalho, as expropriações converteram e continuam convertendo massas crescentes de populações autossuficientes e detentoras de seus meios de produção, em multidões sem propriedade, transformados em força de trabalho, em hordas de trabalhadores livres para serem explorados. Como nos lembra Fontes (2010), a expropriação do capital não é apenas um fenômeno econômico, e não diz respeito apenas à expropriação da terra e ou recursos sociais de produção, é propriamente social, mesmo se parcial ou limitada. Significa de forma absoluta a supressão das condições dadas da existência dos trabalhadores ao tempo em que ocorre a mercantilização crescente dos elementos necessários à vida, levando a consequente inserção, direta ou mediada, nas relações mercantis, impelindo a necessidade objetiva e subjetiva, de venda da força de trabalho.

A sustentação desse sistema econômico impõe uma barbárie sem fim ao campo e a cidade. No Brasil, a trajetória da expansão do capital tem provocado intensas transformações sociais e espaciais. Florestas são derrubadas para dar lugar a pastagens e monoculturas, rios e fontes de água contaminados por venenos, dejetos industriais e de minérios ou explorados até a últimas avassaladoras transformações nas formas sociais e de vida de populações inteiras em várias partes do mundo, bem como (re)configurações territoriais e na estrutura produtiva, favoreceram a intensificação da expansão e reprodução capitalista. No bojo de sua expansão em todos as esferas da produção, implanta-se um modelo de agricultura predatório de natureza e trabalho, por meio da monopolização e da territorialização do capital no campo, através da subordinação da terra, e da apropriação do produto gerado pela força de trabalho camponesa. No campo, a parceria histórica entre latifúndio, capital

e Estado corrobora para a cristalização desse cenário de expropriação da terra e do trabalho do sujeito camponês, sustentáculos que perpetuam arranjos políticos e sócio territoriais que se organizam pelo e para o capital, por onde passam, postulando impiedosamente um rastro de devastação da terra e da degradação humana.

A totalidade da forma capital – em sua potência expropriadora, base da subordinação das forças de trabalho – não é homogênea e move-se através de procedimentos históricos variados, híbridos, desiguais. O que é similar na expansão do capital não é a maneira pela qual o assalariamento contratual se realiza, sempre extremamente variado, mas a produção expropriatória da base social criada para assegurar sua expansão, qualquer que seja a condição prévia na qual se encontra tal população (FONTES, 2010).

Assinala, então, a importância da expropriação contratual, ou a tendência à exploração da força de trabalho desprovida de vínculos geradores de direitos, como o trabalho por venda de projetos, a constituição de empreendedores de si mesmo, como as “pessoas jurídicas” singulares; a quebra da resistência tradicional dos trabalhadores decorrente de sua unificação em grandes espaços pelas desterritorializações; as flexibilizações de contrato, precarizações e assemelhados, todas elas agindo no sentido da expropriação da nova capacidade cooperativa dos trabalhadores através de segmentações implementadas por novas tecnologias de controle hierárquico distanciado, etc (FONTES, 2010, p. 96).

As expropriações contemporâneas mantêm uma forte homologia com a permanência e expansão da clássica expulsão do campo dos trabalhadores rurais, violenta e/ou por via parlamentar, mas, por resultarem de uma situação quantitativa e qualitativamente nova, apresentam também aspectos originais. A generalização do comando do capital sobre o conjunto da vida social (a subsunção real do trabalho sob o capital) o impele a destruir toda e qualquer barreira interposta à sua urgência de reprodução ampliada.

7.A DEMOLIÇÃO DE DIREITOS EM TEMPOS DO ESTADO DE EXCEÇÃO.

[...] “será preciso novas mudanças trabalhistas”.

[...] “Trabalhador terá de escolher entre mais direitos ou emprego”.
(BOLSONADO, in: VALOR, 04/12/2018)

Figura 64 - O fim do Ministério do Trabalho



Foto: MARENCO
Fonte: O GLOBO, 2019.

A recente extinção do Ministério do Trabalho (figura 64) e de políticas sociais, a destituição de órgãos, conselhos e representações da sociedade civil, as inúmeras reformas, decretos, MPs, cortes de orçamentos sacramentam simbolicamente um efetivo e duro choque de realidade a classe trabalhadora: O Estado e políticas públicas, independentemente se são mais ou menos democráticas, são móveis ao capital e atendem a seus interesses.

Temos vivenciado ao longo dos últimos anos, de forma avassaladora, um assustador contexto político e social de graves e destrutivos retrocessos para a classe trabalhadora. Os retrocessos instituídos via decretos-lei de Medidas Provisórias, projetos de lei e propostas de Emenda à Constituição (PECs) e aprovadas com rapidez galopante, desfazem a Constituição Federal de 1988, e provam que não há pela via da lei garantia irremovível de direitos, estes podem ser suprimidos ou reformados a qualquer momento. Basta que uma crise se imponha ao capital e ameace o seu voraz vampiresco apetite por lucros e riquezas, para que as condições e necessidades do capital mudem, e se coloquem no tabuleiro do jogo do campo político de cartas marcadas. Novas formas camufladas de desonerar o Estado para torná-lo mais eficiente, Mínimo, com total simetria com os ditames Neoliberais, mesmo que para tal seja preciso afirmar o Estado de Exceção sem máscaras, que antes se estabelecia de forma velada, passa a assumir medidas que flertam com fascismo, pela via da força bruta da lei ou da sua negação, impondo um projeto violento, devastador e desmedido de total ajustes para o aprofundamento das formas mais desumanas de exploração do capital, saqueiam as riquezas do país, privatizam tudo que pode ser mercadorizado e ameaçam os direitos conquistados e esmaecem ainda mais a frágil democracia capitalista consolidada na Constituição de 1988, levando a cabo a massificação da exclusão e a total des-emancipação da classe trabalhadora.

Antunes (2018), esclarece que a transição ao atual Estado de exceção no Brasil surge quando as classes dominantes internacionalizadas e financeirizadas, buscando atender as necessidades do capitalismo de nosso tempo, decidiram encerrar e romper com o ciclo de conciliação com a classe trabalhadora nos governos do PT, estabelecendo por meio de um novo tipo de Golpe, com faceta parlamentar respaldado em uma legislação de exceção.

A imagem da figura 65 simboliza o avassalador processo que está em curso no Brasil, a implosão dos direitos e a desertificação de políticas públicas com o intuito de drenar os recursos do serviço público para o privado, para o comando do capital financeiro, sob formas ainda mais perversas de exploração do trabalho. Atendendo aos interesses dos ajustes da ordem do capital-imperialismo, com extrema violência e austeridade na imposição truculenta de novos/velhos projetos de reajustes sociometabólico de reprodução, o Estado tem assumido, sob a forma de política ultra neoliberal e de tendências profacistas, tem realizado incursões violentas e em velocidade galopantes de ordenamentos normativos, novas configurações nas

relações capital-trabalho, rearranjos na divisão do trabalho, (re)ordenamentos de ocupações de terras e territórios.

Figura 65 - A destruição de direitos



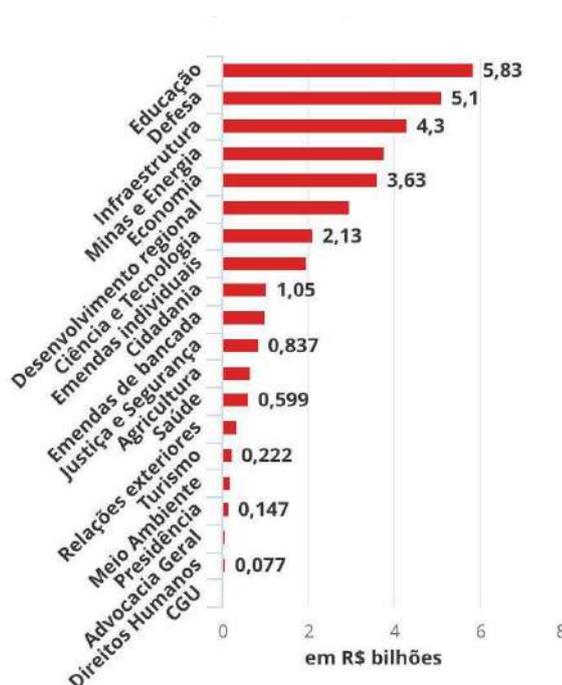
Fonte: INTERSINDICAL CENTRAL, 2018.

Com argumento falacioso de crise recursos e ajuste fiscal, de controle inevitável de gastos, para contornar os efeitos da queda na tendência de taxas de lucros, as crises estruturais do capital de natureza reprodutiva que gera incontroláveis defeitos estruturais e irrefreáveis determinações materiais, tem sido cada vez mais frequentes e cada vez mais difíceis de serem corrigidas mesmo com todos os esforços de seus correligionários, economicistas, políticos, agentes financeiros e nem todo os amparos e corretivos estruturais, monetário e institucional articulados por políticas econômicas do Estado estão conseguindo contornar a irrefreável centrifugalidade de seus imperativos. O desmonte dos direitos, o esvaziamento dos órgãos fiscalizadores do trabalho escravo e de proteção ambiental, os cortes orçamentários de gastos sociais, as reformas trabalhistas, da previdência e privatização dos direitos, saúde, educação, e a pilhagem dos bens públicos e o devoramento de todo estoque de natureza que ainda não foi consumido pelo agronegócio e mineração, apenas oficializam a total expropriação do trabalhador e entrega de nossas riquezas ao capital e paulatina (des)constitucionalização das obrigações do mercado financeirizado o eximindo de garantias mínimas trabalhistas. O processo de esvaziamento ainda maior do Estado na direção de garantir e resguardar a proteção social somente se resume a mínima

assistência, em nome da sua própria governabilidade, onde ainda foi não possível sua ausência. A guilhotina do governo avança sobre diversas políticas públicas, conforme aponta os estudos da Associação Contas Abertas e análises de Lorena Rodrigues e Aline Bronzati (2019), em reportagem do Estadão.

Segundo essas pesquisadoras, cerca de 140 ações orçamentárias em 11 ministérios estão com 100% de seus recursos bloqueados. Conforme o gráfico da figura 66, verifica-se claramente que os maiores cortes orçamentários são os serviços públicos já alvo de privatização, a exemplo da Petrobrás e Eletrobrás ou de base social que o governo claramente delinea e já demarca a busca pela total mercadorização das necessidades sociais transferindo as obrigações do Estado para a esfera privada, como a educação, saúde, água, saneamento, serviços estruturais e todas ações sociais institucionalizadas que integram a cidadania capitalista, demonstrando claramente que o ajuste neoliberal fará a rapina dos bens e serviços públicos passa a atingir de forma ainda mais perversa os que mais necessitam e dependem da presença de políticas públicas.

Figura 66 - O bloqueio no Orçamento da União por área - 2019.



Fonte: RODRIGUES; BRONZATI, 2019.
 Extraído em: Diário Oficial da União

Conforme podemos observar nos dados apresentados na figura 66 que demonstram a proporção do desmonte dos serviços públicos, há um expressivo contingenciamento de recursos em órgãos estratégicos da administração pública. É possível verificar a porcentagem dos cortes de cada ministério, bem como, os valores em verbas e em porcentagem. Segundo dados apresentados por Lorenna Rodrigues e Aline Bronzati (2019) é possível notar, que os cortes no orçamento de 2019 totalizam, em valores absolutos, um bloqueio de R\$ 29,792 bilhões. Apresenta detalhadamente os valores de todas as pastas do governo que recebem investimentos, bem como, as verbas contingenciadas, bem como, as verbas liberadas normalmente. De acordo com esses dados as áreas que sofreram maior bloqueio foram Educação (R\$ 5,83 bilhões), Defesa, (R\$ 5,1 bilhões), Minas de Energia (4,3 bilhões). A retirada das receitas associadas à privatização da Eletrobrás e Petrobrás foi feita com discurso de um princípio prudencial dão indícios materiais que a privatização já está acontecendo e recentemente já foi anunciada oficialmente como parte do pacote de privatização das infraestruturas, dos bens e serviços do país.

Enquanto se fala em contenção da crise financeira, em inevitável corte gastos, o discurso neoliberal desmonta por completo os serviços públicos, que já eram mínimos e precários, destitui direitos, congela salários e investimentos, e retoma com toda força a falácia de que desonerar o Estado é preciso. No entanto, o que se percebe claramente, é que o Executivo e o Legislativo, com consentimento e parceria irrestrito do Judiciário, tomam o país de assalto tornando-o escravo no cativeiro do mercado, via terceirizações, privatizações, fim das aposentadorias e garantias trabalhistas, mercadorizam direitos, ao tempo que migram gigantescas quantias recursos e investimentos dos programas sociais, da saúde, educação, ciência e tecnologia, para revigorar o mercado financeiro e salvaguardar grandes empresas de certos grupos empresariais, deixa claro que o Estado é mínimo para o trabalhador e máximo para o capital, quando apenas a população mais pobre está pagando sozinha a conta da "crise", cai o manto do Estado neutro, e o Rei fica Nu", fica portanto, mais explícito e em evidência na aparência do Estado a sua essência, o representante e soldado mais fiel ao regime do capital.

Gadelha (2010), ressalta que, no caso brasileiro, a história da produção da desigualdade social e da pobreza é uma trajetória antiga de processos e lutas que jamais completaram o tão sonhado ciclo do desenvolvimentismo para uma sociedade mais justa e equitativa. A democracia substantiva envolve uma dinâmica

não linear da história. Não podemos agir e pensar de forma ingênua que tudo há de acontecer como num passe de mágica, há uma idealização, como se o estabelecimento de uma Constituição pudesse concretamente transformar a vida das pessoas. (GADELLA, 2010).

Domênico Losurdo (2004), apresenta como mito a ideia do desenvolvimento espontâneo do liberalismo em direção a democracia. Quando na verdade há uma passagem de um triunfo e para a rápida decadência do Sufrágio Universal. É um dado fato que precisamente os países com uma tradição liberal mais consolidada acumularam um considerável atraso histórico no próprio terreno da emancipação política, e do acesso a direitos.

Na nossa história nunca estivemos verdadeiramente em uma democracia plena, no máximo por um intervalo de 30 anos flertamos com uma face burguesa da democracia, ainda que em processo de avanços e recuos democráticos em seu percurso. Mal a Constituição de 1988 efetivou via leis um pacto conciliatório entre militares, burguesia nacional, movimentos e sindicatos, a onda neoliberal logo se estabeleceu no Brasil, ganhou maior impulso a partir do Governo Fernando Collor e mesmo com o seu impeachment seus sucessores levaram a cabo a agenda de desregulamentação e abertura para o avanço do capital financeiro em todas as esferas sociais. Esse processo ganhou robustez e se consolidou com Fernando Henrique Cardoso, que firmou compromisso total em pilhar todo patrimônio corroendo as riquezas patrimoniais, inoperando pouco a pouco os direitos conquistados na constituição e as leis, e já nos governos desenvolvimentistas, com discurso de avanço de uma democracia social, mesmo que possamos verificar uma maior ação do Estado em direção ao atendimentos de direitos, o pacto conciliatório com o capital continuou a todo vapor, mediada pela sociedade civil, atendendo pontualmente agendas indenitárias e reivindicações da classe trabalhadora pela via do mercado, viabilizando prontamente a agenda neoliberal imposta pelo capital internacional, ao tempo que deu uma nova conformação a esse processo ao perfazer de uma ideologia que mascara as ações do capital por dentro Estado, na ampliação de suas garras via políticas pública.

Em face ao avassalador processo de recuo nos direitos liberais, a supressão dos avanços democráticos que são considerados conquistas árduas dos coletivos LGBTBI, das mulheres, dos negros, dos estudantes, dos índios, camponeses, quilombolas, ou seja, dos trabalhadores em geral, fica mais perceptível e não há como

negar que houve no Brasil, ainda que por um curto tempo, ações e políticas de ampliação dos espaços de diálogo e representação, mediadas pela da sociedade civil. No entanto, esses invólucros democráticos de acesso e de diálogo do Estado com a sociedade civil, geraram o encantamento da classe trabalhadora, que passou a acreditar na possibilidade de ter suas necessidades atendidas, uma vez que quase nunca receberam alguma atenção do Estado, o acesso a algumas demandas levou a classe trabalhadora a acreditar que a conciliação era uma via possível. Mas a efetivação da maioria das políticas públicas construídas e costuradas por dentro do jogo democrático capitalista não é conduzida pelas necessidades classe trabalhadora, muito menos para a sua emancipação da exploração e das mazelas sociais. O contrário, muitas são travestidas de consensos, porém por dentro de sua estrutura são arquitetadas formas institucionais de imposição dos interesses do capital para a seu desenvolvimento e ampliação.

Não é preciso se aprofundar muito nas entranhas da realidade para verificar que as políticas do Estado, como um cavalo de Tróia, são travestidas com a carapaça da Democracia, sua casca é composta por adornos de políticas públicas que aparentam atender a interesses coletivos da sociedade, mas em seu interior possui conteúdo neoliberal, uma verdadeira armadilha do capital ao trabalhador. Na narrativa poética da *Ilíada*, de Homero, conta-se a tragédia grega no qual um povo que apesar de dispor da defesa de um muro intransponível, foi invadido e destruído por não conseguir ver além das aparências das coisas, por fora a aparência de um presente, por dentro da casca carregando em seu interior da essência mecanismos para paralisar, minar ou destruir ou moldar a classe trabalhadora e a luta de classes.

Fica também evidente que a conciliação é apenas uma bela miragem do capital social para a classe trabalhadora, obedecendo as demandas e ordens do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e grandes grupos econômicos estrangeiros e nacionais, vários direitos trabalhistas e previdenciários já vinham sendo dilapidados por ações neoliberais no país desde Fernando Collor, mas se consolida com Fernando Henrique Cardoso³⁸, e suas demandas foram parte implementadas no Governo Lula³⁹

³⁸ Por meio de emendas, aprovadas em 1998, FHC implementou mudança na previdência, o tempo de serviço foi substituído pelo tempo de contribuição, os homens passaram a ter direito a aposentadoria somente após 35 anos de trabalho e as mulheres depois de 30 anos.

³⁹ Lula implementou a PEC 41/2003 modificando pondo fim ao benefício de valor integral a funcionários do Estado, criando um teto e um cálculo que levava em conta a média de contribuição do trabalhador para o fundo da previdência. Além disso, o servidor público já aposentado foi obrigado

e Governo de Dilma Rousseff⁴⁰, com o Golpe, o arrocho salarial e cortes de direitos previdenciários e trabalhistas passam a nova face de rapina neoliberal, implementadas inicialmente pelo corrupto "governo" Temer, perpetrou-se o avanço e aprofundamento dessa política com o Governo Bolsonaro, revelando o mais brutal ataque contra os trabalhadores nas últimas décadas e.– só não foi mantida por essa mesma aliança reacionária que hoje sustenta o seu vice devido ao fato de ter caído em desgraça na opinião pública e por causa da lentidão na retirada de direitos, motivada pelos entraves de sua frente política oportunista e populista.

A destruição dos direitos previdenciários e trabalhistas vem ocorrendo de forma paulatina. Os "governos" Lula e Dilma mantiveram os abusos praticados por Collor e FHC de acabar com as aposentadorias especiais por periculosidade e serviço insalubre, a criação do fator previdenciário por FHC em 1999, a imposição de comprovação de tempo de contribuição e não mais de tempo de serviço, entre outros abusos, e seguiram tirando direitos dos servidores públicos (emenda à constituição nº 41 de 31/12/2003) e de todos os trabalhadores, aposentados e pensionistas (continuidade do arrocho no salário mínimo; restrição ao acesso ao PIS/PASEP e Seguro-Desemprego etc) (LIGA OPERÁRIA, 2017, p.2).

Em entrevista a artigo de Najila Passos da Carta Maior intitulado: ***O golpe é o cavalo de Tróia para a implantação definitiva do projeto neoliberal no Brasil*** (2016), o professor de Economia da Unicamp, Eduardo Fagnani, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) alerta que o golpe não é um fim em si mesmo, mas sim a mais nova estratégia adotada pelo capital para viabilizar seu antigo propósito de meter as mãos nos recursos públicos protegidos pela Constituição de 1988. As medidas que não conseguiram na década de 1990, durante o governo FHC, e também nos três primeiros anos do governo Lula, estão sendo

a pagar 11% de contribuição previdenciária. Foi a primeira vez que beneficiários sofreram descontos depois de já terem obtido o benefício.

⁴⁰ Muito antes do Golpe que desencadeou o impeachment que a depôs da presidência 2 anos antes do fim do seu mandato, com o discurso de diminuir o déficit previdenciário, no Governo Dilma, negociou com os deputados e senadores a volta da aposentadoria integral aos servidores públicos (extinta no governo Lula), mas ao mesmo tempo, abriu mão do fator previdenciário e aumentou a exigência de tempo de contribuição para que mulheres que somassem 85 anos, entre idade e anos de contribuição, e homens que somassem 95, pela mesma regra, recebessem a aposentadoria integral, não mais afetando o valor do benefício.

implementadas, o golpe é somente o caminho para o aprofundamento do neoliberalismo, em uma política econômica ainda mais ortodoxa, acrescida de um amplo corte de direitos dos trabalhadores, com o objetivo de garantir um alto superávit primário - aquela poupança que o governo faz para priorizar o pagamento dos juros da dívida ao sistema financeiro Segundo Fagnani, é o documento “Ponte para o futuro”, lançado pela banda golpista do PMDB como alternativa de projeto para o país, mas que serve mesmo, na prática, como o cartão de apresentação da campanha “Temer presidente”.

Aquele documento propõe a economia austera levada ao limite, além do desmonte de todas as políticas de proteção social que o país construiu. Vai da terceirização da mão-de-obra, com o corte dos direitos trabalhistas, ao desmonte do sistema de previdência, da privatização das estatais e do petróleo à desvinculação de todas as receitas públicas, incluindo aí as da saúde e da educação”, esclarece (FAGNANI, 2017, in: PASSOS, 2017, p. 3).

Reflete também Veloso (2019), sobre o Anteprojeto de Lei Anticrime (ou Pacote de Moro) que se consolida como versão contemporânea codificada do cavalo de Troia, o embuste com roupagem legal que transita em favor das graves e inaceitáveis transgressões a princípios e paradigmas penais e processuais consolidados nos comandos repressivos. Trata-se de um aglomerado de disposições perversas e desconstruídas, fincadas em roteiros de práticas medievais, truculentas, adversárias das conquistas civilizatórias a respeito de institutos que sangraram por um percurso histórico impossível de admitir recuos. Reconstruído as linguagens do Mundo Antigo para os dias atuais, conforme a autora, o afamado cavalo foi ressignificado para nominar um engodo destrutivo, recebido como oferenda e de consequências nefastas para quem recebe o “presente de grego”, como também é identificado.

O advogado Henrique Júdice (2017) em entrevista da reportagem ***Guerra à destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários*** realizada pela Liga Operária (2017), analisou sobre as tramas do envolvimento de alguns membros do PT, CUT, Força Sindical e PSDB, entre outros, articulando-se a favor do processo de aprovação da maléfica terceirização. Na reportagem o autor apresenta a composição da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, listando os sujeitos que agem em articulação contra os interesses dos trabalhadores. Dentre os que compõem a comissão estão o deputado sergipano Laércio Oliveira (PP), dono da empresa de

terceirização MultServ, PP, e o membro do partido “Solidariedade” (SD), pertencente a Paulo Pereira da Silva, conhecido como Paulinho da Força, PMDB, PSDB, DEM etc. Junto com seus pares do Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PRB, PSDB, DEM, PTB, PSC, PMN, aprovaram o Projeto de Lei 6787/16, que elimina os direitos dos trabalhadores. Em voto contrário, em defesa dos direitos, deputados da frente PT, PSOL, PDT, entre outros, denunciaram as medidas elaboradas pelo Banco Mundial, FMI, Febraban, CNI, Fiesp, contestando a farsa, que faz fortunas à custa do dinheiro público e dos favorecimentos aos bancos, grandes empreiteiras, latifundiários etc.

“Se estas duas reformas (previdenciária e trabalhista) passarem, acreditamos que o recente incremento na confiança vai ganhar um novo impulso que, por sua vez, catalisa mais investimento estrangeiro e crescimento”, foi a afirmação descarada de Krishna Srinivasan, diretor assistente do Hemisfério Ocidental do FMI, no dia 7 de outubro de 2016. O criminoso ocupante do Ministério da Fazenda, banqueiro Henrique de Campos Meirelles (Banco Original — e testa de ferro da JBS, entre outros grupos econômicos e membro do FMI), na reunião anual do FMI e do Banco Mundial, realizada em Washington (USA), também no mês de outubro de 2016, se encontrou com Christine Lagarde, diretora-gerente do FMI. Demonstrando a interferência política do FMI, [...] a “PEC do teto dos gastos” e a “reforma” da Previdência. A vampira disse, após um encontro privado com Henrique Meirelles, que estas medidas podem “ancorar o retorno ao crescimento forte, sustentável e inclusivo no Brasil”, ou seja, um discurso de exaltação de falso crescimento para aprofundar a dominação, o saque dos recursos, a opressão e a desigualdade no país (JUDICE, 2016, In: LIGA OPERÁRIA, 2016, p. 3).

Na mesma reportagem da Liga Operária, o advogado José Eymard Loguercio (2016), apresenta algumas das medidas do "governo" Temer e cita uma lista de malefícios e retrocessos das contrarreformas trabalhistas, que destacamos abaixo:

- Prevalência dos acordos individuais, feitos no âmbito das empresas, em detrimento da lei e de acordos e convenções coletivas;
- Estímulo aos contratos precários: amplia o contrato a tempo parcial; flexibiliza regras do trabalho temporário; retira a obrigação ainda que a subsidiária dos contratos de terceirização; cria o contrato intermitente; regulamenta o teletrabalho por meio de “tarefas”, sem correspondência com a “duração do trabalho”;
- Dificulta e encarece o acesso à Justiça do Trabalho;
- Retira o conceito de “demissão coletiva” para afastar a obrigatoriedade de negociação prévia nestes casos;

- Flexibiliza a jornada de trabalho de modo a permitir que o empregado trabalhe 12 horas ininterruptas, sem intervalos;
- Acabar com o pagamento da chamada “hora de percurso”, ou seja, o tempo despendido pelo empregado para chegar ao emprego;
- Altera o conceito de “tempo à disposição do empregador”, facilitando trabalho sem pagamento de horas extras;
- Amplia expressamente a terceirização para a atividade-fim (principal) da empresa e exclui a responsabilidade da subsidiária da contratante na cadeia produtiva;
- Desconfigura um conjunto de súmulas trabalhistas relacionadas a proteção ao salário, jornada de trabalho, tempo à disposição, integração de parcelas para empregados com mais de 10 anos, comissões e prêmios.

A concretização do fim da garantia de direitos sociais que em muitos casos já eram mínimos e que são reflexos, reboques de interesses conciliatórios ou urdidas por formas maniqueístas que não agem no atendimento real das necessidades das populações subalternizadas e que turvam a luta política emancipatória do trabalhador ao diluir as demandas e as capturarem por mediações do capital, decerto os direitos sociais tem em seu bojo uma história de muita luta e de muito sangue derramado por aqueles que ousaram resistir ao processo exploratório e excludente do capital, independente da funcionalidade e dos efeitos arrefecedores da luta, a destruição dos direitos conquistados apontam para um presente e um futuro de consequências devastadoras e irreversíveis para toda a classe trabalhadora e camponesa.

Em meio a uma guinada para uma das maiores recessões de nossa história, a classe trabalhadora está ainda mais fraturada, há os que ainda encontram-se aprisionados em um profundo e arraigado processo de mistificação da realidade permeada por um forte processo alienante e ideológico de maniqueísmo de polarização dos extremos, de ocultamento e distorcimento do real, principalmente, pela mídia e propagação de *fakenews*, assentado na individualização, no ódio às diferenças, na barbárie, enquanto a massa do precariado, os trabalhadores mais precarizados, a legião de supérfluos descartados pelo capital, condenados ao desemprego estrutural a assiste atônita e paralisada, tragada pela destruição ainda mais precarizado das condições de vida, pelo encarceramento, pelo extermínio da violência do Estado, pela miséria e pauperização, vidas são engolidas sem sequer ter a chance de compreender os processos de exploração nefastos do capital que levaram a pauperização ou destruição. Por outro lado, há trabalhadores que se

recusam a serem expectadores de sua miséria, sujeitos que mesmo em meio a uma convulsão social que a tudo traga reagem com intensidade e efervescência, se agrupam em partidos progressistas, em sindicatos, em coletivos, em movimentos sociais lançam seus corpos em choque com contra esse desmonte do capital neoliberal, (re)constroem e reacendem luta de classes.

Após longos séculos de uma história de um caminho espinhoso e sangrento de lutas para se conquistar a (re)democratização e ter acesso aos mínimos direitos universais garantidos na Constituição, muito se propagou a impressão de que se estaria havendo um esforço político do Estado para reduzir as disparidades sociais e a pobreza que dilacera população, nos deparamos com uma nova onda neoliberal avassaladora de privatizações do público, para o atendimento de fins privados, a sensação que temos de imediato é que o passado de exclusão voltou a nos assombrar como um pesadelo aterrador.

No entanto, mais do que nos assombrar com seus fatos e acontecimentos, a história precisa sempre ser nosso guia a nos ensinar a aprender com movimento da práxis que faz do homem o produtor de sua própria história, aprendendo com o passado, poderemos, no presente, organizar nossas forças para buscar construir a emancipação humana e alcançar a libertação dos mecanismos (re)produtores de carências e desigualdades no futuro. Quem se divorcia da história, não se torna senhor do que faz, está fadado a sentir na pele o fardo da repetição, mesmo quando essa repetição se apresente como farsa, como diria Marx (2011), travestido na aparência com alguma inovação em seu traçado.

O exemplo mais perfeito do Estado Moderno é o que assegura o domínio da Burguesia sem excluir a priori nenhuma classe social do gozo dos direitos políticos (MARX, ENGELS, 2010, p.352). Em toda nossa história, é possível observar na leitura dialética da inclusão-exclusão dentro da sociabilidade capitalista: o movimento do avanço da luta de classes e do apaziguamento de conflitos. São inúmeros os exemplos históricos de concretas e didáticas evidências históricas de trabalhadores que apostaram na conciliação capital-trabalho-Estado, na via possível da aliança de classes acreditando na possibilidade de Estado neutro e democrático para mediar esse processo, acabaram amargando a violência dolorosa da aniquilação ou da desertificação do pouco que foi conquistado. À medida que os direitos são reconhecidos e adquiridos pelas demandas sociais, geralmente, há um esmaecimento das lutas contra os que sistematicamente os expropriaram. A realidade, portanto, nos

leva a inevitável conclusão de que há um processo de desconhecimento da própria natureza do Estado, das suas políticas públicas e dos direitos.

Como bem nos adverte, José de Souza Martins (1996) “o Estado Moderno nasce e desenvolve-se não de um reconhecimento, mas de um desconhecimento de sua própria verdade, de suas próprias contradições” (MARTINS, p. 34, 1996). Para o autor, é um equívoco crer no Estado, pela via da hegemonia conquistada, seria uma agente institucionalizador de conflitos, que estaria acima e exterior a sociedade, em que pareceria gerador de igualdade e de justiça, fosse possível considerá-lo como forma que já penetrou e atravessou as relações sociais e suas instituições produziram políticas de inclusão. Assim, apenas frações dos excluídos tornaram-se alvo das políticas públicas, tornando-se uma população de assistidos.

O 18 de Brumário de Luís Bonaparte de Karl Marx (2011), é considerado por grande maioria dos estudiosos, como uma das obras primas mais importantes para a leitura do desenvolvimento do Estado Burguês, um livro seminal no qual Marx apresenta importantes reflexões fruto do acúmulo das experiências políticas de militâncias, trazendo uma profunda análise da totalidade histórica que dá movimento a realidade de um contexto social, a partir do desenrolar dos acontecimentos revolucionários na França, entre fins de 1848 e março 1851, que levaram ao golpe de Estado pelo qual Napoleão III se nomeou imperador, enquanto farsa que o conjurou à semelhança de seu tio Napoleão I.

Relembremos da importante conclusão de Marx (2011), sobre a importância e o peso da história, das revoluções e das contradições da relação do proletariado com o Estado burguês. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Reflete Marx (2011), à luz da lei do movimento da história, expressão da luta de classes, que as revoluções, embora contivessem o germe do triunfo da revolução proletária, seu resultado palpável foi a vitória das classes dominantes.

Marx (2011), apresenta o entendimento fundamental de que a realização da tarefa histórica da classe trabalhadora é impossível no quadro da república burguesa. Nesse sentido, as revoluções ao tentarem tirar sua poesia do passado, ao lutarem por criar algo que jamais existiu, uma sociedade igualitária, os períodos de crises revolucionárias, acabaram por conjurarem em seu auxílio o passado do velho aparato estatal, ao invés de desmantelá-lo. Ao vislumbrar no Estado a possibilidade da

conciliação de classes, levou, por fim, ao proletariado a apenas escapar do despotismo de uma classe para voltar a cair sob o despotismo de outra classe, a classe burguesa.

Por tê-la conquistado de armas na mão, o proletariado lhe imprimiu o seu selo e proclamou a República Social enquanto conteúdo geral da revolução moderna. A história nos mostra, que sob certas circunstâncias revolucionárias, com base no material disponível e no nível de formação atingido pela massa, poderia o proletariado ter posto diretamente em prática o fim da exploração humana tão almejado pelo proletariado. Por outro lado, enquanto o proletariado se entregava a vislumbrar e debater sobre os problemas sociais pela via de uma República, os velhos poderes da sociedade reagruparam-se, as aristocracias industrial e financeira reorganizaram suas estratégias, construíram um pacto inescrupuloso sobre o mantra da propriedade, cooptaram o apoio das massas, dos camponeses e pequeno burgueses, os quais se lançaram sob à arena política e instituíram a República Burguesa.

Com as bandeiras históricas: *République français! Liberté, Egalité, Fraternité!* o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano enquanto partido autônomo, mas, ao mesmo tempo desafiou toda a burguesa a se unir contra ele. O que ele conquistou foi somente o terreno para travar a luta por sua emancipação revolucionária, mas de modo algum a sua própria emancipação. Ao divorciar a república das concessões socialistas, para talhar a república burguesa oficialmente como dominante. A burguesia foi obrigada a contestar as exigências do proletariado de armas nas mãos. “O véu que encobria a república foi rasgado” (MARX, 2010, p. 46).

A República “fez com que a dominação dos burgueses aparecesse em sua forma pura, ao derrubar a coroa atrás da qual se escondia o capital” (MARX, 2011, p. 34), as lutas de classe na França.

A república burguesa triunfou. Ela teve o apoio da aristocracia financeira, da burguesia industrial, da classe média, dos pequeno-burgueses, do exército, do lumpemproletariado organizado como guarda móvel, das capacidades intelectuais, dos padrecos e da população do campo. Do lado do proletariado parisiense não havia ninguém além dele mesmo (MARX, 2011, p. 34).

Na reflexão do autor, a República não encontrou resistência, nem de fora, nem de dentro. Isso a desarmou. Sua tarefa deixou de ser a de conferir um formato revolucionário ao mundo e passou a ser tão somente a de adaptar-se às relações e condições da sociedade burguesa. Os republicanos burgueses trocaram os nomes e os trajes monárquicos pelos da Velha República. “A República nada mais era que um novo traje de gala para a velha sociedade burguesa. A jovem República buscou reconhecimento, garantindo a sua continuidade e desarmando as forças contrárias por meio de uma frouxa condescendência” e pela incapacidade da classe proletária de oferecer forte resistência. A República, não é a república que o proletariado impôs, não é a república com instituições sociais e o ideal com que sonharam os que lutaram nas barricadas. A República proclamada pela Assembleia Nacional, à única república legitimada, é a república que não consiste em uma arma revolucionária contra a ordem burguesa, antes representa a reconstituição política desta, a reconsolidação política da sociedade burguesa, é a república burguesa, que erigiu dos partidos e das massas da velha Revolução Francesa, a moderna sociedade burguesa.

Travestido de uma moderna República Parlamentar, embora com aparência de conteúdo novo, tem por dentro de sua carapaça a mentalidade monarquista para garantia de seus privilégios e hegemonia. O Estado travestido de República Romana, é em si a velha forma política forjada da monarquia, por meio da violação da Constituição, é chamado a assumir a nova forma política da classe dominante, garantido as velhas condições, necessárias para o acúmulo privado da riqueza pela via da regulação da vida social, das relações entre os homens, regida pela divisão hierárquica do trabalho e pela propriedade privada. Possibilitando as condições de desenvolvimento da livre concorrência, a liberação da força produtiva industrial da nação, erigindo a nova forma política e social do capital.

Têm-se deste modo, conforme reflete Marx (2011), na república parlamentarista burguesa, a consolidação de um aparato político-militar, que em seu aperfeiçoamento, transforma-se em uma monstruosa organização política, burocrática e militar. Uma máquina estatal multifacetada e artificiosa, exército de funcionários somado a um exército regular, têm-se uma corporação de parasitas, enquanto organismo da sociedade. Os privilégios senhoriais dos proprietários de terra e das cidades se transformam na mesma quantidade de atributos do poder estatal, se converte em plano regulamentado de um poder estatal cujo trabalho é dividido e centralizado como numa fábrica. “A luta parece ter sido conciliada de tal modo que

todas as classes se encontram de joelhos diante da culatra do fuzil, igualmente impotentes e caladas” (MARX, 2011, p. 139).

No Parlamento, a força de lei instituiu a lei da classe dominante como vontade geral da nação à sua vontade geral. A conciliação via Parlamento aperfeiçoaram a máquina do Estado. “Todas as revoluções somente aperfeiçoaram a máquina em vez de quebrá-la” (MARX, 2011, p. 140).

A conquista da democracia formal e do sufrágio universal certamente representou um enorme avanço histórico, mas no final o capitalismo ofereceu uma nova solução para o velho problema dos governantes e produtores. Já não era mais necessário corporificar a divisão entre as classes.

Deste modo, percebe-se, assim como evidenciamos via Marx a análise da Revolução Francesa, que após ser consagrada assistiu-se imediatamente o seu paulatino desmonte a democracia sofreu forte revés em seu sentido pleno e o seu sepultamento consagrado, ficando como resquício só a aparência dos direitos universais, assumindo em seu lugar a forma e a essência de uma democracia burguesa, a democracia Brasil, já nasce morta, ela nunca se efetivou plenamente, nem sequer com todo o considerado avanço social democrático recentes, pois o pouco que se avançou para a classe trabalhadora sequer arranhou a superfície dos estamentais históricos que garantem o comando do capital e definem a exploração do mundo da mercadoria, nenhuma ação do Estado foi no sentido de um esforço real e suficiente para uma mudança estrutural dos pilares que produzem a exploração, a propriedade, a desigualdade, a concentração de terras e de riquezas, todos os pilares da lógica exploratória capitalista permanecem intocados, prova de que somente apostar na razão do Estado de direito e em suas leis mortas não são a saída da realidade destrutiva para a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Claus Offe (1984), em seu livro *“Problemas estruturais do Estado capitalista” (1984)*, adverte que, há uma relação funcional entre a atividade Estatal e os pilares estruturais da formação social capitalista. Para o autor, a política social e suas políticas públicas são as formas pelo qual o Estado tenta resolver os problemas da transformação do trabalho assalariado. Considera que o processo de industrialização capitalista é acompanhado de processos de desorganização e mobilização da força de trabalho. A dissolução das formas agrárias de vida e de trabalho, a introdução de mudanças do processo de produção e reprodução da vida, a ampliação das técnicas poupadoras do trabalho e a influência das crises do capital, têm o efeito comum de destruir, em maior ou menor medida, as condições das relações de trabalho. Os indivíduos atingidos por tais processos entram numa situação na qual não conseguem mais, a partir do processo de trabalho garantir a base de sua existência, já que não controlam mais, os meios de produção, seja, em termos individuais ou coletivos.

Para o autor, o fato da proletarização passiva, massiva e contínua, ou seja, a destruição das formas de subsistência até então habituais, não pode ser contestada, e constitui em importante aspecto social estrutural do processo de industrialização, no entanto, esse processo não pode ser analisado de modo estanque, numa mera relação causa efeito, pois os indivíduos atingidos por essa desapropriação não necessariamente passaram para uma espontânea transição para o estado de proletarização “ativa”. Uma série de alternativas, funcionalmente equivalentes, à proletarização, com o objetivo de se estabelecer uma existência autônoma e evitar a proletarização, que se realizam historicamente de forma anárquica ou via formas mais ou menos organizadas de resistência, a exemplo de movimentos migratórios que buscaram se deslocar para se restabelecerem em outros lugares e assegurarem sua subsistência, adaptando-se em formas econômicas híbridas; ou recorrendo ao rebaixamento das condições de subsistência e a mendicância; ou via enfrentamentos diretos contra as causas da proletarização por meio do roubo; da destruição das máquinas nas fábricas. As massas organizadas, desde os movimentos políticos reformistas que buscaram via clamor político, proteção e assistência, ou os revolucionários que buscaram liquidar a forma mercadoria, simbolizam, portanto, que a socialização em massa das forças de trabalho em trabalho assalariado não são tão

óbvias, mesmo que compreendamos que há evidencia crassa de uma relação direta da destruição das formas de subsistência tradicionais, para uma proletarização em massa à medida que se avançam as relações capitalistas.

Offe (1984), defende a tese de que, para que esse processo de transformação em massa, de força de trabalho despossuída em força de trabalho assalariado pudesse avançar numa massa maciça de proletarização, não seria possível sem uma política estatal elementar que contribuísse para que as formas de existência externas ao mercado de trabalho fossem organizadas, reguladas e sancionadas pelo Estado, por regulamentações políticas formalizadas, institucionalizando as funções de reprodução do capital, criando medidas institucionais de proteção e garantia de reprodução material do estoque de força de trabalho em condições de ser explorado, possibilitando via formação técnica e escolarização, a assistência à saúde, a proteção a velhice, ou outros tipos de amparos, a garantia das necessidades do sociometabolismo do capital, evidencia. Desse modo, para a reprodução material do trabalho assalariado e o seu controle foi necessário uma regulamentação política, nesse sentido, evidencia-se que a constituição de uma classe de trabalhadores assalariados tem como pré-requisito a *institucionalização política*. *Conclusão...*

É com esse fundamento, que buscamos situar ao longo dos capítulos da nossa tese, como o Estado é móvel a garantia das necessidades do sociometabolismo do capital, regulando ou desregulando políticas para a garantia de reprodução material da força de trabalho, de acordo com as demandas de reprodução do capital, institucionalizando o contrato social que regula o assalariamento, via leis de proteção, enquanto uma série de Políticas Públicas se espacializam conformando a tessitura social e promovendo a reprodução do capital no espaço assumindo o discurso de atender as carências sociais.

O Estado capitalista é uma garantia de manutenção das condições gerais da produção e reprodução do capital, isto é, da acumulação capitalista. O Estado é o principal agente que permite a fluidez do sistema capitalista. No neoliberalismo, as políticas públicas tornam-se necessárias para estabelecer o pressuposto imprescindível para a expansão geográfica do capitalismo.

O Estado e seus mecanismos políticos configuram principalmente pela via das políticas econômicas, sistema de instituições jurídicas e de políticas públicas, a viabilização na regulação do espaço, através das relações de trabalho, via reordenamentos e estruturação espacial, normatizações e legislações, contenção

militar e policial. Políticas Públicas como de desenvolvimento e inclusão social, mas que garante a exclusão, por meio da reprodução, manutenção do *modus operandi* de reprodução e expansão do capital, mantendo a permanência da sociedade num perverso círculo vicioso de miséria.

Através da concentração da produção e da centralização, o capital lança suas bases por meio da dominação do campo político. Para isso, o capital se utiliza amplamente de meios políticos, arrastando atrás de si o aparelho do Estado, em sua luta pelos mercados, na ânsia pela apropriação espacial. A produção do espaço geográfico no seio do capitalismo, enquanto base material para o desenvolvimento da sociedade se apresenta como o espaço dos conflitos entre os interesses de classes antagônicas.

Por meio do entendimento de que essas transformações e alterações espaciais são produto de conflitos e de relações contraditórias, entre as classes sociais, que se materializam no espaço, seja no sentido da territorialização do capital e da propriedade privada, acumulando riqueza, extraindo mais-valia dos trabalhadores do campo e da cidade, quanto por meio da territorialização dos conflitos e das contradições a partir da atuação dos não detentores dos meios de produção, o proletariado, os camponeses e outros povos tradicionais, na luta pela terra e pela reprodução da vida.

O Estado, portanto, via ações institucionais sob a personificação de políticas públicas, viabiliza e produz sob à lógica expansionista do capital, por meio de concessão de privilégios e não de direitos, concebidos a alguns e negado a muitos, cria oportunidades para a exploração no campo e na cidade.

A miséria aparece nas políticas de Estado compreendida como uma questão social local, quando na verdade é um fenômeno mundial derivado do capital. Se há desenvolvimento do capitalismo há produção de desigualdades. Posto como possível de ser corrigida pela via das políticas públicas, utiliza-se do discurso ideológico que promete combater a pobreza, pelo desenvolvimento, crédito, empreendedorismo, por meio de medidas do mercado no gerenciamento da pobreza, ou seja, faz –se acreditar que a única via para solução para a pauperização dos camponeses e trabalhadores é a integração na economia, ao capital explorador e devorador de vidas, gerador da miséria dos seres humanos. Funcional ao interesse do capital, o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital gerenciando o controle dos antagonismos.

Os meios de vida, de auto sustento, impedem o pleno desenvolvimento da privatização da propriedade capitalista. É essa contradição da natureza do capital, que, ao tempo em que necessita do camponês como fonte de exploração da renda da terra, e fonte fornecedora de matérias-primas para sua produção, também necessita de força de trabalho, reserva móvel para atendimento de suas necessidades, correndo, desse modo, as bases das condições mínimas para o desenvolvimento das formas não-capitalistas de produção, que vivem do autosustento, suprimindo sempre que possível a terra, água, florestas - os meios de vida. Resta então, ao trabalhador buscar a garantia de sua existência, o assalariamento ou ficará fadado a ser aniquilado.

A distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção; contudo, esta última é uma característica do próprio modo de produção. O modo de produção capitalista, baseia-se no fato de que as condições materiais de produção estão dadas aos não trabalhadores, sob a forma de propriedade do capital e de propriedade fundiária, enquanto a massa é proprietária somente da condição pessoal de produção, da força de trabalho. Estando assim distribuídos os elementos da produção, daí decorre por si mesma a atual distribuição dos meios de consumo.

A medida em que a terra se transformou em fonte de recursos a serem transportados para as cidades como matéria-prima necessária para a produção de mercadorias, o camponês perdeu a livre autonomia de produzir para a sua satisfação (Valor de Uso) e se transformou em força de trabalho assalariado (CONCEIÇÃO, 2017).

Mesmo sob uma estrutura fundiária voltada ao latifúndio desde o período colonial, dificultando o estabelecimento da pequena propriedade, as populações camponesas no Brasil, sempre tiveram que se valer de estratégias de resistência das mais diversas para garantir a sua própria (re)produção da vida. Este ser social conseguiu sobreviver aos mais diversos tipos de expropriação e conflitos com os segmentos latifundiários, resistindo a perversos processos econômicos excludentes, e a lógica do Estado personificado pelos grupos dominantes, que sempre espoliaram a classe pobre no Brasil.

O modo camponês passou por mudanças agrárias frente ao desenvolvimento capitalista no campo, mas seu desaparecimento como fato social e força política não se concretizou como muitos previram em estudos e prognósticos. Desafiando a teoria

e a história os camponeses são a força de resistência mais dinâmica, contra o desenvolvimento capitalista. A permanência contraditória da unidade da produção familiar, se estabelece com base na relação-consumo, resistindo à pressão capitalista de sujeição do trabalho. (PETRAS; VELTMEYR, 2008).

No interior de uma situação social dominada pela produção capitalista, também o produtor não-capitalista é dominado pelas representações capitalistas. A política pública dominada pelo capital, captura o camponês numa teia de mecanismos, que tem por objetivo capitular o camponês para a vampirização da unidade de produção familiar à produção, aos complexos agroindustriais e de *commodities*, sob o comando da produção capitalista financeirizada.

A universalidade e a especificidade das políticas públicas para a produção familiar desvelam-se nas transformações do espaço geográfico estabelecidas no campo, uma vez que estas vem contribuindo na produção espacial segregada e marcada por desigualdades, refletindo a tessitura do espaço e do território, em seu conjunto, em regulações e formas de viabilização da reprodução ampliada do capital, para se efetuar a transição do território camponês em monopólio e território do capital. Teias de imposições do mercado, na dissimulação do consumo, intensificam a reprodução da desigualdade e degradação humana, uma vez que permitem ao capital sua expansão em todas as esferas da produção no campo; (re)criando novas/velhos padrões de exploração e acumulação. E favorecem e possibilitam a subordinação e a apropriação do produto gerado pela força de trabalho camponesa por meio do controle e subordinação da unidade de produção familiar a forma mercadoria, reconfigurando a estrutura produtiva, forçando-o a assimilar novos padrões de tecnologia.

O controle sobre a propriedade privada da terra tem sido um dos meios que possibilita o capital e a classe dos proprietários fundiários reproduzirem a mais-valia, no entanto este não é o único. A análise do Romance de Balzac (Os Camponeses), possibilitou a Marx refletir a partir da apreensão de relações reais vivenciadas, que a realidade descrita naquele passado, é ainda a vivida por muitos camponeses. Observa Marx (2017), que para garantir o bem-estar de seu agiota, o camponês presta-lhe todo tipo de trabalho, sem lhe custar nenhum dinheiro. Reflete o autor que, o agiota, por sua vez, economiza desembolso de dinheiro para pagamento de salário, enquanto o camponês é progressivamente arruinado ao deixar de trabalhar em seu próprio campo, e enreda sua presa cada vez mais fundo no vampirismo da agiotagem.

As políticas de Estado negam o campo enquanto condição de vida, esquivando-se de soluções que anulem os efeitos históricos que levaram a desigualdade social, a exemplo de uma política de Reforma Agrária, que ao contrário de garantir o acesso a terra, as políticas públicas financeirizadas representam o agiota moderno, e possibilitam a vampirização da produção camponesa ao capital sanguessuga. Intensificando o agronegócio e a produção capitalista da terra em uma base modernizadora cancerosa assentada na devastação de vidas, águas, florestas e solos, em monocultivos venenosos e maquinarias devoradores de terras e territórios, e conseqüentemente a expropriação e a miséria via renda capitalizada da terra.

No agronegócio a inclusão pode significar a exclusão do camponês do direito de posse e propriedade da terra. Ao plantar monocultivo na pouca área de terra que possui, a produção para autoconsumo fica relegada a um plano secundário dentro da unidade de produção camponesa, ou até mesmo torna-se uma prática inexistente. Quando o camponês deixa de produzir para o consumo, tem a sua terra totalmente monopolizada por cultivos do agronegócio, gerando a conseqüente vulnerabilização da produção para o autoconsumo, levando a família, em muitos casos, a situações de insegurança alimentar, incertezas em relação a sua reprodução e ao assalariamento parcial ou total.

O capital se expande no campo monopolizando a produção, subordinando as relações de trabalho, sendo detentor de grandes áreas de terra, privatizando o uso da água, florestas, estabelecendo o conflito direto com camponeses, meeiros, posseiros, indígenas, extrativistas, quilombolas, pequenos produtores, dentre outros sujeitos do campo (CONCEIÇÃO, 2017, p.28).

Conforme analisamos na nossa tese, as origens das Políticas Públicas refletem, um processo de mediação, enquanto estratégia do Estado, de apaziguar interesses conflitivos. Portanto, o poder do Estado torna-se um centro estratégico para a acumulação livre do capital, bem como, torna-se uma barreira ao se travar a luta de classes.

Os problemas sociais são institucionalizados, admitidos conforme ressalta Araújo (2001), enquanto problemas de ordem política – em que a própria política tem uma forma abstrata, enquanto apenas um ideal. Nesse sentido, as formas de representatividade, assim como as relações de poder, na ordem sociopolítica favorecem sobre as demais relações, no conjunto da sociedade à dominação

consensual do capital. As refrações da questão social, advindas concretamente da realidade social, na sua essência, são concebidas como problemas de caráter meramente político, que, para serem resolvidos, necessitam de um reconhecimento formal, nesse Estado político, de um tratamento jurídico institucional ou de uma política pública. Ou seja, um dispositivo político legal que trate o problema social como se ele fosse meramente um direito social reconhecido na Constituição, porém não integralmente na prática (2011).

Os problemas sociais são admitidos enquanto problemas de ordem política – em que a própria política tem uma forma abstrata, afastada do prático-sensível – e, desse modo, são pensadas as devidas soluções por meio de estratégias políticas do Estado, que assume para o capital este investimento que não é rentável, (ARAÚJO, 2011, p.116)

Ao apostar no Estado como possibilidade, numa possível inclusão dentro do sistema, não estaríamos considerando o fato de que este fenômeno faz parte da dialética de uma totalidade complexa de exploração, que é inerente a sobrevivência do sistema do capital. É preciso a constante retroalimentação da expropriação da riqueza do trabalho e a (re)criação da pobreza, portanto, somente poderá eliminar a exclusão, a pobreza e a miséria, com a supressão do próprio modo de produção.

Para muitos, a exclusão é definida como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. Para Faleiros (2007), a exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades.

A inclusão e a exclusão como um par dialético, não podem ser compreendidos separadamente, uma vez que representam a aparência de uma realidade que, para ser explicada, exige a consideração do movimento da história e das leis gerais que regem e determinam a sociedade. A nossa compreensão da dimensão deste par dialético é por dentro da análise do sistema capitalista e do conjunto das determinações das relações sociais, da forma como se dá a (re)produção da vida e das relações sociais de produção, e das formas políticas por elas estabelecidas. Desse modo, nossa tese buscou compreender e apresentar reflexões sob as formas como o capital organiza a produção, a reprodução e concentração dos bens e da riqueza produzida, as contradições e mediações do poder no Estado capitalista e,

fundamentalmente, as expressões da resistência e da luta de classes, no enfrentamento entre interesses antagônicos e altamente conflitantes que determinam a vida na sociedade.

O Estado por meio da concessão de alguns direitos e de Políticas Públicas, escamoteia a sua funcionalidade, como parte da reprodução da sociedade capitalista, pela via da ideologia da neutralidade, organiza sua estratégia política centrada em criar uma falsa aparência da realidade no discurso de cidadania e democracia. A ideologia por meio do discurso da inclusão social, faz o uso político da miséria, subordina, alicia, coopta precária e parcialmente as reivindicações sociais que compõem as inúmeras realidades no país, para fazer permanecer tudo como deve estar, a continuidade do *status quo* do capital. “A luta contra essas aparências tornou-se então a via para uma democracia “real”, uma democracia em qual a liberdade e a igualdade não seriam mais representadas nas instituições da Lei e do Estado, mas seria, encaradas nas próprias formas de vida material e da experiência sensível” (RANCIÈRE, 2014, p.9).

Desde a própria existência da sociedade civil, a igualdade nunca foi mais do que uma bela e estéril ficção da lei. A igualdade não é realmente mais do que uma quimera; contentai-vos com a igualdade relativa: todos sois iguais somente em face da lei (BABEUF, 1796).

Promulgando a ideia de defesa e igualdade entre as classes que compõem a sociedade, apenas perante a jurisdição das Leis, assegura-se, por meio de normalizações e de políticas estatais, que as relações capitalistas se reproduzam, favorecendo as relações sociais adequadas ao seu modo de produção, produzindo, organizando e (re)definindo sempre que necessário a estrutura espaço-territorial adequada a expansão do capitalismo; sufocando, contendo, quando possível, exterminando de todas as formas as manifestações de resistência e de luta, o Estado garante a plena reprodução ampliada do capital, a acumulação de riqueza, a desigualdade social.

Na democracia capitalista moderna desigualdade e a exploração socioeconômicas, em muitos países coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas. Os produtores primários não necessariamente são juridicamente dependentes nem destituídos de direitos políticos. A ideologia burguesa de liberdade, da igualdade e da democracia burguesa formal, “a República do mercado” procura mascarar o despotismo da fábrica. Esse pensamento dá-nos a convicção de que a defesa do que

chamamos de fundamentos abstratos da ordem jurídica burguesa é a forma mais geral da defesa dos interesses da classe burguesa. O princípio formal da liberdade e da igualdade; da autonomia, não é somente um meio dissimulatório e um produto da hipocrisia burguesa, na medida que é o oposto à luta proletária pela abolição das classes, contudo não deixando de ser também um princípio realmente atuante, que se acha incorporado na sociedade burguesa desde que essa nasceu da sociedade feudal e esse a destruiu.

O mercado é a democracia autêntica e pacífica, em cujo âmbito “cada centavo representa um voto” e qualquer mandato pode ser revogado a qualquer momento pelo consumidor, o qual, portanto, é o verdadeiro “dono da produção” (LOSURDO, 2004.) Não há outra democracia a reivindicar além do mercado que já existe e que, “baseada no sufrágio universal e até na representação proporcional, termina inevitavelmente por revelar a tendência pueril e egoísta da multidão a interferir ou intervir no mundo da economia, da propriedade e do mercado” (LOSURDO, 2004, p.246).

A democracia não é a “ilimitação” moderna que destruiria a heterotopia necessária à política. Ao contrário, é a força fundadora dessa heterotopia, a limitação primeira do poder das formas de autoridade de autoridade que regem o corpo social (RANCIÈRE, 2014).

Em face as crises do capitalismo desencadeadas nos últimos 40 anos até os dias recentes, as crescentes estratégias do capitalismo mundial se valem de artifícios cada vez mais perversos por meio de novos processos de divisão social e territorial do trabalho, bem como da intensificação dos mecanismos subumanos de exploração do trabalho, terra e natureza. Em crise estrutural, o capital e seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, para o qual não conhece fronteira, ultrapassando todos os obstáculos, redefinindo relativamente seus próprios limites, transcendendo toda as barreiras regionais e fronteiras nacionais, sujeitando a força de trabalho aos seus imperativos alienantes, principalmente, nas economias periféricas, sobre a agricultura e a economia camponesa.

Em meio ao grave desemprego e da explosão do capital especulativo a classe trabalhadora vem sendo ainda mais sacrificada ao sabor dos ventos e das tempestades das flutuações da financeirização da economia. Esta realidade social se agrava à medida em que o neoliberalismo nos moldes mais perversos da financeirização da economia avança num processo profundo de ajustamento estrutural, promulgando na América Latina processos de rapina por meio da

desregulamentação da economia e do avanço da privatização de infraestruturas e empresas estatais, serviços públicos, e das reservas de natureza, criando novos desenhos societários impulsionando novas articulações entre as burguesias locais e as forças da mundialização financeira, promovendo a instauração de uma nova plataforma política. Tornando as vidas dos trabalhadores e camponeses mais e mais precárias e supérfluas, assentado no trabalho individualizado, na terceirização, uberização, no aprofundamento da lógica do trabalhador empresário de si mesmo, nas vicissitudes do mercado.

O Estado e suas ações, em que a Política Pública, a própria natureza das leis que promulga e suas instituições são escravas do capital, tornou-se mais complexa e enredada nos laços e mecanismos que dissimulam os fundamentos estamentais que geram desigualdade social. A lógica das ações do Estado via políticas públicas busca aliciar no discurso da inserção social os “excluídos” integrando-os na mesma sociedade do mercado que se sustenta por meio da exclusão. Na manipulação das lutas e conquistas dos movimentos sociais pela precária e parcial da emancipação cidadã capitalista, políticas de inclusão, de afirmação, de reconhecimento de direitos via mundo da mercadoria, gestam um pacote de políticas públicas que agem para o oposto da emancipação: gera como consequência a desmobilização dos movimentos sociais, por meio do esvaziamento da política, do conteúdo político de suas lutas e anseios históricos por liberdade plena da classe trabalhadora, atenuando processos de tensionamentos ao sistema do capital.

Torna-se evidente, na ação do Estado, o caráter e a real funcionalidade das políticas públicas, juntamente com as políticas neoliberais que tem avançado na devastação de países inteiros pela via da privatização e de perversas reformas. O Estado atua na perspectiva de criar as condições para o desenvolvimento do capital; promove a concessão de Políticas Públicas que de forma ideológica e pontual, apenas produz efeitos minimizadores dos conflitos, mediando à luta de classes em curso, sem se dissociar em nenhum momento dos interesses do capital para as novas formas de subordinação do trabalho.

A crise mundial estrutural do capital, e o aprofundamento da conjuntura de golpe e crise social e política do nosso país, principalmente ao longo dos últimos dois anos, vem alterando significativamente as relações do Estado e suas correlações com o capital, bem como, alterando a mediação de seus conflitos no campo e na cidade, processo agravado com o corte de direitos sociais e desmonte de políticas públicas,

indicando como consequências o aumento da pauperização, o retorno da escravidão, do desemprego em massa, do crescimento da pobreza e miséria, principalmente os sujeitos camponeses e trabalhadores.

É possível sinalizar algumas reflexões a partir de nossa realidade: o aprofundamento da dominação do capital-imperialismo e a universalização do mundo mercadoria, massificando e estendendo a normativa e estrutura totalizadora a todas as mediações da vida, das relações sociais, destituindo, exterminando direitos ou os ignorando, portanto, quando necessário, a lei que existe é posta de lado e não se aplica. Portanto, as normativas (des)regulamentadora das relações de trabalho formalizam a razão do Estado e de sua normativa predatória. A mais recente incursão da trama de ofensivas do capital imperialista no mundo, aprofunda para um patamar ainda mais perverso do totalitarismo do domínio da mercantilização do capital, eliminando as barreiras e fronteiras para a livre exploração da sociedade de mercado, e tem provocado uma destruição em massa da classe trabalhadora, ao adentrar no que Agamben (2007), vai considerar de uma “zona de anomia” em que o Estado se separa da norma de sua aplicação.

O perverso do totalitarismo do capital neoliberal tem impetrado a devastação aos trabalhadores, camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos em várias partes do mundo por meio de ajustes territoriais, eliminação de direitos e cortes sociais, impostas sob o terror de uma intensa convulsão social via Guerras Híbridas, Golpes de Estado, ou por consequência do neoliberalismo ao produzir o colapso e o esvaziamento do Estado de sua esfera social. Chama-nos a atenção, a evidência, de mesmo que em contextos históricos, econômicos e sociais diferenciados vários países da América Latina, como Brasil, Chile, Bolívia, Argentina, Equador, Paraguai, Haiti, Nicarágua, Panamá, vivenciam processos semelhantes por meio da expropriação econômica, da pilhagem das reservas minerais e apropriação da natureza, da rapina e privatização dos serviços públicos e de formas ainda mais perversas de exploração de vidas humanas.

Afirma Dominique de Villepin (2018), que há neste momento histórico um desequilíbrio geopolítico no qual EUA e China entram em acirramento, gerando conflitos em várias partes do mundo. Essa realidade de totalitarismo do capital avança na América Latina, no controle total das riquezas, tem seu elo embrionário e explicativo a crise do capital-imperialismo no jogo da economia internacional em

disputa assentada na crise geopolítica do multilateralismo pela hegemonia no controle da ordem política, econômica e social mundial.

Conforme já analisamos, o Estado é móvel ao capital e se formata de acordo com as necessidades de suas mediações em consonância com a conjuntura histórica dos conflitos do movimento da luta de classes. Na atualidade, em tempos de crises cada vez mais curtas, o capital impele ao Estado uma nova/velha conformação política para continuar a garantir a existência do mundo da mercadoria enquanto sistema dominante. Na atualidade, a forma política do capital, sob a normativa societal do Estado neoliberal em uma face ainda mais violenta de destruição da classe trabalhadora, além de estabelecer à total rapina das riquezas da natureza, das terras e do trabalho, apresenta-se sob a forma de um Estado de Exceção moderno, no que o autor Giorgio Agamben (2004), vai denominar a forma da política do capital institucionalizado, é a forma de um Estado em um patamar entre a democracia e o absolutismo, uma forma legal, daquilo que não pode ser legal. Ressalta o autor, “no Estado de exceção o Estado continua as leis é que desaparecem”.

Sob a tutela militar do Estado Bonapartista, o Estado de Direito ajustado ao comando do capital Ultra Neoliberal atende as necessidades do desenvolvimento e expansão, sob a forma mais avançada de austeridade e violência do sistema do capital financeirizado. O Estado se traveste na aparência do garantidor da ordem e dos direitos de todos e implementa Políticas Públicas, não mais referendadas na Esfera Pública, destruindo ou descartando quando necessário inclusive a mediação da sociedade civil. Agindo na garantia dos interesses do privado e atendendo a suas necessidades de reprodução os mantras dos discursos atuais são: igualdade perante as leis e sob as regras das leis; liberdade apenas econômicas e individuais, não a igualdade material; mais mercado menos assistencialismo.

Há um falseamento da realidade quando se dissimula ideologicamente ser possível incluir através do acesso a alguns direitos, ao mercado, ao consumo de bens. As formas de exclusão dentro da sociabilidade do capital são a supressão completa de povos, são mecanismos de contenção, confinamento ou reclusão e a segregação inclusiva ou exclusão includente.

Nesse sentido, não é possível apostar na mediação irremovível do Estado e do Capital, a esperança de uma política de conciliação, no qual por meio da aparente inclusão via incorporação parcial e precária das massas desvalidas aos direitos sociais, as mediações do mercado e ao consumo, seria portanto possível uma

aparente dissimulada aliança mística imaginária entre pobres e ricos, entre trabalhadores e o empresário, entre o camponês e o agronegócio/latifúndio, entre o escravo e o escravagista, entre o oprimido e o seu algoz. Mascarando as classes em conflito e as perversas relações de exploração que continuam em essência a mover a poderosa máquina do capital no continuísmo da exclusão. Políticas Públicas e direitos sociais no movimento da complexa e enredada contradição, ao tempo que apaziguam precariamente algumas mazelas do capital, aprofundam e perpetuam um perverso conjunto de relações de exploração que permanecem arcaicas em sua essência, e se apresentam enquanto novas, com a aparência do moderno, mas escondem as velhas formas de exploração do trabalho, da pobreza e da miséria afiançadas pelo capital.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro do rural. In: KISS, Janice. Globo Rural, edição 296, junho de 2010. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC597286-2344,00.html> Acesso em 05/11/2018
- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção: homo sacer, II, 1. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007. 142 p. (Coleção estado de sítio). ISBN 857559057X.
- AGROSTAT, Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro.2018. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html> Acesso em: 19/04/2019
- AMORIM, João Mateus de. Capitalismo, questão Agrária e os Movimentos Sociais. Revista Eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jataí-GO/UFG. N.7. jul-dez-2006. www.jatai.ufg.br/geo/geoambiente Acesso em: 19/11/2018
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. n SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANDERSON, Perry. A Política Externa Norte-Americana e Seus Teóricos. Boitempo Editorial. São Paulo. 2015.
- ANDERSON, Perry. Neoliberalismo, ordem contestada. Le Monde Diplomatique, Edição em inglês, janeiro de 2017 - reproduzido por OutrasPalavras, Tradução: Antonio Martins.25-03-2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/566135-neoliberalismo-ordem-contestada> Acesso em: 12/10/2018
- ANTONIAZZI, Laura. Onde está e para onde caminha o poder na agricultura mundial? Reportagem: redeagro.org.br. Publicado em 09/03/2018. Disponível em:<http://www.bh1.com.br/agronegocio/onde-esta-e-para-onde-caminha-o-poder-na-agricultura-mundial/> Acesso em: 23/04/2019
- ANTUNES, R. O Caracol e a sua Concha. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005. 135p
- ANTUNES, Ricardo. As (ir)racionalidades do capital nos tempos/espacos de barbárie. Palestra, In: IV ENGPECT, Gpect, PPGEU/UFS, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão: o Novo Proletariado de Serviços na Era Digital. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Wécio P. Sociedade, Estado e política social: contribuição à crítica da alienação política. Revista Argumentum, Capa v. 3, n. 1
DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v3i1.549>, 2011
Acesso em: 10/01/2019

BABEUF, Gracchus. Manifesto dos Iguais. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História, Textos e documentos, 1796. Fonte:
<http://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/misc/manifesto-iguais.htm> Acesso em: 24/08/2018

BAGLI, Priscilla. Campo e Cidade: a construção dos Mitos. In: Anais do VI Congresso Brasileiro De Geógrafos, 2004, Goiânia, 2004. v. 1. p. 1-8. Disponível em:
<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/Campoecidadeaconstrucaodosmitos.pdf>
Acesso em: 27/10/2018

BANCO CENTRAL. Lei de Acesso à Informação (LAI). Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/lai>
Acesso em: 18/09/2019

BANCO DO NORDESTE – Agroamigo. 2016 Disponível em:
<http://www.bnb.gov.br/pt/web/guest/agroamigo..>
Acesso em: 18/09/2019

BANCO MUNDIAL, Brazil: the management of agriculture, rural development and natural resources. Volume I: Summary.,1994. Disponível em:
<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/brazil-management-agriculture-rural-development-and-natural-resources-volume-i>
Acesso em: 09/06/2016

BARBOSA, Flávia. Bretton Woods, 70 anos fora da nova ordem-mundial. Reportagem: O Globo, 2014. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/economia/bretton-woods-70-anos-fora-da-nova-ordem-mundial-13316186>
Acesso em: 18/09/2019

BAUMEL, Adriana. Agricultura familiar e sustentabilidade da pequena propriedade rural; 2003; Monografia; (Aperfeiçoamento/Especialização em DESENVOLVIMENTURA FAMILIAR) - Universidade Estadual do Centro-Oeste; Orientador: Luiz Carlos Basso

BAYER. Série ser agro é bom retrata o orgulho em contribuir com o agronegócio brasileiro. Publicidade. Disponível em: <https://www.bayer.com.br/midia/sala-de-imprensa/crop-science/releases/serie-ser-agro-e-bom-retrata-o-orgulho-em-contribuir-com-o-agronegocio-brasileiro.php>
Acesso em: 22/04/2019

BENSAÏD, Daniel. Zur Judenfrage, uma crítica da emancipação humana. In: MARX, Karl. Sobre a Questão Judaica.. 1ª edição, ed. Boitempo, São Paulo. 2010a.

BENSAÏD, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: Marx, Karl. Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira, 1ª edição, ed. Boitempo, São Paulo, 2017.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade, 1982, Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Loriatti, 18ª reimpressão, Ed. Companhia das Letras, 2001.

BIANCHI, Álvaro. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (ORG.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo fundo: UPF, 1999.

BOBBIO, Norberto. O Conceito de Sociedade Civil, Traduções Nelson Coutinho. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1982.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Editora Paz e Terra. São Paulo, 2007. 173 pp.

BOFF, Leonardo, Os quatro nós górdios que impedem o Brasil se auto-construir. In: Diário do Centro do Mundo - 15 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/os-quatro-nos-gordios-que-impedem-o-brasi-se-auto-construir-por-leonardo-boff/>
Acesso em: 20/09/2019

BOMBARDI, Larissa M. Contribuição ao debate teórico acerca dos conceitos de Campesinato e agricultura familiar. In: Anais do XXIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, 2003.

BORGES, Claudia. Fatos sinistros sobre o desastre e os sobreviventes de Hiroshima. Site: Megacurioso.15/07/2014. Disponível em: <https://m.megacurioso.com.br/guerras/44925-11-fatos-sinistros-sobre-o-desastre-e-os-sobreviventes-de-hiroshima.htm>
Acesso em: 18/11/2018

BRASIL. Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. Secretaria Especial do Trabalho e da Previdência. Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11/05/2016, Atualização periódica de 3/10/2019. Disponível em: https://mpt.mp.br/pgt/noticias/cadastro_de_empregadores_2019_10_3.pdf
Acesso em: 05/11/2019.

BRASKEN, Agricultura Familiar: 70% da sua comida é produzida assim. Publicidade corporativa. 27/11/2018. Disponível em: <https://bluevisionbraskem.com/desenvolvimento-humano/agricultura-familiar-70-da-sua-comida-e-produzida-assim/>
Acesso em: 28/01/2019

BURITI, Catarina de Oliveira. BARBOSA, Humberto Alves, Um século e secas: por que as políticas hídricas não transformaram o semiárido brasileiro? Editora:, Chiado Brasil, 1ª Ed. 2018.

CALDEIRA, Gabriel. Resistência camponesa na ditadura civil-militar. In: Site: Intracultura.14.11.2018. Disponível em: <https://blogincultura.wixsite.com/incultura/single-post/2018/11/13/Resistencia-camponesa-na-ditadura-civil-militar>
Acesso em: 07/12/2018

CANAL RURAL. Plano Safra: Endividamento impede que 40% dos agricultores familiares acessem o Pronaf. 2014. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/endividamento-impede-que-dos-agricultores-familiares-acessem-pronaf-9983/>
Acesso em: 02/08/2016

CARAPINIMA, José. Centenário da seca de 1915 no Ceará. Reportagem: Jornal Inverta, edição digital, 23/09/2015. Disponível em: <https://pcml.org.br/jornal/edicao-impressa/478/especial/centenario-da-seca-de-1915-no-ceara>
Acesso em: 01/05/2018

CARCANHOLO, Reinaldo. Capital: Essência e Aparência, Vol. 1, Ed. Expressão Popular, p.2013

CARLOS, Ana F. A. A "Geografia Crítica" e a crítica da Geografia. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (03). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24503.htm> [ISSN: 1138-9788]

CARLOS, Ana F. A.; PADUA, Rafael F. de. Justiça espacial e o direito a cidade. Coleção Meta geografia. Editora Contexto, FFLCH-USP, SP. 2017

CARVALHO, Horácio Martins de. O Impacto Negativo do agronegócio Burguês. Curitiba, Setembro de 2004.

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, Relume Dumará, 2008. 435 p.

CARVALHO, Horácio M. de. Na sombra da imaginação reflexão a favor dos camponeses. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo do mês: maio de 2010.

CARVALHO, Alba M. Pinho de. Estado e políticas públicas na civilização do capital: desafios do tempo presente. In: PINHEIRO, Ângela; CORDEIRO, Andrea Carla. (Org.). Direitos humanos de crianças e adolescentes: aprendizagens compartilhadas. Fortaleza: NUCEPEC/Edições UFC, 2010a, p. 165-192.

CARVALHO, Daniel V. de. A mitificação e a mistificação do capitalismo. In: Site: Resistir, 2016. Disponível em: <http://resistir.info>
Acesso em: 05/12/2018

CARVALHO, Igor. Juiz compara uso de agrotóxico a combate à dengue e livra fazendeiro de multa, Reportagem Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/16>
Acesso em: 23/05/2019

CASTRO, Josué de. Geopolítica da Fome. 2ª ed., Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. 8ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTILHO, Alceu. Agro é pop”: propaganda da Globo sobre cana tem imagens de escravos. Reportagem: Observatório do agronegócio no Brasil: de olho nos ruralistas. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/06/11/agro-e-pop-propaganda-da-globo-sobre-cana-tem-imagens-de-escravos/>
Acesso em: 11/04/2019.

CAVALCANTE, Lucas De A. L. M. De Camponês a “Empresário Rural”: O Assentamento Jacarécurituba. Dissertação, PPGEO - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFS. 2019.

CÉSPEDES, José N. Urge sacar al campo mexicano del TLCAN. Reportagem: La Jornada Zacatecas. Date: julio 27, 2017. Disponível em: <http://ljz.mx/2017/07/27/urge-sacar-al-campo-mexicano-del-tlcan/>
Acesso em: 19/07/2018

CHAUÍ, Marilena. Público, privado, despotismo. In: Ética/org. Adauto Novaes. - São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. pp.345-390.
FAORO, Raimundo Os donos do Poder: formação do patronato brasileiro. 8. ed. - São Paulo: Globo, 1989.

CHAUÍ, Marilena. Ética e Política. Vídeo, Programa da TV Cultura de São Paulo intitulado: ÉTICA, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. Revisão, Maurício Balthazar Leal, Vera Lúcia Pereira 1ª EDIÇÃO: São Paulo: Editora Fundação Perseu Bramo. Coleção História do Povo Brasileiro, Abril de 2000.

CHAUÍ, Marilena. Mito e filosofia, In: Territórios de filosofia, 2013. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2013/04/15/mito-e-filosofia-marilena-chai/>
Acesso em: 28/09/2018

CHAUÍ, Marilena. O que é democracia? Aula Magna, curso "Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?", Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com › watch>
Acesso em: 12/09/2016

CHAUÍ, Marilena. Espaço, tempo, mundo virtual, Série: a contração do espaço tempo e o espaço do espetáculo, Vídeo, Programa Café Filosófico, CPFL TV Cultura de São Paulo intitulado: Curadoria Olga Mattos. 201.

Acesso em 02/10/2019

CICCIOLLA, Ricardo. LINO, Del Fra. Os Dias do Cárcere, Vídeo, Youtube, (2014). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4Qj_M6bnE-Y

Acesso em: 27/06/2016

COCCARO, S. E. Ponderações geográficas sobre políticas públicas - a oscilação entre as políticas de inclusão e remoção em favelas cariocas. Revista de Geografia, v. 4, p. 1-7, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yRLqQ6NQbyg>.

Acesso em: 12/08/2018

COMPRE RURAL, Lançamento do Livro: Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo. Reportagem, Site Compre Rural, Disponível em: <https://www.comprerural.com/agradeca-aos-agrotoxicos-por-estar-vivo/>

Acesso em: 18/04/2019

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético. NPGeo-UFS. Dissertação de Mestrado, 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável, Conferência, III Encontro Nacional do Meio Ambiente, em Salvador/BA. 14 de outubro de 2004.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Geografia do espaço da miséria. Scientiaplana, 26 Setembro 2005. p. 166-170.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Estado, Políticas Públicas e o Reordenamento Social e Territorial do Trabalho. In: ANDRADE, E. S.; SILVA, F. de P. S. da. (Orgs.). Estado e Políticas Públicas: a construção do conselho neoliberal. Salvador, Eduneb, 2012.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Estado, Capital e a Farsa da Expansão do Agronegócio. Meridiano – Revista de Geografia, número 2, 2013 – versão digital. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/estado-capital-e-a-farsa-da-expansc3a3o-do-agronegc3b3cio.pdf>

Acesso em: 22/03/2017

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Pensar o pensamento geográfico: reflexões por dentro dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) – Brasil, Revista Terra Livre, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Notas da aula Epistemologia da Geografia, sala Alexandre Dinis, PPGeo - UFS, 27, 04, 2016.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Notas da aula Epistemologia da Geografia, sala Alexandre Dinis, PPGeo - UFS, 27, 04, 2017.

CONCEIÇÃO, Alexandrina. L. Produção do Espaço e conflitos territoriais:

Expropriação da terra e exploração da natureza. In: Dirce Maria Antunes Suertegary; Charlei Aparecido da Silva; Cláudia Luisa Zeferino Pires; Cristiano Quaresma de Paula. (Org.). Produção do Espaço e conflitos territoriais: expropriação da terra e exploração da natureza. 1ªed.Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017a, v. 01, p. 13-34.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Notas de aula da disciplina epistemologia da geografia, Sala Alexandre Dinis - PPGeo – UFS, 20/ 05/ 2019.

COSTA, Camila. 1ª greve geral do país, há 100 anos, foi iniciada por mulheres e durou 30 dias. Reportagem: BBC Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39740614>
Acesso em: 28/01/2018

CRUZ, Diego. Desigualdade social: Os de cima sobem, os de baixo descem. Reportagem: Site PSTU, 04/10/2017. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/os-de-cima-sobem-os-de-baixo-descem/>
Acesso em: 08/04/2019

CUEVA, Agustín. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a questão do Estado. via UNAM, traduzido por Fernando Savella. Disponível em:https://lavrapalavra.com/2019/02/21/o-desenvolvimento-do-capitalismo-na-america-latina-e-a-questao-do-estado/?fbclid=IwAR3JnV7MBWL-RfOac9omtPYIlxVY34_AyqgaEebh5zXcHazCjLLkkFLpedk
Acesso em: 28/01/2018

CUNHA, Jacksilene S. O Agronegócio do milho transgênico no oeste sergipano. Tese (mestrado em Geografia) – PPGeo - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

DALLE, Isaias. 1917-2017 100 anos de Greve Geral: Passado ou Futuro? Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2017. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2017/12/Web_100-ANOS-DE-GREVE-GERAL_AF6.pdf.
Acesso em: 30/07/2018

DANTAS, Gilson. A miséria da Estatística e a Estatística da Miséria. Ed. Achiamé, Rio de Janeiro. 2009.

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo: Comentários Sobre a Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002.

DEMIER, Felipe. Regimes políticos: bonapartismo e fascismo. Curso de Formação: Fascismo: teoria, história e atualidade. Vídeo-Aula, 6 de Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qS8sDsy0hFc&t=33s>.
Acesso em: 15/12/2018

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza. - Silo Paulo: Perspectiva, Coleção Estudos; 2008. 21. ed. – 85p.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução: Leandro konder. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, São Paulo: Boitempo Editorial, 2010a

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. O Socialismo Jurídico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012

ENGELS, Friedrich. Anti-Duhring. A Revolução da Ciência Segundo o Senhor Eugen Duhring Coleção Marx e Engels, São Paulo: Boitempo Editorial, 2015

ESPINOSA, Baruch de. Tratado Político, Tradução, introdução e notas Pires Aurélio Revisão, Homero Santiago, Ed. Martins Fontes, 2009

FAO, Década da Agricultura Familiar. Carta aberta de Julio Berdegue, Representante Regional da FAO, 27/08/2019, <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1206221/>
Acesso em: 26/09/2019

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social no estado capitalista: funções da previdência e assistência sociais. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. Currículo sem fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003. Universidade Estadual de São Paulo. Presidente Prudente, Brasil.

FERNANDES, Márcia R. de M.; Avaliação das mudanças do uso e cobertura da terra no bioma Caatinga no estado do Sergipe; 2015; Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade de Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Orientador: Eraldo Aparecido Trondoli Matricardi.

FERNANDES, Milton M., Mudanças do Uso e de Cobertura da Terra na Região Semiárida de Sergipe. Revista Floresta e Ambiente 2015; 22(4): 472-482 <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8087.121514> ISSN 1415-0980 (impresso) ISSN 2179-8087 (online). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/floram/v22n4/2179-8087-floram-2179-8087121514.pdf>
Acesso em: 26/09/2017

FERNANDES, Leonardo. “Lista suja” aumenta e já são 187 empresas autuadas por trabalho escravo. Reportagem: Brasil de Fato. São Paulo (SP), 10 de Abril de 2019

FILHO, Eraldo da S. R. A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato. Revista Nera, Ano 8, N. 6 , janeiro/junho, 2005 .

FLEURY, Sônia. Estado Sem Cidadãos: Seguridade Social na América Latina. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz, 1994. 252p.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, 388p.

FONTENELE, Ana C. F. Os Agrotóxicos na Educação Formal. Palestra. In: Seminário de Procedimentos de Segurança no Controle de Vetores e Agrotóxicos

FOX, Jonathan.; HAIGHT, Libby. La política agrícola mexicana: metas múltiples e intereses en conflicto. Woodrow Wilson International Center for Scholars Centro de Investigación y Docencia Económicas University of California, Santa Cruz. Impreso no México. Primera edición, 2010. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/Version%20en%20Espa%C3%B1ol%20indice.pdf>
Acesso em: 01/04/2017

FREITAS, Nacelice. B. O Descoroamento da princesa do sertão: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço; orientadora Alexandrina Luz Conceição – São Cristóvão, 2014. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2014. 415pp.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Ed. Círculo do livro S.A. São Paulo, Brasil, 1974. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4435210/mod_resource/content/3/FURTADO%20Celso%20%20O%20Mito%20do%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%20%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20C%C3%ADrculo%20do%20Livro.pdf
Acesso em: 08/ 11/ 2018

FUKS, Rebeca. Resenha do Livro quinze de Rachel de Oueiroz. Site: Cultura Genial. [S. l.]. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/livro-o-quinze-de-rachel-de-queiroz/>.
Acesso em: 28/10/2018

G1. Agricultores vítimas de fraude do Pronaf no RS abandonam o campo. In: Reportagem da RBSTV, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/10/agricultores-vitimas-de-fraude-do-pronaf-no-rs-abandonam-o-campo.htm>
Acesso em: 05/01/2017

HESPANHOL. Rosangela Ap. de M. Mudança de Concepção das políticas Públicas para o Campo Brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). X Colóquio Internacional de Geografia, Diez años de câmbios em el mundo, em la geografia y em las ciências sociales, 1999-2008. Barcelona, 26 – 30 de mayo de 2008 universidad de Barcelona. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/221.htm>.
Acesso em: 08/07/2018

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria burguesa. Biblioteca Templo Universitário, nº 76, 398 p. 1984

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2003. 2 v. (Biblioteca Tempo Universitário ;101, 102). ISBN 8528200957 (v.1).

HANNAH, Arendt. A Condição Humana. Editora Florense. SP, 1991.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo, tradução de João Alexandre Peschanski. - São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. Os limites do capital. Tradutora: Magda Lopes. 1ª Ed: São Paulo, SP: Boitempo, 2013

HARVEY, David. Que tipo de geografia para que tipo de política pública? In: AGB Campinas: Boletim Campineiro de Geografia V. 7 N. 2, (2017) Tradução: Gustavo Teramatsu (Unicamp). Revisão: Melissa Steda (USP). Texto originalmente intitulado "What kind of geography for what kind of public policy?". Traduzido da versão publicada no periódico Transactions of the Institute of British Geographers, n. 63, novembro de 1974, pp. 18-24. Disponível em:<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/3610> Acesso em: 18/ 01/2018

HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito, Tradução: Orlando Vitorino, São Paulo, edição, 1ª edição, 1997. HUCITEC, Ciências Sociais; volume,37, 1996. 151 p.

HÖFLING, Eloisa de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. 1678-7110, Cad. CEDES vol.21 no.55 Campinas Nov. 2001, Print version ISSN 0101-3262 Online version ISSN, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003> Acesso em: 18/07/2016

GADELHA, Nair d'Aquino Fonseca. O cavalo de Tróia das políticas sociais Brasil e Argentina: um estudo comparado das políticas públicas, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina, Editora: L&PM, 2016, 392 p.

GARCIA, Maria. Cerca 2 milhões de brasileiros passaram a viver na pobreza em apenas 1 ano, Observatório do Terceiro Setor, 07/08/2019 <https://observatorio3setor.org.br/noticias/2-milhoes-de-brasileiros-passaram-a-viver-na-pobreza-em-apenas-1-ano-2/> Acesso em: 29/09/2019.

GARRINSON, John W. Do Confronto à Colaboração Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil", 2000

GIANNOTTI, José A. Método, In: MARX, Karl. O capital. Livro I, tradutor: Rubens Enderle, coleção: Marx & Engels, 2ª edição, volume I, São Paulo: Boitempo, 2011.

GRANGEIRO, Glaucenilda S. O agronegócio no Brasil. Reportagem: De olho nos dados. 23 de Junho de 2018. Disponível em: <https://deolhonosdados.wordpress.com/2018/06/23/o-agronegocio-no-brasil/> Acesso em: 22/04/2019

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura, Coleção Perspectivas do Homem, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Volume 48, Série Filosofia, 4.ª edição, editora civilização brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 3, 2000.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004. v. 11.

GRAMSCI, Antonio. Poder, Política e Partido. (Org.) Emir Sader. Editora: Expressão Popular, Ano: 2005.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 1 v.

GRAMSCI, Antonio. Os Dias do Cárcere. In: CICCIO, Ricardo.; LINO, Del Fra., Os Dias do Cárcere. Vídeo, Youtube, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4Qj_M6bnE-Y Acesso em 27/06/2016

GOMES, Carlos Marcelo M. A Política dos Arranjos Produtivos Locais na busca Sisifiana pelo desenvolvimento. PPGeo-UFS, Dissertação de Mestrado, 2014.

GUIMARÃES, Alberto P. Quatro séculos de latifúndio. Estudos Brasileiros, Volume 24, Editora Paz e Terra, 6ª Edição. Rio de Janeiro. 1989.

JÚNIOR, Durval M. de A. O Nordeste é uma invenção das elites agrárias. Entrevista: In: REVISTA IHU ON-LINE, Instituto Humanitas Uinisinis, 30 Outubro 2017.

KAUTSKY, Karl. O caminho do poder. São Paulo: Hucitec, Pensamento Socialista.1979. 108 p.

KÖNIG, Mauri. Diáspora da seca redesenha o Brasil. 2013, Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/diaspora-da-seca-redesenha-o-brasil-f23citjcr2ew13emo0u90txla/> Acesso em: 21/03/2018

KARDOZO, Henrique. Quando a seca criou os ‘campos de concentração’ no sertão do Ceará. Reportagem: Jornal El País. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/08/politica/1546980554_464677.html Acesso em: 06/09/2019

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Dialética do Concreto, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 7ª Edição, 2002, Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/205190228/KOSIK-Karel-Dialetica-do-concreto> Acesso em: 02/03/2016

IBGE. Um quarto da população vive com menos de R\$ 387 por mês. Agência de notícias, 15/12/2017, atualizado em 01/02/2018. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18825-um-quarto-da-populacao-vive-com-menos-de-r-387-por-mes> Acesso em: 29/09/2019

IBGE. Censo agropecuário. 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/> Acesso em: 07/09/2019

IFOCS – Inspetaria Federal de Obras Contra as Secas, História do Nordeste do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-nacional-de-obras-contra-as-secas-dnocs>

LACOSTE, Y v e s. A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. In: Sabotagem cultural. Editora Papiros, 1988, Disponível em: <http://geografialinks.com/site/wpcontent/uploads/2008/06/geografiayveslacoste.pdf> Acesso em: 12/ 06/ 2017

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEHER, Roberto. Tempo, Autonomia, Sociedade Civil e Esfera Pública: uma Introdução ao Debate a Propósito dos “Novos” Movimentos Sociais na Educação, In: A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho, GENTILI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio. (Compiladores), Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2000.

LEHER, Roberto. A Sociedade Civil contra a Esfera Pública, R. Pol. Públ., v. 9, n. 1, p.129-156, jul./dez. 2005

LÊNIN, Vladimir I. O Imperialismo Etapa Superior do Capitalismo. V. I, Editora Unicamp. Faculdade de Educação. Campinas Brasil. 2011.

LESSA, Capital e Estado de Bem-Estar: O caráter de classe das políticas públicas. 1ª edição, Instituto Lukács, 2013.

LIGA OPERÁRIA. Guerra à destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários. Imprensa: A Nova Democracia, Liga Operária, Ano Xv, Nº 188 - Maio de 2017,

Disponível em: www.anovademocracia.com.br/no-188/6975-guerra-a-destruicao-dos-direitos-trabalhistas-e-previdenciarios

Acesso em: 05/06/2019

LIMA, Lucas Gama. A Dinâmica Imperialista Contemporânea: Capital sem Fronteiras e sua (Ir)racionalidade apátrida. Tese de Doutorado. PPGEU-UFS. 2015.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I. 1ª Edição, coleção: Biblioteca Lukács. 2013, São Paulo: Boitempo editorial, pp.438.

LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital. Volume 1. 1988, Editora: Nova Cultural.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução. Tradução: Livio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. A Sociedade comunista primitiva e sua dissolução. Ed. Centelha Cultural, 2015

MAIA, Alexandre da. Outra cena da Constituição de 1988: "não entendeu quem não quis", In: Vermelho, 05/10/2018. Disponível em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/315738-1>

Acesso em: 04/07/2019

MARTINS, J. S. A. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. Coleção: Ciências Sociais Nº37, Editora: Hucitec, São Paulo, 1996.

MARTINS, J. D. S. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo: Vozes, 2008.

MARTINS, J. D. S. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008a.

MARTINS, J. D. S. O Cativo da Terra. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, J. D. S. A Política do Brasil lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Monica D. O Banco Mundial e as Políticas Públicas na América Latina. [S.l.] Disponível em:

http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Monica%20Dias%20Martins.pdf

Acesso em:03/04/2019

MARX, Karl. Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política. 1859. In: The Marxists Internet Archive. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm>

Acesso em: 03/08/2018

MARX, karl.; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. Prefácio. [S.l.]. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_03.pdf Acesso em: 03/06/2019

MARX, Karl. Teorias da Mais-Valia: os fisiocratas. Tradução: Marcos Plugiesi, Coleção Bases, Nº 5, Economia, Editora Global, 1978

MARX, Karl. O capital. Livro III, Tomo II, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MARX, Karl. O capital. Livro I. Vol. 2. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, K. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K. Sobre a Questão Judáica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010a.

MARX, K. O 18 De Brumário De Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. O capital. Livro I, tradutor: Rubens Enderle, edição:2ª coleção: Marx & Engels, volume: I São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. Grundrisse, Apresentação: Mario Duayer, tradutor: Nélio Schneider orelha: Jorge Grespan, quarta capa: Francisco de Oliveira, editor: Editora UFRJ (coedição), edição:1ª, coleção: Marx & Engels, volume:1, Editora: Boitempo, São Paulo, 2011b.

MARX, karl.; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. 3ª Reimpressão. Boitempo Editorial, São Paulo.2014.

MARX, karl.; ENGELS, Friedrich. Crítica ao Programa de Gotha. 2ª Reimpressão. Boitempo Editorial, São Paulo.2016.

MARX, K. Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira, 1ª edição, ed. Boitempo, São Paulo, 2017.

MASCARO, Alysso L. Estado e forma política. Ed. Boitempo, São Paulo, 2013.

MASCARO, Alysso L. A Crítica do Estado e do Direito: A Forma Política E A Forma Jurídica in: A Criação Destruidora, Curso Livre Marx – Engels, organização: NETTO, José Paulo, 2015.

MEDEIROS, Rostand; QUEIROZ, Luiz. Fotos históricas do Açude Gargalheiras. 2016. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/fotografia/fotos-historicas-do-acude-gargalheiras/>
Acesso em: 24/10/2018

MEDEIROS, Marlon Clovis. Estado, Capital Financeiro e Agricultura no Brasil Atual, In: Encontro Nacional da ANPEGE, A Diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e Dimensões da Análise e da Ação, 9 A 12 DE OUTUBRO, Anais do XI ENANPEGE, 2015. Disponível em: www.enanpege.ggf.br/2015
Acesso em: 10/ 11/ 2017

MENDES, Iba. A "Indústria da Seca" no Brasil – II [S.I.]. In: Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Arquivo honomatecário: Revista "O malho", semanário humorístico, artístico e literário. Edições de 1922, Disponível em: <http://www.ibamendes.com/2012/04/industria-da-seca-no-brasil-ii.html>
Acesso em: 12/13/2019

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: ed. Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. Tradutor: Francisco Raul Cornejo. São Paulo: ed. Boitempo, 2009.

MÉZSÁROS, Istiván. Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: ed. Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. 191p.

MONFARDINI, Mistificação, Fetichismo e Método em Marx. In: Marxismo, 2011: Teoria e Prática. Anais Niterói, RJ. De 28/11/2011 a 01/12/2011

NASCIMENTO, Thatiany. Há 87 anos, campo de concentração em Fortaleza foi atração para visitantes de outros estados. Diário do Nordeste. 20 de Julho de 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/ha-87-anos-campo-de-concentracao-em-fortaleza-foi-atracao-para-visitantes-de-outros-estados-1.2125607>
Acesso em: 13/08/2019

NAVARRO, Antonio. Como a Alemanha e o Japão se recuperaram da Segunda Guerra? Revista Super. Interessante. Editora Abril, Publicado em 18 de agosto 2011. Disponível em: Leia mais em: [https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-a-alemanha-e-o-japao-se-recuperaram-tao-rapido-depois-da-segunda-guerra/...](https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-a-alemanha-e-o-japao-se-recuperaram-tao-rapido-depois-da-segunda-guerra/)
Acesso em: 29/02/2019

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, v. 1, 2008.

NETTO, José Paulo. Uma Face Contemporânea da Barbárie. Artigo, In: palestra "O agravamento da crise estrutural do capitalismo: o socialismo como alternativa à

barbárie”, III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie, Câmara Municipal de Serpa, Portugal, 2010.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Estudo do Método de Marx, 1ª Edição Editora Expressão Popular São Paulo, 2011.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011a.

NUZZI, Victor. Ganância, miséria e impunidade explicam trabalho escravo. Reportagem: RBA – Rede Brasil Atual, 28/01/2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/01/marco-regulatorio-do-trabalho-escravo-nao-pode-ter-retrocesso/>
Acesso em: 21/01/2018

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. Editor Paz e Terra, 5ª Ed. 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, (Org.) Do liberalismo à social-democracia: a desprivatização da democracia. In: Os sentidos da democracia e da participação. São Paulo: Instituto, Pólis, 1999. 128 pp. (Publicações Pólis, 47)

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista, O Ornitorrinco. Prefácio Roberto Schwarz. Boitempo Editorial, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. PAOLI, Maria C. (Orgs.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Ed. Vozes, UNESP.NEDIC, 2004.
OSÓRIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução Fernando Correia Prado, 2ª Edição, Editora Expressão popular, 2019, 357pp.

PACHUKANIS, Evgeny B. Teoria Geral do Direito e Marxismo, Editora Acadêmica, SP, 1988

PASSOS, Najila. O golpe é o cavalo de tróia para a implantação definitiva do projeto neoliberal no Brasil. Reportagem: Carta Maior. 04 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Golpe-e-cavalo-de-troia-para-a-implantacao-definitiva-do-neoliberalismo/4/35849>
Acesso em: 08/08/2019

PEREIRA, João Márcio Mendes., A política agrária do Banco Mundial em questão. Estudos Avançados 20 (57), 2006.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial como ator político intelectual e financeiro 1944-2008. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

PEREIRA, João Márcio Mendes., PRONKO, Marcela. (orgs). A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013) - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Desigualdades, assimetrias e adesão subalterna – interrogações urgentes sobre estados e o papel do Banco mundial, Prefácio, In: A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013) / Organização de João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko. - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Metamorfoses da política de ajuste estrutural do Banco Mundial (1980-2014). In: Sociologias vol.19 no.44 Porto Alegre Jan./Apr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222017000100390
Acesso em: 13/02/2018

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2018, vol.23, n.7, pp.2187-2196. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.08022018>.
Acesso em: 04/10/2019

PLASSAT, Xavier. Trabalho escravo se concentra na zona rural. Reportagem: Senado em discussão: 2009. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/xavier-plassat/trabalho-escravo-se-concentra-na-zona-rural.aspx>
Acesso em: 04/10/2019

PORTAL DO VESTIBULANDO. Brasil - Agropecuária - Questões de Vestibulares. UFJF-PISM, 22016. Disponível em: <https://www.portaldovestibulando.com/2016/08/brasil-agropecuaria-questoes-de.html>
Acesso em: 05/07/2019

QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996. 138 p. (Coleção TRANS)

REDE GLOBO DE TV. O Agro: A indústria riqueza do Brasil. Vídeo. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/>
Acesso em: 18/04/2019

RANCIÈRE, Jacques. Ódio à Democracia. Tradução Mariana Echalar. Boitempo Editorial, São Paulo: SP. 2014.

REVISTA NERA – ANO 8, N. 7 – Julho/Dezembro De 2005 – ISSN 1806-6755
Revista: O Malho, edições de 1922, In: Biblioteca Nacional, disponível em: Biblioteca Nacional Digital do Brasil Acesso em: 15/10/2018

RODRIGUES, Vanessa P. A. Capital, Estado e a lógica dissimulativa das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo. Dissertação, PPGEU –UFS, São Cristóvão, 2012.

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81093>
Acesso em: 02/02/2017

RODRIGUES, Lorena, BRONZATI, Aline, Equipe econômica bloqueia todo o orçamento de 140 políticas, Jornal O Estadão, 18 de Maio de 2019, Disponível em: https://economia.esl.emtadao.com.br/noticias/geral/equipe-economica-bloqueia-todo-o-orcamento-de-140-politicas-publicas,70002834393?fbclid=IwAR1ZZAzK_ymXxYb9u1UNN-HFS0y667BtqAaxpn6yA313r23hHOUUhX6Qt9Y
Acesso em: 26/09/2019

ROMAN, Evandro. Comissão externa do endividamento do setor agrícola. Relatório. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1673813&filename=Tramitacao-REL+2/2018+CEXAGRIC
Acesso em: 26/09/2019

ROSSEAU, Jean J. Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Martins Fontes, 2005, tradução de Maria Ermantina Galvão, p. 203. 2005

SANTOS, Josefa Bispo Lisboa. A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: Políticas Públicas na (Dis)simulação da Esperança. NPGEU/UFS, Tese de Doutorado, 2007, 270 p.

SANTOS, Marleide M. Movimentos sociais: a trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classes. Tese, NPGEU-UFS, São Cristóvão-Se, 2008.

SANTOS, Ana R. dos. A espacialidade das ações políticas do Estado: o público e o privado na reprodução do patrimonialismo em Sergipe In: Estado, Políticas Públicas e Território. 1ª edição, Editora Outras Expressões, 2015

SCHNEIDER, Sérgio. A Pluriatividade na Agricultura Familiar e Industrialização: Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rs: Editora UFRGS, 2003. 253p.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-agricultura-familiar-e-emprego-no-meio-rural-brasileiro-analise-comparativa-das-regioes-sul-e-nordeste-parcerias-estrategicas-brasilia-df-v-1-p-217-244-2006>

SCHNEIDER, Sérgio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. Revista de Política Agrícola. Brasília, ano XVI, n. 3, p. 14-33, jul./ago./set. 2007.

SERGIPE, Governo de. Plano de Desenvolvimento do Território, 2008.

Disponível

em:

https://www.se.gov.br/uploads/download/filename_novo/1285/5c256222957a0faf8071408d9caae918.pdf

Acesso em: 16/08/2016

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera – ANO 8, N. 7 – Julho/Dezembro de 2005, Disponível em:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1456-4239-1-PB.PDF>

Acesso em: 03/10/2017.

SILVA, Maria. B. R. O Estado em Marx e a Teoria Ampliada do Estado em Gramsci. 1999. Disponível em:

<https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m5c5.pdf>

Acesso em: 15/12/2017

SILVA, José Graziano.; GROSSI, Mauro E. Del. O novo rural brasileiro. In: Anais Oficina de Atualização Temática. Instituto Agronômico do Paraná. Brasil. 2000. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf

Acesso em: 30/10/2018

SILVA, Elizângela da. As Entrelinhas da Inclusão/Exclusão Social na Atualidade: Uma Discussão Conceitual. Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA, 2011. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/01/pobreza.html>

Acesso em: 05/12/2017

SILVA, Jadson Sirqueira Lessi.; PINHEIRO, Inês Farias. Políticas Públicas e Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro na Visão do Estruturalismo Cepalino. Revista: CCCSS Contribuciones a las Ciencias Sociales ISSN: 1988-7833. 2017.

Acesso em: 09/12/2017

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. Primeiro Volume - Livro Primeiro - Capítulo I a VI. Nova Cultural, 1983, Coleção "Os Economistas", pág. 17-54

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, Nágila. Representações discursivas do agronegócio e da agricultura familiar na mídia. In: II Seminário Discurso e Relações de Poder - Anais eletrônicos. Publicado em 28/01/2019 - ISBN: 978-85-5722-184-0 Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sedire/129330-representacoes-discursivas-do-agronegocio-e-da-agricultura-familiar-na-midia/>

Acesso em: 20/03/2019

SOUZA, Celina. A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura, Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

STEVÃO, Christiane B G. de; MUCCILO, A. Maria A. À Contradição “inclusão/exclusão” a luz das reivindicações, Anais do 16º COLE – Congresso de Leitura do Brasil, Uincampi, Campinas, 2007, Fonte: alb.com.br/arquivo-rtto/edicoes_antteriores/anais16/sem09pdf/sm09ss05_04.pdf

Acesso em: 29/07/ 2017

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. Pesquisa de Campo em Geografia. Revista GEOgraphia, v. 4, n. 7 (2002) Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13423/0>

Acesso em: 04/ 08/ 2016

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 528 p. Tradução Regina Weber. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil, 2011.

TONET, Ivo. Do conceito de Sociedade Civil, Revista Serviço Social e Sociedade, 1990. Disponível em: www.ivotonet.xpg.com.br

Acesso em: 30/ 01/2019

TONET, Ivo. Método Científico: Uma Abordagem Ontológica, São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p. Disponível em: docs.wixstatic.com/ugd/46e7eb_3de1f1cd3e8d49f6a259fa5cb5bc300b.pdf

Acesso em: 01/06/2016

TREZZENI, Humberto. Agricultores lesados por golpe no Pronaf relatam tragédias familiares. Reportagem: Gauchazh Geral, 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/11/Agricultores-lesados-por-golpe-no-Pronaf-relatam-tragedias-familiares-4640195.html>

Acesso em: 15/02/2017

TREZZENI, Humberto. Agricultores fazem fila para depor sobre escândalo do Pronaf. Reportagem: Gauchazh Geral, 2014.. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/11/Agricultores-fazem-fila-para-depor-sobre-escandalo-do-Pronaf-4652649.html>

Acesso em: 15/02/2017

TREZZENI, Humberto. Mais de 20 bancários são investigados em escândalo do Pronaf. Reportagem: Gauchazh Geral, 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/06/mais-de-20-bancarios-sao-investigados-em-escandalo-do-pronaf-4778561.html>

Acesso em: 15/02/2017

TUBINO, Najar. A nova fase da Sociedade do Espetáculo, Reportagem: Carta Maior (2015) Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Conexoes-envenenadas-a-piracao-dos-u21Ccoisa-u21D/12/33134>

Acesso em: 30/ 05/2019

VASCONCELOS, Yure. Agrotóxicos-na-berlinda. Revista Pesquisa Fapesp. Edição 271, set. 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/09/18/agrotoxicos-na-berlinda/> Acesso em: 01/12/2018

VELTMEYER, HENRY & PETRAS, JAMES. Camponeses numa era de Globalização Neoliberal: América Latina em Movimento. In: ELIANE TOMIASI PAULINO, J. E. F. Campesinato e Territórios em Disputa. 1ª edição. ed. [S.l.]: Expressão Popular: UNESP, 2008. p. 79-117.

VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Universidade de São Paulo, Hucitec, 1991. 219 p.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. In: Scielo 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a03v1851.pdf> Acesso em: 09/03/2017

VELOSO, Marília Lomanto. De Homero a Moro: a (re)construção contemporânea do Cavalo de Troia, 24 de Maio de 2019 www.brasildefato.com.br/2019/05/24/de-homero-a-moro-a-reconstrucao-contemporanea-do-cavalo-de-troia. Acesso em: 03/06/2019

VIANA, Nildo. Imaginário e ideologia: As Ilusões nas Representações Cotidianas e no Pensamento Complexo. In: Blog informe crítica, 2015. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2015/01/imaginario-e-ideologia-as-ilusoes-nas.html> Acesso em: 23/10/2019

VIEIRA, Thíagon; Hellen de Jesus Santana. A importância das novas ruralidades no sertão sergipano. 2004.

VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001, 269 pp.

VILLEPIN, Dominique. Ameaças à Democracia e a Ordem Multipolar. Ameaças à Democracia e a Ordem Multipolar, Mesa 01, Vídeo, Youtube, 24 de set. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i0sJRDtaX9c> Acesso em: 24/07/2018

WOOD, Ellen Meiksins. O império do Capital. Tradutor: Paulo Castanheira, Boitempo Editorial, São Paulo: SP, 2015

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia Contra o Capital. Boitempo Editorial, São Paulo: SP, 2017

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? - Índice de Gini. Revista Desafios do desenvolvimento, IPEA – instituto de pesquisa econômica aplicada. 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 Acesso em: 11/06/2018

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO



Este questionário é instrumento da pesquisa de campo, tendo por objetivo realizar levantamento de informações que serão utilizadas para pesquisas e elaboração da Tese: **O Estado, as Políticas Públicas e sua Funcionalidade na Disseminação da Ordem Reprodutiva Sociometabólica do Capital no Campo**. Pesquisa realizada pela doutoranda Vanessa Paloma Alves Rodrigues e orientação do Prof^ª. Dra. Alexandrina Luz Conceição.

I. **Dados da pesquisa:** 1. N° da entrevista: _____ 2. Local: _____ 3. Data: ____/____/____

II. **Dados do entrevistado:** 1. Nome: _____ 2. Idade: _____

3. Sexo: () M () F 4. N° filhos? _____ 4. Estado civil: _____ 5. Ocupação: _____

6. Qts residem na casa _____ 7. Renda Familiar: _____

III. Propriedade e estrutura agrária:

1. Há quanto tempo a família vive/trabalha na terra? _____ 2. Área da propriedade: _____

3. Como foi adquirida a propriedade? () Compra () Herança () R. Agrária () C. Fund. () arrendamento () posseiro () Outra _____

4. A terra é suficiente para a família? () S () N por quais motivos? _____

5. Desenvolve algum tipo de parceria ? () Arrendamento () Parceria () Meeiro () Assalariamento () Outra _____

IV. Trabalho e ocupação na Terra: 1. Toda família trabalha na propriedade? () S () N

2. Algum membro trabalha em outras propriedades rurais ou fora da terra? () S () N onde? Por quais motivos? _____

Em que época? _____

em quais atividades? _____

3. Desempenha alguma atividade não agrícola dentro da propriedade? Qual? () artesanato () manufatura () vendas () autônomo *por quais motivos? _____

4. Contrata algum trabalhador para ajudar na produção da terra? () S () N Quantos? _____ de onde provém? _____ valor renumeração? _____

Tipo de trabalho: () contratado () Permanente () diária () Outro _____

Para que Atividade? _____ Em que época? _____

V. Uso e produção da terra:

1. Quais cultivos são produzidos, área (ha) _____

Qtd. de sacas, kg ou T: _____

L. temporárias: _____

L. permanentes: _____

Pastagens: _____ Área de descanso: _____

Criação de Animais: _____

2. Qual motivo levou a plantar o(s) cultivo(s) ou criação de animais:

() Tradição local/familiar () Associação/Coop. () incentivos do governo () Incentivo do Banco

() incentivos das lojas () outros _____

3. Já abandonou algum cultivo? Por qual o motivo?

4. Quais são as principais dificuldades de sua produção: () Seca () pouca terra () Pragas ()

Terra infértil () Falta de apoio do governo () Falta de dinheiro () investimento () instrumentos de trabalho () Queda de preços () Falta de A. Técnica () Falta de mercado () Outro(s) _____

VI. Sobre custos, circulação e venda da produção

1. Para qual mercado ou para quem você vende a produção? _____

2. Quanto pagam por saca ou T? _____

3. Qual é o custo para produzir o cultivo (saca ou T)? _____ você inclui nos custos o valor do seu trabalho e de sua família? _____ O valor pago é o justo pelo seu trabalho?

Gostaria de ter outra forma de vender a produção? Qual? _____

4. Vende para o Estado (PAA)? Quais cultivos? _____

Em quais preços e condições? _____

Sente-se satisfeito? _____

3. A renda da produção é suficiente para manter a família? _____

Por quê? _____

se não, como você complementa a renda?

VII. Organização em comunidade:

1. Quando surgem os problemas na comunidade como faz para resolvê-los? _____

2. Participa de alguma associação, Cooperativa, movimento ou organização? _____

Qual? _____ Há quanto tempo? _____

Por quê (não) participa? _____

VIII. Dados referentes à tecnologia, assistência técnica e associações.

1. **Quais instrumentos de trabalho são utilizados na produção?** () ferramentas simples

() máquinas e tratores () animais () outro _____

2. **Utiliza quais insumos na produção:** () Adubos químicos () Corretivo para o solo () adubo orgânico

() Fertilizantes () Herbicida () Outro _____

Sob a indicação de quem? () do técnico () do banco () da cooperativa () dos vizinhos () do vendedor

() Outro _____
3 Recebe Assistência Técnica? de quem? Como é realizado a assistência? _____

IX. Acesso às políticas públicas:

1. Você recebe alguma assistência do Estado? () S () N () Aposentadoria () Bolsa Família () pensão () crédito () Brasil contra a miséria () outro _____

2. Você diria que as políticas públicas ajudam a manter sua família na terra? _____

Participa ou já participou de alguma instância de decisão coletiva sobre políticas públicas? Qual?

3. Na sua opinião o qual o significado, sentido ou o que o você acha sobre o “desenvolvimento do campo”?

4. Acha que os direitos sociais são respeitados pelo Estado?

5. Quais direitos tem acesso: () água () energia () Acesso a Terra () habitação () saúde () educação () saneamento () infraestrutura () transporte () Outro _____

6. Na sua opinião as políticas públicas são mais acessíveis e fornecida pelo Estado nas localidades urbanas ou no rural? _____

X Crédito:

1. Você conhece o PRONAF? () S () N **Como obteve conhecimento?**

2. Já solicitou crédito ao banco? Por quê?

3. O que levou você a requisitar empréstimo ao banco?

() para aquisição de terra; () financiamento das atividades produtivas; () compra de equipamentos; () para comercialização do excedente; () Outros: _____

4. Foi beneficiado com crédito do Pronaf? () S () N

5. Se não, por que não conseguiu? _____

que instituição concedeu o crédito? _____

se sim, qual valor? _____

Condições de pagamento? _____

6. Quais foram as exigências para concessão do crédito?

7. O Crédito foi suficiente para suas necessidades? _____

8. Foi preciso dar alguma garantia de pagamento? Quais?

9. As atividades que foram financiadas, você já trabalhava antes?

10.Quanto ao pagamento da dívida, quais as dificuldades enfrentadas?_____

11.Tem medo de não conseguir pagar a dívida? Por quê?

12.A adesão ao Pronaf melhorou a realidade da comunidade?

13.Só o acesso ao crédito do Pronaf garante a permanência de sua família na terra?_____

14.O que deveria mudar nas políticas públicas para que elas possam atender às suas necessidades e da comunidade:_____

XI. Sobre a permanência na terra

1. Se você (não) fosse o dono de sua própria terra, o que mudaria em sua vida?_____

1. **Sente-se valorizado como agricultor?** () S () N
Porquê?_____

2. Mesmo com os vários problemas que você enfrenta hoje para produzir e vender quais razões o mantém trabalhando na terra?

3. **Preferências de viver:**

A - () cidade/ porquê: () falta de terra () Facilidade e emprego na cidade () Vida sofrida no campo () na cidade tem estrutura () Estudos

B - () campo /porquê: () Autonomia de trabalho () qualidade de vida () garantia de alimento da família () Na cidade é caro () tradição é a terra que nasceu

5.Por quê o Jovem vai morar na cidade? Qual sua opinião?_____

6. Você acha que seus filhos e netos irão continuar a tradição de sua família de produzir na terra?
